

**SOLOS GENIOSOS, DE ÉPOCAS TURBULENTAS: CRÔNICAS DE
ANTÔNIO DE ALCÂNTARA MACHADO PARA O *DIÁRIO DA NOITE***

Volume I

Adriana Silveira de Almeida

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Adriana Silveira de Almeida

**SOLOS GENIOSOS, DE ÉPOCAS TURBULENTAS: CRÔNICAS DE ANTÔNIO DE
ALCÂNTARA MACHADO PARA O *DIÁRIO DA NOITE***

Dissertação apresentada ao Curso de Teoria Literária do
Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Letras na Área de
Teoria Literária

Orientadora: Profa. Dra. Maria Eugenia Boaventura

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
2001

UNIDADE 30
Nº CHAMADA T/UNICAMP
AL64s
V 01 EX
TOMBO BC/ 49046
PROC 16.837/00
C 1
PREÇO R\$11,00
DATA 17/05/02
Nº CPD

CM00167339-2

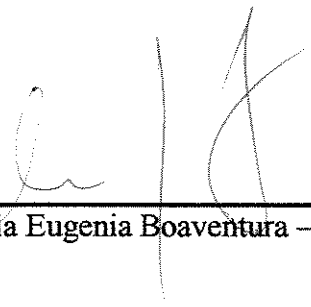
BIB ID 240114

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

AL64s Almeida, Adriana Silveira de
Solos geniosos, de épocas turbulentas: crônicas de Antônio de Alcântara Machado para o Diário da Noite / Adriana Silveira de Almeida. - - Campinas, SP: [s.n.], 2001.

Orientador: Maria Eugenia Boaventura
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Machado, Antônio de Alcântara - 1901-1935. 2. Jornalismo e literatura. 3. Literatura brasileira – Coletâneas. I. Boaventura, Maria Eugenia. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.



Profa. Dra. Maria Eugenia Boaventura – orientadora

Profa. Dra. Maria de Lourdes Eleutério

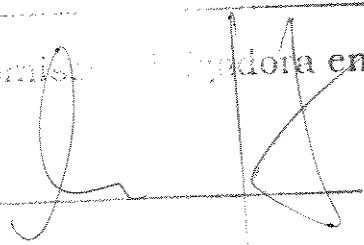
Prof. Djalma Cavalcante

Prof. Dr. Antônio Arnoni Prado

Setembro de 2001.

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Adriana Silveira de
Almeida.

e aprovada pelo orientador em
13/03/2002.



666785008

DEDICATÓRIA:

À Pimpa, pelos exemplos de simplicidade e sabedoria.

À Dri, pelos exemplos de persistência e coragem.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq,

À Profa. Dra. Maria Eugenia Boaventura, pela sábia orientação,

Aos meus familiares, pelas lições aprendidas,

Aos amigos de sempre,

Ao Nino, sempre.

Sumário

RESUMO.....	11
1 APRESENTAÇÃO.....	13
2 UMA GERAÇÃO REVOLTADA: ANTÔNIO DE ALCÂNTARA MACHADO E O MODERNISMO BRASILEIRO DA DÉCADA DE 20	21
2.1 ESTÉTICA MODERNISTA: ATUALIZAÇÃO E RENOVAÇÃO.....	25
2.2 NACIONALISMO : CRÍTICA E CONSCIENTIZAÇÃO.....	32
2.2.1 O JORNAL COMO INSTRUMENTO	38
3 ENTRE INTELECTUALIDADE E POLÍTICA.....	45
3.1 OS INTELECTUAIS E A POLÍTICA EM 30.....	49
3.2 ANTÔNIO E A POLÍTICA.....	54
3.3 PAULISTAS DE 400 ANOS.....	59
3.4 ANTÔNIO E A "QUESTÃO PAULISTA".....	63
3.4.1 RAZÕES DO DESCONTENTAMENTO PAULISTA.....	68
3.5 RUMO AO RIO DE JANEIRO	74
4 JORNALISMO POLÍTICO DE ANTÔNIO DE ALCÂNTARA MACHADO NO DIÁRIO DA NOITE : UM EDITOR DE OPINIÃO	79
4.1 "DE BOM HUMOR E DEPRESSA"?	83
4.2 JORNALISMO DE ALCÂNTARA: MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO.....	87
4.3 GETÚLIO VARGAS E O IMPÉRIO JORNALÍSTICO DE ASSIS CHATEAUBRIAND.....	91
4.4 VARGAS, O FALSO DEMOCRATA.....	96
4.4.1 GETÚLIO VARGAS E AS FORÇAS ARMADAS.....	101
4.5 GETÚLIO VARGAS POR ANTÔNIO DE ALCÂNTARA MACHADO.....	107
5 POLÍTICA E COTIDIANO: A REALIDADE BRASILEIRA NOS EDITORIAIS DO DIÁRIO DA NOITE 113	
5.1 A CONSTITUIÇÃO DE 1934.....	117
5.1.1 GETÚLIO VARGAS X CONSTITUIÇÃO.....	120
5.1.2 INDISCIPLINA E DESLEALDADE.....	124
5.1.3 A COMÉDIA DA DEMOCRACIA.....	131
5.1.4 UM CASO DE BARBAS: ASSUNTOS POLÍTICOS LOCAIS.....	140
5.1.5 REFLEXÕES DO QUARTO ANIVERSÁRIO.....	145
5.1.6 CONTRA O ENSINO E CONTRA O PAÍS.....	148
6 ENTRE POLÍTICA E LITERATURA	155
6.1 O FAZER LITERÁRIO.....	159
6.1.1 EXEMPLOS DO COTIDIANO.....	168
6.1.2 O "FACETO" ANTÔNIO E SEUS TIPOS POLÍTICOS.....	173
7 CONCLUSÃO	181
ABSTRACT.....	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191

Resumo

Neste trabalho, procuramos realizar a edição comentada de alguns dos textos jornalísticos escritos por António de Alcântara Machado para o jornal *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, entre 14 de agosto de 1934 e 05 de abril de 1935, quando o modernista, então dedicado à carreira política, exercia também a função de diretor do periódico, sendo responsável por seus editoriais.

Foram recolhidos para nossa edição, que compõe o segundo volume, 109 textos, ainda inéditos em livro. Optou-se pela divisão temática e, no interior de cada uma das partes da edição, os textos obedecem a uma ordem cronológica. Segue-se, no final do mesmo volume, o índice onomástico.

O primeiro volume é dedicado ao estudo dos textos reunidos. Uma vez que a temática política mostrou-se a mais freqüente, fez-se necessário tratar acerca do momento histórico-político vivido pelo Brasil no período em que António escrevia para o jornal carioca. A fim de que tal momento fosse melhor compreendido, voltamo-nos para acontecimentos importantes que o antecederam, como as Revoluções de 1930 e a Constitucionalista de 1932.

O senso crítico do jornalista e intelectual do Modernismo, sempre preocupado em desnudar a realidade brasileira, revela-se nos textos recolhidos, sobretudo quando o autor se refere ao governo do presidente Getúlio Vargas. O paulista, voluntário da Revolução Constitucionalista, ao atacar a figura do presidente, defende a democracia e um governo apoiado na Constituição.

Revela-se também, em alguns textos, a face do escritor literário. Aí, nota-se a presença de recursos próprios da ficção, os quais nos remetem ao António de “Gaetaninho” e “Carmela” e permitem mais uma vez visualizar, antes do político, o intelectual modernista, que não abandonou os ideais de renovação estética e da realidade nacional, típicos de sua geração.

Palavras-chave: 1. António de Alcântara Machado. 2. Política. 3. Jornalismo. 4. Literatura

1 APRESENTAÇÃO

António foi jornalista. Jornalista multifário: articulista político, cozinheiro de redação e, sobretudo, deslumbrante cronista e crítico [...].

Seus trabalhos não devem morrer nas coleções dos jornais, túmulos de papel em cujo bojo só merece tornar-se pó o medíocre e o efêmero.

Menotti Del Picchia, *Em Memória de António de Alcântara Machado.*

Do simples interesse pela crônica de Antônio de Alcântara Machado nasceu este trabalho.

Seu início deu-se timidamente, com a leitura de alguns artigos jornalísticos do autor, já publicados em livro, servindo para que o gosto pelo seu modo irreverente e pessoal de escrever fosse despertado. Depois, foram os longos dias de pesquisa em acervos de jornais corroídos pelo tempo, de difícil manuseio e leitura, mas que, como recompensa, guardavam em si textos de extremo valor, até então esquecidos. Daí veio a idéia de realizar sua edição comentada¹.

Devido à variedade de subtemas presentes nos textos, decidiu-se optar pela divisão temática na edição dos mesmos, mantendo-se, em cada uma das partes, a ordem cronológica. Foram recolhidos 109 artigos para o corpo do trabalho, veiculados pelo *Diário da Noite* do Rio de Janeiro no período em que o escritor assumiu também o cargo de diretor do periódico, ainda inéditos em livro. O primeiro artigo escrito para o jornal, “De bom humor e depressa”, é datado de 14 de agosto de 1934, e o último por nós recolhido, “Mais um bocado de paciência”, é de 05 de abril de 1935, tendo sido escrito nove dias antes do falecimento do autor. Tais artigos compõem os editoriais do jornal, tendo passado apenas por um processo de atualização ortográfica e, em alguns casos, de correção de problemas ligados à pontuação e concordância.

Nossa edição foi dividida em seis partes, de acordo com a predominância, nos textos, de um ou outro subtema. A primeira reúne artigos em que se procurou destacar a opinião do autor sobre questões políticas variadas, como a imigração, a intervenção do Exército nos assuntos políticos, as

¹ São conhecidas as publicações de textos jornalísticos do modernista, organizadas por Cecília de Lara e dirigidas por Francisco de Assis Barbosa. O projeto inicial de edição dos textos jornalísticos de Antônio de Alcântara Machado incluía oito volumes, dos quais foram publicados, até o momento, apenas dois: *Prosa Preparatória e Cavaquinho e Saxofone* e *Pathé Baby e Prosa Turística: o viajante europeu e platino* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira / Brasília, INL, 1983). Tais edições reúnem artigos divulgados pelo *Jornal do Commercio* de São Paulo, no período compreendido entre 1921 a 1927, e também pelo *Diário de S. Paulo* e *O Jornal*, este último veiculado no Rio de Janeiro, de 1925 a 1935. A leitura de outra obra de Cecília de Lara proporcionou o conhecimento da atuação do escritor, na primeira metade do decênio de 30, em um jornal carioca da cadeia de Assis Chateaubriand, o *Diário da Noite*. Alguns dos artigos fotocopiados, escritos por Antônio de Alcântara Machado, estavam arquivados no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Outros foram encontrados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que guarda vários exemplares microfilmados do periódico.

diferenças entre o poder ditatorial e o discricionário e do Império e República, a necessidade de implementação da verdadeira democracia no país. Na segunda, há textos em que o autor aborda questões políticas mais específicas de alguns Estados brasileiros (sobretudo da região Nordeste) e também mundiais. A terceira parte é composta por artigos cujos temas eram de extrema importância para aquele momento histórico no Brasil, como as eleições de 1934, a organização da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte e a elaboração da Carta Constitucional. A quarta e quinta partes reúnem, respectivamente, textos em que Antônio de Alcântara Machado trata acerca dos resultados da Revolução de 1930 e de questões educacionais. Por fim, na sexta parte, encontramos crônicas em que o escritor modernista, não estando desvinculado da preocupação estética, constrói tipos próximos a personagens de ficção.

A leitura da produção de Antônio de Alcântara Machado veiculada pelo jornal carioca na década de 30 trouxe à baila uma nova face do escritor: a do cronista político. A preponderância da temática política tornou necessário o estudo acerca daquele momento histórico, cujos resultados foram modestamente expostos neste trabalho, bem como da atuação política e jornalística do escritor, crucial para que se pudesse compreender a visão dos fatos expressada em cada um dos artigos. Na tentativa de se definir um método de análise para enfrentar o rico e inusitado material com que nos deparamos, decidimos partir dessa visão do autor acerca dos eventos políticos, privilegiando-a. Não nos interessava tão somente o estudo de tais eventos, mas dar destaque ao modo como o jornalista e intelectual, disfarçado de político, compreendia-os.

A maioria dos artigos revelou, para deleite nosso, traços também do escritor literário, os quais asseguraram o reconhecimento do estilo tão marcante do modernista. A análise de tais traços evidenciou o valor literário dos textos, os quais, distantes da mediocridade e efemeridade, merecem ser retirados dos “túmulos de papel” que os ocultavam. A morte precoce do modernista acarretou certo descuido com relação a seus escritos, infelizmente pouco conhecidos e reconhecidos pelo

público leitor. No ano em que se comemora o centenário do nascimento do escritor e em que se busca resgatar sua Obra para o conhecimento público, o estudo em torno desses artigos adquire maior importância. Não mais relegados ao esquecimento, podem eles, enfim, conquistar a perenidade devida.

2 UMA GERAÇÃO REVOLTADA: ANTÔNIO DE ALCÂNTARA MACHADO E O MODERNISMO BRASILEIRO DA DÉCADA DE 20

Outros eram e queriam ser modernistas. Ele era apenas moderno. Os demais procuravam seguir escolas e modelos. Ele se procurava a si mesmo. Os outros, por isso, uma vez saturados de artificiosismo, voltaram saudosos ao que eram, enquanto ele, António, cuja evolução se processava dentro da mais perfeita naturalidade, nunca precisou imprimir ao espírito manobras volúveis, nem obrigá-lo a um movimento de retorno.

Leopoldo Aires, *Em Memória de António de Alcântara*
Machado.

2.1 ESTÉTICA MODERNISTA: ATUALIZAÇÃO E RENOVAÇÃO

Muito embora não tenha participado ativamente dos embates iniciais do Modernismo e da realização da Semana de Arte Moderna de 1922, fazendo parte do grupo de estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco que compareceu ao Teatro Municipal de São Paulo para atacar com ovos os promotores do evento – os quais, tempos depois, tornaram-se seus melhores amigos - Antônio de Alcântara Machado acabou constituindo-se como um típico escritor de seu tempo. *Pathé-Baby* (1926), *Brás, Bexiga e Barra Funda* (1927), *Laranja da China* (1928) e o romance *Mana Maria* (1936) são exemplos de livros de feições modernistas, os quais sintetizam a escrita de cunho mais ficcional do autor.

Uma vez integrado à nova tendência, Antônio assume logo a função de divulgador do movimento, a exemplo de outros escritores a ele contemporâneos. Certo é que não chegou a exercer papel de crítico, teórico ou doutrinador ferrenho. Mas era com seu costumeiro humor que buscava discutir a relevância do Modernismo e levar ao público o conhecimento da estética inovadora, através de diversos periódicos.

A partir da segunda metade da década de 20, nosso autor participa da criação de algumas revistas de vanguarda que, ao lado do jornal, eram consideradas como poderosos instrumentos de vazão e divulgação das idéias modernistas. Em 1926, toma frente do periódico *Terra Roxa e Outras Terras*, o qual dirige juntamente com A. C. Couto de Barros, e, três anos mais tarde, assume, com Raul Bopp, a direção da *Revista da Antropofagia*, de extrema importância para os rumos tomados pelo movimento, a partir de então. Ambos os periódicos tiveram existência efêmera. A publicação do primeiro interrompeu-se no sexto número, e a do segundo, no décimo primeiro. Entretanto, a *Revista da Antropofagia* teve continuidade como suplemento do jornal *Diário de S. Paulo*, quando do rompimento de Antônio com Oswald de Andrade.

Antônio de Alcântara Machado também contribui, ainda que esporadicamente, para outros periódicos, como a *Revista do Brasil* e *Novíssima*, sendo que, na primeira, além de artigos sobre a estética modernista, publica textos nos quais a matéria central é o teatro brasileiro, para o qual deu grande contribuição. No ano de 1931, encerrando sua atuação à frente de publicações modernistas, funda, junto com Mário de Andrade e Paulo Prado, a *Revista Nova*, periódico de duração tão efêmera quanto os que o antecederam.

Cecília de Lara, num estudo de fôlego acerca da Obra do escritor¹, ressalta que ele, ao firmar as propostas do movimento modernista, ao invés de caracterizá-lo, opta por destacar o seu inverso: é a partir da crítica ao passadismo e ao conservadorismo da mentalidade vigente que destaca a relevância da nova arte, reafirmando, assim, a necessidade de renovação, de erradicação dos antigos valores, em favor da implantação definitiva de novos. Antônio assume, quanto à necessidade de renovação estética, uma atitude combativa com relação ao passado, que haveria de ser encarada como uma exigência do momento presente. Em muitos dos textos divulgados tanto em jornais quanto em revistas de vanguarda, o autor demonstra ter tido

*uma visão muito nítida do espírito da época em que viveu, caracterizando a renovação em sua amplitude total: na cultura, no pensamento, nas realizações. Na arte e na vida, no plano conceptual e no exercício cotidiano, como modo de ser e de agir*².

¹ Cecília de Lara. *Antônio de Alcântara Machado: Experimentação Modernista em Prosa*. 1981. Tese. (Livre Docência) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

² *Antônio de Alcântara Machado: Experimentação Modernista em Prosa*, p. 152.

Os conceitos de ruptura e revolta intrínsecos aos ideais modernistas são, para o escritor, importantíssimos para a efetivação de uma nova literatura, como podemos perceber nos rodapés de jornal que escreveu:

Eu só acredito na sinceridade de minha geração quando tomada pelo espírito de revolta. Porque não compreendo nela outra atitude a não ser a reprovação e combate diante do Brasil atual. Do mundo atual também podia ser. Mas é o Brasil que interessa³.

A esse "espírito de revolta" e agitação deveriam advir duas atitudes essenciais: de um lado, o rompimento e destruição relativos aos modelos literários ultrapassados; de outro, a construção de uma nova literatura, integrada às tendências européias. Sobretudo nos primeiros anos do movimento, tais atitudes, ou, ao menos, a discussão em torno delas, são comuns aos intelectuais modernistas.

A luta contra o passadismo literário, contra a retórica parnasiana, é bandeira erguida com entusiasmo pelos artistas, muitos dos quais, mesmo antes de 22, procuravam despertar a necessidade de acertar os passos das artes do Brasil com os do mundo, diga-se, com os da Europa. Oswald de Andrade, na literatura; Anita Malfatti, Di Cavalcanti e Victor Brecheret, nas artes plásticas, estão entre os que irão, influenciados pelo expressionismo, cubismo, futurismo e demais "ismos" que refletiam, no universo artístico, a crise espiritual européia, divulgar e utilizar-se das novas tendências já na primeira década, causando impacto no público e a resistência de muitos intelectuais. O próprio modernismo foi tido como "futurismo" durante boa parte do período anterior a 22 pela equívoca crítica brasileira da época, sendo ridicularizado não apenas pelos teóricos da literatura, mas também por diversos escritores daquele momento.

³ Antônio de Alcântara Machado. *Cavaquinho e Saxofone - solos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 330.

A partir de 1922 e do escândalo que significou a Semana de Arte Moderna na então provinciana cidade de São Paulo, o combate ao passadismo torna-se mais intenso, sendo largamente aderido pelos novos artistas. Renunciar a herança parnasiana fazia-se imprescindível para que se edificasse no cenário das artes nacionais a nova estética, a qual muitos modernistas julgavam não ter nenhum antecedente literário. Quanto à ausência de um precursor para o Modernismo brasileiro, diz Antônio de Alcântara Machado:

É inútil procurar no nosso passado literário qualquer manifestação precursora do espírito novo. O atual movimento renovador não tem na nossa literatura (mesmo na dos trinta anos anteriores a 1922) raízes que o justifiquem ou sinais que o anunciem (...).

O modernismo brasileiro é o único argumento que existe da geração espontânea. Não teve pais. Nem ao menos preceptores. Nasceu livre de qualquer influência atávica. Sem ligações ancestrais, sem nome de família, sem nenhuma herança estética. Representou em verdade uma renovação ⁴.

Contra os velhos, os destruidores moços do pós-guerra. Num mundo em crise, tomado pelo ritmo acelerado da modernidade, o conservadorismo e tradicionalismo parnasianos já não faziam mais sentido. Integrar a literatura e a arte brasileiras no contexto mundial, torná-las "universalmente válidas", consistia em modificar definitivamente nossa mentalidade já embolorada pelo marasmo de tantos anos decorridos, isentos de qualquer proposta de renovação por parte dos intelectuais. Impunha-se, pois, a transformação.

⁴ Antônio de Alcântara Machado. *Prosa Preparatória e Cavaquinho e Saxofone*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / INL, 1983, p. 270 - 271.

Um grande número de denúncias do estado de estagnação e mesmice predominantes nas nossas artes é feito por Antônio de Alcântara Machado nas crônicas do *Jornal do Commercio* de São Paulo, ainda na década de 20. Tais relatos são provas de que a literatura brasileira estava farta das fórmulas desgastadas, necessitando urgentemente redescobrir-se:

(...) A literatura brasileira constituía um vasto domínio pertencente a meia-dúzia de cavalheiros mais ou menos respeitáveis. Ninguém ousava bulir o patrimônio sagrado. Seus donos contentavam-se em plantar de vez em quando uma rocinha de milho muito ordinária. E só. O enorme lote de terras riquíssimas continuava abandonado. Sem produzir coisa alguma. Não dava renda. Porém dava importância. Os produtos não apareciam. Ou eram miseráveis. Mas os cavalheiros passavam por grandes proprietários e era o que convinha.

Portanto a invasão da gente moça armada de talento e coragem, de Colt na cinta e machado na mão, guiando tratores Fordson e destruindo à dinamite veio ofender direitos adquiridos, velhas vantagens sempre respeitadas, provocando o salceiro que sabemos⁵.

São vários os textos que abordam o assunto, também em outros jornais. Em "Proibição"⁶, ainda inédito em livro, Olavo Bilac é extremamente atacado por sua mesmice e passadismo literários:

Desola a gente pensar que depois do movimento estupendo que foi o nosso parnasianismo o pessoal tenha dormido. Verificar que um poeta como Bilac tenha silenciado trinta anos para depois surgir com um livro literariamente mais velho que o da estréia. Ver sujeitos capazes de todas as

⁵ *Prosa preparatória e Cavaquinho e Saxofone*, p. 184.

⁶ *Diário de S. Paulo*, 10/03/1929.

façanhas pianísticas se contentarem a vida inteira em bater numa tecla só: tan-tan-tan-tan. Fechando teimosamente os ouvidos à música dos pianos vizinhos. Que diabo. Ao menos como incentivo não é nada mau a gente tirar os olhos de si para espiar os outros. Comparar para progredir.

À crítica sobre a valorização dos antigos cânones literários alia-se aquela referente ao conservadorismo da língua. No entender do escritor, o gosto pela retórica, tão comum aos parnasianos, seria intrínseco aos nossos valores, estabelecendo-se como um dos elementos definidores do caráter nacional. O conceito de "moderno" estaria, por seu lado, associado à simplicidade e leveza, em oposição natural aos resquícios da linguagem eloqüente dos parnasianos.

O “falar bonito” e “difícil” dos parnasianos haveria de ser erradicado pela confrontação com uma nova forma de linguagem. Para o escritor, a renovação desta seria possibilitada pela elaboração de uma “prosa pura”, contrária ao estilo grandiloqüente e afetado que imperava em nossa poesia. Em alguns dos textos escritos para o *Jornal do Commercio* ele chega a criticar a predileção modernista pela poesia, alegando que só a prosa poderia atender à objetividade do drama brasileiro.

O apego de Antônio à prosa parecia decorrer do valor por ele dado à objetividade, ao quadro real exibido pelo momento presente. Daí também sua grande afeição pelo jornalismo. A “prosa pura” poderia eliminar o imenso fosso entre a realidade objetiva e a representação desta através da linguagem, tarefa difícil de ser cumprida pela “poesia pura”.

Contudo, não há, por parte do próprio escritor, uma noção clara sobre quais as vias a serem seguidas a fim de que fosse descoberta uma saída para a prosa moderna brasileira, idealizada em termos de uma “prosa pura”. O que de fato a ele importava na elaboração deste tipo de prosa eram as experimentações e realizações em torno da nova estética. O “fazer” deveria ser priorizado em detrimento da teorização. É por isso mesmo que acreditava no caráter construtor do movimento

modernista: destruir a velha retórica só teria realmente sentido se tal atitude fosse simultânea à edificação de uma estética, detonadora até mesmo de um processo de renovação lingüística que abolisse os artificios parnasianos.

É com ironia que retrata o apreço dos nossos literatos pela linguagem rebuscada:

Olhem a mania nacional de classificar palavreado de literatura. Tem adjetivos sonoros? É literatura. Os períodos rodam bonito? Literatura. O final é pomposo? Literatura nem se discute. Tem asneiras? Tem. Muitas? Santo Deus. Mas são grandiloqüentes? Se são. Pois então é literatura e da melhor. Quer dizer alguma coisa? Nada. Rima porém? Rima. Lóóógo é literatura.

O Brasil é o único país de existência geograficamente provada em que não ser literato é inferioridade. Toda a gente se sente no dever indeclinável de fazer literatura. Ao menos uma vez ao ano e para o gasto doméstico. E toda a gente pensa que fazer literatura é falar ou escrever bonito.

*Bonito entre nós às vezes quer dizer difícil. Às vezes tolo. Quase sempre eloqüente*⁷.

Antônio descreve com bom humor a relação existente entre eloqüência e simplicidade, ou, mais além, entre modernidade e provincianismo no decênio de 20. De fato, inovação e tradicionalismo caminharam juntos principalmente durante os primeiros anos do Modernismo brasileiro, como reflexos de um país de mentalidade ainda colonial, que relutava em aceitar a imposição do novo e que, por isso, apresentava uma cultura em desequilíbrio:

O Brasil de hoje caminha com o pé direito metido numa botina de elástico e o pé esquerdo num sapato Charleston. O andar naturalmente não é dos mais regulares. É mesmo desengonçado,

⁷ *Prosa Preparatória e Cavaquinho e Saxofone*, p. 246.

inseguro e invencivelmente cômico. (...) no caminho dos nossos destinos vai batendo os pés sem cadência e sem elegância (...).

*Mesmice asfixiante de um lado. Civilização mal ajambrada de outro. Nem o espírito inteligente do passado nem o espírito seguro do presente*⁸.

Em favor da harmonização da cultura brasileira seria preciso demolir a antiga retórica parnasiana, a fim de se minimizar o desequilíbrio entre Arte e Vida. A postura conservadora representava o "afastamento da realidade viva do presente e negação da dinâmica do tempo"⁹, sendo responsável pelo obstáculo existente entre homem e artista. Ao Modernismo caberia humanizar este último, tornando-o um ser atuante em seu meio e não apenas um mero realizador de obras. A linguagem, vista como um instrumento social, poderia constituir um elo de ligação entre o artista e a realidade, levando à tão buscada harmonia entre Arte e Vida.

2.2 NACIONALISMO : CRÍTICA E CONSCIENTIZAÇÃO

A década de 20 no Brasil irá sentir os efeitos do pós-guerra, passando por uma forte crise nos mais diversos setores. Somava-se aos sentimentos generalizados de temor e repulsa quanto à ordem existente, advindos em parte do absurdo causado pelo grande massacre em que se resumiu a Primeira Guerra Mundial, o descontentamento relativo à situação político-econômica local, então totalmente instável. Era o velho sistema oligárquico que começava a dar claros sinais de declínio. Desequilibrado, o país necessitava redefinir-se, com a finalidade de estruturar-se e conquistar seu

⁸ "Solo calçado", *Cavaquinho e Saxofone - solos*, p. 103.

⁹ *Antônio de Alcântara Machado: Experimentação Modernista em Prosa*, p. 152.

lugar no cenário mundial. Processo pelo qual passou a maioria das nações envolvidas ou não diretamente com a guerra, mesmo aquelas economicamente mais desenvolvidas.

No Brasil, o movimento social de ação revolucionária que melhor define o estado geral de insatisfação daquele período é o tenentismo. Desencadeado em 1922 - ano em que se dá a Semana de Arte Moderna em São Paulo e, com ela, a explosão da renovação artística - o movimento pregava a modificação dos costumes políticos vigentes, assumindo uma posição nacionalista e anti-regionalista, favorável à organização de um governo central forte.

No âmbito cultural, a busca pela estabilização define-se mais propriamente como a busca pela identidade nacional. Entre nós, o nacionalismo modernista assume com relativa frequência um caráter mais defensivo que romanticamente ufanista, na medida em que visa firmar o caráter nacional diante do imperialismo estrangeiro.

Cabe lembrar que o espírito caótico do pós-guerra, acentuado pelas tensões generalizadas de ordem sócio-política, adicionou ao nacionalismo o anseio pelo amparo espiritual, aqui manifestado das mais diferentes formas, seja através da superstição ou do apego ao catolicismo. Como exemplo de intelectual ligado ao pensamento religioso podemos citar Alceu Amoroso Lima, que foi um dos maiores críticos do movimento modernista em seu início, caracterizando-se, depois, como um grande divulgador e defensor dos ideais católicos e integralistas.

Sobretudo na segunda metade da década de 20, nosso nacionalismo literário ramifica-se cada vez mais, sendo manifestado de variadas formas. É este o período no qual podemos perceber a pluralidade de interesses e opiniões do grupo de escritores modernistas, heterogêneo em sua própria formação.

Antônio de Alcântara Machado por diversas vezes demonstra sua preocupação com os desentendimentos entre os intelectuais realizadores do movimento:

Olhem o que está acontecendo com a rapaziada que pôs o Brasil artístico nos eixos universais e indígenas. O diabo. Tudo começou muito bem (...).

Mas com o tempo o pessoal foi se dividindo aos poucos. Formando grupinhos isolados. Insensivelmente. Às vezes mesmo sem querer. Atitude que não trouxe nenhum mal para o movimento até certa altura. O negócio piorou quando começaram as pauladas de lado. Alguns deram de implicar com os companheiros. Ou porque achassem que eles não estavam marchando direito, ou porque não tolerassem que eles fossem os mais olhados pela multidão presente aos exercícios, ou finalmente por uma necessidade ingênua de dar em alguém e portanto nos seus próprios companheiros já que os adversários haviam sido completamente destroçados. O fato é que a inana arrebentou feia. E hoje em dia qualquer tentativa de concórdia parece inútil mesmo. Os ânimos esquentaram-se deveras. São muitas já as ofensas imperdoáveis. E as feridas sem cura.

Uma pena (...) ¹⁰.

Note-se que o autor possuía clara noção da cisão e das tendências separatistas que irão deflagrar o surgimento de correntes internas do modernismo. Em São Paulo, por exemplo, tem-se, de um lado, a corrente dita "nacionalista", com os movimentos "ufanistas" Verde-Amarelo (1926) e da Anta (1927), contando com nomes como os de Plínio Salgado e Cassiano Ricardo; de outro, a corrente "primitivista", encabeçada por Oswald de Andrade, inicialmente difundida pelo movimento Pau-Brasil e, já em 1929, pelo movimento Antropofágico.

Nos balanços do Modernismo escritos por Antônio para o *Jornal do Commercio*, além do separatismo entre os intelectuais ser colocado como um problema, há o destaque da presença de outros "males" que persistiam no movimento: a "exuberância livresca", relacionada em parte à obsessão por citar nomes estrangeiros e ao gosto pelos debates teóricos, e a "ignorância frondosa",

atribuída àqueles escritores que se utilizavam de colocações aparentemente sábias sobre a estética das vanguardas européias, mas que eram, na verdade, totalmente infundadas ou contraditórias. O mesmo destaca Sérgio Buarque de Holanda¹¹, que afirma ser

freqüente, entre os brasileiros que se presumem intelectuais, a facilidade com que se alimentam, ao mesmo tempo, de doutrinas dos mais variados matizes e com que sustentam, simultaneamente, as convicções mais díspares

O apego exagerado ao estrangeirismo é visto por Antônio de Alcântara Machado como um aspecto desfavorável de nossa cultura. Os ideais estéticos vanguardistas deveriam ser de conhecimento dos nossos artistas, mas não poderiam ser simplesmente assimilados ou imitados. Fazia-se mister inteirar-se deles, a fim de atualizar as nossas artes, sem no entanto perder de vista que caberia ao artista moderno brasileiro, antes, adaptar as novas tendências européias à realidade local. A extrema valorização e a imitação do estrangeiro eram entendidas como resultantes da nossa subalternidade ideológica e do sentimento de inferioridade diante do europeu, necessitando ser, por isso, rapidamente expurgadas de nossa cultura:

(...) o mais acertado é não ligar a mínima à opinião do estrangeiro. Ou então pagar com igual moeda. Porque a coisa não endireita mesmo. A mania do europeu é falar mal do americano.

Seja a do americano dizer o diabo do europeu.

Foi-se o tempo em que o brasileiro precisava do estrangeiro para alguma coisa. Tudo quanto era bom vinha de fora. E só era bom o que vinha de fora ainda quando era mau. Hoje a

¹⁰ *Prosa Preparatória e Cavaquinho e Saxofone*, p. 194 - 195.

¹¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 155.

cantiga é outra. A Europa principalmente é que precisa da América. Quem canta de galo é a gente.

O europeu que venha pra cá trabalhar se quiser.

Trabalhar só. Muito caladinho. Não sendo assim volte para o lugar de onde veio. E não se queixe se morrer de fome¹².

Conforme podemos perceber através do trecho citado, a visão acerca do estrangeiro não se restringe ao aspecto cultural, mas estende-se, de certa forma, ao âmbito social. A imigração é vista também pelo seu lado negativo: a leitura das entrelinhas permite constatar a antipatia pelos movimentos organizados dos estrangeiros, que traziam para cá seus ideais revolucionários e anarquistas. Nota-se que a figura do imigrante, personagem central dos contos do escritor, era, assim, relativamente bem vinda enquanto força produtiva, mas mal vista enquanto possível agitadora de movimentos de força e detonadora da indisciplina social.

A infiltração do elemento estrangeiro em nosso meio, mormente do italiano, adicionando-se à antiga trindade étnica brasileira, não poderia ser ignorada no processo de formação de uma nova identidade nacional e de recomposição da "raça brasileira". Alcântara é, entre os modernistas, aquele que melhor registrou o surgimento da indústria na cidade de São Paulo, repleta de imigrantes italianos espalhados pelos bairros do Bexiga, Barra Funda e Brás, os quais construíram um jeito próprio de falar português: o jeito "macarrônico", destacado por Juó Bananere, por quem nosso autor tinha grande admiração.

Apesar da adesão aos ideais propagados pelo movimento antropofágico, António de Alcântara Machado destaca-se, em meio à acirrada disputa entre as militâncias, como uma das poucas inteligências que "conseguem manter a lucidez e a presença de espírito para avaliar os riscos

¹² *Prosa Preparatória e Cavaquinho e Saxofone*, p. 181.

do naufrágio da reflexão e da crítica"¹³. O radicalismo da "tirania mental", preconizada pelas correntes ditas nacionalistas e primitivistas, não é por ele visto positivamente. Num "desabafo" à *Revista do Brasil*, faria a denúncia do maniqueísmo que assumira o debate nacionalista entre os intelectuais brasileiros. A respeito de tal artigo, diria:

*A redação da **Revista do Brasil** tem em seu poder um artigo que é o meu desabafo. Nele eu berro contra essa tolice maníaca e inútil de querer saber quem é que marcha certo. Quem não escreve assim assado não é moderno brasileiro. Para ser considerado é preciso acomodar a sua maneira a uma bitola consagrada. A bitola Mário de Andrade, por exemplo. Coisa que se não faz muito mal ao Mário ("a imitação é a mais útil das contraprovas" para Paul Morand) não faz pouco a todo o movimento*¹⁴.

Ao mesmo tempo em que se mostrava um grande divulgador e defensor da estética modernista, Antônio era favorável ao exercício literário, digamos, mais individualista, alheio a padrões e modelos a serem radicalmente seguidos. Para ele, todo escritor deveria dar personalidade própria aos seus escritos, devendo estar preocupado, antes, em produzir:

Cada qual que tome o rumo que lhe convier. Da multiplicidade de criações e tendências sairão amanhã a criação e a tendência boas. O que aliás de nada adiantará. Porque em literatura teoria constituída é teoria por terra. A obra em projeto ou crescimento é respeitada. Realizada tratam logo de escangalhar com ela. Assim é.

¹³ Nicolau Sevcenko. *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 300.

¹⁴ *Prosa Preparatória e Cavaquinho e Saxofone*, p. 281.

*E assim é que está certo*¹⁵.

Por assim pensar é que António de Alcântara Machado foi capaz de realizar uma obra, em certa medida, individualista, e sobretudo irreverente. Não é à toa que Mário de Andrade o chamava de “o prosador do Modernismo”. Muitos dos ensaios e críticas, contos e crônicas do autor ganham por vezes tamanha autenticidade que funcionam como organismos vivos, caminhando com suas próprias pernas e vencendo o tempo para se eternizarem definitivamente entre nós. E vez ou outra deixam também transparecer a relação agônica entre o individual e o social, a subjetividade e a objetividade, refletindo

*as inquietações interiores, as contradições individuais, algumas vezes coincidentes com o espírito do Modernismo que, procurando o popular, o social, a comunicação ampla, esbarrava com a impopularidade da arte nova e com as limitações do seu próprio intelectualismo*¹⁶.

2.2.1 O JORNAL COMO INSTRUMENTO

Se é certo que nosso autor esbarrava, por vezes, “com as limitações do seu próprio intelectualismo”, é ainda mais acertado dizer que, acima de tudo, foi ele um crítico pertinaz de nossa realidade, quase sempre apontando, em seus textos, as imperfeições e instabilidades do caráter nacional. Tinha, assim, uma “visão jornalística” altamente crítica acerca dos fatos que presenciava, ainda mais acurada quando o assunto tratado era a política nacional.

¹⁵ *Prosa Preparatória e Cavaquinho e Saxofone*, p. 285.

¹⁶ Luís Toledo Machado. *António de Alcântara Machado e o Modernismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 141.

A carreira jornalística de António de Alcântara Machado começou cedo. Em 1923, pelas mãos de Mário Guastini, passou a contribuir para o *Jornal do Commercio*, periódico perrepista de São Paulo, na seção “Só aos domingos”. Antes disso, alguns artigos “preparatórios” do escritor (da fase em que podemos considerá-lo ainda como não adepto do Modernismo) já haviam sido publicados. O primeiro, sobre o ator português Chabi Pinheiro, foi veiculado em 13 de fevereiro de 1921, no jornal *O Norte*, de Taubaté, interior de São Paulo. No *Jornal do Commercio* publica “Vultos e livros”, de 29 de setembro de 1921. Longo e de tom eloqüente, tal artigo consiste numa crítica severa feita por António, então com 19 anos de idade, ao livro de Arthur Mota, que leva o mesmo título do artigo.

Anterior à veiculação dos artigos presentes em “Só aos domingos” é também a publicação de dois discursos de António de Alcântara Machado. O primeiro, a propósito do escultor Brizzolara, surge no *Estado de S. Paulo*, em 27 de novembro de 1922. O outro é publicado pelo *Jornal do Commercio*, no dia 6 de abril de 1923, intitulado “Dr. Mendes Jr.”.

Nas páginas da seção “Só aos domingos” aparecem as primeiras versões de “Gaetaninho”, “Carmela” e “Lisetta”, textos integrantes do livro de contos *Brás, Bexiga e Barra Funda*. Os “sueños” são publicados entre 1924 e 1926, constituindo estudos precursores a respeito do ambiente paulistano da década de 20. Além dos “sueños”, António de Alcântara Machado colabora também para outras seções do periódico de Mário Guastini, como “Várias Notícias”, “Gazetilha” e “Teatros e Música”, chegando a exercer as funções de redator e de substituto do redator-chefe do jornal, inclusive durante a revolução de 1924. Muito possivelmente são de sua autoria os cabeçalhos do noticiário cotidiano da cidade de São Paulo,

*então sob ocupação militar, em poder dos revoltosos, quando o governo do Estado abandonou a sua sede no Palácio dos Campos Elísios e instalou-se provisoriamente em Guararema, na perifeira da capital, durante o bombardeio da capital paulista*¹⁷.

Em decorrência de uma viagem ao continente europeu, no ano de 1925 o autor ausenta-se do Brasil por oito meses, período durante o qual envia ao *Jornal do Commercio* algumas crônicas de viagem, as quais deram origem ao livro *Pathé-Baby*, publicado em fevereiro do ano seguinte. Em 1926, António passa a se encarregar do rodapé do referido jornal, inicialmente intitulado “Saxofone” e, posteriormente, “Cavaquinho”, por ser este um instrumento mais “caracteristicamente nacional”. A seção dura um ano e marca o fim de sua colaboração para o jornal paulista. Passados catorze anos, parte das crônicas escritas para o periódico são editadas sob o título de *Cavaquinho e Saxofone - Solos*, pela editora José Olympio.

Houve, no ano subsequente, contribuições esporádicas do escritor para *O Jornal do Rio de Janeiro*, que em 1929 passa a colaborar também para o *Diário de S. Paulo*, um dos periódicos da cadeia dos *Diários Associados*, de propriedade de Assis Chateaubriand e dirigido por Rubens do Amaral. Muitos dos artigos de António de Alcântara Machado veiculados pelo jornal carioca foram também publicados no jornal paulistano, geralmente no dia seguinte à sua publicação naquele, conforme pudemos verificar. Em 1933, passa a escrever o rodapé literário dos *Diários Associados*, “Reportagem Literária”. Suas colaborações para a cadeia de jornais de Chateaubriand seguem-se até o ano de 1935, no *Diário da Noite* do Rio de Janeiro.

¹⁷ Francisco de Assis Barbosa. “Nota biográfica”. In: MACHADO, António de Alcântara. *Novelas Paulistas*. Rio de Janeiro - Belo Horizonte: Garnier, 1994.

No final da década de 20 e início de 30 o autor de *Mana Maria* contribui para o *Diário Nacional*, jornal paulistano pertencente aos organizadores daquele partido. Escreve aí ocasionalmente, na seção “Caixa”, reservada para a crítica teatral.

Em 1934, Antônio de Alcântara Machado assume a direção do jornal *Diário da Noite*. Inaugura então uma nova etapa de sua atividade jornalística - a que nos interessa discutir neste estudo, interrompida em decorrência de seu falecimento, em 14 de abril de 1935, na Casa de Saúde de São Sebastião, tendo sido o escritor vítima de uma apendicite.

O trabalho jornalístico de Antônio, desde o início, em 1923, até a morte do escritor, não sofreu grandes períodos de interrupção. Tanto no *Jornal do Commercio* quanto em outros periódicos a prática de seu jornalismo fortemente engajado fazia-se sempre presente.

Destaque-se, pois, a importância dada pelo modernista ao jornalismo enquanto veículo máximo de comunicação e espaço privilegiado para o questionamento de problemas sociais, políticos e culturais de seu tempo. Ele próprio revelara-se um exímio colecionador de artigos jornalísticos, sendo considerado por seus contemporâneos como um modelo ideal de leitor de jornal.

No mais, a imprensa escrita poderia ser um instrumento poderoso nas mãos dos intelectuais modernistas, pois tornava possível a aproximação entre o grande público e o escritor, sendo este último sempre fiel ao objetivo de criação de uma consciência cultural acerca da *realidade brasileira*. O jornal, assim como a literatura, ainda que de modo diferente desta, constituía um meio de redescoberta e reconceituação da realidade, compromisso assumido por muitos intelectuais brasileiros ainda na década de 20 e definitivamente abraçado por muitos deles nos anos 30.

Vale destacar, contudo, que a realidade mostrada nos jornais muitas vezes não é reveladora da verdade histórica, uma vez que a própria subjetividade - também presente nos textos meramente jornalísticos do autor - possibilita a análise de cunho ideológico. No decênio de 30, quando Antônio abraça definitivamente o jornalismo (e a política), vê-se, por detrás de cada crônica por ele escrita, o

perfil “burguesmente liberal”¹⁸ do intelectual afetado, originário da decadente oligarquia paulista quatrocentona.

No que se refere à tomada de consciência brasileira, o nacionalismo de Antônio de Alcântara Machado debruça-se inclusive sobre nosso passado histórico. O interesse do autor pelos escritos e pela vida do padre José de Anchieta, a respeito de quem publica, em 1929, *Anchieta na Capitania de São Vicente*, coincidia com a necessidade de afirmação da consciência histórica brasileira - ou, antes, da consciência histórica paulista - e com a busca por enfatizar a tradição diante das mudanças ocorridas na paisagem urbana, decorrentes do acelerado processo de industrialização e imigração, bem como diante das diversas modificações ocorridas no campo político, que significavam uma forte ameaça aos oligarcas paulistas.

Mas era na realidade do momento presente que nosso autor mostrava estar mais interessado. Mesmo no início dos anos 20, período em que a questão estética era predominante, o debate acerca da problemática social e política prevalece em suas crônicas, ao passo que a ênfase no social é algo que só seria priorizado pelos modernistas, de modo geral, no decênio seguinte.

O que não significa necessariamente dizer que Antônio tenha sido um escritor à frente de seu tempo, mas sim, um típico escritor de seu tempo. Vale dizer: moderno. Isso em parte por ter intencionado fazer da prática modernista um exercício contínuo de atualização e renovação, integrando-a ao comezinho, à realidade presente da vida cotidiana.

Muito possivelmente pelo fato de Antônio de Alcântara Machado estar mergulhado na realidade brasileira é que seu nacionalismo literário não tenha tardado em desembocar no nacionalismo político, sendo este igualmente destituído de ufanismo e imbuído de um tenaz espírito crítico, que avança além da década de 20. A literatura, bem como as outras formas de arte, parece

¹⁸ Francisco de Assis Barbosa. Introdução a *Novelas Paulistas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

ser entendida pelo escritor como meio de transformação em vários setores: pessoal, cultural, social, devendo levar um espírito renovador até mesmo à política e ao jornalismo.

Enfim, ao nosso autor importava atentar para a maneira pela qual as formas de pensamento surgem como instrumento de ação coletiva no próprio cotidiano, na realidade a partir dele observada, e não nos livros. Nesse sentido, Antônio pode ser considerado, assim como o descreve Candido Motta Filho, como "tipicamente um intelectual. Mas um intelectual no sentido realista e não no velho e perigoso sentido romântico"¹⁹.

Assim sendo, não causa espanto a dedicação do escritor à atividade jornalística, principalmente em 30, e sua defesa por um "caráter documental" da literatura, em detrimento da escrita acadêmica. Uma de suas grandes colaborações para a prosa brasileira está nas crônicas que escrevia para diversos jornais, grandes aliados do artista atento aos fatos do dia-a-dia.

E é demonstrando sua aversão pela literatura (entenda-se: pela literatura acadêmica) que escreve em resposta ao poeta Carlos Drummond de Andrade:

Drummond, eu sou inimigo da literatura. Compreendeu agora? Eu não quero escrever livros, eu não quero fazer literatura. Assim sendo dou ao que escrevo uma aparência não livresca, não literária.

Você diz que eu quis matar a literatura. Adivinhou. Quis mesmo.

*Você acrescenta que eu matei. E isso eu lhe agradeço*²⁰.

¹⁹ "O nosso Antônio". In: *Em Memória de Antônio de Alcântara Machado*. São Paulo: Pocaí, 1936, pp. 46/47.

²⁰ Trecho também citado por Cecília de Lara em *Antônio de Alcântara Machado: Experimentação modernista em prosa*, p. 284 - 285.

3 ENTRE INTELECTUALIDADE E POLÍTICA

O movimento de Inteligência que representamos, na sua fase verdadeiramente “modernista”, não foi o fator das mudanças político-sociais posteriores a ele no Brasil. Foi essencialmente um preparador; o criador de um estado de espírito revolucionário e de um sentimento de arrebatção. E se numerosos dos intelectuais do movimento se dissolveram na política, se vários de nós participamos das reuniões iniciais do Partido Democrático, carece não esquecer que tanto este como 1930 eram ainda destruição. [...] O movimento social de destruição é que principiou com o Partido Democrático e 1930. E no entanto, é justo por esta data de 1930, que principia a Inteligência brasileira uma fase mais calma, mais modesta e quotidiana, mais proletária, por assim dizer, de construção. À espera que um dia as outras formas sociais a imitem.

Mário de Andrade, “O movimento modernista”

3.1 OS INTELLECTUAIS E A POLÍTICA EM 30

O final dos anos 20, marcado pela crise mundial de 29, assinala, no Brasil, uma nova etapa de agitação ideológica e social. A incorporação tardia da II Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, surge como resultado da necessidade de adaptação ao novo mundo capitalista. Decorrente disso, o sistema agrário brasileiro não pode mais sustentar-se, e a queda brusca do preço do café finda por desestabilizar um país que vinha tendo na exportação do produto sua maior fonte de renda.

A chamada “República das Oligarquias”, a qual desde o início de 1920 já dava sinais nítidos de decadência, em 1929, revela-se insustentável. A gravidade da crise econômica sofrida pelo país, que Washington Luís parecia buscar esconder¹, tinha seus reflexos na classe média urbana, e esta, submetida a um aumento significativo no custo de vida, volta-se contra o presidente em exercício.

A fim de romper com o tácito acordo de sucessão presidencial travado entre São Paulo e Minas Gerais, forma-se a Aliança Liberal, resultado de um acordo entre o Rio Grande do Sul e dissidentes políticos de Minas Gerais, bem como da aceitação do nome de um gaúcho, Getúlio Vargas, para candidato a presidência. Mais tarde, a Aliança Liberal também contaria com o apoio do Estado da Paraíba.

Auxiliado pelo então presidente da República, Luiz Carlos Prestes derrota Getúlio nas eleições de março de 1930. Inconformadas, as lideranças jovens dos Estados envolvidos com a Aliança Liberal, tocadas com o assassinato de João Pessoa, na Paraíba - morte anunciada publicamente como um ato político² - articulam-se em torno de uma possível revolução. A eles

¹ O presidente Washington Luís, no intuito de não prejudicar seu sucessor na Presidência da República, o qual deveria ser por ele mesmo indicado, procurava negar, aos olhos da população, a gravidade da crise econômica que assolava o país no final de seu mandato.

² Tem-se notícia de que a morte de João Pessoa teria sido, em verdade, resultado de um crime passionai. Contudo, muito convinha aos políticos da Aliança Liberal caracterizá-la como ato político: o alarde criado com o falecimento de Pessoa, a vinda de seu corpo ao Rio de Janeiro e o acompanhamento dos funerais por parte da população fez eclodir a Revolução de 30, previamente articulada por membros da Aliança.

juntam-se tenentes e políticos insatisfeitos, visando derrubar o presidente eleito, o que significaria o fim do predomínio dos oligarcas da velha República.

A Revolução de 30 estoura no mês de outubro. Contando com uma miscelânea de tendências políticas, ideológicas e doutrinárias contraditórias entre si, a Aliança dispunha-se a destruir o “Estado liberal”, instaurando a República Nova com a conquista da presidência por Getúlio Vargas. Ele, que a princípio aparentemente relutara em aceitar a candidatura, viria a ser o chefe do Governo Provisório (1930-1934), entrando depois para a História do país como o presidente que durante mais tempo permaneceu no exercício do poder.

O clima de inquietação social de 1930, o qual modificou o quadro político brasileiro, era o mesmo que contagiava outros setores, como o da cultura. A existência de uma relação entre o movimento literário iniciado em 1922 e a agitação social que desencadeou a Revolução é atestada, anos mais tarde, pelas palavras do próprio presidente Getúlio Vargas:

*As forças coletivas que provocaram o movimento revolucionário da literatura brasileira, que se iniciou com a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, foram as mesmas que precipitaram, no campo social e político, a Revolução de 1930.*³

Há que se destacar mais uma vez a eclosão quase que simultânea do levante dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, e da Semana de Arte Moderna. Apesar de poderem ser considerados como movimentos distintos em suas bases (um político, o outro, cultural), ambos tinham como catalizadores o descontentamento e o sentimento de revolta quanto à estrutura ultrapassada da civilização brasileira, impregnada ainda por uma espécie de colonialismo político e mental. Era isso que os unia. Nesse sentido é que caminham os dois movimentos, preparando o terreno para uma

revolução mais “madura”, alcançada em 30 - muito embora esta não tenha obtido tanto êxito em seus objetivos gerais, uma vez que os interesses particulares acabaram sendo privilegiados em detrimento dos objetivos econômicos e sociais.

Fato é que com a virada da antiga para a nova República ocorre também uma transformação do ambiente cultural brasileiro, dando vazão ao surgimento de um “novo Modernismo”. Esta nova etapa do nosso Modernismo, segundo Wilson Martins, teria proporcionado a conclusão da metamorfose para o moderno, assumindo mais claramente opções sociais “em lugar da gratuidade estética de que até então tinha vivido”⁴. Se é certo, pois, que o projeto estético de 20 continha em seu interior o projeto ideológico, o primeiro acaba sendo, em 30, quase que totalmente “deglutido” por este último.

Os modernistas de 20 já demonstravam um desejo de definição ideológica, em termos de afirmação de um caráter nacional e, ao mesmo tempo, de inserção do país no contexto mundial. Disso talvez a fase antropofágica seja a mais ilustrativa, enquanto princípio maior de ideologia cultural do movimento modernista até aquele período, como vimos no capítulo anterior. De fato, a Antropofagia representou um dos primeiros contatos dos intelectuais de 20 com a realidade política, “dividindo-os e orientando-os no sentido do futuro”⁵, que não tardaria muito a chegar.

Mas é em 30 que a relação estabelecida entre os modernistas e o meio político estreita-se ainda mais. A procura por uma definição ideológica é intensificada, transformando-se aos poucos em luta ideológica - transmutação que só pode ser explicada politicamente, como sendo fruto de um mundo que se via às voltas com tendências diversificadas, como o fascismo, nazismo, comunismo, socialismo e liberalismo, as quais haveriam de afetar o meio sócio-político brasileiro. Simultaneamente à eclosão de tantas forças políticas temos em nosso país uma fase de organização

³ Getúlio D. Vargas. *O Governo Trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, p. 382.

⁴ Wilson Martins. *História da Inteligência Brasileira*. vol. 6. São Paulo: Cultrix - Edusp, 1977, p. 497.

de forças direitistas e esquerdistas, através da Ação Integralista de Plínio Salgado, da Aliança Nacional Libertadora e do Partido Comunista. Além dessas vertentes, há que se considerar também a importância do populismo trabalhista de Getúlio Vargas e da consciência da luta de classes, a qual irá infiltrar-se, inclusive, na literatura.

Por esses motivos, a grande maioria dos estudiosos do Modernismo considera o decênio de 30 como a fase máxima de amadurecimento e equilíbrio do movimento, já que os “modismos” e “cacoetes” de 20 - resumidos no mero exercício de experimentação estética - teriam sido sobrelevados. De fato, uma vez combatido o passadismo retórico dos parnasianos, a incorporação crítica da chamada *realidade brasileira* poderia engrandecer, ou mesmo rematar a revolução iniciada na linguagem.

Assistimos, pois, em 1930, a uma diluição da estética modernista da fase heróica, ao passo que o decênio nos traz, como recompensa, a valorização da *realidade brasileira*, definitivamente incorporada pelos modernistas, agora num tom mais propriamente denunciatório e revolucionário. A partir dessa intensa valorização dá-se o aprofundamento dos estudos de temas brasileiros, contando com nomes como os de Paulo Prado e seu *Retrato do Brasil* (publicado em São Paulo no ano de 1928 e reeditado no Rio em 1931); Gilberto Freyre, com o célebre *Casa Grande e Senzala* (1933); Sérgio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil* (1936); e José de Alcântara Machado, pai de Antônio de Alcântara Machado, que publica, em 1929, *Vida e Morte do Bandeirante*, livro reeditado em 1943 e do qual trataremos mais adiante.

Em nenhum outro momento de nossa literatura a *realidade brasileira* havia sido tão discutida quanto em 30. A questão política passa a ser vista como questão social, sobre a qual era necessário discutir e da qual era crucial participar. A consciência acerca da condição de subdesenvolvimento à qual se submetia o país despertava nos ideólogos daquele momento o interesse em conquistar e

⁵ Oswald de Andrade. *Ponta de Lança*, 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 102.

desnudar a verdade - uma verdade parcial, não apenas por ser “filtrada” pelo parecer ideológico, mas por ser, ela mesma, instável e fragmentária.

O enfoque nos problemas nacionais dá-se, pois, em prol da exploração e desnudamento do Brasil, substituindo, não raro, o nacionalismo ufanista pela crítica pessimista. É o que podemos perceber através das crônicas de Antônio de Alcântara Machado, mormente aquelas escritas na década de 30. O pessimismo do autor quanto à *realidade brasileira* é patente, diferenciando sua postura do posicionamento de Plínio Salgado, por exemplo, o qual perdura em 30 e é realizado politicamente através do integralismo.

A “harmoniosa convivência e troca de serviços entre literatura e estudos sociais” na década de 30, da qual nos fala Antonio Candido ⁶, tem como resultado a realização de obras de ficção com características bastante peculiares. Nelas, de acordo com o crítico, há um esforço por construir uma literatura universalmente válida (ambição modernista), mediante a participação e integração nos problemas gerais, ao mesmo tempo em que se verifica a fidelidade ao local.

O regionalismo literário é largamente propagado na época, obtendo grande repercussão. Livros como *Suor*, de Jorge Amado, *Banguê*, de José Lins do Rego e *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, todos de 1934, nos quais o Nordeste surge como cenário principal, dão início a uma série de romances que irão explorar temas como o da seca e sua influência sobre o homem nordestino.

Menos ou mais intensamente ligados a questão sócio-política, nossos intelectuais de 30 foram os principais responsáveis pelo aprofundamento das relações estabelecidas entre Arte e Ideologia no Modernismo brasileiro. E se a propagação das idéias pôde ser feita através de longos estudos (históricos, sociais, políticos, lingüísticos, etc.) e romances, foi também viabilizada, mesmo por aqueles mais engajados no projeto ideológico, através dos escritos jornalísticos.

⁶ Antonio Candido. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976, p. 134.

Conforme vimos no capítulo anterior, foi o jornalismo um dos melhores veículos de propagação do ideário modernista, sobretudo no que concerne à conscientização sobre a *realidade brasileira*, mesmo porque era capaz de atingir um público muito mais vasto do que aquele tocado pelos ensaios e romances. Muitos modernistas, como Sérgio Milliet, Oswald e Mário de Andrade, por exemplo, dedicaram-se à produção jornalística principalmente enquanto militantes da nova estética. Mas Antônio de Alcântara Machado, além de ter sido um dos escritores que melhor souberam fazer uso do jornal como meio de divulgação das idéias modernistas, revela também, através do mesmo, a preocupação com respeito ao quadro político do país (tema central de suas crônicas em 30). Além disso, diferentemente dos autores citados, Alcântara fez do jornalismo uma profissão e levou a este veículo seus ideais de renovação, sendo um dos responsáveis pela modernização da imprensa brasileira da época .

3.2 ANTÔNIO E A POLÍTICA

A consciência acerca da crise nos mais diversos setores por parte dos intelectuais brasileiros levava fatalmente ao inconformismo e ao protesto, desembocando no envolvimento de muitos com a política, já no decênio de 20. Alguns escritores modernistas, como Raquel de Queirós, eram adeptos do comunismo e filiados ao Partido Comunista, aqui fundado em 1922. Outros, ainda que ditos "simpatizantes do comunismo", filiaram-se, em São Paulo, ao Partido Democrático de Antônio Prado, a exemplo de Mário de Andrade.

A adesão de alguns intelectuais ao Partido Democrático, no final dos anos 20, significava, em certo sentido, uma atitude de revolta quanto ao ultrapassado sistema oligárquico vigente em São Paulo. Fazia-se necessário o combate ao Brasil tradicionalista e agrário, às antigas idéias em torno

da *realidade brasileira*, externadas pela "democracia dos coronéis", a qual tinha como líder o Partido Republicano Paulista.

O Partido Democrático, vale dizer, formou-se a partir da união de alguns segmentos descontentes do Partido Republicano Paulista, defensor dos interesses dos oligarcas cafeicultores, sendo fundado no dia 24 de fevereiro de 1926, pouco antes do início do governo de Washington Luís. Nasceu, portanto, de um pequeno grupo da classe dominante ligado ao setor do café, e teve como proposta inicial reformar os costumes políticos paulistas e brasileiros, numa ânsia reformista baseada em questões políticas e morais.

Foram também os intelectuais envolvidos no Partido Democrático que organizaram o *Diário Nacional*, periódico que começou a circular em julho de 1927, opondo-se naturalmente ao *Correio Paulistano*, liderado pelo Partido Republicano Paulista. Nas páginas do *Diário Nacional*, para o qual Antônio de Alcântara Machado, como dissemos, colaborava esporadicamente com sua crítica teatral⁷, nota-se a preocupação em atingir principalmente a classe média urbana, através da presença de assuntos que atendessem aos seus interesses políticos e morais.

É curioso o fato de que nosso escritor, ironicamente, além de contribuir para o jornal do Partido Democrático, foi também o responsável, em 1929, pela coluna intitulada "O ponto de vista do PRP", n' *O Jornal*, do Rio de Janeiro. Tinham conhecimento da autoria da coluna apenas Assis Chateaubriand e Rodrigo de Mello Franco. Todos imaginavam que o autor dos artigos fosse um fervoroso perrepista, segundo nos revela Chateaubriand:

⁷ Mário de Andrade também participava do jornal, com suas crônicas de viagens publicadas em livro sob o título de *O Turista Aprendiz*.

*O disfarce de Alcântara era completo. Os srs. Antônio Carlos e João Neves queriam saber quem era aquele intruso, que defendia, na nossa maior tribuna liberal, o PRP moribundo para o poder*⁸.

É no interior de uma política de bases conservadoras e legalistas que o PD visa agir. Interessa à maioria de seus membros a participação no processo eleitoral, o que pode ser constatado na organização do partido para as diversas eleições. Com as fraudes e pressão oligárquica do PRP, "elementos mais radicais" do partido estabelecem contato com o tenentismo, no exílio, e também com o Partido Libertador⁹. E muito embora tenha relutado em acatar os ideais da luta armada que iria culminar em 1930, o PD, enquanto partido oposicionista, acaba apoiando a candidatura de Vargas, a Aliança Liberal e a Revolução, para mais tarde romper publicamente com o chefe do governo provisório.

Toda essa divagação em torno do Partido Democrático é necessária, a fim de entendermos melhor a atuação política posterior de Antônio de Alcântara Machado, seus interesses e ideais. A aproximação do autor ao partido, no final da década de 20, contribui para a definição de seu posicionamento no período seguinte, quando de fato se integra ao universo político.

O ano de 1930 vai encontrar nosso escritor em nova viagem pela Europa, quando no Brasil os "democráticos" já se mostravam bastante insatisfeitos com o movimento revolucionário que haviam ajudado a organizar. Nesse período, alguns dos partidários do PD foram acusados de aliar-se aos seus rivais políticos de ontem, ou seja, os filiados ao velho Partido Republicano Paulista. Era

⁸ Assis Chateaubriand. "O comandante do submarino". In: *Em Memória de Antônio de Alcântara Machado*, p.16.

⁹ Edgar Carone. *A República Velha - II evolução política (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1977.

*a crise da ilusão que, se de um lado levaria a revolta às fileiras do antigo PD, pelo outro, frustraria o próprio "tenentismo" que, tendo inicialmente cultivado o heroísmo e a revolta como normas de ação de vida e adotado a revolução como forma compulsiva de seu destino, terminava dividido, abalado e, finalmente, descaracterizado. Na verdade, a revolução falhara no plano econômico e social, nos termos em que se anunciara*¹⁰.

Ao descrever o fracasso da Revolução de 1930, em "Confederação" ¹¹, António revela a frustração daqueles que foram os responsáveis por organizar o movimento aliancista:

Com certeza a Revolução de 30 será um dia julgada severamente menos pelo que fez pelo que deixou de fazer. Os homens que ela colocou no poder discricionário não souberam aproveitar a oportunidade esplêndida que a sorte política lhes ofereceu. Para principiar, o programa assentado era vago, em nada se distinguia das plataformas presidenciais. Depois não foi em torno dele, para a sua realização, que se uniram civis e militares. O que os irmanou momentaneamente foi o desejo de impedir a posse do Sr. Júlio Prestes com todas as suas conseqüências. Mais nada. A conquista do poder em suma. Conseguindo isso, os vitoriosos passaram a não se entender e também não entenderam o país. Das promessas da propaganda só se cumpriu (e toda a gente sabe à custa de quanta luta) a que se referia à instituição do voto secreto. Fora daí algumas reformazinhas parciais nem sempre felizes. Nenhuma reforma geral, radical e duradoura como era de se esperar de uma revolução sangrenta.

A adesão completa de António de Alcântara Machado à política deu-se com a Revolução de

¹⁰ António de Alcântara Machado e o Modernismo, p. 27.

¹¹ Cavaquinho e Saxofone, p. 508.

32, em São Paulo. O movimento paulista – o qual era, para alguns historiadores, separatista, enquanto, para outros, tinha o objetivo evidente de depor Getúlio Vargas mediante o uso da força¹² e garantir a descentralização do poder –, conseguira arrancá-lo definitivamente da posição de mero espectador. Porém, segundo consta, não foi com muito entusiasmo que o autor teria abraçado a carreira, nela adentrando com algum receio e certo "pudor assustadiço"¹³. E é desencantado com o andamento dos assuntos políticos no país e com a situação paulista que assume, primeiramente, o cargo de chefe da propaganda do Rádio na Revolução de 32, sendo, em 1934, levado à secretaria da Bancada Paulista na Assembléia Constituinte. Pouco depois seria eleito 23º deputado à reconstitucionalização pelo Partido Constitucionalista, liderado por Armando Salles de Oliveira, cargo que não chegaria a exercer devido a seu falecimento.

O entusiasmo que contaminava São Paulo durante o movimento constitucionalista contagiou Antônio, que se alistou no batalhão da Liga da Defesa. Mas o escritor fez-se de fato combatente através da rádio Record, a “voz da revolução”. Dentre os discursos escritos por ele destaca-se o seguinte:

*Quarenta anos de erros, de fraquezas, de hesitações e incongruências culminaram na mais desalmada, na mais nefasta das tiranias. Só uma mentalidade nova, objetiva e realizadora conseguirá arrancar o Brasil do atoleiro das competições pequeninas, esmagando mais do que a tirania, o espírito de tirania. Destruindo um a um o germe desse caudilhismo, ora brando, ora disfarçado, que tem sido a mais terrível mazela de toda nossa história política.*¹⁴

¹² Wilson Martins é um dos estudiosos que defendem essa tese

¹³ Sérgio Milliet. "Antônio de Alcântara Machado". In: *Em Memória de Antônio de Alcântara Machado*, p. 184.

¹⁴ Trecho também citado por Santa M. Nogueira Silveira em *Antônio de Alcântara Machado: na prática jornalística, a busca da renovação*, p. 80. 1986. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Uma vez adotado o papel de homem público, fazia-se necessário reverter a tão deprimente situação na qual se encontrava o país. Dario de Almeida Magalhães, grande amigo de António de Alcântara Machado, comenta acerca da importância desse caráter renovador à política brasileira - ou, mais precisamente, à política paulista daquele momento:

Na remodelação política que São Paulo experimenta, após a Revolução de 32, o senhor Armando de Salles Oliveira percebeu que o jovem intelectual, que tão destacado papel tivera na revolução, deveria ser o representante da nova geração nos quadros partidários; e os votos paulistas, num pleito disputadíssimo, fizeram-no deputado federal. António de Alcântara Machado era, assim, uma personalidade que se impunha nas horas de renovação.¹⁵

3.3 PAULISTAS DE 400 ANOS

Não poderia ser outro motivo senão a “questão paulista” o responsável direto por conduzir nosso autor pelos tortuosos caminhos da política. Por detrás de tal motivo havia a herança política familiar, posto que António de Alcântara Machado pertencia à décima segunda geração de uma das mais antigas e tradicionais famílias de São Paulo, tanto do lado materno quanto do paterno, sendo que muitos de seus parentes eram voltados para o exercício da política desde os tempos da colonização da capitania.

São principalmente os ascendentes paternos do escritor aqueles que se destacam por ter tido suas vidas marcadas pela dedicação à política e à intelectualidade. O bisavô de António, José Joaquim Machado d'Oliveira (1790 - 1867), foi o pioneiro da família a abraçar a política e a prática do magistério. Historiador e geógrafo, foi ele também veterano das campanhas do Sul, presidente de

cinco províncias, deputado geral e diplomata. Seu filho, Brasília Augusto Machado d'Oliveira (1849 - 1919) seguiu os mesmos rumos. Jurista, tribuno, professor da Faculdade de Direito de São Paulo e barão da Santa Sé, teria sido ele também um dos responsáveis pelo projeto de verticalização da capital paulista.

Foi Brasília Machado Neto (1900 – 1968) quem, após o falecimento do irmão, deu continuidade à tradição política da família, em 1945, como deputado estadual, líder do Partido Social Democrático de São Paulo e presidente da Assembléia Legislativa do mesmo estado. Mais tarde, foi deputado federal e presidente, por várias vezes, da Confederação Nacional do Comércio. Caio de Alcântara Machado, filho de Brasília, foi grande impulsionador da Feira Nacional da Indústria Têxtil (FENIT) e um dos nomes mais influentes da propaganda no país.

O estudo acerca da biografia de Antônio de Alcântara Machado deixa patente a enorme influência exercida pela figura paterna na decisão pelo caminho político. Ao mesmo tempo em que se dedicou ao magistério superior e a advocacia, José de Alcântara Machado d'Oliveira (1875 - 1941) foi eleito vereador à Câmara Municipal de São Paulo, em 1911, e deputado estadual, em 1915. Entre 1924 a 1930 ocupou a função de senador estadual e, em 1933, elegeu-se deputado à Assembléia Nacional Constituinte. No ano do falecimento de seu filho elegeu-se senador federal.

José de Alcântara Machado foi um defensor da causa paulista nos assuntos políticos, legais, sociais e intelectuais. Participou da Comissão Organizadora do Código de Processo Civil e Comercial do Estado de São Paulo; pertenceu a algumas sociedades, entre elas a Capistrano de Abreu; foi diretor da Faculdade Paulista de Letras e Filosofia e vice-presidente do Congresso do Ensino Jurídico de 1927. Em abril de 1919, foi eleito para a Academia Paulista de Letras e, em abril de 1931, para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de número 37. Após a morte de Amadeu Amaral elegeu-se presidente de tal instituição.

¹⁵Dario A. Magalhães. "Um companheiro". In: *Em Memória de Antônio de Alcântara Machado*, p. 54.

Os escritos deixados por ele são, em sua maioria, de natureza jurídica. Mas foi com *Vida e Morte do Bandeirante* que se consagrou como escritor e intelectual, entrando para a Academia Brasileira de Letras. É nesta obra que se revela, por um lado, a meticulosidade de observação do advogado e, por outro, o regionalismo e patriotismo do intelectual “quatrocentão”. O livro é oferecido aos familiares, incluindo-se os ascendentes falecidos: “Para minha mulher, meus filhos, minha nora, meus netos paulistas como eu e os meus antepassados desde Antônio de Oliveira chegado a São Vicente em 1532”, diz o autor no início de sua obra.

Vida e Morte do Bandeirante retrata a história dos bandeirantes paulistas, mediante longa pesquisa efetuada pelo escritor, que apresenta uma análise detalhada em torno dos traços materiais e espirituais da cultura paulista, da situação geográfica e econômica e das instituições, para finalmente chegar ao estudo da organização das bandeiras. A obra revela sua tendência a valorizar demasiadamente as peculiaridades de sua terra natal, a exemplo do que ocorre quando trata acerca dos produtos agrícolas paulistas:

*A qualidade do frumento paulista merece o elogio dos contemporâneos: o grão é maior e mais alvo que o Europeu*¹⁶.

E acrescenta ainda:

*Dentro de seu domínio tem o fazendeiro a carne, o pão, o vinho, os cereais que o alimentam;
o couro, a lã, o algodão que o vestem (...).
Nada lhe falta. Pode desafiar o mundo*¹⁷.

¹⁶ José de Alcântara Machado. *Vida e Morte do Bandeirante*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Editora, 1943 p. 54.

¹⁷ *Vida e Morte do Bandeirante*, p. 57.

No que concerne a análise em torno dos traços materiais dos paulistas há também lugar no referido livro para a temática da miscigenação. O autor trata sobre a superioridade da raça branca sobre a negra e indígena e explica a sensualidade excessiva das nativas e das escravas negras como resultado da influência do ambiente tropical, que atraía os colonizadores para a atividade sexual:

Aliviado dos escrúpulos e preconceitos que deixou na pátria distante (...), com a sensualidade fustigada pelas solicitações da natureza tropical, pisando a terra da colônia como terra conquistada e consciente de sua superioridade sobre o índio e o africano, o branco não encontra embaraços à atração impudente (...).

*Aqui a incontinência tem a força irresistível de uma necessidade histórica. Sem ela, a fusão das raças não seria possível ou se retardaria indefinidamente. É ela que precipita e enobrece a mestiçagem, fazendo prevalecer nos cruzamentos o sangue europeu*¹⁸.

Em meio a várias descrições de caráter histórico está o valor literário de seu escrito. Algumas passagens do livro apresentam características de crônica - a exemplo do que ocorre com a maioria dos textos jornalísticos do filho - transformando pessoas supostamente reais em personagens e tornando assim mais leve e prazerosa a leitura:

Outrora, longe de ter feição puramente econômica, o testamento era uma solene demonstração de fé. Interessava a todos os fiéis. Julgavam-se obrigados a fazê-lo os mais desvalidos e miseráveis, como aquela Maria Leite, tão pobre e carregada de filhos, que pedia uma cova pelo amor de Deus no convento de São Francisco, e implorava pelo amor de Deus que a

acompanhassem o vigário e mais três sacerdotes, e pelo amor de Deus suplicava que a levassem a enterrar na tuba de Misericórdia ¹⁹.

Os estudos históricos referentes à tradição paulista têm continuidade com António de Alcântara Machado, que inicialmente irá buscar, na figura do padre José de Anchieta, a identidade cultural de sua terra, conforme já apontamos.

3.4 ANTÓNIO E A “QUESTÃO PAULISTA”

Quando os assuntos políticos encontram lugar no regionalismo de nosso autor surge um documento de grande valor histórico, intitulado “A Rendição de São Paulo”. O texto foi publicado em livro no ano de 1967, por Hélio Silva ²⁰, amigo de António de Alcântara Machado e que, juntamente com ele, pertenceu à bancada paulista da Frente Única por São Paulo Unido, em 1933. Até então o escrito ficara sob o poder de Brasília Machado Neto, tendo conservado-o inédito desde o falecimento do irmão, pelo fato de muitas das pessoas citadas no documento terem relação de parentesco ou amizade com a família Alcântara Machado d’Oliveira. Passados quase quarenta anos, esta julgou que os fatos já haviam sido transformados em “categoria histórica”, e, assim sendo, foi permitida a publicação do escrito.

“A Rendição de São Paulo” constitui um relatório inacabado, embora minucioso - e também amargo, irônico e em estilo de crônica - dos acontecimentos que envolveram diretamente o pai de Alcântara Machado, bem como ele próprio, no desfecho da Revolução Constitucionalista de 32,

¹⁸ *Vida e Morte do Bandeirante*, p. 147.

¹⁹ *Vida e Morte do Bandeirante*, p. 200.

²⁰ Silva, Hélio. 1932: *A Guerra Paulista*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1967. O texto foi também publicado por Luís Toledo Machado, em 1970, Op. Cit.

após acordo de término das batalhas. José de Alcântara Machado, tendo sido convidado para uma reunião secreta com ilustres personalidades e autoridades paulistas, pede para que o genro, Plínio Teles Rudge, telefone para o filho António, a fim de que este desse sua opinião sobre como deveria proceder, já que não era de sua vontade entender-se com os vencedores da Revolução:

O convite punha meu pai diante de um caso de consciência. Na perturbação causada pelo convite queria enxergar o seu dever de paulista. Integrado no movimento de 9 de Julho, participando da revolta dos voluntários civis diante da situação humilhante criada pela proposta de armistício, repugnava-lhe entrar em qualquer entendimento com os vencedores, sobretudo a convite de quem era apontado como traidor da causa. Por outro lado, havia a necessidade de atenuar os males da derrota, evitar o derramamento de sangue nas ruas de São Paulo, contribuir para a tranqüilidade pública, obter para o Estado um governo civil²¹.

António aconselha o pai a participar de tal reunião caso sentisse, “mais forte do que a repugnância pelos acusados de traição, a sua responsabilidade, como homem público, na defesa da tranqüilidade paulista”²², e decide presenciá-la. O convite havia partido do major Euclides Machado e de Hermes Lima, livre-docente da Faculdade de Direito, em nome do Coronel Herculano de Carvalho e Silva, então responsável pela função de governador militar de São Paulo (e posterior interventor do Estado), tendo sido para isso autorizado por Góis Monteiro, que naquele momento exercia a função de comandante da II Região Militar. Ao encontro deveriam também comparecer D. Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo metropolitano; Ministro Manuel da Costa Manso, presidente do tribunal de Justiça; Plínio Barreto, presidente do Instituto da Ordem dos Advogados; Professor

²¹ António de Alcântara Machado e o Modernismo, p. 127.

²² António de Alcântara Machado e o Modernismo, p. 127.

Cantídio de Moura Campos, diretor da Faculdade de Medicina; Professor Reinaldo Porchat, membro do Conselho Nacional de Educação; José Maria Whitaker, superintendente do Banco Comercial; e Erasmo Assunção, presidente do Banco Comercial.

O documento atesta o fracasso de São Paulo, justificando-o pela escassez de armamentos dos homens organizados por Klinger, nos momentos finais do embate, quando alguns dirigentes paulistas negavam ainda qualquer proposta de paz:

São Paulo era portanto um naufrago. E como tal devia se agarrar a uma tábua, um trapo que fosse, para não soçobrar de vez. (...) Mário Tavares só via um apoio possível: o General Góis Monteiro. Infenso quer ao miguelismo comunista quer ao tenentismo imbecil, o general era o homem capaz de livrar São Paulo do opróbrio total. E meu pai, como paulista, não podia recusar seu concurso para essa obra de salvação pública, superando todo e qualquer ressentimento, arrostando a hostilidade de uma população revoltada, colocando acima de tudo a necessidade de resolver do melhor modo possível o único problema do momento.

Góis Monteiro era, contraditoriamente, a figura a quem deveriam se agarrar os paulistas que desejavam a paz. Para se chegar a um acordo com o general foi escolhida, após aproximadamente 12 horas de conferência, a Comissão do Armistício, tendo como missão ir até a cidade de Cruzeiro - onde naquelas circunstâncias encontrava-se o general -, com a finalidade de encontrá-lo e discutir com ele as atitudes e medidas necessárias ao restabelecimento da ordem em São Paulo e constituição de um governo civil. É Antônio de Alcântara Machado quem escreve o telegrama a Góis Monteiro, assinado pelo Coronel Herculano, requisitando o encontro entre o general e os integrantes da Comissão. Diz o telegrama:

General Góis Monteiro. Cruzeiro ou onde estiver. São Paulo, 2 de outubro. Urgentíssimo.

A fim encaminhar negociações restabelecimento governo civil e pacificação Estado tomo iniciativa consultar V. Ex.^a sobre conveniência entendimento direto entre V. Ex.^a e uma comissão composta elementos mais representativos São Paulo a ser convocada em nome de V. Ex.^a ²³.

De acordo com os escritos de Antônio de Alcântara Machado, a resposta do general, confirmando o encontro, chega somente no dia seguinte, 3 de outubro, às 13 horas. Fica decidido que os integrantes da Comissão seriam o Ministro Manuel Carlos, pelas classes liberais; Dr. Mário de Sousa Queirós, vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira; e Antônio Gonçalves, diretor da Associação Comercial. Antônio desaprova a escolha destes nomes, comunicada a ele pelo próprio pai em casa deste, reagindo, aos berros, a tal decisão:

Pareceu-me desastrada a escolha(...). Que elementos representativos eram esses, desconhecidos dos próprios paulistas? Enxerguei aí uma covardia por parte dos que (presentes à reunião) tinham realmente autoridade para falar em nome de São Paulo. Colocados entre a necessidade de tentar uma paz decente para São Paulo e o horror invencível às responsabilidades, haviam achado um meio termo que me revoltava (...).²⁴

Tarde da noite, às 23:30 horas, Antônio recebe um comunicado de Hermes Lima convidando-o para acompanhar a missão até cruzeiro. Os amigos Couto de Barros, José Pinho, Fernando Galvão e Mário de Andrade, encontrando-se junto com o escritor naquele momento, aconselham-no a aceitar o convite.

²³ Antônio de Alcântara Machado e o Modernismo, pp. 133-134.

²⁴ Antônio de Alcântara Machado e o Modernismo, p. 137.

Antônio de Alcântara Machado segue viagem com os representantes da Comissão, mas, infelizmente, o resultado do encontro entre eles e Góis Monteiro não fica registrado em seu escrito, o qual é encerrado com o relato da chegada a Cruzeiro, no Hotel Internacional, e com o início das articulações em torno da futura reunião. Contudo, sabemos que a dita reunião teve como resultado o acordo de paz entre a Força Pública e o comandante da II Região Militar, com a firmação do armistício, após algumas tentativas fracassadas de acordos de paz.

Nos dias 2 e 3 de outubro, assim escreve o presidente Getúlio Vargas em seu diário, referindo-se ao fim da revolução:

Os oficiais da Força Pública de São Paulo cumprem o convênio. O coronel Herculano de Carvalho, comandante desta, cientifica o governo rebelde de sua atitude. Este é deposto, e o coronel Herculano assume para atender à ordem pública até que cheguem as autoridades federais.

Klinger telegrafia ao general, dizendo que nada mais tem a fazer em São Paulo, e pede ordens. Antes havia me telegrafado insistentemente para quem limitasse a zona das forças federais, a fim de evitar uma catástrofe e males incalculáveis. Mandeí responder-lhe que se entendesse com o general Góis, que tinha instruções.

Aviso da terminação da luta ao general Valdomiro, que até então continuava combatendo, e envio um telegrama-curricular aos interventores, informando dos acontecimentos (...).

*Passadas as primeiras demonstrações de alegria, começa-se a tratar da desmobilização, do regresso das tropas às suas sedes, do socorro à população de São Paulo, do restabelecimento da correspondência e dos transportes, etc.*²⁵

²⁵ Getúlio Vargas. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Siciliano – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 138.

3.4.1 RAZÕES DO DESCONTENTAMENTO PAULISTA

Entre os livros históricos que tratam sobre a Revolução Constitucionalista de São Paulo aquele que merece aqui maior destaque é *1932: A Guerra Paulista*, de Hélios Silva, pelo fato de ter sido dedicado a Antônio de Alcântara Machado. Diz seu autor na dedicatória:

Ao voluntário civil da guerra de 32; ao paulista que redigiu as mais vibrantes proclamações que César Ladeira leu na Rádio Record; ao parlamentar da missão junto a Góis Monteiro; ao patrulheiro da bancada constitucionalista; ao deputado que não chegou a exercer o seu mandato; a quem simbolizou, na reação e na capitulação, o brio de sua gente; ao meu amigo Antônio de Alcântara Machado dedico este livro.

A referida obra ajuda-nos a entender o estado de espírito que culminou com a Revolução. Descontentes com o governo de Getúlio Vargas e João Alberto, com a dependência regional em relação ao poder central e com o poder dado aos tenentes (os quais mostravam-se contrários a implantação do regime constitucional), PRP e PD unem-se em favor da reconstitucionalização do país e da restituição a São Paulo da autonomia, através de um governo “paulista e civil”. A união ideológica leva à formação, em 16 de fevereiro de 1932, da Frente Única, intensificando ainda mais a disputa política entre tenentes e oligarcas oposicionistas. Perante os conflitos entre os dois segmentos, Vargas parece agir de forma neutra, evitando apoiar incondicionalmente algum deles, já que

*esta dualidade é premissa de um jogo de forças, o que permite que Getúlio Vargas se aproveite dela para se manter “eqüidistante” de ambos, transformando-se aparentemente em “poder moderador”*²⁶.

Descontentes, partidários do PD e PRP acreditam que os paulistas estavam sendo vítimas dos desmandos do tenentismo e do presidente. Inclusive, antes mesmo do início da Revolução de 30, ainda no ano de 1929, Candido Mota apontava para a “Sãopaulofobia” dos partidários de Getúlio, sustentando, no Senado paulista, a tese de que a Aliança Liberal não estaria articulada em torno de princípios meramente doutrinários, mas que a luta desta seria, antes, contra São Paulo:

*A guerra anunciada pela chamada “Aliança Liberal” (...) não é contra o Sr. Júlio Prestes (...). É contra nosso sempre querido e glorioso Estado de São Paulo! E isso não é de hoje (...). É portanto a “Sãopaulofobia”, de todos os tempos, a eterna ojeriza contra nossa tenacidade na luta, incruenta ou não, pela vida nacional; a imperecível inveja de certos espíritos mesquinhos contra o nosso deslumbrante progresso (...).*²⁷

A nomeação de João Alberto para interventor em São Paulo - atitude que representou o rompimento dos compromissos assumidos por Getúlio Vargas com o Partido Democrático - veio confirmar, tempos depois, a tese defendida por Candido Motta. A medida resulta na revolta dos paulistas, os quais, como foi dito, desejavam um civil no comando da interventoria de seu Estado.

Inicialmente, Getúlio Vargas obriga o PD a aceitar que João Alberto assumisse o cargo de Delegado Militar, por quinze dias, alegando que sua presença em São Paulo era necessária para

²⁶ Edgard Carone. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1982, p. 300.

²⁷ Affonso Henriques. *Vargas, o maquiavélico*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1961, p. 172.

ordenar manobras militares. Até então, a figura do homem indicado pelo presidente era encarada pelos paulistas como “necessária”, e as primeiras medidas por ele adotadas, tais como a desmobilização de tropas estrangeiras que lutavam a favor de Washington Luís e a prisão de políticos perrepistas, pareciam contentar a todos os democratas.

No entanto, algum tempo depois, os democratas acusam João Alberto – que a essa altura já pressionava Getúlio para ser nomeado interventor - por sua leviandade ao permitir a existência do Partido Comunista e por ter concedido benefícios aos operários. Por fim, como resultado de uma ida secreta do então Delegado Militar ao Rio de Janeiro, em 24 de novembro de 1930, é divulgada a sua nomeação para a interventoria de São Paulo, o que desagrade extremamente os paulistas.

Além de Vargas, dois outros nomes podem ser responsabilizados por essa nomeação equivocada: Osvaldo Aranha e Góis Monteiro. Estes, juntos, idealizaram a chamada “legião revolucionária”, uma das primeiras medidas adotadas por João Alberto em território paulista, a qual, a exemplo dos governos fascistas, substituiria os partidos políticos do Estado, constituindo uma milícia paramilitar que apoiaria incondicionalmente o interventor. Era

*o primeiro golpe de morte que se tentava dar no Partido Democrático de São Paulo e, indiretamente, essa legião constituiria uma ameaça ao governo do Estado. Era a paga que os democráticos de São Paulo recebiam pela sua contribuição intransigente e tenaz aos revolucionários de 1930*²⁸.

No início de dezembro a crise do governo de João Alberto mostra-se insustentável em decorrência da nomeação de militares para dirigir dez delegacias de polícia. Em seguida, dois secretários pedem exoneração do cargo, seguidos depois por todos os secretários, prefeitos e por

vários políticos do PD. Depois de uma espera inútil por soluções que agradassem o partido, este finalmente rompe com o interventor, alegando ter ele mantido a Legião revolucionária, esbanjado dinheiro do povo, dado exemplos de sua “incompetência administrativa” e ter feito de São Paulo um território “militarmente ocupado”. Em 24 de março de 1931 é preparado um manifesto escrito, o qual acaba sendo veiculado somente no dia 7 de abril, resultando na prisão de Vicente Rao e no fechamento da sede do Partido Democrático.

João Alberto é afastado do cargo em 13 de julho de 1931. Para substituí-lo é nomeado Laudo de Camargo, um “civil e paulista”, mas que, devido a intervenção dos tenentes em seu governo e também a um desentendimento com o ex-interventor, finda por desistir do cargo, tendo permanecido nele por apenas quatro meses.

A Laudo de Camargo segue-se Manuel Rabelo, militar que despertou a simpatia do povo paulista ao garantir a este total liberdade de expressão e reunião. Tal garantia espantou os tenentes e levou-os a pressionar o presidente para que o interventor paulista fosse destituído. Porém, Vargas, visando evitar atritos maiores com os paulistas, decide manter Rabelo no cargo por período indeterminado. É Pedro de Toledo quem o substitui, em fevereiro de 32, permanecendo como interventor até o início da Revolução Constitucionalista.

Em 13 de janeiro de 1932, os paulistas, revoltados com a situação financeira do Estado, não se mostram mais dispostos a suportar o “encaminhamento pacífico” do processo. Rompem com o chefe do governo provisório e procuram formar alianças com outros Estados. O Rio Grande do Sul, em nome de alguns políticos, como Borges de Medeiros e Raul Pila, mantém sua solidariedade a eles. Também os oligarcas baianos, como J. J. Seabra e a família Mangabeira, descontentes com a indicação de Juraci Magalhães para a interventoria, apoiam São Paulo. Tal aglutinação de forças

²⁸ Vargas, *o maquiavélico*, p. 174.

leva o governo central a tomar medidas em prol da aceleração do processo eleitoral, as quais, a essa altura, já não se mostravam capazes de controlar a agressividade paulista.

No dia 25 de janeiro de 1932, o povo paulista, revoltado com tantas humilhações, aproveitasse da ocasião em que se comemorava o aniversário da fundação de São Paulo para realizar uma das maiores manifestações públicas de sua história, reunindo, no Largo da Sé, cerca de 200.000 pessoas. A manifestação representava uma forma de “desabafo” contra os desmandos do governo de Vargas, anunciando a ação violenta que teria seu início alguns meses mais tarde.

O clima de inquietação do período é manifestado também na festa de calouros da Faculdade de Direito, onde se formou Antônio de Alcântara Machado, no dia 30 de abril. Hélio Silva transcreve, na introdução feita a 1932: *A Guerra Paulista*, um trecho de *Martírio e Glória de São Paulo*, de Aureliano Leite ²⁹, no qual este descreve a atuação dos alunos daquela faculdade, ironicamente caracterizados como políticos e militares da época, em uma espécie de desfile cívico:

Vem no primeiro coche, uma carroça velha, o Ditador. Os festões e palmas que enfeitam o veículo são de chuchu. O Ditador se multiplica assim na hortalíça simbólica. Depois, traveste-se nas suas poses célebres: dormindo, sorrindo, oferecendo à solução do tempo as equações mais sérias do Brasil.

Segue-lhe Góis, na pessoa de um estudante japonês, inteiramente espiritualizado.

Depois, Osvaldo, transformado na aranha que se grudou às ancas salientes de uma autêntica vaca tuberculosa (...). Abre este quadro uma legenda suspensa por um grupo de calouros, em que se reproduz a apóstrofe que os leitores de Porto Alegre mandaram ao conterrâneo ilustre:

“Sacode a juba leonina, entesa o braço varonil e faze-te Osvaldo, de Mussolini do Brasil”.

²⁹ Aureliano Leite. *Martírio e Glória de São Paulo*. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1934, p. 48-49.

O general Miguel Costa e os tenentes mais notáveis, também a caráter, figuram igualmente no préstito.

O movimento tem seu início em 09 de julho, cinco dias antes da data acertada em princípio³⁰. A Faculdade de Direito transforma-se em verdadeira praça de guerra, e em pouco tempo praticamente todo o Estado torna-se um campo de batalha. Ainda na mesma data, Júlio de Mesquita Filho, um dos principais articuladores da Revolução, telegrafa a Borges de Medeiros e Raul Pila, anunciando-a.

Interventores de vários Estados reafirmam sua solidariedade ao Governo Provisório e comunicam que enviarão suas tropas, como Juraci Magalhães, da Bahia; Magalhães Barata, do Pará; Punaro Bley, do Espírito Santo; Augusto Maynard, de Sergipe; Bertino Dutra, do Rio Grande do Norte; Carneiro de Mendonça, do Ceará; Tasso Tinoco, de Alagoas; Carlos de Lima Cavalcanti, de Pernambuco; e José Américo, da Paraíba. Tais nomes são inclusive citados com frequência nos textos de Antônio de Alcântara Machado para o *Diário da Noite*, do Rio.

No dia 10 de julho, Pedro de Toledo pede exoneração do cargo. Durante o período em que se dá a Revolução Paulista (julho a outubro de 1932), Getúlio vê-se às voltas com diversos pedidos de demissão de interventores, militares e ministros - como o da Educação, Francisco Campos -, os quais ilustram bem a crise vivida em todo o país, sobretudo em função do movimento paulista.

O general Klinger, do Mato Grosso, comanda os paulistas e os auxilia durante a revolta, mas, por fim, acaba sendo responsabilizado pelo erro militar da precipitação dos paulistas quanto ao início das batalhas e o decorrente fracasso das mesmas. Chegado a São Paulo em 12 de julho, é ele também o responsável por tratar os acertos da primeira tentativa de acordo de paz dos paulistas, no

³⁰ O fato de a Revolução ter iniciado antes da data prevista acabou prejudicando os paulistas. Cinco dias fizeram diferença para aqueles que esperavam por armamentos em maior quantidade para dar início às batalhas.

mês de setembro, uma vez que tinha absoluta consciência da derrota. No entanto, esta primeira tentativa não é aceita por alguns paulistas persistentes em seus ideais, e o armistício dá-se, enfim, no início de outubro, como resultado da reunião entre os membros da Comissão e o general Góis Monteiro. É a Convenção Militar assinada em Cruzeiro o meio através do qual suspendem-se as batalhas, em nome do restabelecimento da ordem.

Muito embora a Revolução de 1932 não tenha conseguido atingir naquele momento seus ideais, não se pode dizer que a investida dos paulistas tenha sido totalmente em vão. O resultado imediato da revolta foi a desintegração do tenentismo e do Clube 3 de outubro, a nomeação da comissão de constitucionalização e o alistamento eleitoral. Além disso, a nomeação, em 16 de agosto de 1933, de Armando de Salles Oliveira, ilustre engenheiro paulista, para a interventoria do Estado, bem como a eleição da Constituinte e a promulgação da Constituição de 1934, revelam que os objetivos da Revolução acabaram sendo atingidos com o passar do tempo.

Enfim, em virtude da “bravura e coragem paulista”, o Brasil poderia respirar os ares do curto período em que vigorou o chamado governo democrático, sem saber que, muito brevemente, a ditadura de Vargas viria de novo oprimi-lo.

3.5 RUMO AO RIO DE JANEIRO

Após a experiência da Revolução de 32, nosso autor não pôde mais evitar o chamamento da política. Em novembro do ano seguinte, embarca para o Rio de Janeiro com a bancada da Frente Única por São Paulo Unido, “para travar a última batalha da Guerra Constitucionalista na

Assembléia Constituinte”³¹. Chegando à capital fluminense, instala a Secretaria da Bancada Paulista, no 11º andar do Edifício Guinle, passando a residir no Edifício OK, na Praça do Lido.

Uma vez instalado no Rio de Janeiro, Alcântara inicia sua colaboração no *Diário da Noite*, escrevendo os editoriais e ocupando, durante praticamente um ano, o posto de diretor do periódico “com a graça de um capeta e a sabedoria de um astuto piloto”. Depoimentos de colegas do escritor atestam que, nele, o perfil de político jamais conseguiu superar o de jornalista. Assis Chateaubriand, ao referir-se a Antônio de Alcântara Machado³², afirma que ele não conhecia

as limitações nem as responsabilidades que a política impõe ao homem que nela ingressa. A sua conduta de jornalista, de orientador irônico da opinião, ele se recusava a traçá-la de acordo com a disciplina do elenco partidário, no qual fora admitido como representante da soberania nacional. Não é que ele pretendesse constituir-se como um irresponsável, em detrimento das causas e dos interesses que pelejavam o seu partido e o seu Estado. Mas é que ele reivindicava uma latitude de ação tão grande para a sua atividade jornalística que, escolhido deputado e eleito deputado, não se dava conta das obrigações, dos vínculos, das dependências que a solidariedade partidária lhe impunha forçadamente. Antônio foi o último cronista político do Rio a descobrir que o tinham feito deputado e que ele deveria se responsável diante de um partido pelos comentários que fazia como jornalista.

Acrescentando:

³¹ Hélio Silva. 1932: *A Guerra Paulista*, dedicatória.

³² “O comandante do submarino”. In: *Em Memória de Antônio de Alcântara Machado*, p. 16.

Foi um erro o que cometeram os homens do PC, transformando-o em político. Ele nasceu político, a política era um imperativo de sua fatalidade interior, mas não tinha vocação para homem de partido. Se tivesse que exercer, a contento do PC, o mandado de deputado, o jornalista acabaria suicidando-se. Entretanto, o que aconteceu foi que do jornalista ficou nele a vocação, e do político o imprevisto.

Se o jornalista não cometeu suicídio, nem tão pouco o político assassinou-o, foi porque sobrepujava-se à carreira política o ideal modernista de desnudar a realidade do país. E esta, para ser convenientemente revelada, carecia menos do olhar parcial - posto que comprometido - do político de ação do que da crítica sem véus do jornalista, sempre atento à verdade dos fatos.

Mário de Andrade iria lamentar, em 1942, a ausência, tanto de sua parte quanto da de outros escritores modernistas, de uma participação maior nos assuntos políticos do país. O autor de *Macunaíma* arrepende-se então do abstencionismo, da mesquinhez do "individualismo modernista" que em nada teria contribuído para "o melhoramento político-social do homem" ³³, ressaltando que era esta a essência de seu tempo. Pois foi, de certo modo, em razão deste "amelhoramento" que António de Alcântara Machado dedicou os últimos anos de sua vida, abraçando a questão política.

É no Rio de Janeiro que nosso autor vem a falecer, ao lado de Dolores Rodrigues, que conhecera numa festa na casa de Mário de Andrade, em 1928. Por ter se envolvido em um escândalo com seu ex-marido, o poeta e anarquista Ricardo Gonçalves³⁴, assumir posturas liberais e feministas, ser era 16 anos mais velha que António e possuir dois filhos, Lolita, como era chamada, foi rejeitada pela tradicionalíssima família Alcântara Machado, que chegou a romper com o

³³ Mário de Andrade. "O movimento modernista". In: *Aspectos da Literatura Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Martins, 1974, p. 255.

³⁴ Ricardo descobriu que sua companheira tinha um caso com o pediatra de seus filhos e, atormentado pela traição, decidiu fazer com ela um pacto de morte, que resultou no suicídio do poeta e num ferimento leve em Lolita.

escritor³⁵. Em “Não quero morrer na Europa”³⁶, texto escrito provavelmente entre 1929 e 1930, quando o escritor viajava pelo continente europeu - para onde foi enviado pela família, entre outros motivos, a fim de que se afastasse de Lolita - Antônio manifesta seu desejo de esperar a morte pitoresca e tranqüilamente, num passeio pelas ruas do centro de São Paulo, como de costume:

Eu na manhã bem quente me prontarei, sairei da casa andando firme, desejarei bom dia aos conhecidos da rua Ana Cintra, entrarei no largo de Santa Cecília e em frente da igreja, no meio do largo, subirei no refúgio me encostando no lampeão esgalhado. Nos braços do lampeão verde eu sairei amparado quando chegar o momento (...). Eu me sentirei no alto, mas muito no alto. São Paulo então não abandonará seu filho. Com cheiro de gasolina, com fumaça de fábrica, com barulho de bondes, com barulho de carros, carroças e automóveis, com barulho de vozes, com cheiro de gente, com latidos, cantos (...). São Paulo encherá o silêncio da morte.

Porque não se deve esperar a morte deitado na cama de cara amarela, de olhos fechados, entre remédios e lágrimas. Não é visita de médico. A morte não gosta da morte. A morte só gosta da vida. A morte chega no momento justo em que o homem vai perder a vida para não deixar o homem morrer, para dar vida eterna para ele. A morte é que imortaliza. Ela salva o homem que o mundo quer matar. Livra o homem do mundo.

Diferentemente daquilo que planejava, o escritor não tem tempo de se despedir das ruas de sua amada São Paulo : é no leito de um hospital carioca que vai encontrar a morte. E, neste caso,

³⁵ É interessante destacar que a decisão, por parte de Antônio, de aderir à carreira política, foi influenciada por Lolita, que julgava ser esta a única saída para a reconciliação entre o escritor e sua família.

³⁶ O escrito foi publicado inicialmente em 500 exemplares de uma edição de *Em Memória de Antônio de Alcântara Machado* e, posteriormente, por Luís Toledo Machado, em *Antônio de Alcântara Machado e o Modernismo*, sob o título de “Meditatio Mortis”.

esta última, mais do que imortalizar o homem, livrando-o do mundo, também imortalizou o artista, deixando viva sua obra para o mesmo mundo.

4 JORNALISMO POLÍTICO DE ANTÓNIO DE ALCÂNTARA MACHADO NO *DIÁRIO DA NOITE* : UM EDITOR DE OPINIÃO

*Quando, em fins de 34, ingressou nos **Diários Associados** (dos quais já era colaborador desde 27), trouxe um inesgotável contingente de vida e animação. O **Diário da Noite**, nas suas mãos, adquiriu outra palpação e um frêmito novo. Porque António de Alcântara Machado, na plenitude e vigor de sua mocidade, não tolerava o marasmo e a estagnação. Só sabia viver no meio da agitação renovadora, buscando rasgar caminhos e perspectivas novas.*

Dario de Almeida Magalhães, “Um companheiro”.

4.1 “DE BOM HUMOR E DEPRESSA”?

Estando no Rio de Janeiro há quase dois anos, Antônio de Alcântara Machado inicia, em agosto de 1934, sua colaboração freqüente para o *Diário da Noite*, jornal de cunho popular pertencente à cadeia dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Antônio exercia a função de diretor do periódico carioca, e, por conseguinte, era responsável pelos editoriais do mesmo. É quando tem início a última fase de seu jornalismo, inteiramente ligada às suas ambições e ideais daquele momento: a fase do jornalismo político.

Nessa etapa, o escritor, distante da terra natal, não a tem mais como cenário principal de seus escritos, ainda que seu olhar nunca deixasse de estar para ela voltado. O palco das agitações políticas daquele momento era o Rio de Janeiro, então capital do país, lugar onde Alcântara passara a residir devido à instalação ali da bancada da Frente Única por São Paulo Unido.

“De bom humor e depressa” é o artigo inaugural da colaboração do escritor para o referido periódico, datado de 14 de agosto de 1934. O texto, escrito em forma de crônica leve, dirige-se diretamente ao público carioca. O autor caracteriza seus novos leitores no estado de ânimo que julga ser peculiar a eles, fazendo distinção entre o temperamento comum aos moradores das grandes metrópoles e o modo carrancudo e provinciano dos habitantes das pequenas cidades (os quais não saberiam rir, contentando-se apenas em maldizer), ao mesmo tempo em que busca comparar seu próprio jeito de ser ao estado de espírito sempre bem humorado dos cariocas, vistos em seu cotidiano:

O Rio brincando espanta seus males, a efusão dos encontros, atrapalha o trânsito; é a cidade da cordialidade. Minha condição de provinciano (o provinciano de uma província de cara

amarrada) não impede que me disponha a escrever as notas, de que esta é a primeira, com alegria esforçadamente metropolitana. Porque o bom humor é a virtude de que me envaideço.

Percebe-se aí a presença de uma característica própria de alguns dos artigos de António para o Diário da Noite: a subjetividade, uma vez que dirige momentaneamente o foco para o próprio eu ao caracterizar-se como um provinciano “de cara amarrada” que se esforçava por aderir ao bom humor metropolitano. À linguagem simples e bem humorada do texto (característica que o aproxima mais das matérias jornalísticas do que das páginas literárias escritas pelo modernista na década anterior), junta-se o olhar atento do observador minucioso, crítico mordaz das atitudes humanas, no seu modo, digamos, determinista de vê-las:

Sorrio sempre. E aqui, onde o riso é próprio da terra antes de ser do homem, o temperamento individual encontra reforço na disposição coletiva. Os homens passam, primeiro que eles passam muitas vezes os seus ódios, melhor é rir que se indignar. O que não é incompatível com a boa norma que manda serem as coisas sérias tratadas seriamente. Então, a alegria dará o tom justo: não zombará mas também não dramatizará. A enfrentar homens e acontecimentos há quem prefira ridicularizá-los. Como há por outro lado quem suba logo ao patético e chore a ruína sem remédio dos seres, das coisas, de tudo. Mas entre a reticência dos que ironizam por sistema e a exclamação dos que imprecam também por sistema há um espaço para os realistas se moverem. Os realistas são os alegres. Sejamos alegremente realistas.

No mesmo texto, há ainda espaço para a metalinguagem, já que o autor destaca a importância do jornal as funções cabidas a tal veículo de comunicação, no seu ponto de vista:

Um vespertino se faz depressa para ser lido depressa (...). Quase não há comentário: só registro (...). Vivemos sabidamente uma época em que as distâncias não mais existem (...). E o jornal deve ser um resumo do mundo. Lido num instante. Num instante esquecido. Dando sempre uma impressão de coisa inacabada. Continua no próximo número. E continua diferente.

Diferentemente daquilo que se poderia esperar, “De bom humor e depressa” apresenta um conteúdo diverso daquele percebido na grande maioria das crônicas posteriormente escritas para o *Diário da Noite*. Não se iludissem os leitores cariocas com o bom humor do jornalista e com a leveza do texto. Os escritos subseqüentes ao primeiro editorial do periódico, tendo como tema central a política, buscariam mais discutir, impressionar e até mesmo convencer do que divertir os alegres leitores.

De fato, nosso autor não demonstrava estar, naquele momento, preocupado com os pequenos eventos da capital do país, mas com o andamento das questões políticas de interesse não só dos cariocas, mas de todo cidadão brasileiro. A temática política predomina em seus editoriais, sendo tema de cerca de 90% deles. Traindo o prenúncio exposto em seu primeiro artigo, bem como os preceitos sobre o que para ele deveria representar o estilo jornalístico, Alcântara acaba por transformar, não raro, a notícia em denúncia, enriquecendo o simples registro com longos e imparciais comentários, por vezes não muito bem humorados.

Nessa nova etapa de seu jornalismo, o escritor paulista volta-se para a atividade jornalística não só informativa, mas orientadora de opinião. E, na medida em que deixa transparecer por vezes a subjetividade, dá vazão a índices que tornam possível a análise político-ideológica dos textos. Filiado na época ao Partido Constitucionalista de São Paulo, fundado em fevereiro de 1934, o jornalista, agora político de ação, demonstra estar interessado em despertar seu público para as causas nas quais acredita e as quais visa defender. Dessa forma, os leitores não seriam tidos como

meros consumidores da notícia, mas como “elementos ideologicamente influenciáveis e transformáveis (...), o objeto dessa ação formativa dos jornais (...)”¹.

Contudo, o campo de atuação jornalística visado pelo intelectual paulista era amplo demais para que ele se submetesse inteiramente às exigências partidárias. Assim sendo, a prática de seu jornalismo político no *Diário da Noite* do Rio revelava-se bastante polêmica, já que o escritor

*(...) não transigia na sua tática. Não abria mão dos seus métodos de ataque. Só sabia discutir, afirmar, noticiar, tendo em atenção o público carioca. O seu fundo malicioso, a sua verve cáustica, o seu tom motejador, não se compadeciam com o tipo de notícia controlada pelo interesse político, ou sujeita ao crivo partidário. Os perrepistas ganhavam no seu jornal as mesmas fotografias, as mesmas possibilidades de dar entrevistas e informações que os peceistas.*²

O *Diário da Noite* constituía-se como um periódico que almejava ter, de modo geral, um caráter democrático, buscando acima de tudo orientar e informar, o que parecia ser visto pelo seu diretor como um dever para com a opinião pública carioca. Mas Antônio não deixava de revelar as opiniões pessoais acerca da situação política nacional, em sua maioria coerentes com os ideais buscados pelos “peceistas”, sobretudo no que diz respeito à constitucionalização do país e aos interesses econômicos dos paulistas. Dos “métodos de ataque” utilizados pelo escritor o “afirmar” talvez seja aquele que contenha o maior poder de convencimento, mesmo que não de forma proposital, devido à veemência dos argumentos e clareza das idéias expostas nos textos. Daí também acabarem estes por adquirir uma função não apenas informativa, mas também orientadora de opinião.

¹ Vavy Pacheco Borges. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista – história de uma esperança e muitos desenganos*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 17.

Ainda que a atividade simultânea do escritor como jornalista e político de ação pudesse colocar os interesses de ambas as faces em conflito permanente, a primeira findava por sobrepujar a segunda. Nos textos resgatados para este trabalho fica evidente que os citados “métodos de ataque” do modernista revelavam mais do jornalista e intelectual do que do político de ação. As obrigações partidárias impostas ao “jornalista improvisado de político” pareciam não o agradar, e não era por pura irresponsabilidade que se furtava à imposição de responder “diante de um partido pelos comentários que fazia como jornalista”³, mas por ter assumido, antes, um forte compromisso com sua conduta jornalística, o qual jamais seria rompido.

4.2 JORNALISMO DE ALCÂNTARA: MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO

A prática jornalística de António de Alcântara Machado, desde o seu início, na década de 20, incluía a incansável busca pela renovação. Isso porque, segundo o autor, a imprensa paulista da época mostrava-se decadente: apresentava uma diagramação já ultrapassada, conduzia as notícias - pouco interessantes e, não raro, desprovidas de ineditismo e veracidade - de forma demasiadamente séria e, sobretudo, estava, segundo o autor, comprometida politicamente, sendo incapaz de dirigir a opinião pública. Tais observações são feitas em “Variações sobre um centenário”⁴, artigo escrito em 1927 em virtude da “comemoração” dos cem anos da imprensa paulista, publicado em livro pela primeira vez por Cândido Motta Filho e Sérgio Milliet em *Cavaquinho e Saxofone*. No referido artigo, António retrata o provincianismo da imprensa paulista, alegando que a mesma causava “a impressão de ser dirigida por comadres faladeiras”, preocupando-se somente “com coisinhas”:

² “O comandante do submarino”. In: *Em Memória de António de Alcântara Machado*, p. 19.

³ “O comandante do submarino”. In: *Em Memória de António de Alcântara Machado*, p. 16.

Focalizar problemas, discutir idéias, sugerir medidas, abrir inquéritos não é com ela. Reportagens só de polícia. Discussões só de política. Política interna e mesquinha está visto. Isto é: briguinhas a propósito de Fulano que quer ser senador ou Sicrano que não conseguiu ser deputado.

E só.

Tal comentário permite-nos perceber a visão crítica do escritor, não apenas dirigida aos assuntos políticos, mas também ao jornalismo em si e ao modo como este último conduzia tais assuntos. Ao mesmo tempo, nota-se a intenção de sua parte em praticar uma atividade jornalística nova, capaz de alterar os rumos seguidos pela imprensa até então.

Outro nome deve ser aqui destacado como um agente da modernização da imprensa no Brasil: João do Rio, cronista carioca da geração de Bilac - grupo que possui o mérito, ao menos, de ter aberto caminhos para a profissionalização da imprensa literária - que escrevia para o *Correio da Manhã*, transitando livremente nos terrenos da Literatura e Jornalismo num momento em que se buscava o distanciamento entre as duas linguagens. As exigências do jornalismo empresarial levaram muitos literatos a se voltarem aos artigos de caráter mais informativo, ficando a matéria ficcional restrita às revistas ilustradas e aos suplementos dos jornais.

Mas João do Rio não foi tão somente um dos responsáveis pela profissionalização dos literatos. Mais que isso, deu caráter renovador a seus textos, tendo sido reconhecido e seguido, anos mais tarde, pelos modernistas. Alguns aspectos de sua prática jornalística aproximam-na a de Ant3nio de Alc3ntara Machado, tais como a preocupação est3tica, presente nas reportagens interpretativas (as quais muitas vezes apresentavam o discurso direto, linguagem coloquial e expressiva, constru33o de perfis jornal3sticos, foco narrativo amb3guo - e, por isso, moderno, atrav3s de um narrador co-participante); a import3ncia dada 3 veracidade das not3cias e 3 n3o ades3o ao

⁴ *Prosa preparat3ria e cavaquinho e saxofone*, p. 247 - 251.

sensacionalismo barato; a angulação de nível massa, transformando a informação em objeto de consumo⁵.

Os avanços tecnológicos da imprensa permitiram ainda ao modernista inovar em mais um setor: o da diagramação. O aspecto gráfico do *Diário da Noite* foi modificado por António de Alcântara Machado a partir do momento em que assumiu sua direção, com o consentimento de Assis Chateaubriand, que dava plena liberdade de criação aos seus jornais. Assim sendo, sob influência de alguns periódicos internacionais da época, o escritor aderiu a alguns recursos modernos, lançando mão do uso de subtítulos de impacto e fotografias que, por seu conteúdo, não apenas ilustravam, mas também informavam. Além disso, a diagramação, que variava de jornal para jornal, passou a utilizar uma manchete de oito colunas.

Destaque deve ser dado aos títulos empregados pelo periódico carioca. Alguns deles eram encerrados por pontos de interrogação e exclamação, tornando-se mais apelativos. Outros tinham as palavras divididas em linhas diferentes, algo inaceitável nos dias de hoje. A enorme quantidade de títulos apresentada pelo *Diário da Noite* ratificam seu caráter popular, conscientemente seguido por seu diretor, segundo comenta Hélio Silva⁶. A própria epígrafe também confirma esse caráter popular: “Um Vespertino que será sempre o arauto das aspirações cariocas” era o que se lia no topo da primeira página, anunciando que o jornal pretendia ser um veículo que atendesse aos interesses da população da capital do país.

A modernização da imprensa esbarrava, entretanto, na precariedade econômica e cultural daquele período no Brasil. Embora possuísse caráter popular, o *Diário da Noite*, bem como outros jornais brasileiros, tinha uma tiragem muito pequena se comparada a da maioria dos jornais estrangeiros, como o *The New York Times*, por exemplo, devido não só à falta de recursos, mas

⁵ António de Alcântara Machado: *na prática jornalística, a busca da renovação*, p. 55 - 71.

⁶ *Em memória de António de Alcântara Machado*, p. 70.

também ao analfabetismo e baixo poder aquisitivo das camadas populares. Problemas, por sinal, bastante atuais. O acesso à informação e à cultura era (e continua sendo) privilégio de uma pequena parcela (mais abastada) da população.

O período em que António de Alcântara Machado exerce sua atividade jornalística no periódico carioca coincide com o final do governo provisório. Vigorava, naquele momento, uma censura parcial, a qual possibilitava a veiculação de algumas notícias apenas nos periódicos de tendência protecionista e conservadora – postura assumida, de modo geral, pelos *Diários Associados*. Somente uma ou outra atitude do chefe do governo era, no período em que Alcântara estava à frente do *Diário da Noite*, criticada por Assis Chateaubriand, como, por exemplo, a de acabar com a cláusula ouro. O modernista, apesar de ter-se declarado contrário às influências européias e norte-americanas em vários aspectos de nossa cultura e política, concordava com o “velho capitão” nesse ponto, afirmando em um de seus textos que “a única política possível para um país sem dinheiro é atrair o capital estrangeiro”⁷.

Contudo, os editoriais do escritor, geralmente encontrados no lado esquerdo superior da primeira página, ao invés de aderirem à linha política do grupo proprietário (procedimento comum a esse tipo de texto, geralmente de caráter impessoal), seguiam um tipo de técnica diferenciada: a do editorial personalizado. Procedimento, aliás, iniciado pelo próprio Assis Chateaubriand. As idéias veiculadas pelos artigos do então diretor do *Diário da Noite*, portanto, não raro divergiam da opinião do grupo ao qual pertencia o jornal.

A postura de António de Alcântara Machado, como era de se esperar, haveria de diferir da do proprietário dos *Diários Associados* sobretudo com relação a certo “assunto”, geralmente tratado de forma pitoresca pelo modernista: Getúlio Vargas.

4.3 GETÚLIO VARGAS E O IMPÉRIO JORNALÍSTICO DE ASSIS CHATEAUBRIAND

Por serem as principais causas defendidas por António de Alcântara Machado em sua coluna do *Diário da Noite* a imediata reconstitucionalização e a manutenção do governo constitucional no país, uma das figuras políticas nela mais atacadas não poderia ser outra senão a do presidente Getúlio Vargas, que aos olhos de muitos parecia estar protelando o processo de formação da Assembléia Nacional Constituinte e o andamento dos assuntos constitucionais. O poder discricionário a ele atribuído após a Revolução de 30 tornou-se um empecilho aos constitucionalistas, em sua maioria dissidentes da oligarquia paulista e contrários ao absolutismo do chefe do governo provisório, a exemplo de António de Alcântara Machado.

Poder-se-ia estranhar, entretanto, que Assis Chateaubriand, tendo já colocado o *Diário da Noite* a serviço de Vargas – uma vez que o periódico teve como meta inicial apoiar a Aliança Liberal e divulgar a candidatura do político gaúcho - permitisse que tão ferrenhas críticas a ele fossem veiculadas pelo jornal. Getúlio, mesmo antes da formação da Aliança Liberal e da Revolução de 30, quando ainda exercia o cargo de governador do Rio Grande do Sul, assumido em 25 de janeiro de 1928, já era uma “privilegiada fonte de notícias políticas para Chateaubriand”⁸, que reservava quase sempre para si a tarefa de criticá-lo diretamente, e apenas quando isso lhe convinha.

Tudo leva a crer que não havia razão maior para a viabilidade de divulgação das críticas de António ao então presidente senão a garantia da venda do jornal e aumento de popularidade do mesmo. O crescimento da cadeia jornalística dos *Diários Associados* era objetivo o qual Chateaubriand parecia não fazer questão de ocultar, alcançado sobretudo por intermédio de uma

⁷ “Cláusula ouro”. *Diário da Noite*, 28/11/1934.

⁸ Fernando Morais. *Chatô, o Rei do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 173.

velha tática adotada pelo jornalista: “acender uma vela para cada santo e, assim, garantir ao seu império sempre uma porta aberta em cada lado”⁹. Por vezes, tal estratégia tinha como resultado a impressão de uma “confusão ideológica”, tal como ocorria com *O Jornal*, na medida em que, visando ter um “caráter cosmopolita”, o periódico era, por exemplo, capaz de constituir-se como “a única publicação brasileira onde se podiam ler textos escritos por Leon Trotsky, fundador do Exército Vermelho soviético e ex-comissário da Guerra da URSS” e, logo em seguida, “uma caudalosa história do fascismo assinada pelo próprio Benito Mussolini”¹⁰.

No momento em que as discussões voltavam-se para a constitucionalização do país, bem como para as futuras eleições, Chateaubriand conferia ao colega Antônio de Alcântara Machado autonomia e liberdade para criticar o presidente em exercício. As limitações com que o modernista se deparou no jornal carioca foram, ao que tudo indica, de ordem financeira, nunca ideológica. Não parecia ser a atitude do pernambucano apenas fruto da credibilidade confiada ao intelectual paulista – que certamente muito contribuiu, com sua postura agitadora e renovadora, para dar ao *Diário da Noite* mais dinamismo e um “frêmito novo” – mas sim, antes, uma atitude coerente com o estratagema de certo modo discutível utilizado desde o início da formação de seu império jornalístico. Assim sendo, o “velho capitão” (apelido atribuído a Chatô depois de vestir uma farda, em 1930, a fim de apoiar a Aliança Liberal no Rio Grande do Sul) tolerava até a relativa incompatibilidade entre o modernista e o jornal que dirigia, confessando, após a morte do escritor, que

⁹ Chatô, *o Rei do Brasil*, p. 18.

¹⁰ Chatô, *o Rei do Brasil*, p. 149.

*o grande diário da manhã, o jornal doutrinário, herático, rígido nos seus conceitos, solene nas suas afirmativas, não comportava o pitoresco e a malícia deste jovem capitão endiabrado*¹¹.

Se por um lado a aceitação popular da figura do chefe do governo provisório dependia da maneira como esta era pintada pela imprensa e da quantidade de vezes que suas fotos eram divulgadas pelos jornais e revistas, estes últimos utilizavam a figura do presidente em exercício para garantir seu sucesso, necessitando, possivelmente, das oportunas “doações” do governo. Os *Diários Associados* formavam a maior cadeia jornalística da época, e sendo a imprensa um poder formador de opinião, não fica difícil entender a enorme importância política que tinham Chateaubriand e seu império jornalístico naquele momento histórico.

Essa “relação de dependência” é revelada em uma das conversas entre o proprietário dos *Diários Associados* e o chefe do governo provisório¹². Este, tendo já mandado prender Chatô por diversas vezes e fechado alguns de seus jornais e revistas, convida-o, em maio de 1933, para um diálogo, no intuito de “quebrar o gelo que já durava um ano entre os dois”¹³. O descontentamento do presidente era relativo ao apoio dado por alguns periódicos à Revolução Constitucionalista de São Paulo e às críticas dos mesmos feitas à censura (Chatô costumava, inclusive, referir-se já nessa época a Vargas como “ditador”). A revista *O Cruzeiro*, por exemplo, que publicava semanalmente um caderno de dez páginas dedicado ao movimento, foi

revelando aos leitores que aos poucos o garrote da censura ia se apertando. O título permanente da cobertura mudou de repente de “O movimento revolucionário paulista” para um prudente “O pronunciamento de São Paulo”. Mesmo censurada, a revista fazia cobertura

¹¹ *Em memória de Antônio de Alcântara Machado*, p. 17.

¹² *Chatô, o Rei do Brasil*, p. 317 - 318.

exuberante e criativa. Além dos fotógrafos que mantinha em cada frente, a partir de agosto O Cruzeiro destacou o artista plástico Henrique Cavalleiro (...) para percorrer os locais onde se davam os combates mais importantes e reproduzir, com elegantes bicos-de-pena, cenas de batalhas e retratos de comandantes e soldados. A revista resistiria aos trancos até o final da guerra, para no final do ano ser retirada de circulação, por um mês, por pressão do governo¹⁴.

Na dita reunião, entre provocações, gestos de falso cavalheirismo e amizade, o presidente revela saber das demais fontes de patrocínio do império de Chateaubriand: “Tu és invencível, Chateaubriand (...) tens a teu lado os maiores banqueiros deste país”¹⁵, teria dito Vargas, demonstrando conhecer bem as articulações financeiras as quais possibilitavam o crescimento e popularidade da cadeia jornalística do nordestino. A prática de “doação” de verbas do governo, empresários e banqueiros à imprensa da época, que acabava colocando esta última a serviço daqueles, era obviamente ocultada da população e raramente comentada entre os próprios segmentos responsáveis pelo financiamento. Nas páginas de seu diário, Vargas refere-se brevemente a tal prática:

O ministro da Justiça permaneceu no Guanabara para comunicar-me, da parte do interventor de São Paulo, que o banqueiro Numa de Oliveira vinha falar-me sobre um meio de financiar a propaganda política naquele estado e os jornais de Chateaubriand, sem despesa para o Tesouro... É a primeira vez que entro neste assunto¹⁶.

¹³ Chatô, *o Rei do Brasil*, p. 317.

¹⁴ Chatô, *o Rei do Brasil*, p. 298 - 299.

¹⁵ Chatô, *o Rei do Brasil*, p. 317.

¹⁶ *Getúlio Vargas: Diário*, p. 313 (anotação dos dias 3 e 4 de agosto de 1934).

Curiosamente, na mesma reunião, o presidente revela a Chateaubriand a intenção que tivera em cometer suicídio quando, durante a Revolução de 32, havia julgado que os militares queriam sua renúncia, revelação interessante por anunciar o trágico desfecho de sua vida:

- Uma tarde, no auge da luta, um ajudante-de-ordens veio comunicar-me que no Ministério da Guerra havia um grupo de generais desejosos de falar-me. Que queriam aqueles oficiais de mim?, indaguei. Queriam pedir-me que renunciasse (...).

Na sala mergulhada em silêncio absoluto, Vargas fez uma pausa teatral, voltou a acender o charuto que se apagara e apontou o dedo para uma porta do gabinete:

Dirigi-me àquela salinha, sentei-me e, à Balmaceda¹⁷, redigi meu testamento político. Escrito o que eu tinha a dizer à nação, peguei dois revólveres e pus um em cada bolso do paletó. Chamei o oficial que me fizera a comunicação e disse-lhe que assim que os generais chegassem ele deveria introduzi-los no gabinete presidencial. Eles não vieram¹⁸.

Logo após surpreendente confissão, no final da conversa, o chefe do governo provisório deixa clara a razão pela qual havia mandado chamar o jornalista:

- Chamei-o aqui porque vocês dos Diários Associados me fazem muita falta.

Chateaubriand, aos risos diante daquele que fechara seus jornais, planejara deportá-lo para o

¹⁷ Presidente chileno José Manuel Balmaceda, que em 1891 suicidara-se depois de ter sido derrotado politicamente.

¹⁸ Chatô, *o Rei do Brasil*, p. 318.

Japão, em setembro de 1932, e mantivera-o preso até o final da Revolução Constitucionalista , arremata, dizendo:

*- Pois é, ditador, desde que paramos de publicar seus retratos, nossas vendas têm sido um desastre. Estou ansioso por poder tirar sua fotografia da gaveta, quero voltar a vender jornais e revistas às dúzias*¹⁹.

4.4 VARGAS, O FALSO DEMOCRATA

De fato, para o imenso público leitor, a publicação das imagens e textos que envolvessem os bastidores da política nacional era um chamariz. Vargas tinha sua popularidade aumentada a cada dia, pois representava, para muitos, a esperança de resolução dos problemas urgentes, tais como a necessidade de se organizar uma Assembléia Nacional Constituinte, elaborar uma Constituição federal, realizar eleições (uma vez que o Congresso Nacional e as Assembléias dos Estados haviam sido dissolvidos) e pôr um fim nos desentendimentos entre tenentes e dissidentes da oligarquia, bem como na desorganização dos partidos políticos e do sistema eleitoral arcaico e fraudulento, articulado pela chamada República Velha.

Entretanto, a promessa de resolução imediata desses problemas, feita quando da institucionalização do governo provisório, parecia, até maio de 1933 (quando há a realização das eleições para a escolha de deputados federais e para compor a futura Assembléia Nacional Constituinte²⁰), ter sido esquecida por Getúlio Vargas. Como já foi aqui exposto, a atitude de Vargas causou enorme descontentamento nos dissidentes da oligarquia paulista, uma vez que a não

¹⁹ Chatô, *o Rei do Brasil*, p. 318.

implementação do federalismo (o qual asseguraria às oligarquias regionais uma maior participação nas instâncias decisórias do governo) e o autoritarismo de Vargas confirmavam o rompimento do pacto oligárquico, já anunciado pela revolta armada de 30. A demora da resolução das questões citadas, bem como a necessidade do presidente de agradar a todos os segmentos políticos a fim de manter-se no poder, findam por gerar nos dissidentes questionamentos sobre sua capacidade e confiabilidade.

A frustração estendia-se aos governos de Estados como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, por exemplo, já que alguns acordos relativos à seleção do Ministério não haviam sido seguidos. O “compromisso de forças” leva o presidente a não cumprir com sua palavra, sendo que a escolha do primeiro Ministério deixa transparecer “o caráter conservador e de compromisso”²¹ de seu governo. São nomeados para Ministros da Guerra e Marinha membros da Junta Governativa (General Leite de Castro e Almirante Isaías de Noronha, respectivamente). Os demais ministros são distribuídos entre os Estados da seguinte maneira: Minas Gerais é representado por Afrânio de Melo Franco, nomeado Ministro do Exterior; Osvaldo Aranha, do Rio Grande do Sul, ocupa a pasta da Justiça; José Américo representa a Paraíba como Ministro da Viação; de São Paulo, José Maria Whitaker ocupa a pasta da Fazenda; Assis Brasil, do Rio Grande do Sul, é nomeado para o Ministério da Agricultura. Vargas, pressionado por Borges de Medeiros, cria também o Ministério do Trabalho, indicando para o cargo Lindolfo Collor (Rio Grande do Sul) e acaba, também sob pressão (dessa vez exercida por Artur Bernardes e Olegário Maciel), nomeando Francisco Campos para o Ministério da Educação e Saúde Pública e Mário Brandt para a presidência do Banco do Brasil.

²⁰ É importante ressaltar que tais eleições tiveram como resultado a vitória dos partidos ligados à oligarquia, o que vem comprovar a permanência ainda de sua estrutura organizatória.

²¹ *A República Nova*, p. 284.

Discórdias e rivalidades entre políticos de vários locais, entre outros motivos, fazem com que haja mudanças contínuas no Ministério. Em Minas, alguns desentendimentos entre Artur Bernardes e Olegário Maciel levam Francisco Campos a afastar-se do cargo para retomá-lo em seguida. Isaías Noronha abandona o cargo de Ministro da Marinha e é substituído por Conrado Heck, o qual é seguido interinamente por Protógenes Guimarães, em junho de 1931; José Maria Whitaker acaba sendo substituído por Osvaldo Aranha, em novembro do mesmo ano, por discordar da política da queima do café; Maurício Cardoso passa a ser Ministro da Justiça, etc.

O estado de intranquilidade vivido pelo país cresce em virtude da demora no processo de legalização dos interventores estaduais (em sua maioria tenentes escolhidos por Getúlio e seus comparsas), que só ocorre no dia 14 de novembro, e, mais tarde, é agravado pela constante troca e desmandos desses interventores. Segundo Affonso Henriques, que havia apoiado o movimento de 30, para depois desiludir-se completamente com Vargas e apoiar a Revolução Constitucionalista de 32, ao presidente interessava a agitação, a desordem, a indisciplina, “da qual tiraria partido para continuar no poder, alegando que não dispunha dos necessários poderes para manter a ordem”²². É ainda o mesmo autor quem faz forte acusação sobre o modo dissimulado e interesseiro da política de Vargas, considerando que os tenentes não representavam mais que simples “massas de manobra” para o mesmo:

*(...) o sr. Getúlio Vargas (...) não estava satisfeito em entregar o governo da maioria dos Estados brasileiros a esses jovens. Ele queria igualmente que Estados como Minas Gerais e São Paulo ficassem sob a direção dos mesmos, embora oficialmente se mostrasse muitíssimo constrangido com isso*²³.

²² Vargas, *o maquiavélico*, p. 106.

²³ Vargas, *o maquiavélico*, p. 106

Se a atribuição ao presidente das características de dissimulação e indecisão no trato das questões políticas pode ser de alguma forma contestada, a sua ânsia pela posse do poder ditatorial é inegável. A História confirma isso, uma vez que o governo que se iniciou em 1937 constituiu-se como uma ditadura propriamente dita. Ao que tudo indica, as sementes do autoritarismo estavam sendo plantadas já no primeiro mandato de Getúlio, o qual, visando o continuísmo, apoiava-se no tripé Góis Monteiro, Osvaldo Aranha e João Alberto, a quem delegava poderes cada vez maiores. Seu intuito, conforme Affonso Henriques, era

*permanecer dentro do Catete e gozar as delícias do poder, com o mínimo de esforços e o máximo de prazeres que o cargo lhe proporcionava*²⁴.

Dessa forma, Vargas, tido por muitos como reticente e contraditório, acabou mostrando-se, “no início, um fraco, depois, um maquiavélico”²⁵. Logo no começo de seu mandato, o presidente já parecia estar preocupado com a possibilidade de ser visto como ditador, pelo fato de ter sido atribuído a ele o poder discricionário em virtude da Revolução de 30 e da tomada do poder. Naquele momento da história do país, quando a mudança no sistema político era fundamental, fazia-se necessário a Vargas eliminar qualquer possibilidade de se entender seu governo não como uma ruptura, mas como uma continuação da República Velha:

²⁴ Vargas, *o maquiavélico*, p. 133 - 134.

²⁵ Getúlio Vargas e a *Oligarquia Paulista*, p. 190.

*é preciso combinar um limite, ou antes, temperar os poderes ditatoriais que me confere a Revolução, para que não atente contra os ideais da mesma com medidas restritivas da liberdade que possam ser consideradas como continuação do antigo regime*²⁶.

Deve-se considerar também que o processo de industrialização do país, que tanto desagradava às oligarquias, estava extremamente ligado ao autoritarismo político aqui vivido mesmo antes do Estado Novo. Ao governo provisório caberia, em princípio, equilibrar os anseios dos setores tradicionais com o inevitável processo de industrialização, visto como saída para o crescimento econômico, o que resultou não apenas na viabilização dos desejos da burguesia industrial, mas na influência do empresariado nas medidas governamentais. Afinal, a proteção à indústria nacional fazia-se necessária, pois possibilitava a criação de um “Estado forte”, promotor da integração do mercado interno.

Além dos motivos econômicos e sociais, o fascínio produzido pelo poder político parecia reforçar o autoritarismo de Vargas, ao que parece, fazendo-o esquecer de alguns ideais preconizados pelos revolucionários de 30. Góis Monteiro, pessoa que, politicamente, parecia conhecer a personalidade de Getúlio Vargas, pelo fato de tê-lo acompanhado até o último momento de sua vida, em *O General Góis Depõe* refere-se a ele da seguinte forma:

Egocêntrico. Exigia automatismo e subserviência. A coisa pública era usada como propriedade privada, não para si, mas para oficializar o autoritarismo. Usava razões de Estado para esconder o caciquismo. Tolerava as forças armadas e odiava o parlamento. Atirava as forças

²⁶ Getúlio Vargas: *Diário*, p. 22 (anotação do dia 5 de novembro de 1932).

*armadas umas contra as outras. Tudo aquilo que o contrariasse importava em menosprezo à sua pessoa, carismática, intangível*²⁷.

4.4.1 GETÚLIO VARGAS E AS FORÇAS ARMADAS

Todas essas atitudes descritas por quem, no final do Governo Provisório, chegou ao posto de Ministro de Guerra, confirmam o ideal de continuísmo de Vargas, validado pelo poder ditatorial. Não faltam explicações psíquicas para a maneira como Getúlio costumava pensar e agir politicamente, as quais não nos interessam aqui discutir. Porém, um ou outro aspecto curioso de sua biografia ajuda a esclarecer, entre outras coisas, o tipo de relação estabelecida entre seu poder e o poder das Forças Armadas. Em alguns dos textos de Ant3nio de Alc3ntara Machado por n3s escolhidos tal rela33o 3 discutida, da3 a import3ncia de tratarmos, ainda que superficialmente, acerca desse aspecto da vida pessoal do presidente.

Filho de um general notabilizado na Guerra do Paraguai , nascido na cidade de S3o Borja, no Rio Grande do Sul – situada pr3xima 3 fronteira da Argentina, “nessa mesma Argentina onde outrora assomavam os caudilhos espanh3is, arrogantes, atrabili3rios e prepotentes”²⁸ -, Vargas n3o p3de seguir a carreira militar em virtude de sua “inferioridade corporal”. De acordo com o j3 citado Affonso Henriques, as pernas curtas do infeliz jovem teriam sido o principal empecilho 3 carreira que almejava seguir. Diagn3stico psiqu3trico 3bvio: n3o tendo conseguido obter as honras de um posto militar 3 sua altura, o pequeno ga3cho acabou seguindo a carreira pol3tica e, galgando lentamente os seus degraus com pernas t3o deselegantes, realizou o sonho de alcan3ar o poder e superar, enfim, a frustra33o da juventude.

²⁷ APUD Vargas, *o maquiav3lico*, p. 8.

²⁸ Vargas, *o maquiav3lico*, p. 1.

O fato é que a relação entre Getúlio e as Forças Armadas nunca foi totalmente tranqüila. Estas, divididas entre aqueles oficiais que queriam aderir à política e aqueles que eram contrários a tal idéia, mostravam-se muitas vezes cambaleantes, já que existiam fortes contradições e rivalidades entre os seus membros. Ainda assim, constituíam-se como “a única força organizada num país desorganizado, único elo entre regiões separadas por longas distâncias”²⁹ e, além disso, eram, de modo geral, favoráveis à ditadura, o que de certa forma unia seus integrantes em um objetivo comum. Uma vez possuindo a intenção não declarada de tornar-se ditador, tinha o presidente a mais absoluta consciência de que necessitava, pois, do apoio do Exército.

Mas Getúlio Vargas temia as Forças Armadas por saber que os militares poderiam destituí-lo do governo, através de um golpe. Talvez por esse motivo tenha adotado a tática de dividi-las, conferindo aos tenentes que haviam tomado parte na Revolução de 30 poderes que os satisfizessem (a fim de que estivessem sempre dispostos a servi-lo), contemplando oficiais com viagens, prêmios em dinheiro e promoções³⁰ e procurando manter a seu lado militares de altas patentes³¹.

Em “Exército e Política”, texto publicado no Diário da Noite de 3 de outubro de 1934, Alcântara Machado dá seu parecer desfavorável quanto à participação dos militares na política do país (embora já o tivesse descrito como a nossa única força organizada), aproveitando para fazer uma irônica distinção entre as características que para ele deveriam ser definidoras do comportamento do militar e, por outro lado, do comportamento do político:

Nada mais funesto para o serviço militar do que o chamado militarismo. Começa que o primeiro dever do militar é ser leal e na política, não digo que a regra seja a deslealdade, mas

²⁹ “Grande palradora”. *Diário da Noite*, 21/11/1934.

³⁰ Ver *Vargas, o maquiavélico*, p. 97.

³¹ A oposição entre militares de baixa e alta oficialidade (os chamados Exército Político e Hierárquico) tem como resultado, no final do Governo Provisório, o declínio do tenentismo, que perde suas forças com a dissolução do Clube 3 de Outubro e não pode mais influenciar nas decisões do presidente.

positivamente a lealdade não é a arma mais eficaz. Depois as qualidades de comando que distinguem o bom oficial não são as que costumam distinguir o bom político.

Aquele é direto em suas ordens, este é manhoso. De forma que o militar se destacava logo na luta partidária pela sua falta de maleabilidade, digamos logo pelo tom inabilmente marcial que imprime às suas palavras e atitudes. Não foi feito para as sutilezas da tática partidária(...).

A política é má companheira do Exército, age dentro dele como um dissolvente.

É comum também nos editoriais de Antônio a referência a Góis Monteiro, general envolvido com a Revolução de 30 e com governo de Vargas desde o seu início. Pode-se dizer, inclusive, que, nos textos selecionados para este trabalho, o nome do general é citado mais vezes que o do próprio presidente, pelo fato de ser também freqüente a referência ao tema Exército X Política. Também Góis Monteiro revela-se ao escritor como uma figura polêmica, posto que, segundo ele, o ilustríssimo Ministro da Guerra demonstraria ser contrário ao ingresso dos militares na política. O parecer de Anita Prestes³² ajuda-nos a compreender um pouco melhor o posicionamento do general quanto à atuação política dos militares. De acordo com a autora, Góis Monteiro entendia o Exército como um órgão essencialmente político. Mas o general julgaria necessário fazer a política do Exército, e não a política no Exército. Fato é que ele acaba tendo como meta para a realização de seus ideais anti-liberalistas e de defensor da unidade nacional a candidatura à presidência da República em 1934, concorrendo, inclusive, com o próprio Getúlio Vargas, e é para ele que perde as eleições.

São constantes as demonstrações de desconfiança de Vargas com relação às atitudes políticas do general:

O general Góis continua a dar entrevistas um tanto desconcertantes, aconselhando o Exército a abster-se da política, mas entre os auxiliares de seu gabinete estão alguns dos mais costumazes politiqueiros.

(...) só à noite recebi a visita do general Góis Monteiro, que me pareceu sincero em seu propósito de afastamento da política, embora não a repelisse de todo nem deixasse de receber os politiqueiros, que não deixam de influir sobre o seu já complicado temperamento³².

A desconfiança por parte do chefe do governo provisório é acentuada quando tem conhecimento da candidatura de Góis Monteiro, o qual, naquelas circunstâncias, já exercia o cargo de Ministro:

A candidatura do general Góis trouxe, como era de se esperar, a política no seio do Exército, dividindo-o em grupos que apoiam ou hostilizam.

(...) Os jornais esboçam um movimento em favor da candidatura Gós Monteiro. É a impressão que colho nesses últimos dias. Não há dúvida de que ele deseja sua candidatura. Parece haver em tudo certa tendência para arrebatá-lo a autoridade³³.

O “braço direito” de Vargas na Revolução de 30 era, ao mesmo tempo, aquele que disputava com ele a “autoridade”, o que muito parecia incomodar o presidente. Após vencer as eleições, este último, estrategicamente, continua mantendo perto de si o general, garantindo que o mesmo não fosse capaz de articular nenhum plano que pudesse destituí-lo da presidência.

As contradições do Ministro da Guerra são discutidas em alguns dos textos de Antônio de

³² Ver: Anita L. Prestes. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

³³ *Getúlio Vargas: Diário*, p. 287 - 288 (anotações dos dias 16 a 21 de abril de 1934).

Alcântara Machado. Em artigo intitulado “A NEP do general”, de 09 de novembro de 1934, aquele é criticado pela influência apenas teórica (“fruto de leitura”) que havia tido da NEP – Nova Política do Exército - russa, que consistiria na “remodelação material, moral e espiritual do Exército”. Assim se refere o autor ao Ministro da Guerra:

O general Góis Monteiro dá a impressão de tirar diversão de suas contradições: é inimigo da política, prega nesse ponto o absoluto alheamento das forças armadas, e orienta em Alagoas o partido que detém o poder; é inimigo do comunismo e vive buscando no comunismo exemplo e orientação; é inimigo da democracia liberal e chefia uma instituição sobre a qual repousa em boa parte a instabilidade de um Estado liberal e democrático.

O nobre ministro da Guerra é um homem inteligente, é sim um homem bastante inteligente. E como militar tem dado mais de uma prova de sua alta competência. Mas é positivamente um espírito influenciado pela novidade, pelo que é novidade para ele ainda que não seja para os outros, aprendida num livro que pode ser velho, num acontecimento que pode não ser inédito. Depois voltado bem mais para a crítica do que para a ação construtiva, pelo menos no terreno da política. Não passa aí da teoria para a prática. Ou melhor: nega com a prática a teoria.

Façamos votos para que a “NEP” do general não venha a significar Novo Exército Político.

Em “Fonte dos amores”, de 27 de dezembro de 1934, António refere-se ironicamente a uma fotografia dos militares que ajudaram a organizar a Revolução de 30 (Góis Monteiro, Juarez Távora e Osvaldo Aranha), que teria sido tirada na Fonte dos Amores, em Poços de Caldas, logo após a vitória de 30. Na mesma cidade foi realizado o chamado Pacto de Poços de Caldas, em 12 de

³⁴ Getúlio Vargas: *Diário*, p. 272 e 293 (anotações dos dias 23 e 24 de abril e 1 e 2 de maio).

dezembro de 1930, no qual foram discutidas as alterações nas forças armadas e buscou-se garantir a obra da revolução de 3 de outubro, dando plenos poderes aos políticos referidos.

Não foi possível averiguar se a dita foto foi tirada naquela ocasião, mas é fato que a referência a ela não representa, no texto, mais que um pretexto para criticar os resultados da Revolução, bem como a influência exercida pelos militares no governo de Vargas:

Como todos estão lembrados, esses três generais da revolução se reuniram em Poços de Caldas quando o sr. Getúlio Vargas iniciava ainda o seu poder discricionário para um ambiente calmo e salutar, para meditar sobre os destinos do país. Reuniram-se, meditaram e fotografaram-se. Dessa reunião e dessa meditação só resta mesmo a pose fotográfica da Fonte dos Amores. O que aumenta extraordinariamente o seu valor histórico e simbólico. Os três generais (dos quais só um veio a se revelar afinal verdadeiro) não aparecem voando ou matando onça e cobra. Mas salvando o Brasil, façanha não menos heróica.

De forma que o historiador que amanhã se ocupar com a revolução de 30 poderá afirmar com acerto que no princípio era a Fonte dos Amores. Era. Há prova fotográfica de que era. Os Vitoriosos se amavam (...). Tudo se passava entre sorrisos, flores, rimas, pássaros cantando, águas cristalinas correndo, brisas perfumadas soprando, uma delícia de lirismo bucólico. Os três chefes outubristas passaram em Poços de Caldas a sua lua de mel com a revolução.

Depois é que foram elas. Salvo em Poços de Caldas, o país continuou mais ou menos perdido em todos os outros lugares pelos quais se estende com incontestável exagero. Cidades e campos. A realidade pode mais que o sonho aquático da Fonte dos Amores.

Enfim, de uma maneira ou de outra, menos ou mais diretamente, os militares fizeram-se presentes durante todo o Governo Provisório, como legado para o país da Revolução de 30,

tropeçando nos caminhos enganosos da política e assombrando o frustrado gaúcho com a possibilidade da tomada de seu poder (haja vista a revelação feita por ele a Assis Chateaubriand de que cometeria suicídio caso aqueles o destituíssem do governo, quando do desfecho da Revolução Constitucionalista de 1932). O ditador, como o denominava Chateaubriand, não media esforços para chegar ao ideal de manter-se no poder indefinidamente e vir a ser a figura política mais importante do país, tendo pago, anos mais tarde, por esse sonho megalômano, um preço bastante alto: a própria vida.

4.5 GETÚLIO VARGAS POR ANTÔNIO DE ALCÂNTARA MACHADO

O indivíduo tresloucado e autoritário que se revelava nos bastidores da política nacional era nitidamente percebido pelo olhar observador de Antônio de Alcântara Machado³⁵, segundo revelam alguns textos por ele publicados no *Diário da Noite*. Uma das maiores críticas dirigidas pelo escritor a Getúlio Vargas e seus seguidores era quanto à possibilidade de “restabelecimento” da ditadura, ou seja, do banimento da Constituição de 16 de julho de 1934 e da entrega novamente do poder discricionário nas mãos do presidente, o que viria a acontecer realmente em 1937. Condenando o desejo de retorno do regime ditatorial por parte do general Manuel Rabelo e de outros militares, diz:

³⁵ Em seu diário, precisamente no dia 28 de agosto de 1934, Getúlio Vargas refere-se a Antônio de Alcântara Machado como sendo um “jornalista combatente”.

(...) há quem queira a ditadura pelo amor à ilegalidade, ao poder discricionário. Só o que é sem dúvida o maior dos crimes e revela uma incultura política igual a zero. A gente compreende (ainda quando não aplauda) que se implanta a ditadura como meio de realizar uma revolução de verdade, social e econômica. São os dois regimes em voga, vamos dizer uma revolução comunista ou fascista. Mas uma ditadura feita para abolir a Constituição e mais nada é obra de insânia ou então de ignorância.

Tanto mais quanto, no caso que nos preocupa, o propalado movimento manteria no poder (segundo consta) o sr. Getúlio Vargas. O que seria antes de mais nada um erro palmar de psicologia. Porque o sr. Getúlio Vargas quando ditador não fez senão revelar sua irresistível vocação para presidente constitucional. Governou (...) ao sabor dos acontecimentos políticos, deixando que as situações se modificassem à vontade e com elas se substituíssem os homens. Nunca remou contra a corrente. Quando aparecia uma, forte, contra ele, encontrava sempre jeito de virar o barco. Assim acabou sempre ajudado, empurrado pelas ondas adversárias.

*Tipo do presidente constitucional, por que fazê-lo de novo ditador agora que temos uma Constituição?*³⁶

Nota-se também no excerto a crítica relativa ao modo de governar do presidente, muito “ao sabor dos acontecimentos políticos”, sem pulso e experiência suficientes para tomar decisões satisfatórias quanto aos destinos da política nacional. Por essa e outras razões tornava-se evidente, para Alcântara, a importância da manutenção do regime constitucional.

Tais traços marcantes da figura de Vargas (a indecisão e insegurança em momentos importantes da política do país), desnudados e criticados por Alcântara no jornal carioca, acabam também sendo revelados pelo próprio presidente, ainda que de forma indireta, nas páginas de seu

diário, resgatado e publicado pela neta, Celina Vargas do Amaral, em 1995. Durante o período em que houve a Revolução Constitucionalista de 32, por exemplo, o então chefe do governo provisório mostra-se perdido diante da “fraqueza” e apreensão de comparsas seus, como ocorre com relação a Flores da Cunha:

*Recebo telegrama de Flores, dizendo que resolveu propor condições de paz e perguntando como a receberia. Fiquei desolado pela forma desta proposição. Nem firmeza, nem serenidade, nem mentalidade para a luta. Que fazer?*³⁷

Várias passagens do diário deixam clara a necessidade do presidente de se apoiar e poder confiar nos políticos a quem protegia. A possível existência de conchavos por parte desses e de outros políticos contra seu governo parecia também amedrontá-lo. Atormentado pela indecisão e medo frente a tal possibilidade, não havia outra alternativa senão apelar para a fé:

O general Góis denuncia o ministro Campos como tendo mandado peitá-lo, e dizendo que seguiu para Minas, para fazer intriga. Pede o mesmo general que lhe mandem um emissário para informar sobre os detalhes da conspirata, segundo aviso de Osvaldo Aranha. Virgílio retraiu-se. Há dois dias não o vejo. O governo mineiro reorganizou-se à minha revelia. Também à dele... Que haverá?(...)

Há confusão, há derrotismo, há trabalhos na retaguarda para enfraquecer o governo, e há conspiratas. O Osvaldo declara-me que o 4º delegado, filho do ministro da Guerra, fraqueia e quer fazer política da simpatia pessoal.

³⁶ “Ditadura sem objetivo”. *Diário da Noite*, 07/01/35.

³⁷ *Getúlio Vargas: Diário*, p. 117 (anotações de 18 e 19 de julho de 1932).

*Encerro estas notas numa noite cheia de apreensões. Só a fé fortalece. A ela me acolho para não vacilar. Por ela devo salvar-me, ou com ela sucumbir sem desfalecimentos*³⁸.

Todos os contratempos advindos da desequilibrada situação na qual se encontrava o país eram ocultados pela feição sempre sorridente, serena e otimista mostrada ao público pelo chefe do governo provisório. No entanto, o político astuto e malicioso, o qual escondia as verdadeiras condições da política nacional, era percebido por António, que o assemelha, em “O sorridente”, de 19 de dezembro de 1934, aos estadistas republicanos herdados do Império:

Por essa inelutável serenidade, sobretudo pelo que ela esconde de malícia e de astúcia, o sr. Getúlio Vargas se revela um digno continuador dos estadistas que o Império legou à República, formou para ela. Homens de pouca fala e poucos gestos, matreiramente inteligentes, ditando aos adversários a hora, o lugar e as condições de combate, sabendo fazer do tempo o melhor aliado, senhores de seus nervos, utilizando a tolerância como uma arma, homens que souberam consolidar a República através de mil e uma dificuldades. Souberam se equilibrar em meio do desequilíbrio geral.

Assim, depois de tantos anos de nervosismo governamental, bocas desabusadas e braços fortes, temperamentos irritadiços, etc., a lição dos que suavemente, como quem não quer, mandaram nos primeiros tempos republicanos é recolhida por um gaúcho sob um aspecto nada gaúcho.

E assim descreve nosso autor a precária situação política nacional, governada pelo “sorridente” de São Borja, no mesmo texto:

³⁸ *Getúlio Vargas: Diário*, p. 131 (anotações de 10 e 11 de setembro de 1932).

Um lago, um manso lago, que engolisse de tempos em tempos um nadador inexperiente, sem nunca deixar na superfície o trabalho da digestão. E até às vezes deixando voltar à tona como se nada tivesse ocorrido.

A imagem desse “nadador inexperiente”, renascendo incansável a cada dia das turbulentas águas da política, aparece também em “Um novo Ulisses”, de 04 de novembro de 1934. O artigo, de extremo valor literário em função das comparações e ironia nele presentes, assemelha a figura do chefe do governo provisório ao deus da mitologia grega, referindo-se aos rumos da nossa política, ao modo desse “novo Ulisses” conduzir a navegação, ainda “à procura do rumo certo”, sempre “sob o signo da astúcia”:

Há quatro anos, tomada a Tróia do Catete, o novo Ulisses se fez ao largo a caminho da Ítaca dos ideais revolucionários. Nas ondas da política nacional vem ele navegando à procura do rumo certo. De quando em quando diante de seus olhos se apresenta a ilha desejada. Mas no momento da abordagem ela se desvanece para surgir mais longe. O Netuno do nosso mar político diverte-se pregando-lhe peças.

(...) O astuto navegante obteve um prazo de mais de quatro anos(...).

Atravessado o mar discricionário, desliza agora o navio com maior segurança no oceano constitucional. A equipagem foi quase toda mais uma vez remodelada. Mas em torno do navio ainda há gente que braceja na ânsia de alcançá-lo. O novo Ulisses as contempla serenamente de bordo e às vezes atira um salva-vidas.

Arranjou-se uma bússola, encomendada a nada menos de duzentos e cinquenta e quatro artífices eleitos por sufrágio universal e secreto. Assim o Norte dos destinos nacionais está indicado com maior ou menor certeza. Fica nessa direção a Ítaca dos ideais revolucionários?

Só o novo Ulisses não se afoba no comando. Por ordem sua o navio já tem dado muitas voltas, passado muitas vezes pelo mesmo lugar. Sob o signo da astúcia a navegação prossegue.

Mais do que conservar a enganosa aparência de serenidade, era preciso, pois, segundo entendia o escritor paulista, enfrentar as turbulentas águas da política nacional com segurança e determinação, sem recair nos erros do passado. Assim, caberia ao “novo Ulisses” evitar o canto das sereias que poderiam vir a encantá-lo no meio do caminho, bem como os indecifráveis abismos do mar. “O Norte dos destinos nacionais”, rumo a “Ítaca dos ideais revolucionários” haveria de ser apontado pelo Tirésias de então: a Constituição de 1934, tão buscada e defendida por António de Alcântara Machado (que ao revelar as intenções de Vargas finda por deixar vazar os ideais do dissidente oligárquico, defensor declarado da manutenção do discurso liberal e não-declarado do regionalismo) e tão temida pelo então presidente do país.

**5 POLÍTICA E COTIDIANO: A REALIDADE BRASILEIRA NOS EDITORIAIS DO
DIÁRIO DA NOITE**

Os regimes discricionários deixam de lado problemas que os legais não podem deixar de resolver de qualquer forma. Fora da lei é possível adiar ou mesmo não atender. Dentro, a menos que não se queira desmoralizá-la, as soluções têm de ser imediatas. É desgraça sabida dos homens não poderem viver sem lei e não saberem viver com ela. Suprimem-se para ter maior liberdade. Restabelecem-na em nome da mesma liberdade. E então os descontentamentos refreados, as pretensões adormecidas, as reivindicações adiadas irrompem de uma só vez. Já não falando nos problemas postos à margem que reaparecem diante dos que governam para serem decifrados ou devorados.

António de Alcântara Machado, “Devagar com o andor”. Diário da Noite, 23/01/1935.

5.1 A CONSTITUIÇÃO DE 1934

Ao assumir o cargo de chefe do chamado governo provisório, Getúlio Vargas adquire poderes discricionários, banindo a Constituição em vigor no país desde 1891, dissolvendo o Congresso Nacional (através do decreto nº 19.398 de 11 de novembro de 1930) e prometendo convocar tão rapidamente quanto possível uma Assembléia Nacional Constituinte que elaborasse a reforma constitucional. No entanto, o cumprimento de tal promessa demorava a acontecer, o que, conforme vimos anteriormente, ocasionou diversas revoltas, entre elas uma revolta armada, a Revolução Constitucionalista de 1932.

As pressões sofridas pelo presidente por parte dos constitucionalistas a partir de então tornaram-se cada vez maiores. No início de 1933, até mesmo alguns tenentes e radicais da oligarquia exigiam que fosse cumprido o prometido. Em abril do mesmo ano, as oligarquias paulistas reúnem suas forças para formar a chapa única eleitoral “por São Paulo unido” e vencer as eleições de 3 de maio - para deputados federais e compor a futura Assembléia Nacional Constituinte - englobando diversos partidos, entre eles o Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista.

O pleito de 3 de maio contava já com os Tribunais Regionais Eleitorais e com o Supremo Tribunal Eleitoral, órgãos fundados pelo decreto presidencial de 18 de abril de 1932, os quais tinham a intenção de eliminar qualquer possibilidade de fraude. Ao pleito compareceram 1.200.000 eleitores, que elegeram 214 deputados¹, em sua maioria mineiros, paulistas, baianos e gaúchos conservadores, reforçando o poder de Vargas. Sobre as eleições escreve o presidente, referindo-se também à pressão dos paulistas e à revolta de 32:

Realizou-se o grande pleito. Está cumprida a palavra do Governo Provisório, apesar de todas as descrenças e dos embaraços criados por uma paradoxal Revolução Constitucionalista, feita preventivamente para realizar uma constitucionalização já com data marcada. As notícias de todo país informam que o pleito se realizou em completa ordem e plena liberdade – concorrência numerosa e entusiasmo. Antes assim. Os jornais da capital trazem informações muito lisonjeiras sobre o pleito e a correção de atitude do governo².

Dando continuidade ao seu projeto de “correção de atitude”, em agosto do mesmo ano, o governo provisório finalmente decreta convocação para instalação da Assembléia, assentando o nome de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada para a presidência da mesma. As reuniões preliminares só têm início em 10 de novembro, e no dia 15 do mesmo mês instala-se solenemente a Constituinte. Desde o início, há constantes disputas entre seus componentes (grupos e classes) e discussões que refletiam a predominância dos interesses particulares e eleitorais em detrimento daqueles de cunho geral e urgente. Tais desentendimentos acabavam repercutindo desfavoravelmente na imprensa, conforme poderemos verificar através dos artigos escritos por Antônio para o *Diário da Noite*, sendo também vistos negativamente pelo presidente Getúlio Vargas:

Os trabalhos da Constituinte continuam com alguma balbúrdia nas votações. O próprio leader já não tem o controle. Os deputados votam para a galeria e presos a interesses eleitorais imediatos, incluindo na Constituição assuntos de legislação ordinária e até futilidades³.

¹ O Decreto nº 22.621, de 5 de abril de 1933, aprovando o Regimento Interno da Constituinte, fixou o número de deputados eleitos pelo sistema proporcional em 214 e instituiu também as bancadas classistas. Ao todo, compuseram a ANC 254 deputados, 40 deles eleitos por sindicatos e associações de trabalhadores.

² *Getúlio Vargas: Diário*, p. 208 - 209 (anotações do dia 3 de maio de 1933).

³ *Getúlio Vargas: Diário*, p. 297 (anotação dos dias 21 a 23 de maio de 1934).

Em 16 de julho de 1934, passado aproximadamente um ano de trabalho - período em que polêmicas e também problemas diversos eram enfrentados pelo governo, tais como as greves dos marítimos, escreventes de cartório, bancários, telegrafistas, etc., a Constituição Federal é assinada. Posteriormente, a Assembléia Nacional Constituinte transforma-se em Assembléia Ordinária, dividida em Câmara dos Deputados e Senado, formando assim o Congresso Nacional.

Após um conturbado período de gestação, finalmente nasce a nova Constituição brasileira, mantendo o mesmo perfil da anterior (republicano, presidencialista, federativo, constitucional, eletivo e representativo), mas sem o cargo de vice-presidente. A nova carta reduz o número de senadores a dois por Estado, com mandatos de oito anos, sendo que os deputados passam a ter mandato de quatro anos. Cria ainda os deputados classistas, representantes dos sindicatos de empregadores e de empregados eleitos nos sindicatos. Estabelece poderes ao executivo federal para legislar (decreto-lei) sobre questões trabalhistas, nacionalizações de empresas estrangeiras de seguro e comunicações. Institui o ensino primário obrigatório e gratuito e estabelece restrições à imigração, obrigando as empresas estrangeiras a manterem dois terços de seus empregados brasileiros.

Outras características importantes da Constituição de 1934 devem ser destacadas. Primeiramente, quanto à organização industrial: dentre os regimentos fixados estava o direito do governo de estabilizar as indústrias por motivos de interesses públicos; a nacionalização progressiva dos bancos e empresas de seguro; o controle nacional sobre as fontes energéticas e empresas de exploração mineral. Depois, quanto à organização social: instituição de um salário mínimo supostamente capaz de satisfazer as necessidades dos trabalhadores; jornada diária de oito horas de trabalho; repouso e férias remunerados; indenização por demissão sem justa causa; reconhecimento dos sindicatos e associações profissionais; proibição da diferença de salário para o mesmo trabalho; assistência médica, dentária e previdência social e garantia de estabilidade no emprego.

Como se pode perceber, esta Constituição, de caráter liberal, visava garantir uma série de direitos sociais aos trabalhadores, antes ignorados legalmente. Contudo, paradoxalmente, negava a eles a liberdade e autonomia no que concerne à organização de sindicatos e associações. Mesmo assim, a nova carta parecia garantir um avanço significativo ao aspecto social, se comparada à anterior, que havia sido o primeiro código brasileiro promulgado em Assembléia Constituinte, eleita para este fim.

5.1.1 GETÚLIO VARGAS X CONSTITUIÇÃO

Um dia após ter entrado em vigor a Constituição de 1934, Vargas vence as eleições indiretas para a presidência do país. Contando com o apoio da maioria dos deputados, obteve cento e setenta e cinco votos contra cinquenta e nove de Borges de Medeiros, quatro de Góis Monteiro, dois de Protógenes Guimarães e um voto dos demais candidatos⁴. Apesar da tentativa de vários líderes das bancadas estaduais de promover uma reforma no Regimento Interno da Constituinte, na intenção de eleger o presidente da República antes da votação do texto constitucional (fórmula conhecida como “indicação Medeiros Neto”), a bancada paulista, liderada por José de Alcântara Machado, impede que as eleições para presidente sejam antecipadas, prorrogando a Assembléia⁵ com poderes legislativos ordinários até a eleição e reunião da nova legislatura, derrubando assim a tentativa do chefe do governo provisório de “continuar expedindo decretos-leis e anular o poder legislativo(...)”⁶.

Vargas é empossado no dia 20 de julho e promete governar seguindo fielmente o novo código. Na verdade, ainda que de forma não declarada, o caudilho de São Borja pudesse ser

⁴ Os outros candidatos à presidência eram: Raul Fernandes, Artur Bernardes, Plínio Salgado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Afrânio de Melo Franco, Firmino Paim Filho, Levi Carneiro e Oscar Weinschenck.

⁵ Em junho de 1934, definiu-se a prorrogação dos mandatos constituintes até maio de 1935, quando tomariam posse os deputados eleitos em outubro de 1934.

⁶ *Vargas, o maquiavélico*, p. 232. Alcântara refere-se a tal procedimento em “Sinfonia inacabada” (18/08/1934).

contrário ao regime constitucional que o ameaçava, aceitá-lo, principalmente após a revolta paulista de 1932, parecia constituir uma necessidade advinda das circunstâncias. A Revolução Constitucionalista havia sido uma difícil experiência, que, mesmo fracassada, tinha deixado evidente que “ou o país voltaria ao regime democrático, ou estalaria uma guerra civil de conseqüências imprevisíveis para o detentor do poder e seus assecclas”⁷.

De fato, não parecia ser da vontade de Getúlio Vargas assumir a presidência sob um modelo constitucional, que liquidava a possibilidade de exercer a autoridade almejada. Parte das críticas feitas pelo presidente ao andamento da Constituinte devem-se ao fato da Carta Constitucional restringir os poderes do Executivo. Prova disso é que, em março de 1934, após leitura do projeto de Constituição entregue por Medeiros Neto, Raul Fernandes, Levi Carneiro e Carlos Maximiliano (os três últimos eram membros da Comissão Revisora⁸ encarregada da redação final do substitutivo ao anteprojeto governamental), o presidente demonstra estar preocupado com as possibilidade do projeto impor empecilhos ao pleno exercício de seu caciquismo no poder:

*(...) fui ler o projeto, do qual não tive boa impressão. Achei-o um tanto inclinado ao parlamentarismo, reduzindo muito o poder do Executivo e, principalmente, complicando a máquina burocrática, de modo a dificultar a administração*⁹.

Ainda outra vez, no início de julho, às vésperas da promulgação da carta constitucional, Vargas mostra-se temeroso frente ao que esta poderia representar para o seu governo. Assim escreve o ilustre chefe do governo provisório em seu diário:

⁷ Vargas, *o maquiavélico*, p. 235

⁸ A Comissão de Redação Final foi composta por Godofredo Viana, Homero Pires e Raul Fernandes.

(...) impressionado com o resultado dos trabalhos da Constituinte, as dificuldades que terá que enfrentar o governo para dirigir o país com o código assim elaborado, encarreguei o João Mangabeira¹⁰ de fazer-me uma exposição crítica da nova Constituição e de elaborar um projeto que me apresentaria. Como um ato de sinceridade, preciso, oportunamente, esclarecer essas coisas¹¹.

Não pôde, enfim, o presidente furtar-se a exercer seu mandato de quatro anos no interior de um governo de bases constitucionais. A república ditatorial seria conquistada em 1937, quando Vargas elimina, através de Constituição outorgada por ele em 10 de novembro (instituindo a ditadura centralizada), unidades federativas e os legislativos, retirando a autonomia do judiciário e garantindo a si próprio um mandato de seis anos.

Mas, em 1934, o ditador disfarçado de democrata haveria de seguir as exigências de então, defendendo o novo código elaborado. Nesse sentido, define a data das eleições para deputados federais e estaduais, bem como para presidentes estaduais (14 de outubro) e forma seu novo ministério, mantendo o costumeiro “acordo político de cavalheiros”, mediante a estratégia de tentar agradar representantes de Estados diversos do país e garantir o apoio dos mesmos, ainda que os interesses de alguns deles não tivessem sido atendidos:

Ficou, afinal, constituído o Ministério: Exterior, Macedo Soares; Justiça, Vicente Rao; Fazenda, Artur Costa; Viação, Marques dos Reis; Educação, Capanema; Agricultura, Odilon Braga; Trabalho, Agamenon; Guerra, Góis; e Marinha, Protógenes.

⁹ Getúlio Vargas: *Diário*, p. 273 (anotações dos dias 3 e 4 de março de 1934).

¹⁰ Membro da Subcomissão do Itamarati (1932-33) e deputado federal pela Bahia.

¹¹ Getúlio Vargas: *Diário*, p. 304 (anotações do dia 1º de julho de 1934).

*Ficaram desgostosos João Alberto e os dissidentes pernambucanos, pela escolha de Agamenon, e Osvaldo, pela do Capanema (...). Também desgostoso o leader Medeiros Neto, que pretendia ser ministro*¹².

A insatisfação de vários políticos cresce ainda mais com o pleito de outubro, cujos resultados foram um tanto desastrosos para os aliados do poder central. As eleições vieram confirmar a perda de terreno dos tenentes para as forças contrárias nos Estados, sobretudo do Nordeste. No Ceará, Juarez Távora, natural do Estado, não consegue manter no poder seus candidatos, os quais perdem as eleições para a Liga Eleitoral Católica. Em Pernambuco, Lima Cavalcanti derrota João Alberto. Somente no Distrito Federal e na Bahia, com os grupos de Pedro Ernesto e Juraci Magalhães, respectivamente, os tenentes obtiveram vitória.

Apesar do descontentamento de muitos, ao menos a impressão geral causada pelo novo ministério era, de acordo com o presidente Getúlio Vargas, muito favorável. No final do mês de agosto, as decisões tomadas por ele causavam boa impressão e o Congresso seguia seus trabalhos com relativa (e passageira) tranquilidade:

Continua a boa do Ministério, em lua-de-mel com a imprensa. Realizou-se a recepção oficial de apresentação do governo, comparecendo todo o corpo diplomático aqui creditado.

*A Assembléia está tranqüila, tratando do seu regimento. Isso, porém, é passageiro. É preciso uma diretriz segura e flexível para a monstruosa Constituição que devemos cumprir*¹³.

No mesmo mês, contribuindo para desnudar a real situação do Congresso Nacional, dos

¹² Getúlio Vargas: *Diário*, p. 309 (anotações dos dias 23 e 24 de julho de 1934).

¹³ Getúlio Vargas: *Diário*, p. 310 (anotações dos dias 27 e 28 de agosto de 1934).

bastidores da “tranquãla” Assemblãia e defender a “monstruosa Constituiãõ” a ser seguida, surge no cenãrio da imprensa carioca Antõnio de Alcãntara Machado.

5.1.2 INDISCIPLINA E DESLEALDADE

A terceira parte da ediãõ das crõnicas de Antõnio de Alcãntara Machado presentes neste trabalho contãem textos nos quais hã a preponderãncia de trẽs temas: Constituiãõ, Cãmara dos Deputados e eleiãões de outubro de 1934. O escritor, enquanto membro da representaãõ paulista pela Chapa Única por Sãõ Paulo Unido, participava das reuniões da Assemblãia Nacional Constituinte para depois debater os assuntos mais importantes nela discutidos, como parte da Constituiãõ a ser votada, juntamente com os integrantes da bancada em sua secretaria.. Antõnio, inclusive, costumava reduzir a matãria aprovada pela Assemblãia em escrito, o que acabou sendo extremamente útil para os deputados paulistas, bem como para a prõpria Constituiãõ, segundo afirma Cincinato Braga:

De sua redaãõ concisa e feliz (...) sãõ vãrias as emendas subscritas pelos deputados por Sãõ Paulo e aproveitados no corpo da Constituiãõ promulgada¹⁴.

Hãlio Silva¹⁵ confirma a importãncia dessa contribuiãõ do modernista para a Constituiãõ de 1934. Diz ele:

¹⁴ *Em Memõria de Antõnio de Alcãntara Machado*, p. 51.

¹⁵ *Em Memõria de Antõnio de Alcãntara Machado*, p. 73.

Um dos mais importantes capítulos da Constituição – o Poder Judiciário – foi dado a relatar, pelo líder paulista, ao deputado Henrique Bayma. Este o redigiu na Secretaria da Bancada, com a assistência imediata de dois amigos: Antônio de Alcântara Machado e Hamilton Leal (...)

A presença assídua na Câmara dos Deputados certamente pôde garantir o conhecimento do jornalista quanto ao conteúdo do novo código, bem como quanto ao temperamento dos deputados. A experiência permitia a Antônio, nas páginas do *Diário da Noite* carioca, discutir profundamente os assuntos em pauta na Câmara dos Deputados e também criticar a “indisciplina e deslealdade” de políticos que deveriam estar ali para atender aos interesses públicos, em detrimento dos particulares. Entretanto, conforme dissemos anteriormente, era justamente o contrário o que costumava acontecer. A exemplo dos políticos da Primeira República, os responsáveis pelo poder legislativo do país em 30, com raras exceções, revelavam estar muito pouco preocupados com as mazelas sofridas pela população, já que viam em seus cargos a oportunidade de acomodá-los aos interesses e privilégios pessoais.

As disputas eleitorais para o pleito de outubro¹⁶ vieram ratificar essa postura habitual dos políticos, implicando, inicialmente, o esquecimento momentâneo dos assuntos constitucionais. Em 18 de agosto de 1934, num texto ironicamente intitulado “Sinfonia inacabada”, Antônio de Alcântara Machado, referindo-se à transformação da Assembléia Constituinte em Câmara dos Deputados pelo artigo 2 das Disposições Transitórias (que tornara deputados os constituintes até a organização do Congresso, que seria eleito em 11 de outubro, evitando os decretos-leis), tece o seguinte comentário acerca da ausência de organização dos deputados:

¹⁶ Sobre as expectativas de Alcântara Machado com relação aos resultados das eleições ver o texto “Às urnas a palavra”, de 17/10/1934.

(...) os Schubert do Palácio Tiradentes estão desonrando os bons propósitos de outrora. Já se passaram trinta dias da promulgação da carta constitucional e nem ao menos comissões permanentes da Câmara se acham ainda organizadas. Há falta de número. A sinfonia não se acabará tão cedo porque os compositores andam preocupados em dirigir as charangas eleitorais.

O pleito de outubro, além de ter colaborado para que os assuntos constitucionais fossem adiados, revelando a desorganização do Congresso e a ausência do real interesse por parte de muitos para com os problemas sociais e econômicos pelos quais passava o país, acarretava ainda violentas disputas entre partidos. Antes das eleições, a situação mostrava-se bem tempestuosa em algumas regiões, o que preocupava o jornalista, por saber ele que quem mais sofreria as consequências desses conflitos seria a população. Em “Quem paga as custas” (05/09/1934) Antônio refere-se ao assunto:

Onde dois partidos se degladiam numa disputa de vida ou morte, tudo sofre, do aspecto dos prédios à fisionomia dos habitantes, as consequências do dissídio político. Como que as atividades úteis param para assistir pagando caro ao espetáculo das facções em luta. As pauladas trocadas pelos chefetes vão doer nas costas populares. Verdade muito sabida mas que convém recordar na véspera dos pleitos eleitorais.

A do de 14 de outubro se anuncia bem tempestuosa. Em mais de um Estado já se brigou nas ruas, gente apanhou, ninguém lucrou. Ação empatada às custas como sempre a cargo do respeitável embora não respeitado público.

Se no dia 14 de outubro curiosamente as eleições ocorreram sem maiores transtornos, após sua realização problemas ainda eram enfrentados pela Câmara, como a insistente ausência de muitos deputados, impedindo o prosseguimento dos assuntos constitucionais, que foi taxada por Antônio de

Alcântara Machado como “vadiagem”: “A eleição já se foi e cessou assim o motivo que afastava do Rio a grande maioria dos deputados. Agora não há mais pretexto para a falta de número (...). Basta de vadiagem”¹⁷, escreve ele no início de novembro.

Com razão reclama o jornalista, que volta ao mesmo assunto no dia 18/12/1934, em “Onde está a desonra”. O artigo trata da insurreição de alguns deputados, entre eles Cunha Vasconcellos, contra a proposta de ser restabelecida a ficha de presença na Câmara. Para este, a proposta reduziria os deputados “à condição de simples operários, de simples diaristas”, afirmação que, na visão do autor, era “causa de muita indignação para o orgulho burguês e capitalista do sr. Cunha Vasconcellos”. O escritor aproveita, então, para efetuar uma irônica comparação entre o tipo de trabalho (e de remuneração) de um operário e de um deputado, referindo-se deste modo a Cunha Vasconcellos:

O vexame (...) não está onde ele julgou. Está, sim, na verificação de que só ameaçando o bolso dos deputados é possível conseguir deles que levem a sério o seu mandato. O operário ganha o bastante (às vezes nem isso) para viver. E só ganha quando trabalha. O deputado ainda quando não trabalha ganha. E para trabalhar recebe um extraordinário. De forma que os seus subsídios são dois: um fixo para lhe sustentar a ociosidade, outro variável para lhe despertar a atividade.

Aos poucos, a Câmara dos Deputados revelava ser, para o intelectual paulista, um verdadeiro “palco de rivalidades e vaidades”, o que haveria de ser confirmado pelas eleições de outubro. Num primeiro momento, por fazerem aflorar rixas estaduais entre políticos, depois, por trazerem novamente à tona uma realidade presenciada na República Velha: a das fraudes. Alguns textos de Antônio de Alcântara Machado referem-se às chantagens eleitorais, tais como “Contra a fraude”

¹⁷ “Basta de vadiagem”. *Diário da Noite*, 07/11/1934.

(04/12/1934), sobre a fraude na apuração do Rio de Janeiro; e “Palhaçada” (13/11/1934), que aborda a tentativa de violação das urnas em São Paulo pelo major José Levy Sobrinho. Neste último artigo, o autor, deixando transparecer ainda a postura do antigo partidário do Partido Democrático paulista (bem como os ideais do intelectual modernista, dos quais também não se desvencilhara), ataca, através da figura do major, os oligarcas tradicionalistas do ultrapassado Partido Republicano Paulista:

Está terminando na desmoralização e no ridículo (como não poderia deixar de ser) o escabroso episódio da tentativa de violação das urnas eleitorais em São Paulo pelo major José Levy Sobrinho. Como é sabido, esse cavalheiro, grande cultivador de laranjas em Limeira e membro da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista, afirmou pela imprensa que seria capaz de abrir, sem deixar vestígios, qualquer uma das urnas de aço utilizadas no pleito de 14 de outubro.

Com tremendo crime, digno de um barão feudal, os juízos eleitorais haviam mandado colocar nas urnas uma sólida e complicada cintura de castidade(...). Pois não passava (...) de precaução inútil. A malícia do major Levy Sobrinho escarnecia de tanto selo e encontrava jeito de violar impunemente as urnas. Pobrezinhas (...).

Entretanto a palhaçada já estava feita. E dignamente rematada a grosseiríssima e deselegantíssima campanha de despeito, movida pelos que não souberam ganhar e muito menos perder a 14 de outubro contra a lisura com que se processou o pleito.

Assis Chateaubriand viu no major José Levy Sobrinho um sátiro, o sátiro de Limeira. Mas não há de faltar quem veja nesse sátiro um eunuco e nesse Levy um leviano.

E, completamente decepcionado e revoltado com a volta dessa velha prática na apuração das eleições nacionais, chega a sugerir uma radical solução, como medida profilática, para a cura de tão

grande mal:

Se o sufrágio universal em si mesmo já é uma mentira (como querem muitos), por elementar questão de decência não deve o país tolerar ainda por cima se transforme numa ignominia por obra e graça (também para proveito) de alguns ambiciosos sem escrúpulos. A tolerar a fraude será preferível abolir de uma vez o voto. Doa a quem doer. Inclusive a essa infortunada democracia que vive procurando sarnas para se coçar¹⁸.

É evidente que a abolição do voto não era o remédio desejado para se erradicar o mal da fraude, ou melhor, para se erradicar o mal da ausência de educação política no país, tanto por parte dos políticos quanto por parte da população, ainda não consciente dos direitos que implicava o sufrágio universal. Poder-se-ia até interpretar o comentário feito por António como revelador de certo conservadorismo, na medida em que o trecho mostraria um posicionamento contrário ao sufrágio universal - , traço que, de fato, inevitavelmente surge em alguns textos do autor¹⁹. Mas, ao que parece, seu desabafo irritado reflete, antes, a estupefação frente ao retorno de um problema supostamente erradicado, além - e sobretudo - da desilusão do político iniciante quanto à baderna que representava o mal fadado liberalismo democrático naquele momento histórico no país.

A postura conservadora terá antes lugar no machismo revelado pelo autor em dois textos: “O pecado de Eva”, de 1 de novembro de 1934, e “A desilusão da doutora”, de 2 de março de 1935, nos quais Alcântara chega bem próximo à prática da maledicência, a qual, como veremos mais adiante, é tão criticada por ele. O alvo de suas críticas desta vez é Bertha Lutz, “essa Eva feminista”

¹⁸ “A fraude”. *Diário da Noite*, 18/01/1935.

¹⁹ A exemplo do que ocorre em “Repetindo o poeta”, de 05/10/1934, texto no qual o escritor apoia a decisão do STE de fechar as portas do Senado aos menores de 35 anos, alegando que, para o Senado, seria necessária a experiência da maturidade.

que tencionara cometer um pecado nada original, segundo destaca o autor no primeiro texto: o de se entregar à “serpente política”, “morder com todos os dentes a maçã do mandato legislativo”. No segundo artigo citado Alcântara certamente é mais ofensivo em suas palavras, reduzindo a luta até o momento fracassada da aspirante a deputada em alcançar seu objetivo político a mero capricho feminino: “A teima era de mulher”, escreve ele.

Mais além, o autor sugere que a “representante do não conformado sexo fraco”, “irritadiça e zangada”, teria utilizado de recursos “proibidos” para chegar ao cargo desejado de “mãe da pátria”, tendo sido, inclusive, “denunciada perante a Justiça Eleitoral pelo feio crime da fraude”. Entretanto, o jornalista diz acreditar na inocência daquela que havia conquistado a “angustiosa situação de suplente”, porque, em seu modo de ver, Bertha Lutz era “de uma ingenuidade tocante”, sendo, pois, incapaz de uma atitude mais engenhosa. E, aproveitando para criticar o presidente da República (com quem a doutora certamente teria muito a aprender), encerra o texto utilizando-se de uma das declarações da feminista, para mais uma vez ironizá-la:

Estou me lembrando de uma declaração sua, por ocasião do pleito suplementar de dezembro. Indignada com a atitude hostil do Partido Autonomista, resolveu ela fazer uma intriga vendo nessa hostilidade “uma oposição ao presidente da República, que é um ardente incentivador do movimento de emancipação feminina”. Ardente, doutora? O sr. Getúlio Vargas ardente? Pois se ele é tudo quanto a senhora não é. Não arde, sorri. Não se atira, deixa-se levar. Peça a ele, doutora, algumas lições de vampirismo político.

Obviamente, deve-se considerar que, no início de 1935, o fato de uma mulher pretender chegar ao cargo de deputada poderia mesmo gerar polêmicas. Porém, certamente a postura do escritor, nesse caso, revela a não aceitação do novo, por estar provavelmente imbuído da idéia de

que o exercício político deveria estar restrito ao universo masculino.

Se nos dois textos mencionados há sinais de certo conservadorismo - diga-se, nítidos sinais de machismo, em outros prevalece o avanço, o predomínio de idéias que podem ser consideradas modernas. Incomodado com o problema das fraudes eleitorais, a demora e as despesas causadas pelo processo ultrapassado sistema ainda vigente de apuração de votos, António sugere, por exemplo, que seja implantada a máquina de votar (note-se que só nas eleições municipais de 2000 foi definitivamente implantada a chamada urna eletrônica), a fim de que tão lento e equivocado processo pudesse ser modificado:

Se a legislação eleitoral pretende de fato criar entre nós o espírito de partido, a utilização da máquina de votar se impõe como um meio de se realizar tal propósito. Depois, a considerar a economia de tempo e dinheiro que dela resultará. O atual sistema de apuração desanima os mais pacientes, onera os cofres públicos e desorganiza a Justiça, desviando um grande número de magistrados de suas funções ordinárias. E só a máquina de votar garantirá ao processo de apuração a brevidade e a precisão rigorosa nesse terreno mais do que em qualquer outro imprescindíveis.

De forma que não há hesitar. A rotina que berre à vontade. Não basta estar em 1934. O que importa sobretudo é ser de 1934. Visto que em 1933 não pudemos ser de 1933. E em 32 também, etc. Já estamos bem atrasados. A máquina de votar, sem perda de um minuto²⁰.

5.1.3 A COMÉDIA DA DEMOCRACIA

Ser de 1934 significava também viver a democracia de fato, não a “infeliz” democracia

que tanto indignava o intelectual, mas aquela na qual a Constituição fosse soberana e o presidente, demais políticos e militares não fossem mais que seguidores dela e representantes dos interesses do povo. Um regime político no qual não despontassem astros nem estrelas, ao contrário do que se via nas telas de cinema, uma vez que “nas ditaduras é que surgem astros e mesmo, quando outras não sejam, estrelas de general. Estrelas e astros nitidamente cinematográficos”²¹.

Segundo o autor, na democracia vivida pelo país o que parecia dominar era a dissimulação dos lances dramáticos da teatralidade, resultando numa comédia rápida e comedida, em que não se podia deixar transparecer o caciquismo e o anseio político de sobrepujar o outro:

*Nada de astros nem estrelas. O artista que se meter a importante, procurar brilhar, sobrepujar os outros se desgraça e desgraça o filme. Não há lances dramáticos, também não deve haver situações de força. Convém que tudo se passe como numa comédia ligeira. Comedidamente representada. Sem papéis de extraordinário relevo e, portanto, sem atores de excessivo comportamento*²².

Mas, conforme o exposto em “Contamos com o sr. Mangabeira”, texto veiculado pelo *Diário da Noite* em 27 de agosto de 1934, para se alcançar a ideal democracia outros vícios haveriam de ser também banidos da política brasileira, tais como

(...) a noção de que o adversário político é sinônimo de inimigo pessoal, a idéia de que não basta vencer nas urnas a corrente contrária mas é preciso ainda humilhá-la por todos os meios negando-lhe pão e água (...).

²⁰ “Máquina de votar”. *Diário da Noite*, 22/12/1934.

²¹ “A comédia da democracia”. *Diário da Noite*, 22/11/1934.

Além ainda da necessidade de que

(...) as assembléias se componham de gente eleita pelo povo e não pela fraude, a intransigência não seja mais a arma preferida dos homens que detêm o poder, a vontade de um não constitua lei sagrada para todos, o Legislativo não se escravize ao Executivo, a maioria não acue a minoria a ponto de obrigá-la a recorrer às armas em desespero e causa, o caudilhismo deixe a democracia em sossego.

A falta de disciplina partidária, de “convicções verdadeiramente políticas” e o aumento dos extremismos doutrinários no país, organizados basicamente em situação e oposição, são também apontadas pelo escritor como empecilhos à realização da verdadeira democracia. Quanto à desorganização partidária, num dos momentos em que se refere à representação classista na Constituinte, Alcântara pondera:

Os interesses de classe na verdade só são eficientemente defendidos por partidos de classe.

No dia em que tivermos partidos dignos desse nome, com programas sociais e econômicos perfeitamente distintos e fatalmente antagônicos, o parlamento reunirá verdadeiros representantes de classe, e a luta se travará abertamente no único terreno possível que é o terreno político²³.

O crescimento dos extremismos doutrinários no país ocorria como reflexo de movimentos europeus, os quais estavam sendo externados há algum tempo em forças direitistas (fascismo,

²² “A comédia da democracia”.

²³ “O macho”. *Diário da Noite*, 18/10/1934.

nazismo) e esquerdistas (comunismo). Antônio de Alcântara Machado, em crônica intitulada “Sem mãos, sem braços, sem nada” (08/10/1934) critica os resultados dos extremismos políticos no mundo, na medida em que causavam prejuízos sociais consideráveis e iam contra os ideais verdadeiramente democráticos. Antevendo a “besteira sangrenta” que eclodiria na Europa em 1939, em parte como fruto desse antagonismo político, o escritor desaconselha que o Brasil adentre no momento político universal:

O que se chamava (nos tempos heróicos da campanha modernista) a integração do Brasil no momento universal não há de se fazer em política. Sem grande número de mortos e feridos. O mundo caminha visivelmente para a besteira. O termo é grosseiro mas exprime bem. Besteira sangrenta, não digo irremediável, mas enorme. De braços cruzados a democracia assiste à luta social. E nas raras vezes que os descruza é para dar a mão direita a um adversário, a esquerda a outro. Não é de se admirar assim que acabe sem mãos, sem braços, sem nada.

Contudo, a imitação estrangeira, própria da nossa cultura, acabaria por estender-se inevitavelmente à política nacional. Aqui as forças direitistas encontram sua vez no integralismo, uma das muitas correntes que apareceram em diversos países nas décadas de 20 e 30. Do mesmo modo que na Europa, no Brasil o integralismo é organizado por alguém adepto da ditadura: Plínio Salgado, “um político fracassado da chamada ‘República Velha’ que, qual a Fênix da mitologia, ressurgiu das cinzas da Revolução de 1930 metido nas vestes de apóstolo da civilização cristã, para salvar Deus, a pátria e a família”²⁴. Essa nova força anti-comunista fundamenta-se na abolição do regime representativo, do sufrágio popular e de todos os partidos (estes seriam substituídos por um partido único, a exemplo dos regimes de Hitler e Mussolini); na troca do parlamento eleito pelo

povo por uma Câmara Corporativa igual à de Mussolini; na erradicação das liberdades democráticas, incluindo-se aí, obviamente, a manifestação do pensamento e da imprensa; e na subordinação do indivíduo ao Estado totalitário, ou, melhor dizendo, ao chamado “chefe nacional”- no caso, o Sr. Plínio Salgado. À A. I. B. e a Plínio Salgado refere-se António de Alcântara Machado em “Um financista para o integralismo”, texto de 30 de março de 1935 (mês em que o “chefe nacional” anuncia o período de realização do integralismo no Brasil²⁵) e em “A modéstia de um chefe”, de 29 de novembro do ano anterior. Neste último artigo, o autor ironiza a tentativa de Plínio Salgado de parecer humilde, modesto, enfim, o “menor miliciano”, característica atribuída pelo organizador da A. I. B. a si próprio, por não serem tais aspectos convenientes com a postura de um fascista:

“O sr. Plínio Salgado não tem o direito de ser humilde e modesto. Sua primeira obrigação é ostentar muita prosápia, muita arrogância, muita confiança em si mesmo, assumir atitudes e proferir frases de super-homem. O que não quer dizer que sejam sempre bonitas ou profundas e não excluem certa dose de ridículo. Ao contrário (...).

Melhor do que eu, sabe o sr. Plínio Salgado que o fascismo e com ele o nazismo vivem em boa parte da eloquência e das bravatas dos respectivos chefes. Para condutor de homens, o antigo redator verdeamarelo do “Correio Paulistano” e deputado do P.R. P. tem o ar messiânico e o estilo apocalíptico que convém. Falta-lhe agora a petulância cabotina, faltam-lhe as tiradas e os gestos espetaculosos, falta-lhe a ausência de respeito humano, o despudor da publicidade.

Ou será que transplantado para aqui o fascismo precisou se adaptar ao ambiente caipira para melhor conquistá-lo? E quem tem razão portanto é o sr. Plínio Salgado, “menor miliciano”?

²⁴ Vargas, *o maquiavélico*, p. 277.

²⁵ Ver. Vargas, *o maquiavélico*, p. 281.

A imitação estrangeira, tida por António como uma das características do brasileiro, é analisada em outros textos, nos diferentes setores nos quais podia ser percebida. De modo geral, quando é o setor político o atingido, esta assimilação é vista negativamente pelo modernista que, na década de 20, estava entre os que haviam despertado o país para a necessidade de acertar o ritmo de nossos passos com os da cultura européia. Era mister abolir esse “mal antigo” da nossa política, ou, mais além, da mentalidade de um “povo ainda por estudar”. Em se tratando da nossa legislação, por exemplo, mais especificamente do tratamento por ela dado à restrição imigratória, Alcântara sugere que deixássemos de viver “de fora para dentro”, e procurássemos seguir “o conselho de Grim”²⁶, buscando formar entre nós idéias próprias, originais, as quais viessem de fato ao encontro das nossas necessidades e da realidade local:

(...) estamos todos fartos de ler de ouvir todos os dias a afirmação de que vivemos de fora para dentro. Mal antigo, mal que vem da nossa formação histórica. Somos um país ainda por explorar, um povo ainda por estudar, não nos conhecemos a nós mesmos. De forma que as leis continuam vindo de fora como no período colonial. E muitas vezes o remédio estrangeiro é que provoca a doença nacional (...). O absurdo da restrição imigratória, por exemplo, num país que tem que ser mesmo um deserto de idéias pois que antes de mais nada o é de homens, revela bem essa mania de legislar fora da realidade ambiente e até contra ela. Não importamos homens. Importamos idéias. E como estas são em número bem menor do que aqueles e em regra bem mais perigosas, a coisa não pode ser mais desastrosa. Continuamos sendo um deserto de idéias com alguns oásis de más.

²⁶ Georges Grim: pintor impressionista alemão que chegou ao Brasil no ano de 1876 e formou aqui uma escola de paisagistas.

*Agora que tantos problemas demandam solução, convém meditar no conselho de Grim. Se não formou entre nós paisagistas, não foi por culpa de quem o deu mas dos paisagistas. Se não formar estadistas também não será pelo fato de ser ele mau e sim de serem os estadistas incorrigíveis. O mar os atrai, o sertão os aborrece, a realidade acabrunha e é tão bom sonhar*²⁷.

Assim como a imitação estrangeira, outras características tidas como próprias do brasileiro são criticadas por António de Alcântara Machado. A maioria delas é analisada conjuntamente ao provincianismo e à ausência de educação política, a começar dos próprios dirigentes do país. Em “Sobre um discurso amável”, de 10 de setembro de 1934, o autor relaciona, por exemplo, o irresistível hábito de se falar mal da vida alheia ao meio político:

O vício nacional da maledicência persegue os poderosos na vida e na morte. A regra é o desrespeito absoluto pelos próximos e pelos distantes.

Não simples irreverência, mas prazer de achincalhar, xingar, lavar a roupa suja dos outros. Não se incinera o lixo que o ódio político recolhe todos os dias na vida privada dos homens públicos. É assim que o povo se vinga e os historiadores se divertem.

Falar mal da vida alheia é sabidamente uma delícia a que poucos resistem. Mas a decência marca sempre um limite a essa e outras volúpias. Nem porque o mal é universal deve a gente tolerá-lo em casa. Sobretudo nesta, imensa e rústica, onde ele encontra ambiente propício na péssima educação política, no espírito de aldeia ainda das grandes cidades, no exagero racial que vê cinco, diz cinquenta e quando advertido berra quinhentos sob palavra de honra.

Em “Fazendo coro”, de 27 de março de 1935, António critica ainda o gosto do brasileiro pelo

²⁷ “O conselho de Grim”. *Diário da Noite*, 25/01/1935.

escândalo (no caso, o escândalo político) e também a indisciplina característica do país. Nosso povo, segundo ele, seria:

(...) conhecidamente anarquizado nas idéias, nas palavras, nos gestos. Com pouca ou nenhuma noção de disciplina, pouco ou nenhum sentido de autoridade. E por isso mesmo facilmente sugestionável, deixando-se levar tranquilamente por caminhos errados, pelando-se por uma discursseira demagógica, sempre pronto a ficar contra pelo gosto de ficar, dê no que der, haja o que houver, custe o que custar. Depois já tão habituado à desordem que quase já a considera seu elemento natural, não sabe viver fora dela, nos intervalos de paz pede aos jornais o boato de cada dia, está sempre à espera de alguma coisa de anormal.

Certamente, os jornais constituíam-se como meios bastante eficazes para garantir ao povo sua necessidade diária de boatos políticos, ainda que estes, publicados, pudessem perder um pouco da força dos mexericos veiculados oralmente. As crônicas de Antônio de Alcântara Machado para o *Diário da Noite*, se por um lado atendiam a tal necessidade, por outro não poupavam sequer os leitores. Ao criticar a postura de várias personalidades políticas daquele momento, o escritor não deixava de apontar os males que considerava serem próprios do brasileiro, principalmente quando o assunto discutido era a luta pela real democracia, a qual parecia desesperadamente buscar definir nas páginas do jornal carioca.

Nesse sentido é que, em “Um conselho de Pedro Lessa” (06/10/1934), o autor volta a ressaltar o problema da falta de educação política do povo e dos políticos brasileiros, referindo-se novamente ao sufrágio universal, desta vez considerando-o como uma arma nas mãos de uma criança que, por não ter as dimensões do perigo que os tiros por ela disparados poderiam ocasionar, acabaria utilizando-a de maneira errônea:

Todos os dias se repete ao povo que o voto é a sua melhor arma. Natural, portanto, que ele a guarde avaramente, dela não queira se desfazer assim com facilidade. Ou utilizá-la em favor de quem dele se aproxima com atitudes e palavras de quem manda, não pede. O que o candidato quer do eleitor é que dispare o revólver do sufrágio contra o adversário que ele eleitor muitas vezes nem conhece. Deve solicitar isso com muito jeito para não se arriscar a levar um tiro. Porque a arma está nas mãos da criança, criança sabidamente não sabe o que faz, é o diabo. Convém conquistar-lhe as boas graças com bons modos.

Enfim, a tão sonhada democracia parecia ser a forma de regime adequada, mas sob custódia de homens errados. Assim como a República, aqui proclamada no fim do século XIX, haveria também a conseqüente democracia de sofrer com o descaso e o maltrato dos “pais”, preocupados apenas com a conquista do poder. Antônio de Alcântara Machado faz, em “Cinco Lustrós”(17/11/1934), um resumo da história de vida da República no Brasil, em comemoração a seu aniversário, meditando acerca das desventuras da menina nascida em 1889 e que portanto, em 1934, encontrava-se já em plena “idade das paixões”:

A criança que e, 89 nasceu foi alimentada com leite positivista. (...)foi crescendo sob o regime liberal que para ela estabeleceram, sem que ninguém se preocupasse a sério de educá-la. Só se disputava o prazer de trazê-la ao colo (...).

Depois da inconsciência da meninice, as loucuras da mocidade. Com os novembros aumentaram os defeitos, os caprichos, as asneiras. Menos a culpa sua, cuja boa índole poucos punham em dúvida, que a dos que a guiavam na vida, até a exploravam. E passaram de mão em mão como coisa deles. Quando ela era do povo (quer dizer de ninguém) e ao povo é que cabia

escolher os procuradores de seus bens e zeladores de sua conduta. Assim diziam e por assim pensarem um belo dia a arrancaram dos braços fortes de um voluntarioso que se dispunha a confiá-la a alguém de sua particular estima.

Para entregá-la a um homem mais tratável, mais flexível, mais ameno. Um homem que não escolhesse seu substituto, não a quisesse só para si e os seus.

Tão cordato que não hesitaram em lhe conferir poderes discricionários. Esqueceram-se, porém, que a dama já atingira, então, 41 anos, idade das paixões perigosas. Esqueceram-se do demônio do meio dia. E se surpreenderam quando ela deixou de ser pluma ao vento e se ajeitou a seu gosto no colo macio e repousante em que a colocaram. Nele ficou, nele está até hoje, nele se acomodará segundo consta mais quatro anos. Quando se aproximará dos cinqüenta. E então?

E então a dama cinqüentona seria mais uma vez sacrificada em nome da conquista do poder, em nome da ditadura instaurada pelo homem “mais tratável, mais flexível, mais ameno” que a havia acolhido em 1930. Infelizmente, os aniversários seguintes da triste dama não seriam testemunhados pelo escritor paulista, a quem foi poupado o desgosto de presenciar o golpe de 1937, arquitetado pelo “maquiavélico” Vargas e seus comparsas.

5.1.4 UM CASO DE BARBAS: ASSUNTOS POLÍTICOS LOCAIS

A segunda parte da nossa edição de crônicas reúne textos em que são tratadas questões políticas específicas de determinadas regiões do país, bem como do mundo. Interessa-nos enfatizar aqui as questões locais, uma vez que, por detrás delas, estão outros assuntos já destacados, sobretudo as eleições de 14 de outubro de 1934, que provocaram, como vimos, desordem e disputas em vários estados, antes e depois de realizadas.

É certamente a região Nordeste aquela que merece maior destaque do autor nessas crônicas. Em Estados como Ceará, Sergipe, Pará e Alagoas as divergências políticas, ocasionadas pelas eleições, geraram sérios conflitos, os quais atingiam sobretudo a população.

Nos artigos em que o escritor trata dessas disputas locais fica evidenciada a frustração de muitos tenentes e oficiais do Exército, que apoiaram a Revolução de 30, com a perda de suas posições. Temendo a possibilidade de ocorrerem tais problemas, Vargas parte em visita ao Nordeste em fins de agosto, no intuito de analisar o estado de ânimo daquela região. Os registros da viagem, feitos no diário do presidente, revelam um aparente clima de tranqüilidade na maior parte dos Estados visitados. Em seu passeio por Sergipe, por exemplo, Vargas ressalta o ambiente de normalidade presenciado, destacando os resultados que os benefícios do governo provisório haviam proporcionado à região e tece elogios à administração de Maynard Gomes, caracterizando-o como um “homem dedicado, enérgico e circunspecto”²⁸.

O inconformismo do mesmo interventor, tempos depois, com relação à perda das eleições por parte do candidato da situação, externado pela acusação aos seus adversários de terem incitado a violência no Estado nas vésperas do pleito, é discutido por Antônio de Alcântara Machado em “Singular compressão”, texto datado de 06 de novembro de 1934:

Afirma o digno interventor que a oposição procurou sempre agitar os ânimos e perturbar a ordem pública, usando e abusando dos mais condenáveis processos, inclusive o preparo de conflitos armados para fazer crer na existência de uma atmosfera de coação. Quer isso dizer que a oposição sergipana fez o jogo do governo, procurando convencer o eleitorado de que não votar nos candidatos da situação era morrer nas garras cruéis dos senhores do poder. E o major ainda se queixa dessa oposição tão camarada. É incrível. Dessa oposição ingênua que afugentou os eleitores

timidos, conservou longe das urnas estabelecendo o pânico naqueles que de qualquer modo estavam em condições de temer a vingança do governo todo poderoso.

Ainda que nenhuma perturbação tivesse sido percebida por Getúlio Vargas quando de sua visita ao Nordeste, conflitos existiam e seriam acentuados pelos resultados do pleito de outubro. Um dos Estados onde tais problemas podiam ser claramente percebidos era o Ceará, administrado naquele período pelo coronel Moreira Lima, agora interventor, aparentemente “com o mais firme propósito de não administrar e não fazer política”²⁹ - o que não foi confirmado no decorrer de seu governo. Em “Intriga da oposição” (12/12/1934), Antônio refere-se ironicamente à “peste bubônica” que estaria contagiando os cearenses, mal que, de acordo com escritor, o interventor daquele Estado (um militar que “imbuído de política passou a vê-la em tudo”) julgava não passar de

(...) mera e condenável exploração política. A malícia de seus adversários é tamanha que não há estranhar estejam alguns deles morrendo e fingindo-se de pesteados. Tudo para futricar o pobre interventor. Não há bubônica. O que há é uma espécie de flagelo, o flagelo da politicagem oposicionista, não menos contagioso e nefasto (...). A bubônica é mais uma intriga da oposição. Fique a população tranqüila. A peste que ora ameaça o Ceará só dá nos inimigos despeitados do coronel Moreira Lima. É uma peste demagógica, uma peste anti-governamental.

Em “Colaborar e não atacar”, de 14 de janeiro de 1935, o autor volta a tratar das disputas políticas no Ceará, criticando a afirmação feita por Moreira Lima de que “atacar é o papel das oposições”. Escreve Antônio:

²⁸ Getúlio Vargas: *Diário*, p. 235 (anotação dos dias 29 a 31 de agosto de 1934).

²⁹ “Intriga da oposição”. *Diário da Noite*, 12/12/1934.

A oposição tem que ser construtiva e realista. Mesmo porque há de atingir o adversário no seu ponto fraco e para benefício público. Apontar o mal a fim de conseguir o bem. Não apontar o mal pelo proveito que disso lhe pode exclusivamente advir, para agradar os instintos sadistas do eleitorado, conquistar o aplauso das galerias e com ele mais alguns votos nas futuras eleições. E muito menos atacar o adversário cegamente, isto é, arremetendo também contra o que ele tem de forte, porque isso será se desmoralizar com uma derrota inevitável, dar murro em ponta de faca, fortalecer o inimigo.

Para arrematar, concluindo:

(...) o papel das oposições não é atacar mas colaborar.

Mais uma vez, podemos verificar que as críticas de Antônio de Alcântara Machado parecem ter como intuito a defesa da verdadeira democracia, do regime constitucional e do bem público. Por vezes, é de questões aparentemente pequenas, como as intrigas eleitorais de determinado Estado, que o autor extrai matéria para a análise profunda dos mais diferentes aspectos da política brasileira - tarefa relegada mais propriamente ao jornalista que ao político de ação.

Assim acontece igualmente quando aborda o problema da disputa pelo poder em Alagoas, então sob o governo de Osman Loureiro, em “Estragando a apoteose”, texto veiculado em 25 de fevereiro de 1935. Desse assunto específico parte o jornalista para chegar à constatação do mal que estaria sendo sob ele ocultado: o da ausência de educação política no Brasil:

Não estão boas as coisas nas Alagoas. Estão mesmo ruins. Estão mesmo péssimas (...)

Quase não há dia em que ao governo federal não chegue uma queixa, não seja ele chamado a intervir para a solução de um desaguizado, a apuração de um crime. A sua atenção é assim obrigada a se desviar continuamente das questões de interesse bem mais alto para esses de caráter meramente local e por isso mesmo singularmente irritantes, difíceis de solucionar.

Desse jeito, enquanto alguns procuram salvaguardar o regime, outros trabalham para desmoralizá-lo. A passagem do ilegal para o legal encontra na nossa falta de educação política o maior tropeço. Em toda parte ela se faz com alguma dificuldade. Aqui está se fazendo com imensa.

Na confusão, na desordem, não raro também na violência.

Assuntos específicos de outros Estados brasileiros também têm destaque em alguns artigos de Antônio, como a questão dos limites interestaduais entre São Paulo e Minas Gerais, em “Limites interestaduais” (20/03/1935); os desentendimentos políticos no Rio Grande do Sul, em “Na paz e no trabalho” (25/03/1935); e os problemas enfrentados pelo Pará na passagem do legal para o ilegal, em “Mais um bocado de paciência”(05/04/1935). Mas “Melhor é passear” (26/12/1934) tem um conteúdo e um estilo um tanto diferentes dos artigos selecionados para a segunda parte de nossa edição, excetuando-se “De bom humor e depressa”, que dele se aproxima sobretudo em estilo. Estando o autor em Poços de Caldas, estância hidromineral do interior de Minas Gerais onde os políticos da época costumavam ir para obter merecido descanso, deixa-se influenciar pelo corriqueiro, pelo detalhe retirado do cotidiano da pacata cidade interiorana.

Por se encontrar o escritor em tão monótona província, faltavam-lhe boas notícias que pudessem ser do interesse dos leitores cariocas. E, nesta situação, encontra na bucólica paisagem mineira inspiração para fazer um texto muito similar aos que costumava escrever na década de 20, quando a matéria política não era o exclusivo pano-de-fundo de suas produções jornalísticas. Uma vez mais, tem voz ativa o cronista:

Aqui tudo é silêncio e sol. As notícias alarmantes como os cardíacos não se dão bem nestes mil e duzentos metros de altitude. E só as águas sulfurosas curam os reumáticos, para os boateiros são contra-indicadas. O prefeito Assis Figueiredo é sem querer o delegado de ordem política e social invencível. Não há conspiração que resista ao ar puro de Poços de Caldas (...)

(...) os boatos a Mogiana só os descarrega aqui estampados nos jornais. Absolutamente inócuos. Desprovidos de toda a virulência, de todo o veneno. Não atemorizam ninguém, não perturbam o silêncio. A gente abre hoje os jornais do Rio e de São Paulo de anteontem. As notícias com esse atraso já perdem qualquer sensacionalismo. Referem-se a coisas passadas, mortas e enterradas. A esta hora com certeza o que eles contam já foi corrigido e prevenido o perigo a que elas se referem. A distância sabidamente é inimiga da emoção. Aqui não acontece nada. E o que acontece lá fora aqui não repercute.

Distante da agitada capital do país, mergulhado na “vida besta” do interior mineiro, o escritor certamente privou seus leitores das costumeiras e indigestas notícias políticas, presenteando-os com o fazer literário proveniente, em parte, da mesma falta de assunto. Folga para os cariocas dos assuntos políticos em proveito do puro deleite. Uma pequena pausa para a retomada de temas nada prazerosos.

5.1.5 REFLEXÕES DO QUARTO ANIVERSÁRIO

Ainda na cidade de Poços de Caldas encontra o jornalista a “fonte” de inspiração para escrever um de seus artigos mais interessantes, aqui já mencionado, sobre os resultados da

Revolução de 30³⁰. A bela e pacífica paisagem onde a ausência de “notícias alarmantes” havia propiciado a realização de um texto em forma de crônica leve, como pudemos perceber pelo trecho supracitado, também poderia incitar a escrita de cunho crítico. Isso porque teria sido a Fonte dos Amores, um dos pontos turísticos da cidade, o local escolhido pelos principais articuladores da revolta para tirarem uma foto exibindo o contentamento com a vitória de 30. Assim, segundo o autor, o que de início era a “fonte dos amores”, revelar-se-ia como um sonho frustrado:

Depois é que foram elas. Salvo em Poços de Caldas, o país continuou mais ou menos perdido em todos os outros lugares pelos quais se estende com incontestável exagero. Cidades e campos. A realidade pode mais que o sonho aquático da Fonte dos Amores³¹.

Outros artigos de Ant3nio de Alc3ntara Machado, veiculados pelo *Di3rio da Noite*, mostram a sua insatisfação com os resultados obtidos pela Revoluç3o de 30, visto que muitas mudanç3as em benef3cio da populaç3o eram esperadas daqueles que a organizaram, mas que estavam, na verdade, dela distantes. O movimento de 30 havia contado com grande apoio popular, tendo sido considerado, por esse mesmo motivo, a primeira revoluç3o de car3ter verdadeiramente nacional. A disputa acirrada pelo poder, t3o criticada pelo escritor, teria sido a respons3vel principal por retirar os organizadores do movimento de 30 do caminho que levaria aos ideais por eles traçados, traindo as expectativas da populaç3o. Os respons3veis pela revolta, inclusive, que de in3cio pareciam ter objetivos comuns, rapidamente se desentenderam e do desentendimento originaram-se grupos opositores, os quais, segundo o jornalista, nada acrescentaram 3 nossa pol3tica :

³⁰ Trata-se de “Fonte dos amores”, veiculado pelo *Di3rio da Noite* no dia 27/12/1934.

³¹ “Fonte dos amores”.

(...) os homens que em 30 se coligaram contra o sr. Washington Luís logo se desavieram e o grupo se fracionou em grupinhos. E cada grupinho formou o seu partido de programa vago e absolutamente igual. De forma que se apresentaram mais tarde na Constituinte inteiramente de acordo quanto aos pontos essenciais da lei fundamental a elaborar. Os colaboradores da revolução, que se indispuseram com o governo que dela resultou e passaram para a oposição, não trouxeram uma idéia nova, uma idéia capaz de abalar esse governo. Tão somente puseram em dúvida a capacidade dos detentores do poder para a execução de um programa comum³².

No mesmo artigo, António aproveita para criticar o modo como era constituído o parlamento nacional, como resultado desse fracionamento dos organizadores da Revolução de 30, e denotador, mais uma vez, do nosso imenso atraso político:

O parlamento nacional, se mais arejada fosse a nossa mentalidade política se dividiria em três grupos somente: o do centro democrático-liberal, o da direita integralista, o da esquerda comunista. E não, como manda o nosso atraso, em tantos subgrupos quantos são os Estados multiplicados por dois: situação e oposição, ambas furiosamente democráticas, intransigentemente liberais.

Enfim, a ânsia pela conquista do poder contribuiu ainda mais para acentuar o quadro de instabilidade vivida pelo país naquele momento. Falta atribuída mais à política, essa nobre sedutora, do que aos seus praticantes, já completamente embriagados por vício tão avassalador:

³² “Que venham as idéias”. *Diário da Noite*, 29/11/1934.

A revolução de 30 como todas as revoluções vem devorando com método os seus chefes mais exaltados. O que só pode surpreender os bobos. A conquista do poder se faz pela violência. A conservação do poder (...) por outros meios, muito diversos. Os políticos não são cínicos. A política é que o é por demais. Os chamados revolucionários puro-sangue quiseram continuar no governo a obra de destruição que lhes deu o poder. Ou mais de acordo com o que aconteceu entre nós: a obra de substituição de homens por eles sonhada (...).

Assim, os inexperientes de boa e má índole, puros e impuros, que em 30 vieram à tona da vida pública não podiam mesmo escapar da fogueira que eles próprios acenderam. Subir no balanço não é assim tão difícil. Difícil, mas muito, é se agüentar nele. O poder sabidamente embebeda. E a bebedeira sabidamente produz a perda de equilíbrio³³.

5.1.6 CONTRA O ENSINO E CONTRA O PAÍS

A perda de equilíbrio do governo estendia-se a mais um setor, destacado por António de Alcântara Machado em suas crônicas: o educacional. O escritor critica o resultado das mudanças no ensino aprovadas pela Câmara, culpando-a por “destruir até os alicerces o já abaladíssimo edifício da educação nacional”³⁴. Esta, ao invés de ser beneficiada por modificações que garantissem seu avanço, era desfavorecida por medidas aceitas pelo poder legislativo, responsável, pouco a pouco, pela fomentação da incultura no país.

Vários aspectos da educação nacional são tratados nos artigos que integram a quinta parte da nossa edição de crônicas. Nelas, a estupefação do intelectual perante as leis aprovadas pela Câmara é evidente, o que faz aumentar o tom crítico-irônico.

³³ “Reflexões do quarto aniversário”. *Diário da Noite*, 24/10/1934.

³⁴ “Contra o ensino e contra o país”. *Diário da Noite*, 27/11/1934.

Em “Mais um assalto da incultura” (14/11/1934), o jornalista critica a atitude do deputado Ribeiro Junqueira de dar força de lei às promoções por média nas escolas e à abolição da prova oral (medidas às quais mostra-se contrário), aproveitando para dar um panorama do estado complicado em que se encontrava a educação no Brasil:

A promoção exclusivamente por média se justificaria se as nossas escolas fossem dignas desse nome, se nelas os diretores, professores e fiscais do governo se houvessem com o rigor necessário. Escolas que verdadeiramente ensinassem procedendo a uma seleção de valores. No deplorável estado em que elas se acham, a abolição da prova oral é mais uma facilidade onde tudo é fácil, mais uma porteira que se retira (poupando assim o trabalho de abri-la) no caminho bastante suave que conduz ao bacharelato.

A questão da perda significativa da qualidade de ensino no país parecia preocupar bastante o escritor, que volta ao assunto da promoção por média em “A caminho da consumação”, de 22 de novembro de 1934, e em “A caneta de ouro”, de 8 de dezembro do mesmo ano. No primeiro artigo, o escritor lamenta a inevitável aprovação do projeto de Ribeiro Junqueira, demonstrando toda sua indignação e revolta quanto a tal medida, fruto da junção da “incultura” e da “falta de senso” dos deputados:

Sabidamente a incultura e a falta de senso é que são intolerantes. A cultura e o bom senso, esses, praticam a virtude da tolerância. Mas é impossível que os homens cultos e sensatos (peço lugar entre os últimos) deste país essencialmente agrícola e ignorante não se revoltem contra mais esse golpe vibrando contra o ensino nacional. A Constituinte estabelece um dispositivo concebido precisamente para coibir o abuso, a que agora se dá força de lei pelo voto dos mesmíssimos

cavalheiros que aquele dispositivo aprovaram. É de a gente não compreender mais nada. Ou compreendendo, soluçar de raiva.

Mais adiante, o autor, temendo o futuro dos rumos a serem tomados pela Câmara - considerando-se aí a lógica nada satisfatória da mesma -, acaba prevendo o que em breve aconteceria com relação aos concursos para os professores:

Para ser lógica, deve agora a Câmara dispensar também o concurso de títulos e provas para os candidatos do magistério. Não há razão para exigir muito de professores que nada (ou pouco apenas) podem exigir dos alunos.

Ó doce país, onde os sabiás fazem barulho e os sábios silêncio.

De fato, assim como o projeto de aprovação por média, assinado pelo presidente Getúlio Vargas com caneta de ouro oferecida a ele por estudantes gaúchos (conforme o registrado em “A caneta de ouro”), a abolição de “concursos de títulos e provas para os candidatos do magistério” começava a tornar-se realidade com o projeto de Costa Fernandes, até aquele momento restrito à Faculdade de Odontologia do Rio de Janeiro. Tal projeto visava garantir aos livres-docentes que fizessem concurso para catedráticos e tivessem prestado quatro anos de serviços ao ensino da mesma faculdade, o direito a ser catedrático, independente de novos concursos. Significava, assim, um passo largo dado “a caminho do grande ideal”:

Aí está (...). Só não se compreende que a medida fique adstrita à Faculdade de Odontologia do Rio de Janeiro. Por que esse privilégio? A dispensa deve alcançar todos os livres-docentes de todas as escolas superiores do país nas mesmas condições. Isso provisoriamente, enquanto se

aguardar a lei lógica, a lei fatal que abolirá de uma vez qualquer concurso de provas ou títulos para o exercício do magistério. A passos largos estamos nos aproximando desse grande ideal.

Congratulemo-nos³⁵.

O analfabetismo é outro aspecto da educação nacional merecedor de destaque nas crônicas de Antônio de Alcântara Machado. Em “Saúvas”, de 16 de março de 1935, um dos textos mais irônicos por ele escritos para o *Diário da Noite*, há referência à famosa frase de Saint-Hilaire sobre a praga das saúvas que acometia nosso país: “Ou o Brasil mata a saúva ou a saúva mata o Brasil”. Ao combate a tão grande mal empenhava-se o então Ministro da Agricultura, Odilon Braga, o qual, de acordo com o jornalista, conquistadas algumas vitórias, certamente mereceria o título de “inimigo número 1 da saúva”. A praga destruidora das culturas havia encontrado forte combatente. Mas Alcântara questiona o extermínio de uma outra saúva, muito mais ameaçadora:

E a outra, incomparavelmente mais nociva, a que destrói a cultura, quando encontrará o seu inimigo número 1? Não se sabe. Pelo jeito em que as coisas vão, a praga do analfabetismo só tende a prosperar. Contra essa saúva não se inventou ainda nenhum formicida eficaz. Tudo quanto se tem inventado é a seu favor, para seu incentivo e gozo. A Câmara vota leis de proteção aos formigueiros, desanimando os abnegados tamanduás que ainda existem e se dispõem de vez em quando a engolir a saúva da incultura. De forma que esta, sentindo-se garantida, vai destruindo metodicamente as escolas, acabando com os exames, deixando em tudo raso no campo da educação nacional. Avança livremente e avançando devasta.

Decerto, não seriam apenas os projetos da Câmara os únicos responsáveis pelo mal do

³⁵ “A caminho do grande ideal”. *Diário da Noite*, 14/03/1935.

analfabetismo no Brasil. Em “Rumo ao dinheiro”, de 14 de dezembro de 1934, o autor destaca um outro grave problema, justificador da existência da praga: o da escassez de verbas destinadas à educação nacional, entendendo a pobreza de nosso setor educacional como consequência evidente da falta de recursos financeiros da União, Estados e municípios:

O problema da cultura (não é isso novidade para ninguém) depende de outro, com certeza mais angustiante, que é o do dinheiro. Somos um país pobre e como todo país pobre um país de analfabetos. Com o agravante de ser a minoria quase toda de semi-alfabetizados. Apenas.

Claro que não há difundir eficientemente o ensino onde os meios de comunicação não existem. E as noções de higiene, a mais rudimentar, se tornam ainda mais precisas que as outras que a escola primária ministra: ler, escrever, contar. De forma que antes de ser o vasto deserto de homens e idéias do sr. Oswaldo Aranha, o Brasil é o vasto hospital do Miguel Pereira. Sem saúde e sem letras, porque sem dinheiro.

Um país que sofria com a falta de dinheiro haveria de ter sua pobreza estendida à educação, à saúde, e certamente também ao espírito dos políticos da época. O “vasto hospital” do médico sanitarista Miguel Pereira, no qual muitas vezes faltavam condições mínimas de sobrevivência, necessitava de idéias e principalmente homens capazes de alterar o quadro político e social. Mas nisso encontrava e vem ainda encontrando enorme dificuldade, muito provavelmente porque o ensino, já tão precário nos anos 30, vem sendo um dos setores mais prejudicados em nosso país. E é certamente dele que carecemos para que o povo – e os governantes – tenham uma educação política satisfatória, objetivando à concretização da tão sonhada democracia.

Os artigos de Antônio de Alcântara Machado para o *Diário da Noite*, considerando-se, inclusive, a atualidade, servem para que pensemos sobre a verdadeira raiz dos problemas brasileiros:

a educação, ou a sua ausência. Assim pensando, esta pode ser vista como a causa da falta de organização partidária da qual trata o escritor, por exemplo, e não como sua consequência. Parece ser mesmo o problema educacional que faz com que o povo seja alheio aos assuntos políticos e escolha mal seus governantes, e também com que estes não sejam dos melhores. É ainda ele que contribui para determinar a extrema desigualdade social que assola o país, através do poder de uma elite beneficiária da miséria do outro. A mesma elite brasileira que foi, afinal, a responsável inicial por assimilar os princípios democráticos e adequá-los aos seus interesses. Daí a democracia ter entre nós nascido torta e “de cima para baixo”, como a maioria dos movimentos reformadores no país, segundo destaca Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, livro escrito em 1936 (portanto, um ano após a morte de Antônio), quando os intelectuais brasileiros revelavam seu descontentamento relativo ao liberalismo democrático e o mundo via-se às voltas com os governos autoritários:

*A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos*³⁶.

Sérgio Buarque de Holanda, nessa obra, e Antônio de Alcântara Machado, nas crônicas veiculadas pelo Diário da Noite, anunciam o caudilhismo representado aqui pela ditadura instaurada em 1937, momento em que a Constituição de 1934 foi destruída, juntamente com o trabalho daqueles que por ela lutaram. Uma Constituição que “não chegou a se converter na garantia da tranquilidade e

firmeza de direção”³⁷, posto que acabou constituindo-se como um produto híbrido que refletiu o período de agitação e divergências em que foi escrito. Mas certamente serviu para suscitar questionamentos calorosos e despertar a esperança daqueles que teimavam em acreditar num governo democrático, de bases constitucionais.

Ao efetuar seu “balanço”, em fins de 1934, dos resultados da carta constitucional pela qual insistentemente lutara, Antônio destaca os seus percalços, e temendo uma ameaça futura à existência da mesma, recomenda aos seus responsáveis dedicar-lhe os cuidados necessários:

*Para 1935 a situação se apresenta mais desafogada. O que não impede que venha a se complicar e destruir tudo quanto ganhou em 34. A criança que veio à luz em 16 de julho já sofreu sem morrer mais de um golpe traiçoeiro. Desferido pelos próprios pais que são os mesmos da pátria. É preciso mais cuidado com a inocente. Se porventura nasceu sem saúde a culpa não é dela mas dos que a puseram no mundo. E só lhes incumbe, se não são desnaturados, ampará-la em seus primeiros passos. Respeitando-a para que o país a respeite*³⁸.

Ficando aí o registro da esperança daquele que, por fim, não pôde presenciar o fracasso de seus ideais constitucionalistas e reformistas, já que a “marcha para a radicalização”³⁹ da política no Brasil e no mundo, naquele período, não poderia mais ser contida.

³⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 160.

³⁷ Nelso Werneck Sodré. *Literatura e História no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999, p. 72.

³⁸ “Balanço”. *Diário da Noite*, 28/12/1934.

³⁹ Thomas E. Skidmore. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1982, p. 41.

6 ENTRE POLÍTICA E LITERATURA

Há quatro anos, tomada a Tróia do Catete o novo Ulisses se fez ao largo a caminho da Ítaca dos ideais revolucionários. Nas ondas da política nacional vem ele navegando à procura do rumo certo.

[...] O novo Ulisses não se afoba no comando. Por ordem sua o navio já tem dado muitas voltas, passado muitas vezes pelo mesmo lugar. Sob o signo da astúcia a navegação prossegue.

Antônio de Alcântara Machado, “Um novo Ulisses”. *Diário da Noite*, 04/11/1934.

6.1 O FAZER LITERÁRIO

Em nossa exposição até o momento destacou-se o ponto de vista do intelectual e jornalista – faces que se deixam revelar mais claramente do que a do político de ação - com relação aos acontecimentos sócio-políticos que o cercavam. Mas muitos textos de Antônio de Alcântara Machado veiculados pelo *Diário da Noite* carioca trazem à tona uma outra face sua: a do escritor literário, onde nos deparamos com a presença de recursos próprios da ficção.

Nas entrevistas realizadas nos anos de 1924 e 1925 para a seção “Teatros e Música” do *Jornal do Commercio* – com Maria Olenewa (24/11/1924), Ernesto Vilches (28/12/1924) e Berta Singerman (12/03/1925), o escritor-repórter já havia experimentado técnicas literárias inovadoras. Para Cecília de Lara ¹, “sua contribuição está na utilização de recursos literários que se implantava com as vanguardas e que eram novidades mesmo no campo da literatura e das artes”. Como exemplo de tais recursos, temos a construção de situações e episódios que resulta numa reportagem de tendência interpretativa (fatos encadeados em seqüências de cenas, como nas obras literárias, que dão maior elasticidade ao tempo; quebra da linearidade, através do uso de ritmos e planos narrativos diferentes; falas dos personagens entrando nas cenas de forma espontânea), evidenciando um tipo de narrador diferente dos modelos tradicionalmente utilizados pelo jornalismo (primeira e terceira pessoa): o narrador diluído².

Processo inverso - a política sendo introduzida no universo ficcional – foi efetuado pelo escritor modernista em dois textos: “As cinco panelas de ouro” e “Guerra Civil”, ambos publicados postumamente, em 1936, sob o título *Contos Avulsos*, reunidos anos mais tarde, em 1973, pela José Olympio, em *Novelas Paulistas*. Em ambos os contos o autor trata de forma bastante irônica sobre

¹ Antônio de Alcântara Machado: *Experimentação Modernista em Prosa*, p.43.

² Cremilda de Araújo Medina. *Notícia: um produto à venda*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973, p. 126.

rivalidades políticas entre pequenos grupos legalistas e oposicionistas - tema que, como vimos, é abordado em alguns de seus editoriais escritos para o *Diário da Noite*.

Por transitarem entre Jornalismo e Literatura, uma vez que, ao mesmo tempo em que buscavam informar e formar opinião (com base na realidade política), não estavam desvinculados da questão estética, muitos dos artigos escritos por Antônio de Alcântara Machado para o jornal carioca adquirem a leveza típica da crônica. As discussões em torno do gênero já são muitas, por isso julgamos desnecessário tentar aqui defini-lo. Porém, interessa-nos destacar, dos textos, os recursos que os aproximam do universo literário, ainda que a crítica política neles permaneça.

Se a presença de recursos próprios da ficção, em termos de exploração das linguagens coloquial, expressiva, poética e construção de tipos bem próximos a personagens, por exemplo, podem caracterizar um artigo jornalístico como crônica “moderna”, do modo como a entende Antonio Candido³, então não resta dúvida de que, ao efetuarmos a leitura atenta dos textos de Antônio veiculados pelo *Diário da Noite*, estamos nos deparando com o gênero. A preocupação modernista com o fazer literário foi levada pelo escritor para as páginas do jornal carioca, conforme pudemos constatar.

No que se refere ao estilo próprio do autor, o humor e a ironia surgem como traços fundamentais, conforme pudemos perceber em alguns dos fragmentos citados. No entanto, como já dissemos, em alguns textos tais traços dão vez à crítica séria e mordaz, revelando, inclusive, o ceticismo do autor com relação aos assuntos políticos do país. É quando a leveza e simplicidade do estilo característico de um *Brás*, *Bexiga* e *Barra Funda*, por exemplo, são substituídas por uma linguagem mais elaborada, aproximando-se, inclusive, da oratória – herança, talvez, do jovem aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, afeito aos discursos.

³ Ver: “A vida ao rés-do-chão”. In: *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 15.

Não é raro encontrarmos, nesses casos, uma visão extremamente carregada do eu do autor, percebida através da ocorrência dos verbos na primeira pessoa do singular. Isso ocorre, por exemplo, em “Um escritor da primeira República”, de 1º de dezembro de 1934, escrito por ocasião da morte de Coelho Neto:

Com esse caboclo imaginoso que ontem desceu ao túmulo, desaparece, mais do que um escritor, um estilo literário(...).

Eu o vi, uma noite, no salão do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. E lastimei então que o maranhense ilustre não dedicasse seus últimos anos de vida ao relato dela, à publicação de suas memórias. É fácil imaginar até que ponto seriam preciosas as lembranças de um escritor que intensamente viveu todos os acontecimentos literários destes últimos cinquenta anos. Seriam a história literária da primeira República, escrita por quem publicou o seu primeiro trabalho em 1889 e o derradeiro em 1930.

Apesar do uso da 1ª pessoa e do tema abordado, não há sinais de forte envolvimento de Antônio de Alcântara Machado com aquilo que relata. O olhar do escritor parece estar aí voltado, como bom jornalista, para o fato. Nesse sentido, o modernista limita-se a lamentar o falecimento do escritor parnasiano por este não ter escrito as próprias memórias, as quais representariam bem os cinquenta anos de história literária. Nesse momento, deixa de lado a crítica ao estilo parnasiano, contrário a sua visão renovadora, para render uma fria homenagem “a tanto labor literário onde não existem mais escritores, mas advogados, engenheiros, farmacêuticos, médicos, sobretudo médicos que escrevem”. Escreve ainda sobre a adesão do “caboclo imaginoso” com a política, ressaltando

que, pelo fato de Coelho Neto ter sido antes de tudo um escritor, não conseguira obter sucesso naquela carreira:

Durante meio século, Coelho Neto não fez outra coisa senão literatura. Ainda quando ensinava, ainda quando fazia política. E porque assim era fracassou nesta última.

O tom de oratória surge também em mais três textos que noticiam o falecimento de alguma personalidade: “O maior elogio”⁴, “Ano Aziago”⁵ e “Gabriel Bernardes”⁶. O primeiro é escrito em razão da morte de Ataliba Leonel, paulista que em 1932 foi deportado para Portugal juntamente com os principais líderes constitucionistas. Alcântara descreve-o como um “homem de pouco falar”, característica justificada pelo fato de ter sido ele um típico “caboclo, com todo feitio de homem do mato, taciturno e matreiro, suave no falar e áspero no agir, cauteloso e destemido, paciente e objetivo, calmo e tenaz”. E acrescenta: “Nasceu para a política, tal como a praticamos ou praticávamos, e à política sacrificou tudo e mais. Inclusive sossego e saúde”.

Ainda que não seja utilizada a 1ª pessoa do singular no artigo, a grande quantidade de características positivas destacadas leva a crer que exista, aqui, diferentemente do que se dá no artigo anteriormente referido, uma visão mais carregada do “eu” do autor, ou ainda, um maior envolvimento dele com o tema tratado – resultado do comprometimento de ambos com a causa paulista, durante a Revolução Constitucionalista.

Os outros dois artigos citados também deixam transparecer um envolvimento maior entre escritor e tema. Em “Gabriel Bernardes”, Ant3nio de Alcântara Machado tece inúmeros elogios ao

⁴ *Diário da Noite*, 31/10/1934.

⁵ *Diário da Noite*, 06/12/1934.

recém-falecido colega dos “Diários Associados”, deixando por isso extravasar certa carga de lirismo e emotividade, percebida na afetação das palavras finais:

Assim pois que bem mais que a alegria a desgraça irmana, os seus companheiros e comandados do “Diários Associados”, reunidos em derredor do túmulo de Gabriel Bernardes, na consternação da imensa perda, recolhem, com a lição de humildade que a sua morte encerra, de fé e dignidade que a sua vida foi.

“Ano Aziago” trata do falecimento de Humberto de Campos. Antônio destaca que a morte do referido escritor privara-o de exercer o cargo de deputado (ou a “deputança”, esse “fingido principado”), para “recompensar com o sossego da eternidade a perda dessas glórias efêmeras e desprezíveis”. As verdadeiras glórias o homem público já teria conquistado com sua obra, conforme ressalta o autor no final do texto, sem sequer suspeitar que teria um destino muito similar ao do colega escritor.

Já nos artigos em que é patente a revolta com a situação brasileira – ao refletir uma espécie de “desconcerto do mundo”, ou antes, de “desconcerto brasileiro”- seu envolvimento é enorme. Em “Sinfonia inacabada”, texto aqui já referido, Alcântara critica, por exemplo, o “desconcerto” da Câmara dos Deputados, uma vez que os “Schubert do Palácio do Catete” andavam então preocupados com suas “charangas eleitorais”. Há ainda “Cláusula ouro”(28/11/1934) e “Juízo” (05/01/1935), em que predomina o pessimismo relativo à mal orquestrada política nacional. Abandonando momentaneamente o humor habitual, escreve Alcântara em “Juízo”: “ Sabidamente tudo vai de mal a pior. Continuamos à beira do famoso abismo”.

⁶ *Diário da Noite*, 06/03/1935.

E ao dar sua opinião sobre a suspensão da chamada “cláusula ouro”, utilizando o discurso em primeira pessoa, ressalta nossa condição de país subdesenvolvido e dependente das potências mundiais:

Sou um dos raros filhos desta terra que (...) não entendem patavina de economia e finanças.

Nunca engendrei um plano de salvação nacional (...).

Mas sempre me sobra bom senso para convir que a única política para um país sem dinheiro é atrair o capital estrangeiro (...).

Mas o que se encontra na grande maioria dos textos de António de Alcântara Machado ainda inéditos em livro é um estilo em que a crítica e o humor estão em perfeita harmonia. Não raro, o uso repetido de algumas expressões, o gosto pelas interrogações e pelas frases curtas - comuns à poesia e das quais o escritor lança mão igualmente em suas crônicas dos anos 20 - reforçam o teor crítico-irônico de cada texto, contribuindo para que se chegue ao significado final almejado. Assim ocorre quando o autor refere-se a Getúlio Vargas como “um novo Ulisses”:

*Há quatro anos o novo Ulisses afronta a fúria das águas. E os ideais revolucionários continuam inatingíveis. É muito já o caminho andado. Mas quando será dado pisar terra firme?*⁷

Há crônicas, por exemplo, em que há a presença de outros recursos comumente utilizados pelos literatos: a intertextualidade e a paródia. Em “Um socialista folgazão” (10/12/1934), ao referir-se ao general Góis Monteiro e às forças armadas, António de Alcântara Machado utiliza palavras de

⁷ “Um novo Ulisses”. *Diário da Noite*, 05/11/1934.

Leopardi, reforçando ainda mais a ironia do artigo:

*“(...) O próprio sr. Góis Monteiro declara na sua entrevista que as forças armadas estão
“na dependência da economia geral”. Estão.*

Porém “ognor fremente”, como os cativos no verso de Leopardi.

*O eminente general Góis Monteiro (segundo dizem” é dono de um temperamento
brincalhão. E por isso o felicito. Mas é brincalhão (digo eu) que gosta de brincar com coisas sérias.
A começar pela lógica. É verdade que existe uma incoerência que é o melhor disfarce da mais firme
intenção”.*

Também em “Fonte dos amores” (27/12/1934), crônica na qual o escritor ironiza os resultados da Revolução de 30, o mesmo recurso pode ser notado. Dessa vez há a referência aos versos do parnasiano Alberto de Oliveira sobre a Fonte dos Amores de Poços de Caldas, lugar onde havia sido tirada a foto dos principais articuladores da revolta:

*Os vitoriosos se amavam, juntavam afetuosamente as respectivas cabeças para ler os versos
de Alberto de Oliveira que a poética Fonte inspirou (...).*

*A realidade pode mais que o sonho aquático da Fonte dos Amores. O riacho que ali se
despenha em cascata arrasta na sua correnteza (asseguram os versos de Alberto de Oliveira) uma
alma de freira. Por isso o poeta se lembrou de pedir às águas que rezem. Rezem por ele poeta e por
nós todos. A tão justo pedido juntemos os nossos pensando também no país: Rezai por ele, ó águas
da Fonte dos Amores, rezai, rezai.*

Em “O calor e a política”⁸ (18/12/1934), refere-se ao parnasiano Olavo Bilac, remetendo à temática de uma das crônicas bilaquianas para tratar da violência percebida no país naquele momento, ao mesmo tempo em que, utilizando-se de uma das expressões de um dos poemas do parnasiano, aproveita para ironizar seu estilo eloquente:

*É de Bilac (se não me engano) uma crônica sobre os belicosos efeitos do verão. O calor
(segundo dizia o poeta) é responsável por muitos crimes (...).*

*Ora direis, acreditar em poetas. Eu vos direi no entanto que assim é com efeito. E aí está
para prova o noticiário policial destes últimos dias.*

E em “Um conselho de Pedro Lessa” (06/10/1934) o autor chega a transcrever um dos trechos de uma comédia de Sacha Guitry, utilizando o discurso direto no interior de seu texto. E o faz, mais uma vez, para ironicamente criticar as rivalidades políticas durante a campanha eleitoral de 1934. Diz o autor:

Numa das melhores comédias de Sacha Guitry, aparece um velho condecorado com a

Legião da Honra. Alguém lhe pergunta admirado:

- O senhor tem então a Legião da Honra?

-Tenho.

- Por quê?

- Porque a pedi com muita polidez.

⁸ É interessante destacar que, no mesmo texto, o escritor critica a maneira imprecisa através da qual a imprensa da época tratava os assuntos políticos, quando escreve: “Do mesmo modo vago, a imprensa noticiou há dias(...)”.

Comprovando a civilidade de nossos costumes políticos eu desejaria uma cena parecida na futura Câmara federal e em cada uma das estaduais:

- Então o senhor obteve muitos votos?

- Obtive.

- De que forma?

-Solicitando-os muito gentilmente.

Porque à falta de boas idéias devem ter os candidatos boas maneiras.

Além da referência a escritores, há também, em algumas das crônicas, citações de dizeres e exemplificações da sabedoria e tradição popular, que reafirmam o compromisso modernista com a mesma e garantem aos textos o coloquialismo, tão distante do universo dos parnasianos. É o que vemos em “Devagar com o andor”, veiculado no dia 23 de janeiro de 1935, em que Antônio compara o desenrolar das eleições de 14 de outubro de 1934 às procissões realizadas no interior de Minas Gerais. O texto é finalizado da seguinte maneira:

Nas procissões de Minas há sempre um sujeito incumbido de transmitir aos da vanguarda as ordens de avançar ou atacar. O “Deo gratias” se transforma na sua boca em “Deo graça”: “Deu graça para andar”, “Deu graça para parar”. O voto de 14 de outubro deu graça para andar. Deu. Mas andar devagar que o santo é frágil, o caminho cheio de buracos ladeando o famoso abismo”.

É comum o uso de clichês e ditos populares por parte do autor em suas crônicas. Frases e expressões como: “chovendo no molhado, no molhadíssimo” (“Fazendo Coro”, 27/03/1935); “a coisa saiu bem mais preta do que seria de se esperar” (“Estragando a apoteose”, 25/02/1935); e

“acendendo uma vela a Deus e outra ao diabo” (“A grande questão do momento”, 30/01/1935) atribuem também aos artigos maior coloquialismo.

6.1.1 EXEMPLOS DO COTIDIANO

Além da menção a escritores e uso do coloquialismo, a referência a fatos supostamente relatados apenas pelos jornais da época - eventos cotidianos não registrados pelos livros de História, perdidos no tempo - finda por constituir-se para nós, leitores de hoje e de certo modo alheios à verdade daqueles eventos, como um recurso ficcional nos artigos de António de Alcântara Machado. Há pelo menos dois textos que ilustram perfeitamente essa forma de “recurso”. Num deles, “Sobre um discurso amável” (10/09/1934), o autor transcreve e comenta um trecho daquilo que teria sido o discurso do professor Bernardino José de Souza sobre D. Pedro I, em comemoração ao aniversário da Independência do Brasil:

Falando no dia 7 à estátua de Pedro I, o professor Bernardino José de Souza quis antes de tudo sossegar o com certeza descontente espírito imperial! E disse então com familiar meiguice: “Pedro: não discutiremos agora a tua vida acidentada, nem revolveremos as cinzas do teu passado para descobrir a escória das tuas fraquezas contingentes”. Acalmadas assim as suscetibilidades da alma estouvada e apaixonada do homem, iniciou o orador o elogio do monarca.

Em “Prova de amor” (20/12/1934) utiliza-se também da ironia, e retira do cotidiano de um cidadão qualquer um fato, supostamente noticiado pelos jornais da época, que irá ser comparado, mais adiante, ao exercício político: o suicídio de José Frota. A leitura da crônica torna difícil saber

ao certo se a história seria verdadeira ou se teríamos diante de nós uma realidade (re)construída pelo autor. Pode-se considerar como índice para a confirmação desta segunda possibilidade o nome, muito possivelmente escolhido por António, da amante do marinheiro. Além disso, a escolha da estrutura narrativa e do discurso direto, exposta numa sequência das cenas que aproximam o trecho mais das obras literárias que propriamente do estilo usual dos artigos jornalísticos, fazem de José Frota e Maria das Dores tipos similares a personagens:

O marinheiro José Frota (os jornais noticiaram) foi encontrado morto numa cama de casal. Ingerira oxianureto de mercúrio. Sua amante Maria das Dores apresentara contra ele uma grave queixa à polícia. José Frota tentara matá-la ateando-lhe fogo às vestes. Depois fugiu levando uma lembrança da amada: jóias e dinheiro no valor de dois contos e tanto. Por isso a polícia deu de procurá-lo. E não querendo ser preso ele se matou. Deixando uma carta, a carta de praxe, dirigida a Maria das Dores: “Peço-te perdão (escreveu) por ter-te posto álcool e queimado, mas isso são provas de amor”.

A exemplo do que ocorre no relacionamento amoroso, na política, segundo afirma o autor, “a desculpa do mal é que foi feito por bem”. Não passa de prova de amor:

Ainda e sempre como num soneto a gente pode filosofar: assim como no amor, no trato dos negócios públicos, na atividade política, entre os legisladores, também em tudo o mais a desculpa do mal é que foi feito por bem. Assassínio, roubo, traição, abuso, tudo isso são provas de amor. À opinião pública, essa Maria das Dores (coitada, que boa que ela é), só resta esperar.

No trecho citado, além do exercício político ser comparado ao amor, a opinião pública é comparada a uma mulher, Maria das Dores. Assim dá-se igualmente em “Ingenuidade, malícia e revisão constitucional”, de 26 de setembro de 1934: “não há mulher mais absorvente, voluntariosa, difícil”, escreve o autor, referindo-se à opinião pública. E em “Morrer com decência”, de 03 de dezembro do mesmo ano, a figura da mulher é mais uma vez utilizada, desta vez para ser comparada ao exercício do poder, deixando transparecer mais uma vez o extremo machismo vigente no Brasil daquele momento:

“(...) o poder é mulher, detesta os que não lhe conquistando as graças ameaçam derrubar o mundo, armam escândalos, xingam o rival preferido. É de péssima tática perder o controle dos nervos no amor como na política

Como se pode perceber, quando o autor compara a política à mulher é para caracterizá-las em seu aspecto negativo, destacando o que possuem de temperamental, “inconstante e caprichoso”.

Ainda no nível das comparações, comuns aos textos publicados no Diário da Noite, temos “A comédia da democracia”, de 22 de novembro de 1934, artigo aqui já comentado, no qual Antônio de Alcântara Machado refere-se a astros do cinema de Hollywood, a fim de assemelhar o comportamento dos mesmos ao dos políticos da ditadura, “diferenciando” estes últimos daqueles políticos responsáveis pela encenação da “comédia da democracia” brasileira:

Pois assim, sem nenhuma Greta Garbo, sem nenhum Clark Gable, o filme é excelentemente interpretado. Ninguém se destaca porque todos preenchem perfeitamente o seu papel. E não há, portanto, papel secundário. Milagre da homogeneidade.

Em “Morrer com decência” (04/12/1934), o escritor retira do cotidiano do cidadão brasileiro exemplos que servem de ilustração da situação em que se encontrava a política brasileira: compara-a ao futebol, para relacionar o esporte à atitude revoltada dos políticos derrotados nas eleições de 14 de outubro, observando que

*No nosso futebol também costuma ser assim. O quadro que perde injuria o que ganha,
amaldiçoa a sorte e esborda o juiz.*

E aproveitando para criticar a atitude da opinião pública quanto ao espetáculo pós-eleições, escreve:

Mas no futebol, quando isso acontece, a assistência assobia. Que é que espera a opinião pública para castigar também com tremenda vaia esses perdedores anti-esportivos?

“O bonde” (24/09/1934) é outra crônica na qual António de Alcântara Machado traz exemplos do dia-a-dia para serem comparados ao exercício político. No caso, a atitude corriqueira de se tomar um bonde é utilizada para ilustrar, de modo irônico, a problemática da organização partidária:

Claro que em política quem faz questão de escolher seus companheiros se arrisca a ficar só. É o mesmo que tomar um bonde. A gente olha a tabuleta, não olha os passageiros. É o bonde da situação, é o bonde da oposição (a Light da política nacional não tem outros). Quem está dentro não importa. Mas se há passageiros que em meio do trajeto (o

destino é sempre o palácio do governo) querem que o bonde recue até o ponto de partida para pegar os retardatários, os que têm pressa ou expulsam os partidários da contramarcha, ou obrigam o motorneiro a seguir em frente, ou tocam a campainha e descem. Continuar no bonde é que não é possível.

Há ainda outras referências ao contexto da época, os quais contribuem para que possamos caracterizar os artigos como crônicas propriamente ditas, na medida em que exploram fatos retirados do cotidiano. Em “Uma nova batalha para o Exército da Salvação” (02/10/1934), por exemplo, Antônio de Alcântara Machado traz a realidade presenciada no país durante os carnavais típicos dos anos 30, em que a magia do uso de fantasias e máscaras era ainda prática comum. Ao referir-se ironicamente ao Exército da Salvação, assim escreve ele:

Como se sabe a salvação de que se trata é a deste mundo pecador. Não sei se são aqui numerosos os seus soldados, se chegam mesmo a constituir um batalhão. Em regra só os vejo durante o carnaval. Então o pecado toma conta do país (o pecado mascarado e portanto com maior liberdade de ação) e os cândidos propagandistas da virtude distribuem largamente seus boletins e declamam abundantemente suas pregações.

Em “A palavra de ordem” (28/01/1935), um tipo de prática esportiva muito popular na época é comentado: a corrida de automóveis. No momento em que alguns mostravam-se insatisfeitos com a possibilidade de extinção de tal prática, Antônio aproveita para dar destaque a uma corrida muito mais perigosa, a qual de fato merecia a atenção da imprensa: a “corrida ao poder”:

Em meio à inquietação geral há ainda quem tenha ânimo para pensar na abolição das corridas de automóveis. O que é sem dúvida nenhuma divertido mas não consegue desviar a atenção de ninguém das leis a cumprir, das leis a elaborar, dos casos a resolver, tanta dificuldade, tanto embrulho, tanto perigo imaginário ou não. Há outras corridas bem mais arriscadas que as de automóveis. A corrida ao poder, por exemplo.

6.1.2 O “FACETO” ANTÓNIO E SEUS TIPOS POLÍTICOS

A última parte da edição das crônicas inclui textos nos quais se procurou acentuar o que chamamos de construção de “tipos”, em sua maioria, personalidades políticas com tratamento diferenciado na descrição das mesmas. O autor aproveita-se da estratégia de construção de personagens com a finalidade de reconstituir figuras do mundo político e alguns escritores.

Conforme destaca Cecília de Lara⁹, ao realizar tal feito, António confirma sua vocação de ironista e miniaturista, partindo, por vezes, de um traço físico ou psicológico, num fundo intemporal, para transformá-lo no “centro polarizador de toda a figura”. Noutras vezes, segundo a pesquisadora, a técnica utilizada é a de perseguir “no tempo a constante definidora” e nos devolver “a pessoa em sua totalidade”.

Essa segunda técnica aparece, por exemplo, em “Um penitente”¹⁰, crônica na qual são enfatizadas a irritabilidade e rudeza de José Américo de Almeida, sinteticamente descrito, logo de início, como um “paraibano todo espinhos”. A partir daí, António parte para o desenvolvimento desse perfil, através de termos que reforçam e ampliam a noção de rudeza e irritação e abrangem a

⁹ António de Alcântara Machado: *Experimentação modernista em prosa*, p.346.

¹⁰ *Diário da Noite*, 05/12/1934

localização geográfica do autor de *A Bagaceira*, tais como: “espinhento”, “braveza sem par”, “sertanejo sem cordialidade”, etc. Assim, a construção do “tipo” ocorre de forma humorística, o que contribui para atenuar “o que possa ser contundente, ou aparentar aversão pessoal”¹¹.

O uso de tal processo está vinculado ao da composição de retratos, já que a “personagem” delineada pelo escritor é construída a partir de alguns traços marcantes da pessoa – processo semelhante ao da caricatura, o qual, ao dar ênfase a um traço e omitir os demais, termina por ser notadamente crítico. Caminham, portanto, mais uma vez juntos humor e crítica.

Artur Bernardes, em “O vigilante” (15/08/1934), é o alvo do olhar caricaturista de Antônio de Alcântara Machado. O próprio título anuncia a característica do político a ser explorada durante o artigo: a do partidário da ordem, de volta do exílio “para encontrar o país sujeito a uma nova disciplina”. A partir dessa síntese, o escritor desenvolve outros traços físicos e psicológicos do “tipo” por ele composto, utiliza-se da técnica de composição de retratos e aproveita para, de forma bem humorada, criticar a situação nacional, sem que haja julgamento do político. Assim refere-se ele ao ex-presidente da República:

(...) A gente só pode esperar de sua energia (que dizem fria) de fanático da ordem uma contribuição decidida para que a meninada insubordinada deste vasto colégio (mais recreio que colégio) de oito milhões de quilômetros quadrados se submeta quanto antes ao regulamento interno ainda em início de execução. De apito na boca, inflexível desde o físico, melhor oportunidade não poderia oferecer ao sr. Artur Bernardes para cumprir à risca o papel de místico da disciplina.

Getúlio Vargas certamente não poderia estar fora do alcance dos olhos do caricaturista. Seu retrato é traçado em “O sorridente”, artigo publicado em 21 de dezembro de 1934, a propósito da

¹¹ Antônio de Alcântara Machado: *Experimentação modernista em prosa*, p. 347.

viagem do presidente a sua terra natal. O título novamente anuncia o traço físico-psicológico que o escritor irá percorrer: o sorriso de Vargas, estratégia utilizada pelo presidente para dar a impressão de uma tranquilidade constante. Um sorriso hipócrita - posto que “não revela, antes oculta”¹² as verdadeiras características do político profissional; expressão denunciadora, antes, da “malícia” e da “astúcia”, sob uma “inelutável serenidade” de quem sabe utilizar a “tolerância como uma arma”. Daí o sucesso de sua carreira política, segundo afirma o autor.

Em “Um novo Ulisses”¹³ há também referência a Getúlio Vargas, ironicamente caracterizado como o “astuto navegante” das turbulentas águas da política nacional. Aqui, mais uma vez, acentua-se a crítica sutil ao modo contido e aparentemente sereno do presidente em meio à tempestade enfrentada:

(...) Em torno do navio há gente que braceja na ânsia de alcançá-lo. O novo Ulisses as contempla serenamente de bordo e às vezes atira um salva-vidas. (...) não se afoba no comando (...).

Sob o signo da astúcia a navegação prossegue.

Outra figura que se sobressai como “tipo” é Mozart Lago¹⁴. O título do artigo (“O faceto”) anuncia o traço a ser destacado, ainda que o termo aí utilizado apareça novamente apenas no final do texto, resumindo as características do deputado anteriormente destacadas por Antônio de Alcântara Machado.

Pode-se dizer que tais características retratam mais o modo de agir do político, e não propriamente os traços psicológicos individuais - talvez por esse motivo a crítica do autor torne-se mais patente. O deputado é descrito em seu empenho por “destruir” e “futricar”, como o típico

¹² Antônio de Alcântara Machado: *Experimentação modernista em prosa*, p. 348.

¹³ *Diário da Noite*, 04/11/1934.

político “preso aos interesses partidários”, que busca “ajustar sua linguagem e suas atitudes ao gosto das galerias” para alcançar a popularidade. Esse modo de agir é comparado o tempo todo ao do constituinte Miguel Couto (paulista, diga-se de passagem), que fora substituído na Câmara por Mozart Lago – fato lastimado pelo escritor. Enquanto este último estaria voltado para os interesses partidários, aquele parecia estar preocupado com os problemas de ordem geral, “amenizando com boas maneiras e elevando com boa ciência os debates da Assembléia. Era, portanto, “o sábio”, lamentavelmente substituído pelo “faceto”.

A contradição revelada pelas atitudes políticas de Góis Monteiro é enfatizada em “A ‘NEP’ do general” (09/11/1034), como já destacamos. Alcântara aponta traços significativos de seu “tipo”: a inteligência e competência do militar, que não estariam em equilíbrio com o exercício político e com a enorme influência por ele exercidas pelas “novidades”, “pelo que é novidade para ele ainda que não seja para os outros, aprendida num livro que pode ser velho, num acontecimento que pode não ser inédito”. Isso porque o então Ministro da Guerra de Vargas tencionava criar a “NEP” – Nova Política do Exército Nacional, a qual, de acordo com o autor, teria sido baseada na Nova Economia Política bolchevista ao Exército Nacional. A “NEP” nascia, assim, como resultado das leituras “sobre os homens e as coisas da U.R.S.S.”, e já com um equívoco - a inversão das iniciais. Nota-se, mais uma vez, a crítica do autor ao modo de uma importante personalidade da época agir e pensar politicamente:

A “NEP” do general não é NEP, mas “NPE”. Uma inversão de iniciais e provavelmente (o que é pior) do bom senso.

¹⁴ “O faceto”. *Diário da Noite*, 27/09/1934.

Em “A missão do sr. Sodré”¹⁵ o aspecto físico-psicológico mostrado é o da velhice, igualmente com o intuito de se criticar determinadas atitudes políticas. Dessa vez quem merece a atenção do autor é Lauro Sodré, que, aos setenta anos, tentava conquistar o governo do Pará. O texto é carregado de humor e ironia, sendo que a velhice é vista menos como limitadora do que como um fator favorável a uma ação política mais tranqüila, por parte de alguém que já tivera o “mesmo ardor guerreiro” de um major Barata. “O tenente de 89 com a experiência que adquiriu dos homens e das coisas prefere, hoje, as armas civis da brandura e da persuasão. Por isso segue para o Pará empunhando uma bandeirinha branca”, escreve Antônio.

Dois tipos de atitudes (a do moço guerreiro e a do velho “cheio de suavidade, armado apenas de boas intenções”, “disposto a apagar a fogueira” das disputas políticas e refrear “o ímpeto agressivo dos amigos”) são contrapostas de modo a reforçar o ponto de vista do próprio escritor a respeito da violência política presenciada no período pós-eleições. Ele aproveita para criticar o modo de agir do major Barata, adversário político de Lauro Sodré, a quem este enfrentaria “com as mãos vazias, sorrindo”. Assim refere-se ao major:

“É mais que provável (...) que persista no mau gosto de investir violentamente contra os adversários, arrancando das mãos do sr. Lauro Sodré a bandeirinha branca da paz. Contra mais esse erro devem preveni-lo os seus soldados. Repitam eles ao major o que disse há poucos dias o sr.

Gustavo Capanema citando Napoleão (“Raramente desembainhei a minha espada. Venci as batalhas com os olhos e não com armas”) (...): “Ora, se na guerra o espírito é assim relevante, no jogo político ele é essencial, é arma precípua e decisiva.

Será que o major Barata não a possui no seu arsenal?”

¹⁵ *Diário da Noite*, 29/09/1934.

Dois outros artigos presentes na parte final de nossa edição de crônicas dão destaque à figura de Magalhães Barata: “Um homem cordato” e “A. R. P.”, o primeiro do dia 17 e o segundo do dia 19 de janeiro de 1935. O texto do dia 17 merece atenção pela grande dosagem de humor, garantido, aliás, pelo próprio acontecimento descrito, altamente pitoresco: o desentendimento entre o então interventor do Pará e o deputado Genaro Ponte de Souza, o qual fez com que este tivesse seu cabelo e sobrancelhas raspadas por ordem do major Barata. Ponte e Souza espantosamente não reagiu ao “castigo”, atitude que muito impressionou o autor, que em seu texto caracteriza o deputado como “cordato”. Intrigado com a situação, Antônio de Alcântara Machado busca entender a razão da serenidade e passividade do correligionário do interventor, que teria afirmado, em entrevista aos “Diários Associados”, ter sido capaz de entender como generosidade o fato de um dos capangas do major ter impedido que uma cobra surucucu o mordesse durante o rapto:

Esse gesto de generosidade acalmou o deputado paraense, quebrou-lhe o ímpeto do recém opositor. Sua entrevista (contra toda expectativa) é um modelo de serenidade, não há uma palavra de queixa e muito menos de revolta. Parece até que o sr. Ponte e Souza lá no seu íntimo julga merecido o castigo que mereceu.

Por outro lado, intriga-se com a habilidade de Magalhães Barata em “conseguir o milagre de punir sem magoar”, e afirma que até mesmo “Mussolini, Hitler e outros truculentos freqüentadores do mesmo dicionário político” do major não conheciam essa felicidade. “Com eles vítimas costumam espernear, pôr a boca no mundo, ficam inimigos ferozes”, observa. A busca por compreender o porquê de determinado tipo de comportamento ou atitude política de alguns revela a

extrema curiosidade e perspicácia de Ant3nio, em sua 3nsia por encontrar e entender as motivações e conflitos íntimos que justifiquem tais atitudes. Inquietude própria dos escritores literários.

Podemos dizer que, ao lançar mão de recursos que tornam possível criar, a partir da pessoa, a personagem, nosso escritor compõe seus retratos num plano de quase ficção. Cabe destacar a importância, nesse processo, do “eu do autor” em cada texto, ou seja, do seu ponto de vista, marcado pelo uso da 1ª pessoa; da estratégia de salientar um ou mais traços que, característicos da pessoa, irão delinear o “tipo”; e, por fim, do humor daquele que “se diverte com o espetáculo das pequenas mazelas humanas”¹⁶. É, pois, da ficção que o autor extrai elementos para esses escritos jornalísticos, os quais, assim enriquecidos, ganham autonomia suficiente para deixarem as páginas esquecidas do jornal e alcançarem as merecidas páginas de um livro.

¹⁶ Ant3nio de Alc3ntara Machado: *Experimentação modernista em prosa*, p. 356

7 CONCLUSÃO

[...] a atividade política de António de Alcântara Machado não passou de um acidente ocasional, pois na verdade ele foi puro intelectual, que se firmou como jornalista e escritor, como um dos grandes nomes do Modernismo.

Francisco de Assis Barbosa, “Nota Biográfica” in *Novelas Paulistanas*.

A experiência jornalística de Antônio de Alcântara Machado no *Diário da Noite*, na década de 30, foi certamente a mais completa de todas aquelas anteriormente realizadas pelo escritor paulista. É aí que as inúmeras faces do intelectual se unem para moldar o excêntrico editor do periódico, que deixa extravasar idéias muitas vezes contraditórias. Lado a lado caminham, nos editoriais do jornal carioca, o tradicionalismo do paulista de origem familiar quatrocentona, o ideal de renovação do jornalista e a frustração do político iniciante.

Além disso, a busca pela imparcialidade política do aspirante a deputado - que desejava diferenciar-se da maioria dos políticos brasileiros - certamente contribuiu para o delineamento desse perfil ideológico conturbado. Não são poucos os textos escritos para o jornal carioca nos quais Antônio oscila, por exemplo, entre liberalismo e conservadorismo. Se por um lado assume uma postura contrária à intromissão do Exército nos assuntos políticos, por outro mostra-se favorável à Lei de Segurança Nacional, a fim de que fossem mantidas as conquistas constitucionais - parecer, aliás, partilhado pelo Partido Constitucionalista. É conservador em relação à educação, sendo desfavorável às escolas privadas (chamadas livres), à aprovação por média, ao ingresso à faculdade sem nota mínima no vestibular e à suspensão do concurso de cátedra aos livres docentes, assumindo a mesma postura quando o assunto é o ingresso das mulheres na política. Porém, mostra-se avançado ao considerar o sistema de apuração das eleições de sua época como caquético, sugerindo a modernização do processo pela implantação da chamada máquina de votar.

Posicionamentos aparentemente tão diversos refletiam o próprio comportamento nacional, que transitava entre o provinciano e o moderno, segundo o autor já apontara. “O Brasil de hoje caminha com o pé direito numa botina de elástico e o pé esquerdo num sapato Charleston (...). Mesmice asfixiante de um lado. Civilização mal ajambrada de outro”, escreve para o *Jornal do Commercio*, em 19 de março de 1929, sem ter consciência de que suas próprias idéias poderiam refletir tal antagonismo.

Mas se idéias aparentemente tão antagônicas podem ser encontradas na produção jornalística de Antônio de Alcântara Machado para o *Diário da Noite*, ao menos uma característica uniformizante pode ser nela notada: a presença dos ideais modernistas, dos quais o jornalista nunca se desvinculou. A experiência do escritor, levada ao jornalismo, resulta, por exemplo, no uso da linguagem coloquial, com grande poder de síntese e tom irônico; na busca pelo pitoresco; na caricatura de personalidades políticas. Além disso, a incansável procura pela renovação leva o autor a lançar mão da sátira como estratégia para modificar o sisudo e ultrapassado jornalismo brasileiro, e a utilizar-se do texto opinativo para dessacralizar o modelo de editorial comumente seguido pelos jornais da época. Atitudes caracteristicamente modernistas.

Há ainda a presença, nos artigos, de uma aspiração modernista maior: a de desnudamento da realidade brasileira, colocada em prática pelo escritor através do jornalismo e da política. Nos editoriais do *Diário da Noite* Antônio é predominantemente pessimista com relação aos assuntos políticos nacionais, bem como em relação ao povo brasileiro, deixando extravasar uma espécie de nacionalismo crítico. Refere-se freqüentemente ao povo também de forma negativa, definindo-o como politicamente alienado, ignorante, inclinado aos mexericos e à indisciplina - características psicológicas as quais definem o comportamento do brasileiro e que são, em grande parte dos artigos, o ponto de partida para a explicação da problemática política e econômica.

Como saída para a resolução de tais problemas aponta, além da necessidade de aperfeiçoamento do sistema educacional, a elaboração e o respeito a uma nova Constituição – a de 1934, da qual foi contribuidor. O partidário da revolta paulista de 1932 faz-se notar nos artigos do periódico carioca, sobretudo em virtude das aspirações constitucionalistas e do anti-getulismo patente.

Antônio de Alcântara Machado foi, enfim, um dos intelectuais do nosso Modernismo que assumiu o compromisso de ir além da realização de uma literatura engajada. Partiu para a ação

extraliterária, aderindo ao jornalismo e à política. Mas, enquanto apostava na eficácia do exercício jornalístico para se chegar à concretização dos ideais modernistas, não apresentava o mesmo entusiasmo com relação à política, tendo-se declarado, nos anos 20, seu inimigo. A opção por ela foi mero acaso, legado de família. Nada mais. Talvez por isso, muito sabiamente, o destino tenha impedido o escritor de exercê-la, deixando ficar em nossa memória o intelectual, e não o político de ação.

E paremos por aqui. Caso contrário cairemos definitivamente (se é que já não caímos) na “armadilha intelectualista” a qual nosso autor tanto combatia: deixar que o excesso de análise mate o prazer da leitura das crônicas reunidas.

Abstract

Through this project we have tried to show a commented edition on some journalistic texts written by Antônio de Alcântara Machado to *Diário da Noite*, a newspaper in Rio de Janeiro, between August 14th, 1934 and April 5th, 1935. In this period the modernist, being the director of the newspaper, used to be responsible for its editorials.

A hundred and nine unpublished texts have been collected to become part of our edition. We have decided on a thematic division and within each part the texts obey a chronological order. In the end of the final volume, there is an A to Z.

The first volume is dedicated to the analysis of the included texts. Once the political theme has come up as the most frequent one, it has become important to deal with the historical and political context of the period that Antônio wrote to the newspaper in Rio de Janeiro. In order to make this period more comprehensible, we have chosen to face important facts that happened before, such as the Constitutional Revolution in 1932 and the 1930 Revolution.

We can observe the modernist intellectual and journalist's critical view throughout the chosen texts, mainly when the author refers to Getúlio Vargas' government. Being from São Paulo and a volunteer in the Constitutional Revolution, he supports democracy and a government based on a constitution when he attacks Vargas.

In some texts, it is possible to detect the author's literary side. There we can identify the presence of fictional aspects that take us back to Antônio's "Gaetinho" "Carmela" e "Liseta". These aspects also permit our recognizing, not only the politician, but also the modernist intellectual that did not give up the ideals of an esthetic revolution, nor the national reality that were very much related to his generation.

Key words: 1. Antônio de Alcântara Machado. 2. Politics. 3. Journalism. 4. Literature

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DO AUTOR

Brás, Bexiga e Barra Funda. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

Cavaquinho e Saxofone – solos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

Laranja da China. São Paulo: Empresa Gráfica, 1928.

Mana Maria e Vários Contos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

Novelas Paulistas. Rio de Janeiro - Belo Horizonte: Garnier, 1994.

Pathé-Baby e Prosa Turística: o viajante europeu e platino. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira - INL, 1983.

Pressão Afetiva e Aquecimento Intelectual: cartas de António de Alcântara Machado a Prudente de Moraes, neto. São Paulo: Giordano - Lemos - EDUC, 1997.

Prosa Preparatória e Cavaquinho e Saxofone. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira - INL, 1983.

2. LITERATURA

ADORNO, Theodor W. *Notas de Literatura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

ARAÚJO, Murilo. *Quadrantes do Modernismo Brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: São José, 1972.

ANDRADE, Mário de. *Táxi e Crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

_____ et alli. *Em Memória de António de Alcântara Machado*. São Paulo: Pocaí, 1936.

_____ *Aspectos da Literatura Brasileira*. 5ª. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1974.

_____ *O Turista Aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

ANDRADE, Oswald de. *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Estética e Política*. Introdução e notas de Maria Eugenia Boaventura. São Paulo: Globo, 1992.

_____. *Ponta de Lança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

ARRIGUCCI JR., Davi. *Enigma e Comentário: ensaio sobre literatura e experiência*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987

_____. *Achados e Perdidos*. São Paulo: Polis, 1979.

ÁVILA, Affonso et alli. *O Modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

BANANÉRE, Juó. *La Divina Incrência*. Porto Alegre – São Paulo: Globo, 1915.

BARBOSA, Francisco de Assis. “Introdução”. In: *Antônio de Alcântara Machado – Trechos Escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir, 1961.

_____. “Nota Biográfica” e “Nota sobre Antônio de Alcântara Machado”.

In: *Novelas Paulistanas*. Rio de Janeiro - Belo Horizonte: Garnier, 1994.

BARTHES, Roland. *Crítica e Verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

BATISTA, Marta Rossetti et alli. *Brasil: 1º Tempo Modernista – 1917/29 – Documentação*. São Paulo: IEB, 1972.

BOAVENTURA, Maria Eugenia. *A Vanguarda Antropofágica*. São Paulo: Ática, 1985.

BOPP, Raul. *Movimentos Modernistas no Brasil: 1922-1928*. Rio de Janeiro: São José, 1966.

BOSI, Alfredo. *Céu, Inferno*. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1974.

BRITO, Broca. *A Vida Literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1960.

BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro: Antecedentes da Semana de Arte Moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

BRUNO, Haroldo. "A crônica como ficção". In: *Estudos da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

CAMPOS, Haroldo de. "Uma poética da realidade". In: ANDRADE, Oswald de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

CANDIDO, Antonio. "A vida ao rés-do-chão". In: *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP - Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

_____. *A Educação pela Noite e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1979.

_____. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

CAPELA, Carlos E. Schmidt. *Brás, Bexiga e Barra Funda: uma topografia ítalo-paulistana*. 1989. (Dissertação de Mestrado) - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

CASTELLO, José Aderaldo. *Método e Interpretação*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura Brasileira*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

_____. (org.). *A Literatura no Brasil: Modernismo*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1970.

_____. *Notas de Teoria Literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DIMAS, Antonio. "Ambigüidade da crônica: literatura ou jornalismo?". In: *Revista Littera*, Rio de Janeiro, 1974, p. 46-51.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma Introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LAGE, Nilson. "Crônica, vocabulário crítico". In: *Estrutura da Notícia*. São Paulo: Ática, 1985.

- LARA, Cecília de. *Antônio de Alcântara Machado: experimentação modernista em prosa*. 1981. (Tese de livre docência) - Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- _____. *De Pirandello a Piolim: Alcântara Machado e o teatro no modernismo*. Rio de Janeiro: INACEM, 1987.
- _____. *Klaxon & Terra Roxa e Outras Terras: Dois Periódicos Modernistas de São Paulo*. São Paulo: IEB, 1972.
- LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- LOPEZ, Telê P. Ancona et. al. *Brasil: 1º Tempo Modernista - 1917 / 29: Documentação*. São Paulo: IEB, 1972.
- LORENZO, Helena Carvalho de e COSTA, Wilma Peres da (orgs.). *A Década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- MACHADO, Luis Toledo. *Antônio de Alcântara Machado e o Modernismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.
- MARTINS, Wilson. *A Literatura Brasileira: O Modernismo (1916 – 1945)*. São Paulo: Cultrix, 1967.
- MOISÉS, Massaud. “Crônica”. In: *A Criação Literária*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- MORAIS, Vinícius de. “O exercício da crônica”. In: *Para Viver um Grande Amor*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- PIGNATARI, Décio. “Apresentação”. In: *Brás, Bexiga e Barra Funda*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- PORTELLA, Eduardo. “A cidade e a letra”. In: *Dimensões I : crítica literária*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- _____. “Visão prospectiva da literatura no Brasil”. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Sul Americana, 1971.
- SÁ, Jorge de. *A Crônica*. São Paulo: Ática, 1985.
- SALIBA, Elias Thomé. “Um contista moderno, teimoso e imprudente”. *O Estado de S. Paulo*, 25/02/2001.
- SEREZA, Haroldo Ceravolo. “Alcântara Machado: 100 anos”. *O Estado de S. Paulo*, 25/02/2001.

“Escritor não quis e não pôde cuidar da própria obra”. *O Estado de S. Paulo*, 25 / 02 / 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVEIRA, Santa Maria Nogueira. *Antônio de Alcântara Machado: na Prática Jornalística, a Busca da Renovação*. 1986. (Dissertação de Mestrado) - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

Literatura e História no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

3. IMPRENSA

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, Rio de Janeiro. *Curso de Jornalismo*. Rio de Janeiro, 1958.

AMARAL, Luis. *Técnica de Jornal e Periódico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

BAHIA, Juarez. *Jornalismo, Informação, Comunicação*. São Paulo: Martins, 1971.

BARTHES, Roland. “Estrutura da notícia”. In: *Crítica e Verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo interpretativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980

DUARTE, Paulo. *História da Imprensa em São Paulo*. São Paulo: ECA - USP, 1972.

ERBOLATO, Mário L. *Jornalismo Gráfico: Técnicas de Produção*. São Paulo: Loyola, 1981.

LIMA, Alceu Amoroso. *O Jornalismo como Gênero Literário*. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

LAGE, Nilson. *Ideologia e Técnicas da Notícia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Notícia: Um Produto à Venda*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

NOBRE, José freitas. *História da Imprensa de São Paulo*. São Paulo: Leia, 1950.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

4. DIVERSOS

- ALVIM, Zuleika M. *Brava Gente! – Os Italianos em São Paulo: 1870 – 1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *A Lição do Amigo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BRANDI, Paulo. *Vargas: Da Vida para a História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- CARELLI, Mário. *Carcamano e Comendadores – Os Italianos de São Paulo: Da Realidade à Ficção (1919-1930)*. São Paulo: Ática, 1985.
- CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- _____. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1982.
- _____. *A República Velha II: Evolução Política (1889-1930)*. Rio de Janeiro - São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1977.
- _____. *A Segunda República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.
- CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1961.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: EDUSP / Difel, 1971.
- DEL PICCHIA, Menotti. *A Revolução Paulista*. São Paulo: Editora Nacional, 1932.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1977.
- _____. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Maria e Schmidt, 1933.
- HENRIQUES, Affonso. *Vargas: O Maquiavélico*. Rio de Janeiro – São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1961.

- HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.
- HOFFILY, José. *Revolta e Revolução: Cinquenta Anos Depois*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- HOHLFELDT, Antônio et. al. *Imigração Italiana: estudos*. Porto Alegre: ESTSLB - Caxias do Sul: ECS, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Brasília: UNB, 1962.
- LEÃO, A. Carneiro. *A São Paulo em 1920*. Rio de Janeiro: Editora Anuário Americano, 1920.
- LEITE, Aureliano. *Martírio e Glória de São Paulo*. Rio de Janeiro – São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1934.
- LEITE, Dante M. *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.
- MACHADO, José de Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Editora, 1943.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix - EDUSP, 1977.
- MORAIS, Fernando. *Chatô – O Rei do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- MOTTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. *A Democracia Ilustrada - O Partido Democrático de São Paulo, 1926 – 1934*. São Paulo: Ática, 1986.
- PRADO, Paulo, *Província e nação Paulística - Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
- RIBEIRO, Suzana. *Italianos do Brás : Imagens e Memórias (1920-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SCHMIDT, Afonso. *São Paulo de Meus Amores*. São Paulo: Clube do Livro, 1954.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Estático na Metrópole*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- _____ e NOVAIS, Fernando. *História da Vida Privada no Brasil - República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
- SILVA, Hélio. *1934:– A Constituinte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- _____ *1932: A Guerra Paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.
- VARGAS, Getúlio D. *Diário (1930-1936)*. São Paulo: Siciliano - Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

_____ *O Governo Trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
YUONG, Jordan et. al. *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por Adriana Silveira de
Almeida.

e aprovada pela Comissão julgadora em
13 / 03 / 2002.

**SOLOS GENIOSOS, DE ÉPOCAS TURBULENTAS: CRÔNICAS DE
ANTÔNIO DE ALCÂNTARA MACHADO PARA O *DIÁRIO DA NOITE***

Volume II

Adriana Silveira de Almeida

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Adriana Silveira de Almeida

**SOLOS GENIOSOS, DE ÉPOCAS TURBULENTAS: CRÔNICAS DE ANTÔNIO DE
ALCÂNTARA MACHADO PARA O *DIÁRIO DA NOITE***

Dissertação apresentada ao Curso de Teoria
Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em Letras na
Área de Teoria Literária

Orientadora: Profa. Dra. Maria Eugenia Boaventura

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
2001

Sumário

PARTE I: A COMÉDIA DA DEMOCRACIA – RETRATOS DA POLÍTICA NACIONAL.....	209
CONTAMOS COM O SR. MANGABEIRA.....	211
PARTIDO NACIONAL.....	212
EXPLOSÃO.....	213
SOBRE UM DISCURSO AMÁVEL.....	214
PALAVRAS AO NOIVO.....	215
O BONDE.....	216
UM VOTO.....	217
UMA NOVA BATALHA PARA O EXÉRCITO DA SALVAÇÃO.....	218
EXÉRCITO E POLÍTICA.....	219
FRENTE ÚNICA.....	220
O MACHO.....	221
A PROPÓSITO DE JOÃO MAMEDE.....	222
AINDA A PROPÓSITO DE JOÃO MAMEDE.....	223
CINCO LUSTROS.....	224
GRANDE PALRADORA.....	225
A COMÉDIA DA DEMOCRACIA.....	226
SANTA INGENUIDADE.....	227
CLÁUSULA OURO.....	228
O CALOR E A POLÍTICA.....	229
PROVA DE AMOR.....	230
JUÍZO.....	231
DITADURA SEM OBJETIVO.....	232
O DEVER SAGRADO.....	233
O CONSELHO DE GRIM.....	234
A PALAVRA DE ORDEM.....	235
O GRANDE ABSURDO.....	236
FAZENDO CORO.....	237
UM FINANCISTA PARA O INTEGRALISMO.....	238
PACIÊNCIA E MODÉSTIA.....	239
PARTE II: UM CASO DE BARBAS – POLÍTICA LOCAL E MUNDIAL.....	241
DE BOM HUMOR E DEPRESSA.....	243
SEM MÃOS, SEM BRAÇOS, SEM NADA.....	244
SINGULAR COMPRESSÃO.....	245
CAMINHANDO PARA A CHACINA.....	246
INTRIGA DA OPOSIÇÃO.....	247
BASTA.....	248
MELHOR É PASSEAR.....	249
COLABORAR E NÃO ATACAR.....	250
OS FANÁTICOS DO CALDEIRÃO.....	251
ESTRAGANDO A APOTEOSE.....	252
CUIDAR DA VIDA.....	253
APESAR DOS PESARES.....	254
AUTORIDADE.....	255
LIMITES INTERESTADUAIS.....	256
NA PAZ E NO TRABALHO.....	257
MAIS UM BOCADO DE PACIÊNCIA.....	258
PARTE III: INDISCIPLINA E DESLEALDADE – ELEIÇÕES, ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE, CÂMARA DOS DEPUTADOS E CONSTITUIÇÃO.....	259
OLHAR PARA CIMA.....	261
SINFONIA INACABADA.....	262

POUPANÇA.....	263
QUEM PAGA AS CUSTAS	264
CONQUISTADO E ENGANADO.....	265
INGENUIDADE, MALÍCIA E REVISÃO CONSTITUCIONAL	266
REPETINDO O POETA.....	267
UM CONSELHO DE PEDRO LESSA.....	268
ÀS URNAS A PALAVRA.....	269
A FESTA ELEITORAL.....	270
MODIFICAÇÃO INDISPENSÁVEL.....	271
INDISCIPLINA E DESLEALDADE	272
BASTA DE VADIAGEM	273
PALHAÇADA.....	274
MORRER COM DECÊNCIA	275
CONTRA A FRAUDE.....	276
ONDE ESTÁ A DESONRA.....	277
MÁQUINA DE VOTAR.....	278
BALANÇO.....	279
DISCIPLINA PARTIDÁRIA.....	280
O MAU, O PÉSSIMO CONSELHEIRO	281
A FRAUDE.....	282
REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL.....	283
DEVAGAR COM A ANDOR.....	284
A GRANDE QUESTÃO DO MOMENTO.....	285
A PROCURA DA JUSTA MEDIDA	286
A REFORMA ELEITORAL	287
PARTE IV: REFLEXÕES DO QUARTO ANIVERSÁRIO – A REVOLUÇÃO DE 30	289
REFLEXÕES DO QUARTO ANIVERSÁRIO	291
QUE VENHAM AS IDÉIAS	292
O MILAGRE SEM ERRO.....	293
FONTE DOS AMORES.....	294
PARTE V: CONTRA O ENSINO E CONTRA O PAÍS – DEBATES SOBRE A QUESTÃO EDUCACIONAL	295
O IMPASSE ORTOGRÁFICO	297
MAIS UM ASSALTO DA INCULTURA.....	298
A CAMINHO DA CONSUMAÇÃO.....	299
CONTRA O ENSINO E CONTRA O PAÍS.....	300
A CANETA DE OURO	301
RUMO AO DINHEIRO	302
A CAMINHO DO GRANDE IDEAL.....	303
SAÚVAS	304
FELICITAÇÕES À CÂMARA.....	305
PARTE VI: O FACETO ALCÂNTARA E SEUS TIPOS POLÍTICOS.....	307
O VIGILANTE.....	309
O RETORNO.....	310
INTERVENTOR IDEAL	311
O FACETO.....	312
PELA CONSERVAÇÃO DO ORÁCULO	313
A MISSÃO DO SR. SODRÉ.....	314
A FILOSOFIA DO SALTIMBANCO	315
O MAIOR ELOGIO.....	316
O PECADO DE EVA.....	317
UM NOVO ULISSES	318
A “NEP” DO GENERAL.....	319
UM HESITANTE.....	320

A MODÉSTIA DE UM CHEFE.....	321
UM ESCRITOR DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	322
UM PENITENTE.....	323
ANO AZIAGO.....	324
SOBRE UM FUTURO GENERAL.....	325
UM SOCIALISTA FOLGAZÃO.....	326
O SORRIDENTE.....	327
UM HOMEM CORDATO.....	328
A. R. P.....	329
A DESILUSÃO DA DOUTORA.....	330
GABRIEL BERNARDES.....	331
MATEMÁTICA E HUMORISMO.....	332
ÍNDICE ONOMÁSTICO	333

EDIÇÃO DE CRÔNICAS

**PARTE I: A COMÉDIA DA DEMOCRACIA – RETRATOS DA POLÍTICA
NACIONAL**

CONTAMOS COM O SR. MANGABEIRA

Tal qual o sr. Artur Bernardes, tal qual o sr. Júlio Prestes, o sr. Otávio Mangabeira volta do exílio europeu reafirmando a sua confiança nos princípios da surrada democracia.

Essa a conclusão a que chegou observando durante quatro anos a vida política em onze países de agitada experiência de formas de governo. Saído de um continente onde a democracia sempre foi uma farsa na opinião da maioria dos que sobre ela têm escrito, para visitar outro onde ela faliu irremediavelmente segundo asseveram com raras exceções os entendidos, retorna o chanceler do sr. Washington Luís pregando as vantagens do regime em que penamos há nove lustros. Penamos se não por causa da democracia, ao menos culpando a democracia. Culpando mal, a acreditar no sr. Otávio Mangabeira. A culpa é dos homens, não é do regime.

E tanto é dos homens que o ilustre baiano volta decidido a modificar radicalmente os nossos processos políticos. Com tal disposição, bem vindo seja. Precisamos de fato e urgentemente de uma reforma radical dos métodos nacionais de fazer política. E o sr. Otávio Mangabeira, com a sua experiência e a sua inteligência, pode ser um colaborador efficientíssimo dessa renovação. Contamos com ele para a cruzada saneadora que abolirá entre nós a noção de que o adversário político é sinônimo de inimigo pessoal, a idéia de que não basta vencer nas urnas a corrente contrária mas é preciso ainda humilhá-la por todos os meios negando-lhe pão e água. Contamos com ele para que as assembleias se componham de gente eleita pelo povo e não pela fraude, a intransigência não seja mais a arma preferida dos homens que detêm o poder, a vontade de um não constitua lei sagrada para todos, o Legislativo não se escravize ao Executivo, a maioria não acue a minoria a ponto de obrigá-la a recorrer às armas em desespero de causa, o caudilhismo deixe a democracia em sossego.

Não há dúvida. Para tudo isso contamos com o sr. Otávio Mangabeira. Que ele nos ajude a não permitir mais que homens de incontestável valor moral e intelectual se vejam na situação vexatória de concordar com atos que sabem errados, calando suas convicções e sacrificando sua independência de pensamento por uma falsa noção de solidariedade partidária, obrigados por circunstâncias mais fortes do que sua vontade a apoiar com a palavra ou com o silêncio processos que a sua consciência e a sua educação política inexoravelmente condenam.

Diário da Noite, RJ, 27 / ago / 1934

PARTIDO NACIONAL

Com a volta dos exilados políticos surge mais uma vez a idéia de um grande partido nacional. Mas tudo está indicando que se trata não da fundação de um partido, mas de simples coligação das oposições estaduais. O que é muitíssimo diferente. As minorias de norte a sul do país não se unirão evidentemente em torno de um programa político digno desse nome, declara, inconfundível finalidade social e econômica.

Nada disso. Farão expressamente aquilo que tacitamente sempre fizeram as maiorias locais que dão apoio ao governo federal. Quer dizer: manterão solidariedade a bem de um interesse de facção, puramente ocasional. Coligações não de esquerda e de direita, mas de minoria e maioria. Contra os forte naturalmente ligados, a união dos fracos. Assim cada núcleo manterá sua autonomia em tudo quanto interesse à política local. Sua ligação com os demais advirá exclusivamente de sua situação de opositorista. Não são partidos, são oposições que se ligam. Entre o sr. Artur Bernardes e o sr. Borges de Medeiros a solidariedade se fará no mesmo terreno daquela que existe entre o sr. Lima Cavalcanti e o sr. Manuel Ribas por exemplo. Coincidência de situações, não de postulados políticos.

Por isso mesmo o programa do partido nacional em vias de formação não conterá (estou mais do que certo) coisa nenhuma que nitidamente o distinga dos já existentes.

Veremos pela milésima vez repetidos todos os chavões do liberalismo nacional: verdade democrática, Justiça independente, honesta aplicação dos dinheiros públicos, liberdade das urnas, abolição dos "déficits" orçamentários, seleção de valores, etc., etc., etc.

Porque é desse jeito que a luta pelo poder costuma disfarçar entre nós a ausência absoluta de convicções verdadeiramente políticas.

Nesse terreno de inocuidade doutrinária é que se batem as nossas forças conservadoras. E enquanto o pau vai e vem manejado por eles, folgam e crescem os extremismos. Porque estes sabem o que querem e sabem o que querer. Só no dia em que direita e esquerda se organizarem haverá partidos nacionais. E sem sombra de caráter regionalista não há dúvida que o que existe articulado não é de molde a garantir a tão xingada democracia liberal. Ou liberal democracia, como diria erradamente o general Góis Monteiro.

Diário da Noite, RJ, 29 / ago / 1934.

EXPLOÇÃO

O substitutivo constitucional, entre os preceitos a serem observados na legislação do trabalho, incluía um reconhecendo o “direito de greve pacífica”. A emenda n. 1.481, para a qual se pediu preferência nesse ponto, fazia o mesmo dizendo com outras palavras: “direito de resistência pacífica, nas condições da lei”. Ao se votar nas últimas sessões de maio o capítulo referente à Ordem Econômica e Social, o dispositivo sofreu longo debate para afinal ser rejeitado. Empregados e empregadores sobretudo discutiram largamente o assunto nem sempre com serenidade.

Os primeiros, está visto, batendo-se pelo direito de greve; os segundos alegando que a criação da Justiça do trabalho para dirimir quaisquer litígios entre patrões e empregados tornava inútil e até inconseqüente qualquer reconhecimento por parte da Constituição do direito de greve.

Uma voz houve, a do deputado Moraes Andrade, que se ergueu no berreiro da discussão para afirmar que a greve era um fato e não um direito e, portanto, não podia ser inscrito na Constituição e mais tarde regulamentado em lei ordinária. E isso mesmo proclamou, sem querer, um dos representantes trabalhistas que pleiteavam a conservação do dispositivo ao afirmar que o proletariado, com ou sem direito à resistência passiva, a ela recorrerá, sempre que entender.

A tempo veio demonstrar que a Assembléia andou bem repelindo por supérfluo o preceito em debate. Na verdade, ao cabo de mês e meio, de ordem constitucional, já se contam por cerca de dez (se não erro o cálculo) os movimentos paredistas irrompidos no país, aqui no Rio, em Santos, Juiz de Fora, Bahia. Porque a lei só pode cogitar da greve para impedi-la. Nosso sentimentalismo democrático repele (e eu não o culpo por isso) medida de caráter tão drástico. De forma que no regime em que mais ou menos prosperamos há de se contar com a greve. E se por um lado a gente não pode ou não quer impedi-la, por outro lado não tem necessidade de autorizá-la porque se ela estoura, conforme se diz comumente, é por causa de seu caráter explosivo.

E, ainda anteontem, um depósito de material bélico explodiu em Belo Horizonte, sem pedir licença a ninguém.

Diário da Noite, RJ, 31 / ago / 1934.

SOBRE UM DISCURSO AMÁVEL

Falando no dia 7 à estátua de Pedro I, o professor Bernardino José de Souza quis antes de tudo sossegar o com certeza desconfiado espírito imperial! E disse então com familiar meiguice: “Pedro: não discutimos agora a tua vida acidentada, nem revolveremos as cinzas do teu passado para descobrir a escória das tuas fraquezas contingentes”. Acalmadas assim as suscetibilidades da alma estouvada e apaixonada de ontem, iniciou o orador o elogio do monarca.

Ou muito me engano ou o professor Bernardino José de Souza nos deu aí sem querer uma lição de boas maneiras que convém guardar. O que o povo sempre fez com os homens de governo vivos, os historiadores desde algum tempo deram de fazer com os mortos. O vício nacional da maledicência persegue os poderosos na vida e na morte. A regra é o desrespeito absoluto pelos próximos e pelos distantes.

Não simples irreverência, mas prazer de achincalhar, xingar, lavar a roupa suja dos outros. Não se incinera o lixo que o ódio político recolhe todos os dias na vida privada dos homens públicos. É assim que o povo se vinga e os historiadores se divertem.

Falar mal da vida alheia é sabidamente uma delícia a que poucos resistem. Mas a decência marca sempre um limite a essa e outras volúpias. Nem porque o mal é universal deve a gente tolerá-lo em casa. Sobretudo nesta, imensa e rústica, onde ele encontra ambiente propício na péssima educação política, no espírito de aldeia ainda das grandes cidades, no exagero racial que vê cinco, diz cinquenta e quando advertido berra quinhentos sob palavra de honra. Vencer em política é perder na boca do povo. Não é preciso que a imprensa e o parlamento (como acontece lá fora) se encarreguem de matar a sede cotidiana de escândalo. O território é vasto, porém, o meio é acanhado. Todos sabem a vida de todos. E como no primeiro século colonial viceja por toda parte o “vício da murmuração” que o jesuíta censurava. De forma que Pedro I, lá do “assento etéreo” onde subiu, deve ter estranhado o aviso amável do professor Bernardino. Até que afinal apareceu alguém que ao feito do Ipiranga não juntou outro que esse prescindiu da colaboração do Patriarca.

Diário da Noite, RJ, 10 / set / 1934.

PALAVRAS AO NOIVO

Faz hoje vinte e cinco anos com certeza felizes o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, herdeiro de uma coisa que não existe e é o trono do Brasil. Lá da Europa onde nasceu e sempre viveu é possível que o neto da Redentora volte neste dia o seu pensamento para a terra que os de seu sangue governaram. E medite sobre a sua condição de candidato vitalício e imperante de um país que não conhece, de que provavelmente não se ufana com o seu fiel correligionário, o conde de Afonso Celso. O bisavô levou para o exílio um punhado de terra para repouso de sua cabeça morta. Ao bisneto com certeza enviam os seus partidários cartões postais com vistas da terra para que neles repouse seus olhos. O noivado de seu bisavô se fez à distância e há quem afirme que o aspecto de Thereza não agradou a Pedro. O noivado do bisneto com coroa imperial se processa da mesma forma sem que se saiba ao certo se lhe é agradável o aspecto fotográfico da terra.

Mas a gente pode calcular até que ponto o alarmo o aspecto moral, através das descrições que certamente lhe enviam os adversários da surrada República. Imagino o príncipe seriamente assustado com as poucas virtudes daquela que alimentou os seus sonhos de monarca. E refugando de longe noiva tão desajuizada, de temperamento tão inconstante, inculta, mal educada, cheia de vícios, carregada de dívidas, sem prendas domésticas nem cívicas. Os dois casamentos com os dois primeiros Pedros não deram certo, acabaram em divórcio, expulsão do lar conjugal. Irá ele tentar por sua vez um experiência já duplamente desastrosa para os de seu sangue?

Não tente, príncipe. Continue noivando de longe. O consórcio não foi concertado com sua audiência, a fatalidade do nascimento é que é a responsável, não lhe assiste nenhuma obrigação de consumir o sacrifício. Fique onde está que aí está bem. Deixe a terra com o seu hábito republicano de amantes periódicos. Não se ligue a ela pelos laços do matrimônio imperial que só se rompe pela morte ou pela violência. Não são seus amigos os que convidam para semelhante aventura. Seu reconhecimento deve ir todo para os que conservam em seus braços criatura tão ingrata, e lhe suportam as traições, lhe pagam os caprichos, com o pavor de que por despeito ela se case um dia. Não tente, príncipe, porque se arrependerá.

Diário da Noite, RJ, 13 / set / 1934.

O BONDE

Em seu recente discurso de Porto Alegre, disse o sr. Raul Pilla: “Sempre pensei, senhores, desde que repus os pés no solo pátrio, que o passado, embora recente, deveria pertencer mais à história do que à política”. Duvido muito que esse trecho sem retórica tenha sido aplaudido pelos que o ouviram. Mas dentre os que o leram, aqui está um que comparece com o seu aplauso. Na verdade o contato do pé com o solo pátrio provocou no sr. Raul Pilla um pensamento feliz. O que nem sempre tem acontecido com os chegados do exílio. Com raras exceções pisam eles o solo pátrio pensando com o coração. Isto é: apaixonadamente, extravasando ódio e rancor, também às vezes despeito.

Por isso mesmo, no silêncio dos telegramas, imagino que as palavras do sr. Raul Pilla doeram como um puxão de orelha em muitos que ao seu lado se achavam no centro da Mocidade Frentunista. Falando aos moços, o chefe liberador de propósito ou não (pouco importa) desaprovou a atitude dos velhos, seus companheiros de partido e de exílio, que outra coisa não têm feito, desde que voltaram, senão adotar o passado como tema único de propaganda política. Isso com a agravante de combaterem a própria obra, querendo o restabelecimento de um estado de coisas que ajudaram a desmanchar. Ou ao menos aliados a gente antes combatida precisamente porque representava esse passado e hoje, louvada embora, suspire de saudades dele.

Claro que em política quem faz questão de escolher seus companheiros se arriscam a ficar só. É o mesmo que tomar um bonde. A gente olha a tabuleta, não olha os passageiros. É o bonde da situação, é o bonde da oposição (a Light da política nacional não tem outros). Quem está dentro não importa. Mas se há passageiros que em meio do trajeto (o destino é sempre o palácio do governo) querem que o bonde recue até o ponto de partida para pegar os retardatários, os que têm pressa ou expulsam os partidários da contramarcha, ou obrigam o motoneiro a seguir para a frente, ou tocam a campainha e descem. Continuar no bonde é que não é possível.

Para ser lógico, o sr. Raul Pilla deve mandar parar o bonde em que embarcou com os seus correligionários. Até que se resolva se o passado recente, seus homens e suas idéias, pertence à política ou à história: se pertence à política, se o destino é recuar, que o bonde faça marcha ré sem os homens da Aliança Liberal.

Diário da Noite, RJ, 24 / set / 1934.

UM VOTO

Conheço um Constituinte que, durante a reunião dos líderes em que se discutiu o dispositivo estabelecendo a restrição imigratória, pôs os olhos num mapa grande do Brasil suspenso precisamente na parede junto à qual se sentavam os partidários da medida. Na tela amarela o país imenso se desenhava, à maneira da harpa imaginada pelo cronista antigo. Algumas manchas povoadas ao longo do litoral. Outras mais escassas terra adentro no centro e no sul. Depois o deserto, o vasto deserto esperando gente. Um novo país, incomparavelmente maior que o primeiro, a povoar, em boa parte mesmo a descobrir. E o constituinte que deixara ficar silencioso fez com os seus botões um voto. Este voto: que o mapa desabasse sobre a cabeça dos que advogavam a restrição para chamá-los à realidade.

O voto não foi satisfeito, o mapa não caiu, os partidários do dispositivo continuaram fora da realidade (da nunca assas buscada realidade nacional), a restrição imigratória logrou a aprovação da Assembléia. De forma que ainda por muito tempo, infinito tempo, o mapa do Brasil conservará o aspecto desolador de agora. A menos que na primeira revisão constitucional não se suprima o dispositivo que eu ousou chamar de maltusiano.

No pensamento do sr. Teotônio Monteiro de Barros Filho, que foi o primeiro a ventilar o problema na Constituinte, o dispositivo deveria se limitar a impedir a formação de núcleos estrangeiros, impermeáveis à nacionalização. Os poderes públicos localizariam as correntes imigratórias de forma a não permitir a formação dos chamados quistos raciais. Isso apenas, já mais que suficiente para aclamar o nosso muito mal entendido nacionalismo. Porém, este é sabidamente exuberante e logo a idéia cresceu até o absurdo que sabemos. Povo mestiço até não poder mais e que a essa mestiçagem desregrada deve o que possui de bom, passamos assim a combater o que era do nosso interesse fomentar. É incrível mas é sabidamente verdade.

Agora só resta fazer um voto à maneira do constituinte meu conhecido: que a realidade nacional enfim se revele aos poetas do litoral.

Diário da Noite, RJ, 1 / out / 1934.

UMA NOVA BATALHA PARA O EXÉRCITO DA SALVAÇÃO

Está entre nós um dos marechais do pacífico Exército da Salvação. Como se sabe a salvação de que se trata é a deste mundo pecador. Não sei se são aqui numerosos os seus soldados, se chegam mesmo a constituir um batalhão. Em regra só os vejo durante o carnaval. Então o pecado toma conta do país (o pecado mascarado e portanto com maior liberdade de ação) e os cândidos propagandistas da virtude distribuem largamente seus boletins e declamam abundantemente suas pregações.

Dá um aperto no coração da gente ver os uniformizados da Salvação desfiar um rosário de coisas sensatas em meio da insensatez geral. Porque não há nada mais triste do que a virtude que marcha em formação militar ao som de hinos fúnebres. Uma virtude que não sorri, de gestos medidos, semblante fechado, voz sumida. Virtude recatada feita para a sombra e que entretanto afronta a luz solar das praças públicas e a artificial dos mal chamados centros de prazer. Virtude sem saúde, virtude ingênua, virtude fardada, porém, inerte.

Minha pouca fé no seu poder de proselitismo não impede, entretanto, que eu proponha aqui um programa de ação ao comissário geral George Carpenter. Chega ele ao Brasil nas vésperas de um pleito que se anuncia truculento. De forma que, enquanto não volta o carnaval, o Exército da Salvação tem uma oportunidade esplêndida para prestar os seus serviços, pregando a caridade entre os adversários, o respeito entre os partidos, não a verdade que está fora do mundo mas a que se encontra dentro das urnas. Fazendo, em suma, a propaganda da virtude eleitoral não menos fugidia do que aquela que um dia designará os eleitos na eternidade.

Movimente o Exército da Salvação os seus soldados de ambos os sexos, deixe por algum tempo tranqüilos os que pecam contra a castidade e se dedique à edificação dos que pecam contra a democracia. Boa ou má, é nela que vivemos. Bem ou mal, é ela o regime que o país prefere. De forma que não há ao menos por hora senão respeitá-la mesmo para que possa sem constrangimento revelar suas tão discutidas vantagens, seus tão apregoados defeitos.

Enquanto que o propriamente dito, o armado, defende o voto contra a violência, defenda-o o Exército da Salvação contra a fraude, o suborno, os processos vis de cabala.

Com a mesma candura com que costuma combater os vícios da carne e do espírito. E a mesma antecipada resignação diante da derrota.

Diário da Noite, RJ, 2 / out / 1934.

EXÉRCITO E POLÍTICA

Há quem conteste a sinceridade do general Góis Monteiro ao recomendar o alistamento dos militares às competições partidárias, alegando, que é ele chefe político em Alagoas onde dois irmãos seus, também oficiais, se acham empenhados em vencer a eleição de outubro. Não sei se o general é de fato marechal de partido na sua terra, não se tem esse mau gosto. Também ignoro se os dois irmãos do ministro se acham ou não afastados das “ocupações militares”, conforme recomenda o recente aviso aos que tiveram “outras aspirações que não as de servir o Exército”. Nem me interessa aqui apurar a procedência da crítica. Mesmo porque compreende perfeitamente a situação dos que se vêem obrigados a pregar pela palavra na impossibilidade de fazê-lo pelo exemplo. E pratica até um ato de caridade quem previne seus semelhantes contra um perigo que experimenta sem poder dele se livrar. Imagino portanto o general num abismo (se é verdade o que se diz) recomendando cuidado aos incautos que se aproximam.

Está certo e só há ajudá-lo na recomendação. Nossa história política aí está para ilustrar a afirmação do ministro da Guerra de que a intervenção do Exército nas lutas partidárias tem sempre por conseqüência o seu enfraquecimento. Nada mais funesto para o prestígio militar do que o chamado militarismo. Começa que o primeiro dever do militar é ser leal e na política, não digo que a regra seja a deslealdade, mas positivamente a lealdade não é a arma mais eficaz. Depois as qualidades de comando que distinguem o bom oficial não são as que costumam distinguir o bom político.

Aquele é direto nas suas ordens, este é manhoso. De forma que o militar se destacava logo na luta partidária pela sua falta de maleabilidade, digamos logo pelo tom inabilmente marcial que imprime às suas palavras e atitudes. Não foi feito para as sutilezas da tática partidária. É o paisano da política.

O homem que mais inteligentemente já combateu o militarismo entre nós, Eduardo Prado, escreveu em 95 que “no Brasil republicano, o militar é tudo e o cidadão nada”. Mas a verdade é que quando o militar é tudo deixa de ser militar e passa a não ser nada.

Porque contraria a sua vocação e entra a agir num terreno que não lhe é propício. A política é má companheira do Exército, age dentro dele como um dissolvente. O general Góis Monteiro, sabe disso melhor do que ninguém e melhor do que ninguém está nas condições de dar o alarma. Já começou a dar e deve continuar de apito na boca.

Diário da Noite, RJ, 3 / out / 1934.

FRENTE ÚNICA

“Homens que da sua terra não saem (afirmava o Patriarca) são navios que acabam no estaleiro: errando por este mundo se aprende a não cometer erros”. O próprio Andrada era prova disso, da vantagem que leva o viajado sobre o sedentário. Quero crer mesmo que o seu prestígio político não deveu pouco ao fato de conhecer ele terras esquisitas da Europa. E imagino os estadistas caipiras, seus concorrentes políticos, olhando com respeitosa inveja o homem que conhecia a Noruega. Vejam só: a Noruega.

Cito o exilado de 1823 a propósito dos exilados de 1930 e 1932 que às plagas natais voltaram para ajustar contas atrasadas, agitar o presente pelo mal que lhes fez o passado. Com certeza acompanharam eles na Europa com redobrada atenção os acontecimentos da Espanha. Viram de perto o que de ruim costuma acontecer aos povos que inopinada e radicalmente mudam de organização política. Verificaram quanto é perigoso aos partidos prometer muito para cumprir pouco. Observaram até que ponto pode ser desastroso um parlamento dividido em facções que se entredevoram. Testemunharam os efeitos calamitosos das campanhas demagógicas, dos apelos à revolta, dos movimentos populares sem disciplina nem objetivo certo. E homens da direita que são, ficaram naturalmente cientes de que a desavença das correntes moderadas acaba sempre engrossando as fileiras dos extremistas.

Tudo isso viram. E o coroamento de tudo isso podem ler agora nos jornais. Não digo que a situação nossa seja o pródromo da espanhola. Isto é: que já estejamos caminhando para o mesmíssimo desenlace. Mas longe disso não nos achamos. Mais algumas asneiras democráticas e chegaremos fatalmente à encruzilhada. Enquanto em todo o país os liberais discursam, em São Paulo integralistas e comunistas têm encontros sangrentos. A luta em torno das urnas não tem dúvida nenhuma que favorece a que se dá nas ruas. Os exilados, que errando pelo mundo (conforme afirmaram a uma só voz) fortaleceram suas convicções democráticas, não hão de querer repetir aqui erros que (a acreditar em José Bonifácio) deviam ter aprendido a não cometer. Seria demasiado exigir deles e de seus correligionários um sorriso amável para os que na sua ausência consolidaram a situação que quase todos ajudaram a preparar. Mas agora que está restabelecido o regime constitucional, se de fato conservam o “ódio puríssimo de toda a tirania”, de que falava também o Patriarca, estão eles no dever, ditado pelo próprio instinto de conservação, de moderar a linguagem e as atitudes. Muito se tem falado ultimamente de frente única. Pois a conservadora já é uma necessidade.

Diário da Noite, RJ, 9 / out / 1934.

O MACHO

É muito conhecida a frase de Ortega y Gasset nas Cortes Constituintes de Espanha: “Na história, senhores a política é o macho”. Disse isso para liquidar (como de fato liquidou) com a admissão dos representantes de classe na Câmara política de seu país. Jogados na arena parlamentar (sustentou ele com outras palavras) os classistas se afundam até as orelhas no debate político. Por mais que se murem dentro dos interesses exclusivos de sua profissão, não podem resistir às seduições da luta de ordem meramente política. Nela se metem, participando dos cambalachos, das transações dos corredores, etc. Sem que nada os distinga, portanto, dos eleitos, pelo sufrágio universal.

O que Ortega y Gasset previu na Espanha aconteceu aqui. Em todos os detalhes políticos da Constituinte, a grande maioria da bancada classista (muitas vezes a unanimidade dela) se confundiu com a política. Nela se diluiu. O que não condena, evidentemente, os representantes de classe que na Assembléia figuravam, mas a própria representação de classe. Não os homens, mas o princípio. Ninguém pode afirmar que houve por parte deles qualquer deslize no cumprimento de seu mandato, qualquer traição consciente aos interesses de cuja defesa foram especialmente incumbidos. Nenhuma culpa lhes cabe do fato de haverem se deixado arrastar (ainda quando não estavam em jogo os interesses de classe) para o terreno da política, até mesmo da politicagem. Trata-se de um mal contagioso, não há quem contra ele se imunize. Toma conta do ambiente, paira no ar, quem não fugir se contamina.

Prova disso é a circunstância de se haverem candidatado à eleição do dia 14 vários representantes de classe na Constituinte. Só em São Paulo, três. Abandonaram (e fizeram muito bem) o mandato profissional pelo político. Os interesses de classe na verdade só são eficientemente defendidos por partidos de classe. No dia em que tivermos partidos dignos desse nome, com programas sociais e econômicos perfeitamente distintos e, fatalmente antagônicos, o parlamento reunirá verdadeiros representantes de classe, e a luta se travará abertamente no único terreno possível que é o terreno político.

Porque, senhores, na história de todos os tempos e de todos os povos o macho tem sido sempre a política.

Diário da Noite, RJ, 18 / out / 1934.

A PROPÓSITO DE JOÃO MAMEDE

Um redator dos “Diários Associados” foi entrevistar em Caeté o velho João Mamede que, ao tempo da presidência João Pinheiro, exercia junto ao governo mineiro a delicada função de voz da opinião pública. Isto é: levava a Palácio a impressão da rua sobre os atos da administração e os sucessos da política.

Delicada e utilíssima função. Governar é em regra isolar-se. Em torno dos que detêm o poder forma-se logo uma espécie de cordão sanitário que não lhes permite qualquer contato com pessoa ou coisa portadoras daquilo que aqui fora se pensa, se diz, mas não se escreve. Desse imponderável que é o sentimento coletivo. E embora imponderável (ou melhor: por isso mesmo) bastante forte para modificar uma situação e pregar sustos desagradáveis nos governantes.

Antigamente havia entre nós o que se chamava “o olho do comércio”, o “olho da indústria”, etc. Gente que auscultava por conta dos responsáveis pela administração o sentir de determinada classe produtora do que fosse. Pois o “olho da política” é também indispensável. Hoje, como sempre. Ao lado dos secretários e oficiais de gabinete, deviam os que dirigem negócios públicos contar com um “olho” ou até vários “olhos” capazes de ver longe e claro ainda no mais profundo da consciência coletiva. Para isso a imprensa só não basta, mesmo porque as grandes paixões e as grandes revoltas são sabidamente mudas.

João Pinheiro, no dizer do velho Mamede, não obedecia ao Bar do Ponto (lugar onde se fazia e se faz a opinião pública de Belo Horizonte). Tomava nota mas agia conforme lhe parecia melhor. O que não inutilizava, evidentemente, os serviços do seu “olho” político. Porque, no caso, o que sobretudo importa não é seguir a opinião pública, porém saber para onde ela se dirige. Vigia-la de perto, em suma. Os Mamede não existem para servir os governados e sim os governantes. O que é, aliás, uma maneira indireta de servir àqueles.

No próprio lixo da murmuração pública alguma coisa existe sempre de aproveitável. Ainda a crítica do despeitados é útil. Porque a certeza de que alguém nos ataca dá às vezes a de que andamos certos.

Não resta dúvida: impõe-se o restabelecimento do “olho” da política, do comércio, da indústria, da agricultura, do proletariado e assim por diante, para que o governo seja onisciente e onipresente, já que não pode ser onipotente.

Diário da Noite, RJ, 7 / nov / 1934.

AINDA A PROPÓSITO DE JOÃO MAMEDE

Tendo lido meu artigo sobre João Mamede, um paulista se deu ao trabalho de me escrever com o fim de reivindicar para o dr. João Teodoro Xavier, presidente de São Paulo ao tempo do Império, a iniciativa entre nós da louvável prática de convocar todos os dias a Palácio um legítimo representante da opinião pública (no caso dois) para consultá-los sobre os atos de sua administração. Dou a mão à palmatória. Foi de fato o metafísico e pitoresco autor da “Teoria Transcendental do Direito” quem pela primeira vez neste deserto de homens e de idéias se lembrou de dar audiência diária à opinião pública. Esta comparecia na pessoa de uma velha quitandeira e de um pobre diabo. O presidente dizia: “Estou com intenção de destruir um chafariz no largo do Palácio. “Que pensa a opinião pública a respeito”?

A opinião pública meditava uns instantes e, como opinião pública que se preza, nem sempre se manifestava de modo uniforme. Mas o fato é que o dr. João Teodoro Xavier foi um bom presidente.

Numa de suas melhores missivas maternas, Mme. de Sévigné conta que Luiz XIV, poeta aprendiz, perpetrara certa vez um madrigal que ele mesmo julgou infame. E ocultando a autoria mostrou-o ao marechal de Grammont. Achava bem ruim o madrigal e queria o parecer do velho cortesão. Este leu e opinou: “Na verdade, Vossa Majestade julga devidamente bem todas as coisas. O madrigal é horrível”. E foi por aí além chegando a concordar com o Rei no classificar de imbecil o autor de semelhante baboseira. Luiz XIV então confessou a autoria e se divertiu muito com a confusão do marechal. Isso conta Mme. de Sévigné para concluir: “Quanto a mim, que gosto sempre de fazer reflexões, desejaria que o Rei também as fizesse sobre esse caso e por ele julgasse quanto está longe de conhecer a verdade”.

Junto aos poderosos, mentindo sempre para agradar, nunca falta um marechal de Grammont. A verdade, essa, costuma falar pela voz de uma velha quitandeira, de um pobre diabo, de um João Mamede. Repetindo João Teodoro e João Pinheiro, os nossos governantes devem franquear a entrada de seus gabinetes de trabalho à opinião pública.

Diário da Noite, RJ, 11 / nov / 1934.

CINCO LUSTROS

Meditamos sobre o aniversário de ontem. Em torno do bronze dos fundadores morreu o último eco dos discursos. Os soldados do desfile já confiaram às lavadeiras a farda dos dias de gala. Sumiram-se os mastros embandeirados. Os instrumentos das bandas militares e as crianças das escolas públicas entraram em provisório repouso cívico. Mais velha um ano, a República se reintegra, hoje, no cotidiano. Meditemos, agora que o entusiasmo convencional passou.

A criança que em 89 nasceu foi alimentada com leite positivista. Leite impuro, causador de algumas cólicas que logo alarmaram os responsáveis pela saúde da inocente. No cortinado auriverde que cobria o berço escreveram: “Ordem e Progresso”. E começaram sem perda de tempo a promover desordem. De forma que descuraram bastante de sua criação. A menina foi crescendo sob o regime liberal que para ela estabeleceram, sem que ninguém se preocupasse a sério em educá-la. Só se disputava o prazer de trazê-la ao colo. E de mais de um foi ela arrancada com maior ou menor violência.

Mas cresceu, ganhou ares de gente. E então - suprema injúria - os pais deixaram de reconhecê-la como filha. Não, não era aquela criatura viciosa e turbulenta que eles sonharam para consolo e sobretudo amparo de sua velhice. Passaram assim a amaldiçoar a ingrata que pulava de colo em colo. Indiferente a tudo, sem sentir saudades nem remorsos, esquecendo nos braços de um o amor de todos os outros.

Depois da inconsciência da meninice, as loucuras da mocidade. Com os novembros aumentaram os defeitos, os caprichos, as asneiras. Menos a culpa sua, cuja boa índole poucos punham em dúvida, que a dos que a guiavam na vida, até a exploravam. E a passaram de mão em mão como coisa deles. Quando ela era do povo (quer dizer de ninguém) e ao povo é que cabia escolher os procuradores de seus bens e zeladores de sua conduta. Assim diziam e por assim pensarem um belo dia a arrancaram dos braços fortes de um voluntarioso que se dispunha a confiá-la a alguém de sua particular estima.

Para entregá-la a um homem mais tratável, mais flexível, mais ameno. Um homem que não escolhesse seu substituto, não a quisesse só para si e os seus.

Tão cordato que não hesitaram em lhe conferir poderes discricionários. Esqueceram-se, porém, que a dama já atingira, então, 41 anos, idade das paixões perigosas. Esqueceram-se do demônio do meio dia. E se surpreenderam quando ela deixou de ser pluma ao vento e se ajeitou a seu gosto no colo macio e repousante em que a colocaram. Nele ficou, nele está até hoje, nele se acomodará segundo consta mais quatro anos. Quando se aproximará dos cinquenta. E então?

Meditemos sobre os cinco lustros já decorridos. Não, não meditemos. Da vida dos povos como da dos homens a gente deve dizer com o personagem de Malraux que ela não está no passado, mas diante de nós. Deixemos o passado. E aproveitando a lição do presente, a lição dessa inesperada constância da inconstância que ontem colheu mais uma flor, etc., aguardemos placidamente os acontecimentos. Preparando-lhes, é certo, um colo bem macio, bem repousante.

Diário da Noite, RJ, 17 / nov / 1934.

GRANDE PALRADORA

O general Góis Monteiro veio mais uma vez a público para afirmar que o “credo do Exército”, o credo que se supõe deva ele possuir como a sua própria razão de ser, nada tem que ver com o de cada um de seus membros, oficial ou soldado. Ora, o simples fato de o ministro da Guerra julgar necessário esclarecer coisa tão evidente já é alarmante. Porque vem demonstrar até que ponto se ignora entre nós o papel que compete ao Exército em face da política.

Única força organizada num país desorganizado, único elo entre regiões separadas por longas distâncias, necessidades diferentes, fatores econômicos diversos, problemas muitas vezes antagônicos, pedindo soluções que a uns aproveitam e a outros prejudicam, o Exército, ainda que outras razões não houvesse para isso, não podia deixar mesmo de intervir decisivamente, como tem feito, em nossas crises políticas de maior gravidade. Não apenas para sustentar a autoridade constituída. Também para derrubá-la.

De um lado, na falta de partidos realmente alicerçados num sentimento coletivo, capazes de transpor vitoriosamente um período de agitação nacional com as suas próprias forças, os políticos apelam para o Exército, nele procuram o apoio e a aliança que a opinião pública lhes nega ou não lhes pode dar como desejam. De outro, colocado em meio de uma desordem generalizada, é natural que o Exército, como um homem armado entre desarmados que brigam, sinta cócegas, não se contenha e entre no turumbamba ao menos para restabelecer a paz.

De forma que à nossa incipiente educação política, ao nosso ainda precário espírito cívico, já não falando no que é uma quase fatalidade da nossa formação nacional, a gente deve esse chamado congraçamento das forças armadas com o povo nos momentos de crise aguda. Chamado congraçamento que, sem dúvida nenhuma, se repetirá ainda por muito tempo, até que desapareçam de todo na América do Sul os germes do caudilhismo militar ou não.

Até lá, até que as forças armadas não perturbadas em seu papel pela política e pelos políticos se transformem como as da França em “grande muda”, já seria ótimo que não fizessem juz como ultimamente tem acontecido, ao apelido de grande palradora.

Diário da Noite, SP, 21 / nov / 1934.

A COMÉDIA DA DEMOCRACIA

Em um dos cinemas do centro da cidade está sendo exibido o filme dedicado às proezas mais ou menos inverossímeis e divertidas de uma ladra famosa e amorosa. É um filme sem astros nem estrelas. No elenco não figura nenhum desses nomes que a publicidade de Holywood escreve com a caixa alta e de quando em quando envolve em divórcios escandalosos e outros acontecimentos domésticos de sensação. De nenhum dos artistas os leitores das revistas cinematográficas sabem a cor predileta, a hora em que se levantam, a opinião que formam sobre o “New Deal”.

Pois assim, sem nenhuma Greta Garbo, sem nenhum Clark Gable, o filme é excelentemente interpretado. Ninguém se destaca porque todos preenchem perfeitamente o seu papel. E não há, portanto, papel secundário. Milagre da homogeneidade.

Dito isso, passo à política. Para afirmar (sem contar nenhuma novidade), que nas ditaduras é que surgem astros e mesmo, quando outras não sejam, estrelas de general. Estrelas e astros nitidamente cinematográficos. Gente espetaculosa, um Mussolini, um Hitler, com grandes gestos, grande berreiro, olhar à altura dos gestos e dos berreiros. Gente que representa, que precisa representar, cuja vida tem de ser uma dramatização. Porque lhe incumbe o dever cotidiano de emocionar, levar até o delírio um grande público ansioso de teatralidade. Todo o segredo de seu poder aí repousa. A discricção das atitudes e palavras é fatal para os Barymore dos regimes de força. O elenco se resume neles. O resto é composto de simples figurantes. Só há um papel, que é o do astro.

Agora, na democracia, a coisa muda inteiramente. Nada de astros, nada de estrelas. O artista que se meter a importante, procurar brilhar, sobrepujar os outros se desgraça e desgraça o filme. Não há lances dramáticos, também não deve haver situações de força. Convém que tudo se passe como uma comédia ligeira. Comedidamente representada. Sem papéis de extraordinário relevo e, portanto, sem atores de excessivo temperamento. Um primeiro “team” que não possua nenhum Friedenrelch.

Dito mais isso, tomo a liberdade de convocar os nossos Boris Karloff e também Eddie Cantor, todos os astros e estrelas do general e da nossa democracia, para assistirem ao filme da ladra famosa que se tornou amorosa.

Diário da Noite, RJ, 22 / nov / 1934.

SANTA INGENUIDADE

Na boca do povo, na placa das ruas. É onde vivem e ficam imortalizados os políticos nacionais. Vida atribulada porque a boca do povo é maldosa. Imortalidade precária porque a placa das ruas é inconstante. Não se destina entre nós a guardar para sempre a memória de um acontecimento ou de um homem. Mas a registrar sucessivamente as mutações do cenário político, os caprichos do favor público, as oscilações do poder.

Seria absurdo aqui o escrúpulo dos conselheiros municipais de Paris, que ora discutem a possibilidade de botar o nome de Doumergue na placa de uma rua sem importância. Nesta terra da sem-cerimônia a nomenclatura depende do resultado das revoluções. Ou então das eleições. E assim se modifica periodicamente, como já ficou dito. As autoridades municipais não têm nenhuma dúvida em substituir pelo do de hoje o nome do poderoso de ontem. Ainda os notáveis que resistiram ao tempo são desbancados pelos insignificantes que o momento valoriza. O vento da política vai derrubando as placas das esquinas, sem esperar que amareleçam.

A história que o secretário da Fazenda de São Paulo contou a um redator de "O Jornal" (e este divulgou ontem) ilustra saborosamente esse capítulo da nossa psicologia política. É o caso dos vereadores de uma cidade do interior que, para celebrar a visita do então secretário da Agricultura, professor Candido Motta, resolveram batizar com o seu nome uma rua. Mas nas placas só fulguravam nomes de políticos vivos e governistas. Afinal, deram com uma rua Presidente Wilson. E o problema estaria resolvido, se um dos edis não objetasse o perigo de uma complicação diplomática e mesmo a possibilidade de um desforço de Wilson, que, por sua vez, bem poderia mandar riscar o nome de Candido Motta das ruas das cidades norte americanas.

Santa ingenuidade de um vereador caipira. Onde os homens, como as coisas, se gastam com tanta rapidez. O que (pensando bem) talvez não seja um mal.

Diário da Noite, RJ, 25 / nov / 1934.

CLÁUSULA OURO

Sou um dos raros filhos desta terra que não sabem fazer [...] e não entendem patavina de economia e finanças. Patavina. Nunca engendrei um plano de salvação nacional. E diante da facilidade com que Cincinato Braga por exemplo joga com dados tirados das nossas estatísticas comerciais, movimenta as verbas orçamentárias, entra pelos segredos cambiais adentro, esquadilha a exportação, esmieuça a importação, eu só tenho uma atitude que é a do basbaque. Costumo sair humilhado desses espetáculos de mágica. Porque esperando onde tudo é “déficit”, os ilusionistas da nossa pobre economia e das nossas mal paradas finanças acham sempre jeito de tirar da cartola um “superávit” que dá gosto ver e tocar. Miserável contribuinte, saúdo a ilusão do “superávit” com aplausos e no que me cabe continuo gemendo sob a realidade do “déficit”.

Não sou nem ao menos aprendiz em tão escabroso assunto. Mas sempre me sobra bom senso para convir em que a única política possível para um país sem dinheiro é atrair o capital estrangeiro. Como para um país sem braços é atrair imigrantes dos que têm gente demais e terra de menos. Vivemos pedindo dinheiro por empréstimo à Europa e aos Estados Unidos. Devemos os olhos da cara. E resolvemos tranqüilamente não pagar as dívidas externas para festejar depois triunfantemente a melhoria da nossa situação econômica interna, dessa forma obtida. Portanto melhoria artificial, aparente apenas.

Isso de combater o capitalismo estrangeiro, o imperialismo econômico da Inglaterra e dos Estados Unidos é muito bonito, mas é só para quem pode. Nada mais simpático, nada mais popular do que suprimir a chamada cláusula ouro. Mas nada mais errado para um país que nem este, onde as iniciativas morrem no papel, porque dinheiro não há para realizá-las. A gente compreende que uma Rússia bolchevizada deixe de pagar o que deve e arque com as conseqüências. Porém uma medida como essa radicalmente revolucionária aberrava neste Brasil burguês. Como aberrava neste Brasil sequioso de pecúnia a política de repúdio ao capital estrangeiro. Que o devedor ludibrie o credor, vá lá. Mas que ainda por cima o hostilize, é demasiado.

Diário da Noite, RJ, 28 / nov / 1934.

O CALOR E A POLÍTICA

Do mesmo modo vago, a imprensa noticiou há dias a conclusão iminente de vários acordos políticos e noticia agora que eles fracassaram por completo. Nenhum dos homens interessados na propalada pacificação prestou de público qualquer esclarecimento. Tudo (a acreditar nos jornais) se passou nos bastidores, guardada a mais absoluta reserva. De modo que a gente fica sem saber o motivo do fracasso e o nome dos responsáveis pela continuação da guerra. Do que se passou nos conciliábulos só se conhece até agora o mau resultado e isso mesmo em forma de consta. Os cardeais se conservam calados. Mas uma indiscreta fumacinha preta foi vista no céu de São Borja.

É de Bilac (se não me engano) uma crônica sobre os belicosos efeitos do verão. O calor (segundo dizia o poeta) é responsável por muitos crimes, muita morte, muita pancadaria, muita perturbação de sentidos e inteligência. Esquenta o corpo mas esfria o coração dos homens. Torna-os irritadiços, inquietos, briguentos, selvagens. Com ele desce sobre a terra uma onda de maldade. As criaturas mais amenas passam a transpirar cólera por todos os poros. E a matar a sede com sangue. Suando os homens se repelem, se engalfinham, se trucidam.

Ora, direis, acreditar em poetas. Eu vos direi no entanto que assim é com efeito. E aí está para prova o noticiário policial destes últimos dias. Tudo parece conspirar contra a humanidade: motorneiros imprudentes e, resultado dessa imprudência, crianças esmagadas; cozinheiras descuidadas e, consequência desse descuido, freiras envenenadas; flautistas indignados e, efeito dessa indignação, músicos assassinados. O termômetro sobe e com ele o mau humor dos pecadores. Não há paciência, não há intenção, não há cordialidade que resistam à violência contagiosa do estio.

De forma que não há estranhar amanhã a confirmação do falado fracasso da falada pacificação. O momento não é propício para qualquer tentativa harmonizadora. Os espíritos estão em plena ebulição e contra essa fervura não há água fria que valha. Água de bons propósitos, água de bons conselhos, água de bons argumentos. Tudo falha. A estação favorece os estados de beligerância, é funesta para os tratados de paz. Melhor aguardar o outono, no outono terminou a Grande Guerra, é o tempo dos ocasos suaves, do cair das folhas e da atividade poética, os homens se aproximam armazenando calor para o inverno que se aproxima.

Não resta dúvida, sr. Getúlio Vargas. Melhor é esperar o outono. E até lá deixar como está para ver como é que fica. Ou em São Borja sopra o minuano? Aos que têm sorte os próprios elementos ajudam. Nesse caso é aproveitar o frio e em torno da fogueira teimar em trocar a bomba de paz.

Diário da Noite, RJ, 18 / dez / 1934.

PROVA DE AMOR

O marinheiro José Frota (os jornais noticiaram) foi encontrado morto numa cama de casal. Ingerira oxianureto de mercúrio. Sua amante Maria das Dores apresentara contra ele uma grave queixa à polícia. José Frota tentara matá-la ateando-lhe fogo às vestes. Depois fugiu levando como lembrança da amada: jóias e dinheiro no valor de 2 contos e tanto. Por isso a polícia deu de procurá-lo. E não querendo ser preso ele se matou. Deixando uma farta carta, a carta de praxe, dirigida a Maria das Dores: “Peço-te perdão (escreveu) por ter-te posto álcool e queimado, mas isso são provas de amor”.

Provas de amor. Como num soneto a gente pode concluir: assim também no trato dos negócios públicos gente existe que depois de muito tempo prejudicá-los se recolhe à vida privada garantindo ao país que tudo quanto fez, o mal inclusive, foi por amor a ele. O Tesouro, por exemplo, que lhe dê o seu perdão. Explorou-o, sim; dilapidou-o, não resta dúvida. Mais isso são provas de amor.

Provas de amor. De novo como num soneto a gente pode acrescentar: e assim também na atividade política gente existe que após muita promessa bonita feita e feiamente não cumprida, abandona contra a vontade a vida pública declarando ao povo que tudo quanto praticou, de ruim inclusive, foi por amor a ele. Enganou-o, sim; abusou quanto pôde de sua ingenuidade, não há negar. Mas isso são provas de amor.

Provas de amor. Mais uma vez como num soneto a gente pode comparar: e assim também entre os legisladores gente existe que não tendo feito senão contrariar o programa com que pediu e obteve o voto, sacrificando ao próprio o interesse coletivo, um belo dia volta repudiado para a sombra, protestando ao eleitorado que tudo quanto perpetrou, de errado inclusive, foi por amor dele. Merece perdão. Ludibriou-o, sim; traiu a sua confiança, é força confessar. Mas isso são provas de amor.

Provas de amor. Ainda e sempre como num soneto a gente pode filosofar: assim como no amor, no trato dos negócios públicos, na atividade política, entre os legisladores, também em tudo o mais a desculpa do mal é que foi feito por bem. Assassínio, roubo, traição, abuso, tudo isso são provas de amor. À opinião pública, essa Maria das Dores (coitada que ela é), só resta perdoar.

Diário da Noite, RJ, 20 / dez / 1934

JUÍZO

POÇOS DE CALDAS, 5 (Pelo telefone) - A greve telegráfica e postal completou o isolamento de Poços de Caldas. Não há jornais. Não há cartas. Não há notícias. Que é que há? Nada.

Não, não há notícias. O consolo portanto é imaginar que são boas. Não houve mais nenhum desastre de aviação. Também não houve mais nenhum rapto de deputado. E também nenhum espancamento de jornalista. Cessaram os boatos alarmantes. A polícia está calma. O país goza saúde. Férias de fim de ano para as notícias desagradáveis. Tudo em paz, esperando o ano novo.

São votos, votos de boas festas que a imaginação formula para a dura realidade. No intuito inútil de amansá-la. Inútil. Sabidamente tudo vai de mal a pior. Continuamos à beira do famoso abismo. Os casos se amontoam desafiando solução. Nas colunas dos jornais, nas mezinhas dos cafés, nas portas das farmácias, por toda essa imensidão territorial que o Atlântico lambe, a saúva devasta e as febres defendem, salva-se cotidianamente o país. Vasto hospital, deserto de homens e de idéias, gigante adormecido. Entra ano, sai ano, continua perdido. O abismo o atrai mas não o engole. A pior das situações.

Costas largas, quilômetros, não há peso que possa com elas. Agüentam sem fugir com as responsabilidades de todos os dissabores individuais. Que são milhões, mais de quarenta milhões segundo consta (não há estatística certa). Tudo é culpa dele, país sem conserto, desânimo dos patriotas. Não, não roerás os ossos dos políticos fracassados, dos comerciantes falidos, dos aventureiros vencidos, dos escritores inéditos, de todos quantos têm a sua ambição judiada e atribuem naturalmente ao atraso do meio os próprios insucessos. País atrasado de homens adiantados.

É um meninão deselegante que vive de milagres. Vive. Os patriotas choram a sua morte, não fazem outra coisa desde muito tempo. E ele vai vivendo, vai vivendo de café. De vez em quando se intoxica, diminui a dose, melhora um pouco, volta de novo a se intoxicar. É analfabeto mas se péla por questões de gramática. Não tem dinheiro porém nele a ciência das finanças é nativa. Faltam-lhe braços, entretanto recusa o auxílio de alheios.

Vão ver que pediu a São Nicolau mais uma revoluçãozinha, seu brinquedo predileto. Mas esperamos que desta vez não tenha sido atendido. E em vez de revolução haja recebido juízo, que é do que precisa.

Diário da Noite, RJ, 5 / jan / 1935.

DITADURA SEM OBJETIVO

Dos que pregam o restabelecimento da ditadura, só o general Manoel Rabello se dignou até agora dizer para que fim a deseja. E a declaração do general Góis Monteiro de que aos militares não interessam em coisa nenhuma os devaneios políticos do bravo positivista, bem pode a gente acrescentar que aos civis também não. Para realizar o programa imaginado pelo comandante da sétima Região todos os homens de bom e mesmo sofrível senso hão de convir que não vale a pena rasgar a Constituição de 16 de julho.

Os demais ditatoriais ainda não revelaram os seus propósitos de governo. E creio até que é possível afirmar sem erro que não revelaram porque não os têm assentados. Querem a ditadura pela ditadura. No fundo desejam a subversão da ordem apenas. Apenas e em geral. Este ou aquele, qualquer regime legal não lhes agrada. Sofrem do mal revolucionário, sabidamente endêmico nesta e na América do centro. Uma revolução vitoriosa é para muita gente um bom negócio, abre oportunidades esplêndidas, acaba tragando e fatal, mas antes contenta o apetite de mando e outros não menos exigentes dos que a promovem.

Por isso há quem queira a ditadura pelo amor à ilegalidade, ao poder discricionário. Só o que é sem dúvida o maior dos crimes e revela uma incultura política igual a zero. A gente compreende (ainda quando não aplauda) que se implanta a ditadura como meio de realizar uma revolução de verdade, social e econômica. São os dois regimes em voga, vamos dizer uma revolução comunista ou fascista. Mas uma ditadura feita para abolir a Constituição e mais nada é obra de insânia ou então de ignorância.

Tanto mais quanto, no caso que nos preocupa, o propalado movimento manteria no poder (segundo consta) o sr. Getúlio Vargas. O que seria antes de mais nada um erro palmar de psicologia. Porque o sr. Getúlio Vargas quando ditador não fez senão revelar sua irresistível vocação para presidente constitucional. Governou com a maioria do instante, ao sabor dos acontecimentos políticos, deixando que as situações se modificassem à vontade e com elas se substituíssem os homens. Nunca remou contra a corrente. Quando aparecia uma, forte, contra ele, encontrava sempre jeito de virar o barco. Assim acabou sempre ajudado, empurrado pelas ondas adversárias.

Tipo do presidente constitucional, por que fazê-lo de novo ditador agora que temos uma Constituição? Nem há falar em fracasso desta, já que não teve tempo ainda de se revelar boa ou má. Só os extremistas, da direita o da esquerda, têm qualidade para condená-la independentemente de qualquer experiência. Aos democratas (e é de democratas a conspiração, segundo se diz) só cabe aplicá-la com probidade, apurando rigorosamente com a ajuda do tempo suas vantagens e desvantagens. A menos que não queiram preparar o caminho para qualquer dos dois extremismos.

Diário da Noite, RJ, 7 / jan / 1935.

O DEVER SAGRADO

Lá se foi o “Western Prince”, lá se foi a barquinha carregada de esperanças. As esperanças do país, postas mais uma vez na boa vontade dos credores. Enquanto aqui o sr. Flores da Cunha se bate como um leão e em Washington o sr. Oswaldo Aranha fala no “dever sagrado de pagar as nossas dívidas”, o sr. Souza Costa entre céu e mar fala de descobrir o jeito de descalçar mais esse cruciante par de botas.

Descalçará? Não descalçará? Há de descalçar com certeza. Provisoriamente, sem dúvida nenhuma, um alívio que durará pouco tempo. Mas sempre um alívio. Para quem perdeu a saúde e vive à espera de um milagre para recuperá-la de todo, já é muito conseguir de vez em quando acalmar as suas dores, suavizar os seus males. Dar tempo ao tempo que é o único remédio nos casos de solução radical impossível.

Vivemos com a corda no pescoço. E da compaixão do inglês e do norte-americano que se contentam apenas em dar, de tempos em tempos, um puxãozinho nela. Entre dois puxõezinhos recebem algum dinheiro e muitas promessas. Às vezes alargam o laço. Nós nos sentimos desafogados, renascidos para os prazeres da vida, toca obter mais dinheiro para gozá-los. E o laço então se aperta de novo. O bastante para que a gente ponha mais uma vez a língua, novos cobres e novas promessas para fora. Assim adiamos o momento fatal.

Mas agora parece esgotada a paciência dos credores. Todos os santos dias os telegramas do exterior nos trazem uma prova da irritação crescente dos portadores de títulos brasileiros. O pão cotidiano vem sendo feito de humilhação. Hoje é uma advertência, amanhã uma interpelação severa, depois um puxão de orelhas não raro bem doído. De forma que se impõe de uma vez por todas uma explicação clara, sincera, completa. Falar, senão de dinheiro, ao menos de coração nas mãos. E assentar um acordo que seja definitivo. Quer dizer: possa ser cumprido, rigorosamente, honestamente, integralmente cumprido.

O que não é possível é permanecer nesse regime de prometer para não cumprir, adiar para não resolver, atacar com a certeza de retroceder logo após. Nesse terreno só há compromissos de honra. Neles se empenha inteira a dignidade do país.

Diário da Noite, RJ, 11 / jan / 1935.

O CONSELHO DE GRIM

Em seu livro recente sobre João Ribeiro, transcreve o sr. Múcio Leão o trecho de um artigo do autor de “Cartas Desenvolvidas” contando o modo pelo qual o pintor Grim operou na nossa triste Escola de Belas Artes “uma espécie de revolução estética”. Os alunos se limitavam a fazer paisagens copiando servilmente ilustrações e o alemão então propôs com grande discernimento: “Vamos ao campo. Ao ar livre é que havemos de ser paisagistas”.

É o caso de alguns homens públicos deste país de macaqueadores fazerem urgentemente o mesmo. Deixem eles o gabinete onde laboriosamente adaptam para os problemas brasileiros as soluções estrangeiras e venham cá fora, para as ruas e para os campos. Ao ar livre é que hão de ser estadistas. Tantos planos de salvação nacional fracassam porque se baseiam não no que existe mas no que deveria existir. No gabinete indevassável em que se fecham para estudar nos livros europeus e norte-americanos a ignota realidade brasileira, jogam os inocentes com dados hipotéticos, constróem lindos castelos na areia, legislam no ar. Pena que não possa haver também uma barreira alfandegária para dificultar a importação de novidades legislativas.

Tudo isso é muitíssimo sabido, muitíssimo repetido, estamos todos fartos de ler e ouvir todos os dias a afirmação de que vivemos de fora para dentro. Mal antigo, mal que vem da nossa formação histórica. Somos um país ainda por explorar, um povo ainda por estudar, não nos conhecemos a nós mesmos. De forma que as leis continuam vindo de fora como no período colonial. E muitas vezes o remédio estrangeiro é que provoca a doença nacional. Problemas inexistentes surgiram assim por obra e graça de uma legislação copiada de países onde eles datavam de muito. A defesa contra inimigos imaginários acaba sempre criando reais. O absurdo da restrição imigratória, por exemplo, num país que tem que ser mesmo um deserto de idéias pois que antes de mais nada o é de homens, revela bem essa mania de legislar fora da realidade ambiente e até contra ela. Não importamos homens. Importamos idéias. E como estas são em número bem menor do que aqueles e em regra bem mais perigosas, a coisa não pode ser mais desastrosa. Continuamos sendo um deserto de idéias com alguns oásis de más.

Agora que tantos problemas demandam solução, convém meditar no conselho de Grim. Se não formou entre nós paisagistas, não foi por culpa de quem o deu mas dos paisagistas. Se não formar estadistas também não será pelo fato de ser ele mau e sim de serem os estadistas incorrigíveis. O mar os atrai, o sertão os aborrece, a realidade acabrunha e é tão bom sonhar.

Diário da Noite, RJ, 25 / jan / 1935.

A PALAVRA DE ORDEM

Enquanto o almirante Protógenes em São Paulo fala a linguagem da confraternização e da paz, o general Góis aqui (animado dos mesmos bons propósitos) transmite ao país a seguinte palavra de ordem: “engatilhar as armas do espírito”. Assim a Armada e o Exército, pelas suas vozes mais autorizadas, se colocam a serviço da boa causa que é a da tranquilidade e da ordem neste período por tantos motivos difícil de atravessar da nossa tragicômica vida política. Na verdade, ultimamente, bem mais trágica do que cômica. Em meio à inquietação geral há ainda quem tenha ânimo para pensar na abolição das corridas de automóveis. O que é sem dúvida nenhuma divertido mas não consegue desviar a atenção de ninguém das leis a cumprir, das leis a elaborar, dos casos a resolver, tanta dificuldade, tanto embrulho, tanto perigo imaginário ou não. Há outras corridas bem mais arriscadas que as de automóveis. A corrida ao poder por exemplo.

Convém que elas se processem em ordem. “A luta no atual momento brasileiro é o suicídio”, assegura o ministro da guerra. Opinião que não há deixar de respeitar porque parte de um especialista. O primeiro dever de um general é escolher o momento da batalha. Ditar ao adversário o instante da luta. Ter o sentido da oportunidade. Foi com certeza o faro militar do sr. Góis Monteiro que lhe citou a palavra de ordem já transcrita. O momento não é favorável às agitações de qualquer natureza. Nada de terçar armas. A mais elementar prudência manda ensarilhá-las.

E já é uma garantia bem grande de sossego essa disposição pacífica tão positivamente manifestada pelos nossos dois chefes militares. Porque se os que detêm as armas de verdade se recusarem a manejá-las, as do espírito nada poderão fazer. Não contando com o Exército nem com a Armada, os interessados na desordem perderão logo o seu ímpeto combativo. Entre nós toda gente sabe que é em torno das classes armadas, visando a sua adesão, que se processam os movimentos políticos de caráter mais sério. Mesmo porque (independente de seu aparceramento bélico) são elas as únicas forças que possuímos. Capazes de se articular imediatamente de norte a sul do país. Para que a ordem seja mantida, basta que elas se ponham sinceramente a seu serviço. Sem a esperança de tê-las a seu lado, no todo ou em parte ao menos, não há quem neste momento possa pensar seriamente em provocar uma luta.

O Brasil é uma criança grande que já tem se fartado de brincar com fogo. Por que não experimenta agora outro brinquedo menos perigoso? O que consiste em imitar a gente grande, que trabalha e tem juízo, por exemplo.

Diário da Noite, RJ, 28 / jan / 1935.

O GRANDE ABSURDO

Mais de uma vez já disse aqui todo o mal que penso do famigerado parágrafo sexto do artigo 121 da Constituição que limita anualmente as correntes imigratórias a “dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos”. Mas volto ao assunto porque o homem que com maior autoridade já pode falar sobre ele entre nós, o presidente da Comissão de Imigração, sr. Oliveira Vianna, acaba de conceder uma entrevista aos “Diários Associados” evidenciando o absurdo do dispositivo. E os partidários da medida não hão de estranhar que eu marque jubilosamente mais esse ponto valioso a favor da tese que sustento.

“Só o Estado de São Paulo, por exemplo (afirma o sr. Oliveira Vianna), necessita de uns 40.000 imigrantes – número aproximado – para as suas fazendas”. E esse número “jamais poderá ser suprido com a situação atual”. Há mais ainda: cota de 2 por cento foi determinada no papel, quer dizer seriamente, sem atender às dificuldades que a sua observância iria fatalmente encontrar, dada a falta entre nós de elementos seguros para um cálculo dessa natureza. De fato, (observa o autor de “Populações Meridionais do Brasil”) a cota se refere “às etnias aqui fixadas durante os últimos cinquenta anos”. Fixadas. E nós não possuímos estatísticas desses elementos, mas apenas dos imigrantes entrados no país”. Entrados coisa muito diferente de fixados. Além disso, de que maneira estabelecer rigorosamente a cota com relação às “nacionalidades surgidas depois da guerra, como a Polônia, por exemplo”? As estatísticas anteriores a 1919 não poderiam mencionar a entrada de elemento polonês no Brasil, porque essa nacionalidade não existia”. De forma que a já tantas vezes aludida cota não pode ser respeitada. Está mesmo sendo ultrapassada, com o que aliás muito folgo.

Quanto à imigração japonesa, que foi a que motivou o dispositivo em questão, o sr. Oliveira Vianna lhe faz algumas restrições. Mas restrições sensatas. A seu ver, “o que houve com a imigração japonesa foi um erro nosso, justamente a falta de organização eficiente de distribuição das correntes imigratórias, que provocou o agrupamento das grandes massas nipônicas”. Portanto (e de acordo com o primeiro alvitre do sr. Teotônio Monteiro de Barros, que foi quem antes de qualquer outro agitou o assunto na Assembléia), a Constituição deveria limitar o seu zelo nacionalista nesse terreno à medida constante do parágrafo sétimo do mesmo artigo 121: “É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena”. Isso e nada mais. Sem ir ao absurdo ou que outro nome tenha que privar o país (são ainda palavras do sr. Oliveira Vianna) “da colaboração preciosa do elemento estrangeiro, de que, ele precisa como fator essencial da sua vida, neste dramático período de organização étnica e econômica”. Muito bem dito.

Diário da Noite, RJ, 1 / mar / 1935.

FAZENDO CORO

O general Góis Monteiro julgou adequado o momento para repetir aos seus camaradas do Exército aquilo que a nação espera deles, de sua “capacidade de sacrifício e de abnegação, para servi-la bem, fora e acima de todos os partidos e competições mesquinhas, livres de preocupações, interesses e lutas facciosas”. E lhes disse em resumo: “recolocado, outra vez, o país dentro de suas fronteiras morais e sociais, é somente na vida sadia e reconfortadora das casernas, – guiando e amando os nossos soldados no encanto desse mister que elegemos em sacerdócio e apostolado, profissão humilde mas viril – que o Exército será grandioso, com a renúncia e o sacrifício de que formos capazes”.

Evidentemente não há nada a acrescentar às palavras do ministro da Guerra. Quando muito poderia a gente estranhar a sua necessidade. Porque encerram uma verdade tão corriqueira, tão elementar, tão presumivelmente sabida por todos, militares e paisanos, que com elas dá o general Góis Monteiro a impressão de estar chovendo no molhado, no molhadíssimo. Mas se ao ilustre alagoano, com que a sua responsabilidade de chefe, pareceu útil falar assim aos seus comandados, não foi certamente por razões frívolas. E a nós de fora não compete senão fazer coro com o general, entoar ao seu lado uma e mil vezes a canção do verdadeiro papel das forças armadas.

Sobretudo quando a serviço de um povo como este, conhecidamente anarquizado nas idéias, nas palavras, nos gestos. Com pouca ou nenhuma noção de disciplina, pouco ou nenhum sentido de autoridade. E por isso mesmo facilmente sugestionável, deixando-se levar tranquilamente por caminhos errados, pelando-se por uma discursaria demagógica, sempre pronto a ficar contra pelo gosto de ficar, dê no que der, haja o que houver, custe o que custar. Depois já tão habituado à desordem que quase já a considera seu elemento natural, não sabe viver fora dela, nos intervalos de paz pede aos jornais o boato de cada dia, está sempre à espera de alguma coisa de anormal. De forma que os militares, que constituem a única força verdadeiramente organizada do país, capaz de se articular prontamente de norte a sul, não se devem contentar em ser disciplinados, devem ainda ensinar disciplina pelo exemplo, inculcar disciplina pelo contágio. Na certeza de que a disciplina deles acabará disciplinando o país. Porque não há pensar entre nós em perturbação da ordem contra a vontade de soldados e marinheiros. Para conspirar a política tem que rondar os quartéis. E se destes não sair ninguém para lhe dar atenção forçosamente acabará ele metendo a viola no saco.

O Exército tem um dever a cumprir e é o que lhe aponta o general Góis Monteiro. Que dele não se afaste, venham de onde vierem as solicitações, partam de onde partirem os exemplos, ainda de dentro, ainda do alto.

Diário da Noite, RJ, 27 / mar / 1935.

UM FINANCISTA PARA O INTEGRALISMO

Em entrevista anteontem concedida a este jornal, o sr. Marcos de Souza Dantas deixou bem explicada a atitude que assumiu nos Estados Unidos e na Europa diante dos nossos credores. Afirmou o ex-diretor da Carteira Cambial do Banco do Brasil que nunca foi contrário à liberação do câmbio. Antes sempre advogou “abolição progressiva do monopólio da compra de cambiais para o Banco do Brasil, causa exclusiva da formação dos chamados congelados”. A seu ver, “a única forma segura, sã e natural de evitar a formação desses congelados residia na liberdade de câmbio para o pagamento das importações”. Ora, a orientação vitoriosa foi no sentido do cumprimento integral dos compromissos assumidos de acordo com o esquema Oswaldo Aranha. Quer dizer: o pagamento das dívidas nacionais “com o sacrifício de todos os interesses comerciais e outros” no dizer do sr. Souza Dantas: Que assim pensando, não escondeu sua divergência do chefe da missão e tratou sem demora de lavar as mãos para tirar dos ombros qualquer responsabilidade quanto aos acordos concluídos.

De forma que até aí a divergência era exclusivamente financeira. Profunda mas pensando bem não muito grave porque é próprio dos financistas não se entenderem uns aos outros, discordarem em tudo, viverem se contestando. A coisa virou séria, mas muito séria, quando ontem circulou a notícia logo confirmada de que o sr. Marcos de Souza Dantas, desembarcando do “Cap. Arcona” às 11 horas, já às 14 na sede da Ação Integralista Brasileira se fazia soldado do sr. Plínio Salgado. Qual o motivo dessa adesão assim entusiástica, tão ansiosa de se manifestar que não pôde esperar, mal o sr. Souza Dantas teve tempo de retomar contato com a sua terra logo o levou ao sobrado da travessa do Ouvidor, louco por uma camisa verde? Poupando aos curiosos qualquer trabalho de investigação, um comunicado da Ação Integralista tudo esclareceu imediatamente: o sr. Marcos de Souza Dantas aderiu ao integralismo por considerá-lo, entre todos os credos políticos, “o único capaz de tirar o nosso país da situação econômica delicadíssima em que se encontra”.

Aí está como de uma divergência em matéria política cambial se pode originar uma, e essa irremediável, em assunto de política geral. Outros têm entrado para a A.I.B. e certamente entrarão todos os dias pela porta do descontentamento social, do nacionalismo, do combate do comunismo, da descrença liberal, etc. O sr. Marcos de Souza Dantas entra pela da discordância cambial. Foi aos Estados Unidos, depois à Inglaterra, para sustentar o seu ponto de vista contrário ao cumprimento do esquema Oswaldo Aranha. Foi vencido, refletiu sobre sua derrota, culpou de tudo esta nossa tão atacada, tão perseguida, tão xingada democracia e por convicção cambial ingressou no integralismo. O não pagamento das dívidas nacionais é uma solução bolchevista. O sr. Marcos de Souza Dantas quer fazê-la até certo ponto fascista também. Seja como for, o sr. Plínio Salgado está de parabéns: já encontrou o homem a quem confiar a pasta da Fazenda no governo com que sonha.

Diário da Noite, RJ, 30 / mar / 1935.

PACIÊNCIA E MODÉSTIA

A propósito do grande juiz que foi Rafael Magalhães, o sr. Milton Campos em discurso recente aos seus colegas no Instituto da Ordem dos Advogados de Minas aludiu com a costumeira agudeza de espírito a “dois dos atributos mais altos” do bom magistrado: a paciência e a modéstia. Rafael Magalhães, em despacho que ficou célebre, deu razão a um advogado que em termos indignados criticara a decisão de um juiz e fora por isso punido disciplinarmente. “O juiz (escreveu ele) deve ter a longanimidade necessária para ouvir com paciência as queixas, reclamações e réplicas que a parte oponha a seus despachos e sentenças. Apontar os erros do julgador, profligar-lhe os deslizes, os abusos, as injustiças em linguagem veemente é direito sagrado do pleiteante”. Comentando essas palavras é que o sr. Milton Campos acentuou a necessidade em que está o juiz de ser paciente e modesto. Paciente, porque de outra forma não há “como suportar a impertinência dos litigantes, a carga dos trabalhos, o peso das responsabilidades”. Modesto, porque “se a paciência evita no juiz os arrebatamentos, as precipitações e os impulsos que conduzem ao erro, a modéstia lhe enobrece a figura e lhe realça as virtudes, assegurando à sua consciência o ambiente de serenidade fora do qual não floresce a justiça.

Ou muito me engano ou tudo isso se aplica também e com igual justeza ao administrador. Este como o juiz deve cultivar fervorosamente as duas virtudes da paciência e da modéstia. Deve ser paciente ao receber as queixas, as censuras, as solicitações, as advertências, as interpelações do público, da imprensa e do parlamento. Não tem o direito de se irritar, de fazer cara feia, de retrucar com azedume. Às críticas mais importantes e mais violentas lhe cabe replicar serenamente, em linguagem simples e comedida. E tem de outro lado o dever de ser modesto, evitar a conhecida vertigem das alturas, não abusar do cargo, não se julgar único senhor e possuidor da verdade em tudo quanto se relacione com as suas funções. Ninguém é infalível e as possibilidades de acerto vão diminuindo à medida que aumentam as responsabilidades do cargo. Um contínuo de repartição tem pouco em que errar. Um chefe já tem bastante. Um ministro, então, tem muitíssimo.

Infelizmente, a vaidade e a irritação nos são bem mais familiares do que a paciência e a modéstia. Inclusive entre os magistrados e os administradores. De vez em quando (para só falar na irritação) vêm a público despachos ou o que seja de uns e outros redigidos em termos pelo menos impróprios, nada polidos, nada serenos. Dirigindo-se aos próprios superiores hierárquicos, funcionários da administração pública há que deitam importância, ficam malcriados, são arrogantes, se insurgem contra o mais leve reparo. E mais de um tem sido punido por isso. A “formosa lição” de Rafael Magalhães, posta em relevo pelo sr. Milton Campos, é assim sempre oportuna neste país do “Não se meta, seu burro. O senhor não sabe com quem está falando. “Não admito observações” e outros estribilhos da nossa irritadiça importância.

Diário da Noite, RJ, 4 / abril / 1935.

PARTE II: UM CASO DE BARBAS – POLÍTICA LOCAL E MUNDIAL

DE BOM HUMOR E DEPRESSA

Ao carioca a gente não pode falar de outro jeito: há de ser sempre de bom humor. Só as grandes cidades sabem rir. As pequenas se contentam em maldizer. O Rio brincando espanta seus males, a efusão dos encontros atrapalha o trânsito; é a cidade da cordialidade. Minha condição de provinciano (o provinciano de uma província de cara amarrada) não impede que me disponha a escrever as notas, de que esta é a primeira, com alegria esforçadamente metropolitana. Porque o bom humor é virtude de que me envaideço. Nem esperei para cultivá-la a campanha da boa vontade: “Sorria, sorria sempre”.

Sorrio sempre. E aqui, onde o riso é próprio da terra antes de ser do homem, o temperamento individual encontra reforço na disposição coletiva. Os homens passam, primeiro que eles passam muitas vezes os seus ódios, melhor é rir que se indignar. O que não é incompatível com a boa norma que manda serem as coisas sérias tratadas seriamente. Então, a alegria dará o tom justo: não zombará mas também não dramatizará. A enfrentar homens e acontecimentos há quem prefira ridicularizá-los. Como há por outro lado quem suba logo ao patético e chore a ruína sem remédio dos seres, das coisas, de tudo. Mas entre a reticência dos que ironizam por sistema e a exclamação dos que imprecam também por sistema há um espaço para os realistas se moverem. Os realistas são os alegres. Sejam alegres realistas.

Um vespertino se faz depressa para ser lido depressa. As edições se sucedem com os acontecimentos. Quase não há comentário: só registro. Por isso estas notas além de alegres serão apressadas. Vivemos sabidamente uma época em que as distâncias não mais existem. A gente conhece sem perda de tempo o que se passa no mundo inteiro. Os fatos se amontoam, se atropelam, se anulam uns nos outros, não há vagar para emoções demoradas. E o jornal deve ser um resumo do mundo. Lido num instante, num instante esquecido. Dando sempre a impressão de coisa inacabada. Continua no próximo número. E continua diferente.

Tenho a esperança de me haver explicado de bom humor e depressa.

Diário da Noite, RJ, 14 / ago / 1934 .

SEM MÃOS, SEM BRAÇOS, SEM NADA

Justificando em Novembro de 1917 a proposta de “uma paz democrática justa” às nações empenhadas na pavorosa mortandade já velha de mais de três anos, afirmou Lenine perante o Congresso Pan-Russo dos Sovietes a sua esperança de que a revolução proletária “dentro de pouco tempo “explodiria” em todos os países beligerantes”. Mas não explodiu. Ameaçou explodir apenas. E, ameaçando cada vez mais, provocou, primeiro na Itália depois na Alemanha, dois movimentos contrários. De forma que hoje fascismo e hitlerismo (embora não se entendam nada bem em mais de um assunto importante) se dão as mãos no combate ao comunismo.

Com outros nomes e outras cores de camisa, com o objetivo de conquistar o poder antes que o marxismo o abocanhe ou simplesmente para conquistá-lo, a marcha ferroviária sobre Roma se faz agora com maior ou menor lentidão sobre muitas capitais no mundo inteiro. Inclusive sobre esta, tão linda e tão amorável, despreocupada de qualquer perigo, desnudando ao logo das praias sua decantada plástica. Não sei se o integralismo aqui nasceu par dar pancada no comunismo antes de qualquer outra coisa ou só secundariamente se dando (sic) a essa tarefa dura por visar sobretudo o Palácio do Catete. Aliás as duas coisas vão juntas e assim não importa saber ao certo se a camisa oliva surgiu ou não entre nós como uma réplica natural à bandeira vermelha.

Mesmo porque, surgisse ou não, o choque seria fatal, não poderia ficar apenas na troca de desaforos mais ou menos doutrinados pelas tribunas e pelos jornais. Teria de se dar nas ruas também com a troca de pauladas, punhaladas, tiros. Aquelas se verificaram logo. Estes começaram agora com o “conflito de Bauru”. E continuarão cada vez mais freqüentes e mortais, não tenham dúvida nenhuma.

O que se chamava (nos tempos heróicos da campanha modernista) a integração do Brasil no momento universal não há de se fazer em política. Sem grande número de mortos e feridos. O mundo caminha visivelmente para a besteira. O termo é grosseiro mas exprime bem. Besteira sangrenta, não digo irremediável, mas enorme. De braços cruzados a democracia assiste à luta social. E nas raras vezes que os descruza é par dar a mão direita a um adversário, a esquerda a outro. Não é de admirar assim que acabe sem mãos, sem braços, sem nada.

Diário da Noite, RJ, 8/ out / 1934.

SINGULAR COMPRESSÃO

O derrotado e com a derrota não conformado major Maynard Gomes falou à imprensa queixando-se da compressão exercida pelos seus adversários em Sergipe. Pela primeira vez na nossa história política (e com certeza na do mundo inteiro) o governo acusa a oposição de haver provocado violências nas vésperas de um pleito. E só por essa tirada humorística o major Maynard Gomes tem direito a permanecer, senão na história, ao menos no anedotário nacional.

Afirma o digno interventor que a oposição procurou sempre agitar os ânimos e perturbar a ordem pública, usando e abusando dos mais condenáveis processos, inclusive o preparo de conflitos armados para fazer crer na existência de uma atmosfera de coação. Quer isso dizer que a oposição sergipana fez o jogo do governo, procurando convencer o eleitorado de que não votar nos candidatos da situação era morrer nas garras cruéis dos senhores do poder. E o major ainda se queixa dessa oposição tão camarada. É incrível. Dessa oposição ingênua que afugentou os eleitores tímidos, conservou longe das urnas estabelecendo o pânico aqueles que de qualquer modo estavam em condições de temer a vingança do governo todo poderoso.

Nada disso, major. Seu dever de elementar gratidão é proclamar que ao adversário deve o seu partido os deputados que elegeu. Não houvesse a oposição criado uma aparência de coação por parte da interventoria e com certeza teria obtido a vitória integral. Mas não inexperiente e inocente, reforçou junto à opinião pública a idéia de que governo é sempre governo e com ele não se brinca. De forma que convenceu alguns eleitores de que seria prudente votar nos candidatos da chapa oficial.

Singular compressão essa, que consiste em espalhar o boato de que o adversário é que a exerce. É verdade que o major acusa também a tropa federal de se haver envolvido na luta eleitoral. Isso por causa da “matreirice” da oposição que escolheu um capitão médico do Exército para seu candidato a governador do Estado. Mas o major Maynard Gomes não é igualmente oficial do Exército? É. E além de oficial, interventor. De forma que em matreirice o situacionismo venceu a oposição. O seu candidato tinha sobre o do adversário a vantagem de possuir mais um galão e o prestígio de chefe do governo.

O major deve ser esportivo e se conformar com a derrota. É a única maneira de diminuí-la.

-Diário da Noite, RJ, 6 / nov / 1934

CAMINHANDO PARA A CHACINA

No dizer de Pi  re Laval, com a morte de Alexandre I e de Barthou “foi a paz que se quis ferir”. A guerra viria portanto completar a obra sinistra iniciada em Marselha. Com ela se remataria o plano arquitetado pelo autor e os supostos mandantes do crime. De forma que a melhor repressão deste, o maior castigo para os seus responsáveis, seria impedir a carnificina assim visada. Para tanto, silenciando quaisquer ressentimentos, ainda os mais justos, suspendendo quaisquer represálias por mais legítimas que fossem, aos governantes europeus incumbiria    custa de qualquer sacrifício evitar aquele outro tremendo que a catástrofe viria exigir dos governados. A paz a qualquer custo, já que o propósito de provocar a guerra foi o que armou o braço do assassino.

Entretanto, os entendimentos que se vêm processando na Europa não parecem objetivar essa paz e sim, completando a tragédia de Marselha, tornar inevitável uma mortandade ainda mais pavorosa do que aquela que em Arment  res se suspendeu e cujo reinício em Versalhes se deixou de certo modo preparado. Na verdade, as notícias que da Iugoslávia e da Hungria chegam todos os dias são cada vez mais alarmantes. Novamente a guerra surge para solucionar vários problemas criados    revela de “carne para canhão”. Como em 1914, há de haver muita gente empenhada em afogar outra vez o mundo na pior das misérias que    a miséria de uma chacina internacional.

Os documentos oficiais relativos ao período que antecedeu a Grande Guerra revelam como teria sido simples evitá-la se essa tivesse sido sinceramente a intenção das chancelarias européias. Várias vezes foi possível impedir o desastre. E nessas v  rias vezes a ins  nia e a ambição de poucos homens forçaram deliberadamente a desgraça de milhões.

Em 1934 como em 1914 haverá mil maneiras de salvaguardar a paz. Mas tudo indica por enquanto que em 1934 como em 1914 nenhuma delas servirá aos que só sabem fazer a história repetindo-a.

Diário da Noite, RJ, 11 / dez / 1934.

INTRIGA DA OPOSIÇÃO

Nunca homem nenhum sofreu transformação mais rapidamente completa do que o coronel Moreira Lima ao trocar as suas funções militares pelas hoje menos pacíficas de interventor do Ceará. Bem me lembro das palavras com que ao partir para o seu novo posto se despediu ele da imprensa carioca. A seu ver, o poder executivo é uma inutilidade e a sua abolição se impõe quanto antes. Outra inutilidade ainda mais inútil são as eleições. De forma que, inimigo do aparelhamento governamental, sonhando com um regime que o suprima bem como à caçada do voto, o coronel dava a impressão de seguir para o Ceará com o mais firme propósito de não administrar e não fazer política.

Pois chegando a Fortaleza e tomando conta da interventoria, o inimigo da democracia se vendeu logo aos seus piores encantos. Quem não se interessava pela política passou a não se interessar por outra coisa. Apesar de seu desprezo pelas eleições, tratou de ganhar a de 14 de outubro. O que não conseguiu não sei se para ventura ou desventura do Ceará. (Mas essa é outra questão que nada tem a ver com o caso que agora me interessa e que é o da inesperada transformação do coronel). Como ia dizendo, o bravo oficial anunciou um programa de governo e governando começou a executar outro radicalmente contrário. As rãs do Ceará que esperavam com razão um pedaço de pão conheceram logo o mesmo desgraçado destino das da fábula. O coronel Moreira Lima se revelou sem demora bem homem porque bem político. E imbuído de política passou a vê-la em tudo.

Até na peste bubônica, segundo as últimas notícias do Ceará. No seu entender, os casos da peste já ali verificados (e alguns fatais) não passam de mera e condenável exploração política. A malícia de seus adversários é tamanha que não há estranhar estejam alguns deles morrendo e morrendo fingindo-se de pesteados. Tudo para futricar o pobre interventor. Não há bubônica. O que há é outra espécie de flagelo, o flagelo da politicagem oposicionista, não menos contagioso e nefasto. As autoridades sanitárias que se recolham às respectivas repartições e cedam seu lugar às policiais. Assim como se fantasiavam violências, se fantasia peste. A bubônica é mais uma intriga da oposição. Fique a população tranqüila. A peste que ora ameaça o Ceará só dá nos inimigos despeitados do coronel Moreira Lima. É uma peste demagógica, uma peste anti-governamental.

Com essa convicção de interventor aliada às de positivista, que também é, o ardoroso inimigo da política nela enrolado não acredita no perigo da peste, só acredita na má fé da oposição. O que é sem dúvida muito pitoresco para nós que estamos longe, mas muito inquietante para os seus governados no Ceará.

Diário da Noite, RJ, 12 / dez /1934.

BASTA

O Itamarati resolveu, e resolveu muito bem, não só participar do Comitê Neutro de Controle, criado pela Liga das Nações, como ainda da Conferência da Paz a realizar-se brevemente em Buenos Aires, dando assim a sua colaboração às iniciativas tendentes a resolver a sangrenta questão do Chaco. A imprensa noticia diariamente a morte, o aprisionamento, o martírio dos homens que pela Bolívia e pelo Paraguai lutam num terreno e em condições de incomparável dureza. O sr. Lindolfo Collor (numa série de artigos para os “Diários Associados”) já descreveu há tempos o que há de tétrico nessa guerra que tem por teatro e objetivo uma região que é o mais hostil dos desertos, sem meios de comunicação, sem um pinga de água, onde as povoações são fortins, tudo conspira contra o homem, o ar que se respira, o chão que se pisa, tudo, inclusive agora o próprio homem.

E ainda há poucos dias, falando a um jornal carioca, o Padre Alfonso Zawachsky encheu colunas e colunas com a narração dos horrores e das misérias de todo o naípe a que assistiu no Chaco. Horrores e misérias comuns a toda e qualquer guerra. Porém bem mais acentuados no território que o Paraguai e o Pilcomaio limitam. Porque aí a guerra é um flagelo a mais. Completa o quadro já pavoroso da paz.

Como se já não bastassem as lutas civis que periodicamente a ensangüentam e empobrecem, a América do Sul vem sofrendo desde alguns anos o hediondo mal dos conflitos internacionais. O Brasil, em paz com o resto do mundo desde 70, tem se fartado nesses sessenta e quatro anos de brigas internas mais ou menos cruentas. Como uma espécie de derivativo. De maneira que tem bem presente na memória o que essas carnificinas custam em gente e dinheiro, sacrifício e heroísmo o mais das vezes inútil. Não podia pois assistir indiferente a essa luta de vizinhos. Havia de intervir, como tem feito e continuará a fazer, para restabelecer a paz no Chaco. Fiel à mais nobre tradição de sua política externa.

Resta agora que os beligerantes acolham com boa vontade a mediação que lhes é proposta. Para solucionar o conflito, iniciado em dezembro de 1928, logo em janeiro seguinte se constituiu uma comissão internacional. Mas os dois países até hoje não encontraram jeito de firmar a paz. Todas as tentativas têm fracassado por isto ou por aquilo. Mas a desgraça já durou demais. De sede e de bala dia e noite morre gente no Chaco. Antes que das trincheiras venha a intimação inelutável, os Governos do Paraguai e da Bolívia devem ouvir o apelo que a América lhes faz. E reconhecer que de fato basta, basta de oferecer carne aos canhões.

Diário da Noite, RJ, 21 / dez / 1934.

MELHOR É PASSEAR

Poços de Caldas, 24 – Pelo telefone – Aqui os boatos só chegam através dos jornais. Portanto diminuídos. É que publicados eles perdem muito de sua força. Só são temíveis quando cochichados. Divulgando-os a imprensa os desmoraliza, inutiliza, abaixa. Um boato que se preza foge de qualquer publicidade.

Aqui tudo é silêncio e sol. As notícias alarmantes como os cardíacos não se dão bem nestes mil e duzentos metros de altitude. E só as águas sulfurosas curam os reumáticos, para os boateiros são contra-indicadas. O prefeito Assis Figueiredo é sem querer o delegado de ordem política e social invencível. Não há conspiração que resista ao ar puro de Poços de Caldas.

Aqui fazendo lembrar os sucessos da política nacional só existe um Antônio Carlos de Monse. Prefiro o de carne e osso. Este que estende as mãos aos que saem das termas (num gesto que não sei se é de oratória e diz: meus senhores; ou de cordialidade e fala: bom dia) é um logro passado na posteridade. Não conserva para contemplação desta nada que recorde o Antônio Carlos vivo e, mais que vivo, vivaz. Nada. Uma contrafacção de Monse.

Como ia dizendo, os boatos a Mogiana só os descarrega aqui estampados nos jornais. Absolutamente inócuos. Desprovidos de toda a virulência, de todo o veneno. Não atemorizam ninguém, não perturbam o silêncio. A gente abre hoje os jornais do Rio e de São Paulo de anteontem. As notícias com esse atraso já perdem qualquer sensacionalismo. Referem-se a coisas passadas, mortas e enterradas. A esta hora com certeza o que eles contam já foi corrigido e prevenido o perigo a que elas se referem. A distância sabidamente é inimiga da emoção. Aqui não acontece nada. E o que acontece lá fora aqui não repercute.

Mas é sobre o que acontece e repercute cá fora que me cabe escrever já que para fora escrevo. Portanto, aos boatos. Que é que dizem os jornais de domingo? Coisas vagas sobre conspirações, viagem misteriosa de um militar a São Paulo, ameaça de perturbação da ordem. E ao lado desses palpites uma coisa positiva. Está apurado, é absolutamente incontestável que o sr. Getúlio Vargas deu sábado, à tarde, acompanhado de seu ajudante de ordens cap. Garcez do Nascimento, um passeio de automóvel. Espaireceu pelas ruas e avenidas do Rio de Janeiro e tranqüilamente regressou ao Palácio Guanabara. Por que não imitar o presidente? E passar os olhos e as idéias por este mundo pecador enquanto os boatos fervilham, os supostos conspiradores tramam uma nova ditadura?

Aqui o meio de transporte mais recomendável é a aranha. Deixo os boatos, vou passear de aranha.

Diário da Noite, RJ, 26 / dez / 1934.

COLABORAR E NÃO ATACAR

O coronel Moreira Lima é um homem feliz porque governa o Ceará e o Ceará (conforme declarou o seu interventor aos “Diários Associados”) “é a terra do bom humor”. Todos nós, que o berço do sr. Juarez Távora nunca pisamos, imaginávamos o Ceará uma terra suarenta, sofrendo dia e noite o tormento da sede e portanto mal humorada. Não há nada que irrite mais os nervos do que o calor, sol escaldante na cabeça, água nenhuma para refrescar o corpo e também o espírito. No Ceará porém (informa o coronel Moreira Lima) a temperatura alta e a seca permanente são um fator de alegria. O cearense é alegre e perito na arte de botar apelidos.

O interventor não quis revelar ao repórter a alcunha que com certeza já lhe puseram na terra do bom humor. Mas deve ser lisonjeira, pois do contrário bem menor se apresentaria o entusiasmo do coronel pela veia humorística de seus governados. Um motivo para contentamento destes o bravo oficial deu na sua entrevista: “Fala-se por aí que em outros Estados seqüestra-se, surra-se, mete-se o pão. Mas comigo não há disso. Governo sem violências. A oposição ataca-me, porém, sem me insultar. Aliás, atacar é o papel das oposições”.

A alusão aos seqüestros se entende com o major Barata. Não quero comentá-la. Mas a definição do papel das oposições me parece errada e digna de um reparo. Porque em absoluto o papel das oposições não é atacar, segundo sustenta o coronel Moreira Lima. E sim fiscalizar o governo e desse modo cooperar na boa administração dos negócios públicos. Atacar por sistema, a torto e a direito, tudo e todos, só pode ser programa de uma oposição despida de qualquer cultura política. Oposição dos campanários, movida exclusivamente por ódios pessoais, despeito, ambição grosseira do poder e assim por diante. A oposição tem que ser construtiva e realista. Mesmo porque há de atingir o adversário no seu ponto fraco e para benefício público. Apontar o mal a fim de conseguir o bem. Não apontar o mal pelo proveito que disso lhe pode exclusivamente advir, para agradar os instintos sadistas do eleitorado, conquistar o aplauso das galerias e com ele mais alguns votos nas futuras eleições. E muito menos atacar o adversário cegamente, isto é, arremetendo também contra o que ele tem de forte, porque isso será se desmoralizar com uma derrota inevitável, dar murro em ponta de faca, fortalecer o inimigo.

Na boca de um oposicionista nacional as palavras do coronel Moreira Lima, pensando bem, não poderiam causar nenhuma surpresa. Mas na de um chefe de governo são de assombrar. Que coisa pode desejar um chefe de governo da oposição senão que colabore com ele, lhe corrija os erros e lhe facilite os acertos? Mire-se o interventor do Ceará no exemplo de Mac-Donald que acaba de convocar a oposição britânica para uma união sagrada. Certo de que o papel das oposições não é atacar mas colaborar.

Diário da Noite, RJ, 14 / jan / 1935.

OS FANÁTICOS DO CALDEIRÃO

Dois malandros do Ceará, José Lourenço e Severino, andam explorando no vale do Cariri a memória do padre Cícero. Mas explorando inteligentemente, de um modo que representa sem dúvida um notável progresso sobre os processos até hoje adotados no sertão nordestino para fanatizar os coitados alucinados pela seca. Os fiéis que eles atraem invocando o padrinho são obrigados ao trabalho. Não se limitam a rezar, construir igrejas, venerar os beatos, preparar o espírito para a bem aventurança eterna. São fanáticos, não resta dúvida. Mas fanáticos que lavram a terra plantando cana e arroz. Severino alicia no sul do Ceará e Estados vizinhos o pessoal que José Lourenço dirige na lavoura do Sítio Caldeirão. Os romeiros se transformam em colonos e como colonos labutando de sol a sol é que salvam a alma. Ali as mãos não servem só para bater no peito: criam calos na enxada, valorizam a terra, semeando e colhendo abrem o caminho do céu que a eloquência de José Lourenço com certeza descreve bem diferente do Caldeirão, sem trabalho, sem sol, tendo sombra e repouso. O sítio naturalmente próspero. Na prosperidade serrana, que a seca não atinge, as safras são cada vez mais vastas e mais compensadoras. Os dois sócios fantasiados de taumaturgos enriquecem. E na imprensa já surgem protestos indignados contra essa nunca dantes imaginada exploração do trabalho pela astúcia que também é um capital, como ninguém ignora. E que capital.

Exploração que a mim entretanto não é de todo antipática. Porque (como já disse) representa um progresso. E não deixa de ter a sua utilidade. Os fanáticos que a lábia de José Lourenço e Severino atrai para o Sítio Caldeirão são empregados no cultivo da terra. Para lucro exclusivo dos dois pândegos? Não. Pensando bem, não. Para lucro da terra e deles próprios também. Da terra que se cobre de cana de açúcar e arroz. Deles fanáticos que afinal de contas recebem uma lição de trabalho. Não se embrutece na ociosidade e na credice. De qualquer forma são úteis no seu fanatismo. Ganham com o próprio suor o pão alheio mas terminada a romaria não deixam no Caldeirão apenas uma capela como testemunho de sua religiosidade grosseira. Deixam também o campo cultivado como demonstração de seu trabalho. Se de um lado contribuem para a prosperidade criminosa de dois canalhas, de outro cooperam para a riqueza de um pedaço de terra até então abandonado. E talvez regressem para suas casas curados do mal da credice. Como José Lourenço não é nenhum Antonio Conselheiro, não se limita a receber a veneração e fermentar o messianismo dos fiéis, mas exige deles uma devoção em trabalho, lhes impõe uma penitência de tantas horas de enxada. É bem possível que acabem por descer de iluminados e beatos. Pensando que para ganhar desse jeito a glória eterna não é preciso abandonar o pedaço de chão em que nasceram. Trabalhar por trabalhar, o melhor é trabalhar para proveito próprio. Cada um por si e o padre Cícero por todos. José Lourenço e Severino talvez estejam desmoralizando no Cariri a profissão de beato. É um serviço que o Nordeste lhes fica devendo.

Diário da Noite, RJ, 22 / fev / 1935.

ESTRAGANDO A APOTEOSE

Não estão boas as coisas nas Alagoas. Estão mesmo ruins. Estão mesmo péssimas. O general Góis Monteiro cujo ânimo bélico tem na política um derivativo para os tempos de paz, já fulminou os que ali brigam pelo poder, afirmando que a luta deles se processa ou pelo menos até há bem pouco tempo se processava “em torno de interesses pessoais e materiais, principalmente por causa de uma vergonhosa negociata para a construção do posto de Alagoas”. Feia briga, portanto, feia briga na qual o ministro da Guerra, apesar de insistentemente solicitado, não quis intervir. Aliás o general anda cada vez mais pessimista com relação a esta democracia dos nossos pecados. Como prova outra declaração sua mais recente: “No caminho em que vamos, ou melhor, no caminho em que vai o Brasil o que se pode esperar é que os homens honestos, patriotas e idealistas marchem para a cadeia a fim de que nos postos se encarapitem os salafrários”. Bela perspectiva.

De fato não é dos mais animadores o panorama político de alguns Estados do Norte. Natural que a disputa em torno das posições de mando provocasse incidentes, se desenrolasse com certa veemência, desse motivo a muita história desagradável, exaltando as ambições e os ânimos. Mas a verdade é que a coisa saiu bem mais preta do que seria de se esperar. Justificando até certo ponto, não digo os termos empregados pelo general, porém certamente a indignação que eles exprimem. É uma falta de juízo generalizada e já com muitas vítimas. Esteja a razão com quem estiver, não há deixar decentemente de lamentar tanta lavagem de roupa suja, tantos conflitos, tantas mortes. Quase não há dia em que ao governo federal não chegue uma queixa, não seja ele chamado a intervir para a solução de um desaguizado, a apuração de um crime. A sua atenção é assim obrigada a se desviar continuamente das questões de interesse bem mais alto para esses de caráter meramente local e por isso mesmo singularmente irritantes, difíceis de solucionar.

Desse jeito, enquanto alguns procuram salvaguardar o regime, outros trabalham para desmoralizá-lo. A passagem do ilegal para o legal encontra na nossa falta de educação política o seu maior tropeço. Em toda parte ela se faz com alguma dificuldade. Aqui está se fazendo com imensa. Na confusão, na desordem, não raro também na violência. O Código Eleitoral garante eleições honestas mas não pode assegurar a conformação dos vencidos com o resultado delas. E entre os próprios vencedores na hora da distribuição dos postos de governo as coisas se azedam. Qualquer resquício de espírito público desaparece diante dos interesses pessoais e mesmo (a acreditar no ministro da Guerra), materiais. Então não há água fria de bom senso que consiga diminuir a fervura. Os homens perdem a cabeça e com ela às vezes também a vida.

A apoteose constitucional, que devia rematar os quase quatro anos de regime discricionário, está sendo assim cortada por números extras de tragédia (quando não de farsa) bem dispensáveis. Na opinião do general Góis Monteiro, com certeza, que eu respeito e peço licença para perfilhar.

Diário da Noite, RJ, 25 / fev / 1935.

CUIDAR DA VIDA

Enquanto no Sul o interventor Flores da Cunha e o general Parga Rodrigues falavam em ordem e paz, no Norte mais uma vez e em mais de um lugar brigava-se e matava-se. Em Manaus, Fortaleza e Natal soldados do Exército e da Polícia festejaram a terça-feira gorda com contatos sangrentos, vários deles perderam a vida, foi-se também a de alguns inocentes, absolutamente alheios à desordem, já não falando na muita gente ferida. Uma tristeza. Que já data de algum tempo, não há meio de acabar, parece até que se agrava cada vez mais. Assegurou o sr. Flores da Cunha (mal suspeitando com certeza que os fatos confirmariam logo suas palavras) que por este Brasil afora “continuam a fermentar discórdias e ambições descontroladas”. Para acrescentar logo em seguida: “Não é de duvidar que possam surgir novas perturbações”. De fato: não houve duvidar por muito tempo. Elas surgiram sem nenhuma tardança, vieram a galope como dizem que o castigo vem. Aguardemos a sua vinda.

No dizer do general Góis Monteiro, prepara-se em todo o país a alteração da ordem aproveitando a folgança, a despreocupação generalizada do último dia carnavalesco. Outros movimentos já tivemos que em Carnaval acabaram. Este principiava logo nele. Mas é melhor não brincar com coisas sérias e refletir nas conseqüências ruinosas dessa quase ininterrupta série de conflitos com que o Norte vem alarmando o país. Como se não bastassem as aperturas financeiras em que nos debatemos, as dificuldades inevitáveis que contra a perfeita reintegração na nova ordem constitucional todos os dias se levantam, a agitação política resultante das eleições de 14 de Outubro e assim por diante, para agravar ainda mais momento tão grave sucedem-se com impressionante regularidade as mortandades provocadas quase sempre por questiúnculas desprezíveis de campanário. As agências telegráficas espalham logo a notícia dessas desordens lamentáveis, as distâncias se incumbem de aumentar-lhes as proporções, não há credor por mais cordato que possa confiar nas promessas e nos bons propósitos de um devedor cuja casa pega fogo. Saímos do regime ilegal para entrar tumultuariamente no legal entre pauladas e tiros. O crédito de que ainda podíamos gozar há de morrer também vitimado por aquelas e estes. Fatalmente.

Não haverá jeito de moderar com um pouco de cordialidade e sobretudo de inteligência todo esse ímpeto belicoso, da pior belicosidade que é a política? Deve haver. E é tratar de descobri-lo sem demora antes que outras mortes ocorram impedindo o país de cuidar de sua vida já sabidamente tão descuidada.

Diário da Noite, RJ, 8 / mar / 1935.

APESAR DOS PESARES

Depois de Manaus, Fortaleza, Natal: Maceió. Briga de políticos, tiroteio, mortes, alarme na cidade, intervenção da tropa federal para restabelecer a ordem. As notícias (até a hora em que escrevo pelo menos) são confusas, não se sabe ao certo como principiou a luta, quem tomou a iniciativa dela, seus detalhes, suas conseqüências. Mas não importa: maior ou menor, de ambos os lados há culpa. Em torno do futuro governo constitucional de Alagoas desde muito era público o dissídio. E quando os ânimos se exaltam, as coisas se envenenam, qualquer pretexto serve para deflagrar o conflito armado. Chega um momento em que não há bom senso capaz de evitar o choque sangrento. O ambiente de inquietação vai se acentuando, vai se acentuando, a coisa estoura, é difícil apurar o principal responsável. Todos são responsáveis. Diante do irremediável, quer dizer dos cadáveres, os que se envolveram nessa triste luta alagoana hão de estar pensando nas muitas vezes em que o irremediável não o foi, podia ser evitado, faltou talvez desprendimento, talvez coragem para um entendimento cordial. Em política (tal qual como no amor) há também disso: matar, depois chorar sobre o cadáver, morder os punhos, esmurrar a cabeça de puro, desesperado arrependimento. Tardio e por isso mesmo bastante doloroso.

Muita coisa se dirá e se escreverá sobre esse deplorabilíssimo episódio de uma luta entre partidários da véspera, separados por motivos que nada têm a ver com o programa de ação política que juntos se propunham a defender, nem em nada alteram a atitude de uns e outros no cenário federal. Luta interna que é sempre a mais encarniçada e difícil de resolver por bem. Mas digam o que disserem, escrevam o que escreverem, a verdade é que não possuímos ainda suficiente cultura política para que se torne impossível a repetição de fatos dessa ordem. O recurso às armas continua e continuará sendo por muito tempo talvez o mais usado na solução das pendências públicas, como o é e será sempre na das particulares. Com voto ou sem voto, secreto ou não, livre ou coagido, bem ou mal apurado, o espírito cívico permanecerá mais bélico do que cívico. Não resta dúvida nenhuma, pode a gente proclamar sem erro que apesar dos muitos pesares a situação já é bem melhor, tende a melhorar cada vez mais. A minoria discute como bem entende na Câmara os projetos da maioria, apresentando sugestões que são aceitas. Em todas as Comissões tem ela representantes e em mais de uma ocupa a vice-presidência. Vários Estados assistiram ao triunfo da oposição nas urnas e (o que é mais extraordinário) viram esse triunfo reconhecido e consolidado. E assim por diante. Não há pois desesperar diante dessas manifestações, freqüentes embora, da nossa ainda humilhante falta de educação política. O que há a fazer nesse terreno é muito e não poderá ser feito sem tropeços de toda a sorte. É enfrentá-los com aquela certeza de triunfar que é meio triunfo, como se sabe.

Diário da Noite, RJ, 9 / mar / 1935.

AUTORIDADE

O governo federal agia como lhe competia desarmando, prendendo e decidindo trazer para o Rio os políticos que em Maceió se levantaram contra o interventor Osman Loureiro. Urgia de fato uma medida capaz de pôr termo à inquietação resultante dos mais que deploráveis acontecimentos que ensangüentaram e enlutaram a capital alagoana quinta-feira última. Qualquer demora, qualquer indecisão, viriam agravar fatalmente sucesso já tão grave e alarmante. Rebelados contra as autoridades locais, obstinando-se em não atender as intimações da política, o sr. Silvestre Góis Monteiro e seus amigos ameaçavam prolongar indefinidamente a desordem, complicando cada vez mais a situação, exacerbando cada vez mais os ânimos, mantendo a população em crescente sobressalto. Do Hotel Bela Vista punha ele em choque não só a autoridade do interventor alagoano como, e sobretudo, a do governo federal. Para a própria e necessária apuração das responsabilidades, era indispensável a providência tomada através do Ministro da Guerra. Primeiro restabelecer por completo e definitivamente a ordem. Depois esclarecer as origens e detalhes da desordem punindo os autores.

Ou a nação (seja qual for) se compenetra de que tem à sua frente um governo de autoridade, cioso dela e portanto decidido a mantê-la, ou em pouco tempo se deixa envolver pela anarquia. Para que ela trabalhe com a segurança de que seu trabalho não será inútil, tem de sentir a decisão e a energia dos que detêm os pontos do mundo. Não um governo de força mas de prestígio, consolidado na certeza que os governados possam de sua ação pronta e eficaz no prevenir ou reprimir as agitações e punir os agitadores. Ninguém deseja (entre nós pelo menos) precipitação e violência na intervenção do governo em favor da ordem. Muito ao contrário. Mas só os interessados na desordem, no quanto pior melhor, podem querer num executivo abúlico, pusilânime e desmoralizado. Um regime em que os de baixo não se sintam garantidos diante da verificação de que os próprios de cima não se sentem, deixam de usar de uma autoridade e portanto a perdem.

Isso que é verdade em toda a parte, aqui e neste momento o é mais ainda. Atravessamos, por culpa disto ou daquilo, destes ou daqueles, um período bem difícil. Dos mais difíceis que já conheceu a nossa história política. O governo portanto deve agir, como acertadamente agiu nesse caso de Alagoas, no sentido de tornar bem patente o seu propósito de não tolerar mais se resolvam em rolos públicos, tiroteios e mortes, as desavenças partidárias. Intervindo com energia nas rixas regionais da natureza dessas que se vêm sucedendo no Norte, estará ele rigorosamente dentro de seu papel, não permitindo que interesses de ordem inferior prejudiquem impunemente os superiores da coletividade que quer sossego para trabalhar, paz para viver, autoridade no poder para que possa haver tranqüilidade sob ele.

Diário da Noite, RJ, 11 / mar / 1935.

LIMITES INTERESTADUAIS

A Constituição no artigo 13 das Disposições Transitórias concede aos Estados o prazo de cinco anos para a solução das suas questões de limites “mediante acordo direto ou arbitramento”. E estabelece o processo de resolvê-las caso não cheguem os Estados a um entendimento definitivo dentro do prazo fixado. A medida de fato se impunha pois não há nada mais irritante do que essas disputas em torno das fronteiras estaduais. A própria Constituinte assistiu a mais de uma discussão exaltada, com trocas de desaforos, ameaças, princípios de pugilato, por causa da questão da comarca de São Francisco entre Pernambuco e Bahia.

O anti-projeto do Itamaraty era bem mais radical. Por proposta do sr. Prudente de Moraes, a comissão que o elaborou resolveu terminar de uma vez por todas as questões de limites interestaduais que desde muito se arrastavam e ainda se arrastam sem solução. E assim redigiu o dispositivo: “São declarados legais para todos os efeitos os limites de direito, ou de fato, ora vigentes entre os Estados, extintas, desde logo, todas as questões a tal respeito”. A Constituinte resolveu agir com maior cautela, dar aos Estados mais uma longa oportunidade de cinco anos para uma composição amigável e ainda depois de esgotado esse prazo um meio de resolverem suas questões por arbitramento a convite do presidente da República. Só no caso de falhar este último recurso é que o chefe da nação nomeará uma comissão especial que, ouvidos os interessados, decidirá sem apelação.

De todos os Estados empenhados em resolver essas delicadas questões de vizinhança é São Paulo o primeiro a se valer da faculdade concedida pela Constituição. Com efeito, acaba ele de tomar a iniciativa de um entendimento com o governo de Minas no sentido de ser suspensa a execução do chamado laudo Villeroy por um prazo fatal. Durante este a questão da linha divisória seria de novo examinada e reajustados os limites dos dois Estados. Dois peritos, um mineiro e outro paulista, se incumbiriam dessa tarefa. E no caso de divergência escolheriam eles um desempatador, pois São Paulo, já que detém a pasta política no governo federal, não deseja elegantemente entregar a este a arbitragem.

Melhor boa vontade para a solução de uma questão por mais de um motivo desagradável é impossível. Resta pois que da parte dos mineiros ela também não falte e que se chegue afinal, dentro do menor prazo possível, a um acordo que a ambos os Estados satisfaça ou ao menos não descontente de todo. A própria escolha do emissário paulista incumbido de iniciar as negociações com o sr. Benedito Valladares é prova eloqüente e até decisiva dos bons propósitos do sr. Armando de Salles Oliveira. Porque ela recaiu num mineiro, o sr. Aureliano Leite. Assim São Paulo para discutir com Minas a questão de limites, que o laudo Villeroy não soube resolver, delega poderes a alguém que não pode ser suspeito ao adversário pois na sua terra nasceu. É um mineiro que vai a Belo Horizonte em nome de São Paulo debater um assunto. Um mineiro integrado em São Paulo, eleito até por ele em 14 de outubro deputado federal, mas sempre um mineiro certamente orgulhoso de seu sangue. Nunca em pleito nenhum, parte nenhuma, deu maior prova de seu espírito conciliador.

Diário da Noite, RJ, 20 / mar / 1935.

NA PAZ E NO TRABALHO

No momento em que escrevo ainda são muito vagas as notícias sobre a pacificação política do Rio Grande do Sul. Há boatos apenas. Não desmentidos mas também não confirmados. Um entendimento dessa ordem entre adversários que pareciam irreconciliáveis é sempre secreto, tem de se processar com todas as cautelas, qualquer indiscrição muitas vezes transforma os planos mais viáveis, o público só deve ter conhecimento do acordo quando ele já está assentado de pedra e cal, pode resistir vitoriosamente aos ataques dos inevitáveis descontentes. Dirão que isso é esconder do povo negociações, que ao povo sobretudo importa é que se faça a harmonia quando possível e também honrosa. Quando feita no interesse dele povo e não no exclusivo dos políticos.

Conforme ia dizendo, à hora em que escrevo só há boatos. Entretanto, tenham ou não tenham eles fundamento, venha ou não venha a ser concluído o propalado acordo, a verdade é que do que consta já se terá tirado algum proveito. Quero me referir às declarações feitas a mais de um jornal pelo sr. João Neves da Fontoura. Estas por exemplo aos “Diários Associados”: “Há três anos que vimos, com sacrifício e denodo, dando provas de civismo nos embates que travamos pelos nossos ideais. Torturado o Rio Grande por essas lutas constantes e longas, ele precisa reconstruir, na paz e no trabalho, o seu organismo econômico abalado”.

O eminente sr. João Neves da Fontoura era apontado como dos mais intransigentes partidários de uma luta sem tréguas contra a situação dominante no país. Ao que se dizia, o tribuno da Aliança Liberal, nas prolongadas férias que lhe impuseram as vicissitudes políticas, outra coisa não fazia senão intensificar o seu rancor para uma tremenda investida contra os detentores do poder logo que se instalasse a nova Câmara. Todo o seu conhecido prestígio jogaria ele nesse combate violento, sistemático, impiedoso à maioria responsável pela administração do país, seus homens e seus atos. Embora a toda gente de senso custasse muito acreditar que um homem da responsabilidade do sr. João Neves fosse capaz de uma atitude assim cegamente facciosa, ditada apenas pelo interesse partidário, feita de crítica apenas destrutiva com ela contavam todos quantos da desordem e só da desordem tiram proveito. De forma que as declarações do ilustre revolucionário de 30, em favor de uma política de paz, têm extraordinária significação, se matam as esperanças porventura acalentadas por uma minoria, servem as aspirações da maioria, da imensa maioria que quer viver em sossego, sem brigas nem ameaça permanente de brigas. O que o sr. João Neves declarou a respeito do Rio Grande do Sul se aplica a todo o país. Este também, farto de tantas lutas “precisa reconstruir na paz e no trabalho o seu organismo econômico abalado”.

Diário da Noite, RJ, 25 / mar / 1935.

MAIS UM BOCADO DE PACIÊNCIA

É natural que o regime discricionário estrebuche para morrer nos Estados onde teve vida mais exuberante, mais vivida. Natural que não queira assim sem mais nem menos ceder o lugar ao da lei. Há de espernear, injuriar os responsáveis pela sua morte, os que tudo fizeram por apressá-la, os que a aguardam com indisfarçável alegria e insopitada ânsia. Há de dar trabalho aos que em vez de socorrê-lo com remédios salvadores tratam de ministrar veneno, veneno constitucional, veneno jurídico, implacável. Há de se despedir do mundo com estrépito, aos berros, quebrando coisas, também quebrando gente, como um possesso. Mais de quatro anos de aventureira existência lhe deram uma paixão de viver, de continuar, de se eternizar muito compreensível.

Não há estranhar assim as dificuldades que em vários Estados vem encontrando a ordem jurídica para restabelecer de acordo com o artigo 3º das Disposições Transitoriais da Constituição promulgada a 16 de julho. Se a passagem do legal para o ilegal nunca se faz mansamente, também mansamente nem sempre se faz a do ilegal para o legal. Aquele cria raízes que este custa muito para extirpar. Só com o tempo as coisas se normalizam, entram nos eixos, a readaptação se processa. Os casos que se vêm sucedendo sobretudo no Norte não devem alarmar ninguém. Eram previstos, havia contar com eles, estranho seria se não surgissem.

O do Pará, por exemplo, que agora atingiu o seu momento mais crítico, o momento entre todos decisivo. Depois da raspagem com que o major Magalhães Barata houve por bem punir o coco volúvel do sr. Genaro Ponte de Sousa, tudo parecia reintegrado na santa paz dos fatos de inevitável consumação. O bravo, o bravíssimo interventor tinha sua eleição assegurada, firmada de pedra e cal. Apenas e de vez em quando o silêncio era quebrado por vagos rumores de cisão, discordiais descontentamentos. Mas não se confirmavam e a aparência de sossego permanecia. Para ilusão, entretanto. Nos bastidores, muito em segredo, se preparava uma apoteose que não era em absoluto destinada a homenagear o confiante Major Barata. De forma que no momento preciso da entrada em cena dos que deviam colocar sobre a cabeça do interventor a coroa de louros de mais de quatro anos de governo, nada menos de seis figuras do elenco situacionista roeram a corda e, pondo as melenas de molho, se recolheram ao quartel general da Região Militar, em companhia dos demais correligionários do sr. Mário Chermont. Está pois a maioria da Assembléia sob a proteção do Exército, receosa de sair à rua e afrontar as justíssimas (não há negar) justíssimas iras do major Barata. Iras já não mais de interventor e sim de governador, eleito com a ajuda de uns tantos suplentes, convocados à última hora, apesar de não haver nenhuma renúncia. Para que comentar? Seria realmente absurdo que tudo se resolvesse no Pará em paz e ordem. Novo reboliço havia de surgir, estava escrito.

É ter mais um bocado de paciência. O rabo é sempre duro de esfolar. Inclusive o discricionário.

Diário da Noite, RJ, 5 / abril / 1935.

**PARTE III: INDISCISCIPLINA E DESLEALDADE – ELEIÇÕES,
ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE, CÂMARA DOS DEPUTADOS E
CONSTITUIÇÃO**

OLHAR PARA CIMA

A reconstitucionalização do país só será um fato (é coisa sabida) depois de reconstitucionalizados os Estados. Até lá viveremos ainda um período difícil mesmo porque a luta em torno das situações estaduais e municipais é sempre bem mais extremada, odienta, pessoal, do que aquela que se processa no âmbito federal. À medida que o campo da luta vai se restringindo mais próximos uns dos outros vão ficando os adversários, não há possibilidade de fuga, os golpes são mais frequentes e duros. Briga de vizinhos que é a pior briga que existe.

Era assim de prever o que está acontecendo em mais de um Estado: tiros, pauladas e mortes. É como o país se prepara para o grande rolo de 14 de outubro. Absolutamente coerente com o seu passado próximo e remoto. Sempre fomos um povo de cidadãos brigadores, eleição nunca deixou de ser sinônimo de guerra. Quem sabe se por isso mesmo os agentes eleitorais atendem pelo nome de cabos. E a Guarda Nacional na falta de luta armada mobiliza para o prélio das urnas os seus derradeiros coronéis, majores, capitães. Numa exibição menos de civismo do que de muque. País onde além do sabiá costuma cantar o porrete. Talvez com mais frequência.

Nem adianta fazer apelos, despertar de seu sono tranqüilo os nossos foros de civilização e cultura, etc. Sempre foi assim, assim é e parece inútil querer que fique sendo assado. Por outro lado quando a gente corre os olhos pelo mundo e vê a matança dos adversários incluída entre os processos regulares dos partidos políticos (que para isso possuem até tropas adestradas) passa a considerar com mais otimismo o panorama da casa. Aqui ao menos a chacina não é organizada e muito menos oficializada. Não há expedições punitivas nem depois da física se aflige a morte moral. A capangada não veste uniforme, não desfila com banda de música nas ruas, não se vangloria de suas façanhas em público e raso.

Nossos avós caipiras costumavam aconselhar aos que queixavam da sorte: Olhem para baixo. Isto é: consolem-se com os mais infelizes. O consolo aqui ainda é maior. Porque não se trata de olhar para baixo mas olhar para cima, olhar para a Europa, velha sem nenhuma compostura.

Diário da Noite, RJ, 17 / ago / 1934.

SINFONIA INACABADA

De acordo com o art. 2 das Disposições Transitórias da Constituição, votado numa das sessões mais memoráveis da Assembléia, esta se transformou em Câmara dos Deputados, exercendo também as funções do Senado, para elaborar as leis mencionadas na mensagem do chefe do Governo Provisório, de 10 de abril último, além daquelas que o interesse público fosse reclamando. As primeiras a própria mensagem classificou de “fundamentais, orgânicas e adicionais, indispensáveis à constitucionalização, imediata do país”. De fato: revisão do Código Eleitoral, discriminação dos círculos profissionais para o efeito de representação política das classes, regulamentação do processo e julgamento do Presidente da República e dos ministros perante o Tribunal Especial, reforma da Justiça Federal, estatuto dos funcionários públicos, regulamentação do aproveitamento das minas e demais riquezas do subsolo e lei do ensino.

Quer isso dizer que os constituintes foram feitos deputados até a organização do Congresso a ser eleito no dia 11 de outubro para que à normalização do país dentro da nova ordem constitucional não viessem a faltar as medidas necessárias. Assim a Constituição ficou sendo uma espécie de sinfonia inacabada e para acabar urgentemente. Vamos dizer que depende ainda de orquestração para poder ser executada como convém.

A solução do art. 2 das Disposições Transitoriais foi adotada sabidamente para evitar os decretos-lei. A Câmara em funcionamento estaria pronta para discutir e votar as providências que o restabelecimento da ordem jurídica demandasse. Para que concentrar o poder legislativo nas mãos do governo se havia nada menos de duzentos e cinquenta e quatro cavalheiros dispostos a elaborar a um tempo e hora as tais leis “fundamentais, orgânicas e adicionais” bem como quantas se tornassem indispensáveis?

A verdade, porém, é que os Schubert do Palácio Tiradentes estão desonrando os bons propósitos de outrora. Já se passaram trinta dias da promulgação da carta constitucional e nem ao menos comissões permanentes da Câmara se acham ainda organizadas. Há falta de número. A sinfonia não se acabará tão cedo porque os compositores andam preocupados em dirigir as suas charangas eleitorais.

Diário da Noite, RJ, 18 / ago / 1934.

POUPANÇA

Constituição quer dizer vida nova. E vida nova num país endividado quer dizer economia. Inútil indagar a esta altura se o muito que se gastou foi bem gasto. O passado que enterre as mazelas do passado. Ao presente já basta, e já é demais, reparar as conseqüências de uma política de empobrecimento sistemático. Nem é possível reconstruir sem primeiro sanear. Além disso a Constituição, que sob certo aspecto mais parece o estatuto de uma sociedade de beneficência do que propriamente um estatuto político, onerou extraordinariamente os cofres públicos com novos e pesados encargos. O orçamento que preparou, carrega na despesa sem o correspondente aumento na receita. Constituição perdulária.

É verdade que num momento de ótima inspiração se incluiu um dispositivo segundo o qual "nenhum encargo se criará ao Tesouro sem atribuição de recursos suficientes para lhe custear a despesa". De forma que a despesa fica a espera da receita e não é mais possível sacar contra o futuro sempre duvidoso e fazer coisa muito parecida com a dos cheques sem fundo a serem descontados dias após na previsão de um depósito. Escudado nesse dispositivo o governo não poderá deixar de adiar para quando possível a execução de várias medidas votadas com abundante generosidade pela Constituinte.

De tudo isso se conclui que com dívidas velhas e encargos novos ou o Tesouro entra num regime de severa poupança ou o famoso abismo (a cuja beira vivemos desde o primeiro descontente aqui aparecido) acabará engolindo o país. É preciso tapá-lo quanto antes e tocar para a frente. Dando as costas par o território imenso, vivemos sempre com os olhos postos na Europa. Teimosamente. Pois é da Europa que nos vem o exemplo de parcimônia nos gastos, de severa e rigorosa economia dos dinheiros públicos. Nestes tempos de aperturas não vamos nós deixar de imitar no bom, países que sempre imitamos com maior ou menor sucesso ainda no mau.

Façamos intransigentemente a política da poupança que é a que se impõe depois de tantos anos de esbanjamento. E o que é pior: esbanjamento inútil.

Diário da Noite, RJ, 20 / ago / 1934.

QUEM PAGA AS CUSTAS

É conhecida a história do juiz de paz caipira que, considerando a existência de quatro testemunhas a favor do autor e quatro a favor do réu, julgou a ação empatada e condenou o escrivão nas custas. As lutas políticas como as guerras costumam também terminar empatadas. E como nas guerras os ônus todos recaem sobre o povo que faz sempre o papel do inocente. Ele é que afinal vem a pagar de uma forma ou de outra pelos culpados que disputam a honra (é da praxe dizer também o sacrifício) de governá-lo.

Há mesmo um modo infalível de verificar se determinada cidade (sobretudo do interior) vive ou não em paz política.

É observar o estado das ruas, o movimento do comércio, esses e outros índices de prosperidade. Onde dois partidos se degladiam numa disputa de vida ou morte, tudo sofre, do aspecto dos prédios à fisionomia dos habitantes as consequências do dissídio político. Como que as atividades úteis param para assistir pagando caro ao espetáculo das facções em luta. As pauladas trocadas pelos chefetes vão doer nas costas populares. Verdade muito sabida mas que convém recordar na véspera dos pleitos eleitorais.

A do de 14 de Outubro se anuncia bem tempestuosa. Em mais de um Estado já se brigou nas ruas, gente apanhou, gente morreu, ninguém lucrou. Ação empatada e às custas como sempre a cargo do respeitável embora não respeitado público. A paixão política pior do que a amorosa é sabidamente capaz de todos os desatinos. Nada respeita, nem o sossego dos mortos. Num país de nível cívico bem baixo como este, os poderes públicos não devem zelar somente pela lisura dos pleitos mas também pela decência das campanhas eleitorais. Compreende-se que partidos, cujo propósito seja transformar de alto a baixo a organização política de um povo, recorram à violência. Mas dentro da mesma ideologia brigar a ferro e fogo pela posse do governo é bobagem e bobagem prejudicial. Porque a briga só aproveita ao adversário comum que no caso são os dois extremismos, da direita e da esquerda. Prudente é não manchar a luta de sangue ou (o que é ainda pior) de misérias de toda sorte. Porque um dia o escrivão da anedota pode se rebelar e era uma vez um autor, também um réu, também um juiz de paz.

Diário da Noite, RJ, 5 / set / 1934.

CONQUISTADO E ENGANADO

Na falta de convicções políticas, sobram-nos convicções eleitorais. Por isso mesmo os partidos entre nós não costumam lançar programas dignos desse nome: contentam-se em prometer empregos. A política nacional é ainda a arte de trocar colocações por votos. Os diretores de partido não passam em regra de simples cabos eleitorais. A pouca ou nenhuma educação cívica do povo não decide nas urnas o interesse coletivo mas satisfaz alguns interesses pessoais. Se o votado é candidato a deputado, o votante é candidato a funcionário público. Este se compromete com aquele, aquele promete a este. De forma que o problema mais grave para o eleito não é o cumprimento do mandato, mas o cumprimento da promessa. Porque o eleitor não o chama a contas pela não realização do programa com que porventura se apresentou às urnas. Procura-o para cobrar o preço do voto. E desse jeito a massa eleitora vai aos poucos se transformando em burocrática e se engrossando com os aspirantes à burocracia.

Melhor do que ninguém sabe disso o indefeso oportunista fundador do recém-vindo, também mal vindo, Partido Revisionista Proletário. No intitulado programa de sua nova tropa de assalto nada existe visando qualquer objetivo de ordem política. Tudo revela o interesse eleitoral imediato. O que não é chavão inócuo pedido de empréstimo à nossa literatura democrática, o que há ali de concreto e feito para facilitar a cabala de votos. Programa eleitoral, não programa partidário. Uma transação contra outra qualquer, sem nenhum disfarce: toma lá, dá cá. Ou melhor: dá cá primeiro, toma lá depois se possível. Nunca será possível.

Fala o programa em conquistas do proletariado. Mas é visível que a coisa está mal explicada. Porque se trata pura e simplesmente da conquista do proletariado. Este é que será conquistado. Conquistado e enganado como em geral acontece no amor e na política. Na boca do D. Juan burguês que se candidata, agora ao coração do operariado, a promessa de defender “as reivindicações de todos os oprimidos, de todos os humildes e protegidos” vale pela de casamento que atrai as virgens e em consequência às vezes também a polícia.

Diário da Noite, RJ, 12 / set / 1934.

INGENUIDADE, MALÍCIA E REVISÃO CONSTITUCIONAL

Já ouvi de alguém que em política tanto se peca por ingenuidade como por malícia. Uma e outra em excesso prejudicam igualmente. É preciso não confiar com cegueira, mas também não desconfiar por sistema. Porque sem um pouco de fé ao menos nos homens e nas coisas não há estabelecer um plano para o futuro, traçar um programa construtivo, começar hoje para continuar amanhã. A ingenuidade toma por verdadeiros compromissos falsos, a malícia, se repele estes, também impossibilita aqueles. A política é a arte de prever. E quem só anuncia tempestades corre o sabido risco de quem a semeia.

Vale pouco a promessa dos homens em geral e ainda menos a dos políticos em particular. Não há dúvida. Porém as promessas dos políticos quase sempre o tempo as cumpre por eles, sem eles, contra eles até. Porque o político não promete senão aquilo que a vontade coletiva exige, anda no ar, é uma imposição de mil e uma circunstâncias inelutáveis. De forma que um dia chega em que não é mais possível contemporizar, o interesse particular capitula diante do geral, fica sendo caudatário dele. Não se corteja impunemente a opinião pública. Mais cedo ou mais tarde ela se faz obedecer, muitas vezes desgraça quem a namora, não há mulher mais absorvente, voluntariosa, difícil. Convém assim aproveitar os seus períodos de calma. E não espicaçá-la no muito que possui de inconstante e caprichoso.

Depois de 16 de julho a opinião nacional conhece um desses períodos de serenidade e desejo satisfeito. É bom não lhe despertar por enquanto novos apetites. Nem pecar por malícia suspeitando de antemão os homens incumbidos da execução da lei fundamental que custou tanto sangue por um lado e por outro tanta retórica, nem pecar por ingenuidade agitando a opinião pública no propósito errado de lhe insuflar as vontades sem jamais contentá-las. Os que levantam a bandeira da revisão esquecem que nessa campanha a própria constituição os precedeu. É ela a primeira a ser revisionista. Tolice perigosa, portanto, suscitar desde já um debate que virá fatalmente e a tempo oportuno. Mesmo porque o país ainda não chegou a experimentar os erros nem os benefícios do regime que lhe deram. Não se incomodem: ele poderá calar os segundos, os primeiros não.

Diário da Noite, RJ, 26 / set / 1934.

REPETINDO O POETA

Como não podia deixar de ser, diante do preceito claríssimo da Constituição, o Superior Tribunal Eleitoral fechou as portas do Senado aos menores de 35 anos. Estão assim impedidos de disputar o mais alto cargo legislativo desta República dos nossos imperdoáveis pecados, o sr. Jones Rocha, o interventor Gratuliano de Brito, o padre Câmara e outros paredros impúberes nascidos depois de 30 para a vida pública. E eu apesar de menor de 35 anos quebro a solidariedade da idade para aplaudir a decisão do S. T. E., mesmo porque aplaudi a aprovação do dispositivo constitucional em questão.

Antes de 30 os postos políticos e administrativos eram como certos espetáculos: proibidos para menores e senhoritas. Também senhoras. O regime discricionário é que deu aos homens moços e às mulheres ainda velhas a possibilidade de experimentarem as delícias e agruras do poder. Experimentaram, gostaram e não há agora como lhes vedar esse gosto agri-doce. Mas a Constituinte foi indiscutivelmente sábia estabelecendo um limite mínimo de idade para as funções senatoriais. Primeiro, porque seria cruel não dar aos velhos ou aos já maduros a vantagem da exclusividade num departamento ao menos da atividade pública. Segundo, porque convém imprimir certa majestosa serenidade à alta câmara legislativa evitando que nela se reproduzam os excessos de atitudes e de palavras comuns à baixa. O ideal seria que à madureza de idade se aliasse nos senadores a mocidade de espírito. Mas, não sendo isso sempre possível, deve-se garantir pelo menos aos debates e pronunciamentos do Senado, dentro dos limites da relatividade, a ponderação e o equilíbrio que se presumem inerentes aos homens já vividos. O Senado precisa agir como um freio, cheio de cautelas, ajuizadamente.

Raimundo já perguntou porque é que à mocidade não basta “ser moça e bela ser”. E desenvolveu em versos a sua estranheza. Em prosa prosaica e política eu pergunto se à sua sede de cargos não bastam os que já possui na administração e na política. Para que invadir também esse natural recanto dos velhos que é o Senado?

Assim, diante do sr. Jones Rocha, do interventor Gratuliano de Brito, do padre Câmara e outros impacientes eu repito mais uma vez o poeta: Ó, borboletas, parem!

Diário da Noite, RJ, 5 / out / 1934.

UM CONSELHO DE PEDRO LESSA

Numa das melhores comédias de Sacha Guitry aparece um velho condecorado com a Legião da Honra. Alguém lhe pergunta admirado:

- O senhor tem então a Legião da Honra?
- Tenho.
- Por quê?
- Porque a pedi com muita polidez.

Comprovando a civilidade de nossos costumes políticos eu desejaria uma cena parecida na futura Câmara Federal e em cada uma das estaduais:

- Então o senhor obteve muitos votos?
- Obtive.
- De que forma?
- Solicitando-os muito gentilmente.

Porque à falta de boas idéias devem ter os candidatos boas maneiras. Pelo menos isso. Entretanto a campanha eleitoral não se vem desenvolvendo no terreno da cordialidade. Já não digo da cordialidade entre os adversários. Mas daquela, ainda daquela, que se presume deva ter sempre o candidato ao se dirigir ao eleitorado. Trata-se em suma de um pedinte. De maneira que a conquista dos votos deve ser feita, senão com voz humilde, ao menos com palavras doces, afáveis, amavelmente pensadas, suavemente ditas. Não, como tenho testemunhado, dando ao leitor a impressão de que se acha ele no dever, na indeclinável obrigação de sufragar determinado nome. Isto é: imprimindo ao pedido o tom enérgico de imposição. O voto ou a vida.

Ninguém queira tirar a uma criança com modos violentos o revólver que (vamos dizer por descuido) se lhe pôs nas mãos. Todos os dias se repete ao povo que o voto é a sua melhor arma. Natural, portanto, que ele a guarde avaramente, dela não queira se desfazer assim com facilidade. Ou utilizá-la em favor de quem dele se aproxima com atitudes e palavras de quem manda, não pede. O que o candidato quer do eleitor é que dispare o revólver do sufrágio contra o adversário que ele eleitor muitas vezes nem conhece. Deve solicitar isso com muito jeito para não se arriscar a levar um tiro. Porque a arma está nas mãos da criança, criança sabidamente não sabe o que faz, é o diabo. Convém conquistar-lhe as boas graças com bons modos.

Tratem de ser sempre amáveis, aconselhou uma vez Pedro Lessa paraninfando uma turma de bacharéis pela Faculdade de Direito de São Paulo. Sábia recomendação, chave de rendosos sucessos, sobretudo políticos.

Diário da Noite, RJ, 6 / out / 1934.

ÀS URNAS A PALAVRA

Chegou, enfim, o momento dos candidatos cederem a palavra às urnas. Até agora falavam eles cantando vitória. Durante dois meses a eloquência nacional se fez ouvir copiosamente. Chuvas gerais de retórica em todo o país. Vamos ver se a colheita de votos corresponderá ao esforço dos que (de acordo com a velha imagem) andaram semeando a palavra nem sempre sincera da democracia. Nem sempre sincera mas sempre inflamada, imaginosa, também indisciplinada.

O voto secreto imprimiu à linguagem das urnas o tom da verdade. Da mais cruel verdade: a que se traduz em números.

Indisfarçável e incorruptível. E como essa senhora reside habitualmente no fundo de um poço e assim leva bastante tempo para se revelar inteira à luz do dia, as urnas falam vagarosamente, vão dando conta de seu recado aos bocadinhos, aos bocadinhos matando as ilusões ou confirmando as esperanças dos votados. Em São Paulo, por exemplo, (segundo um cálculo autorizado) a apuração se arrastará por longos, intermináveis dois meses e meio, no mínimo. Uma eternidade para a expectativa angustiada dos candidatos. O que eu acho um bem. Depois de tanta prosa e sobretudo de tanta prosápia nos dias de propaganda eleitoral, vem a calhar um banho de humildade. Será para os eleitos o período de provação que deve sempre anteceder o da glória.

Está a nação ainda em plena lua de mel com o voto secreto. Natural, portanto, que nele só veja virtude e formosura. E lhe seja rigorosamente fiel. Mesmo porque a primeira experiência foi animadora. Na verdade ninguém, de boa fé, poderá negar que a Assembléia, eleita a 3 de maio, teve atitudes de altivez e independência desconhecidas dos congressos que os poderosos de outrora reuniam para seu serviço. Tanto assim que resistiu à campanha sistemática de desmoralização que contra ela se desenvolveu desde o início de seus trabalhos. E pode rematar a obra constitucional prestigiada pela opinião pública. Seus momentos de fraqueza e seus erros não assumiram o aspecto de indignidade que durante tantos anos marcou entre nós a ação do poder legislativo, pobre poder que nada podia diante do executivo.

É de se desejar, pois, que o voto de 14 de outubro não tenha desmerecido o de 3 de maio. Em matéria de sufrágio universal há de se contar sempre com surpresas desagradáveis. O povo que nele monta como o mau cavaleiro da anedota, não sabe ao certo para onde vai. Mas, dentro da nunca assaz invocada relatividade das coisas humanas, já será motivo para regozijo a constituição de câmaras equivalentes intelectual e moralmente à que votou a Constituição de 16 de julho.

Diário da Noite, RJ, 17 / out / 1934.

A FESTA ELEITORAL

De todos os Estados tem recebido o governo central telegramas nos quais respectivos interventores se referem, com grande contentamento, à lisura e amenidade do pleito do dia 14. Tudo correu em boa ordem e boa paz. Houve calma, respeito, cordialidade até em torno das urnas. As forças do Exército ficaram nos quartéis em doce sossego. O pau não cantou, as ruas não se tingiram de sangue, as oposições não fizeram nenhum protesto, as famílias não se alarmaram no sagrado recesso dos lares. E a imprensa de todos os matizes não exibiu no dia seguinte fotografias de leitos de hospital e mesas de necrotério, gente ferida e gente morta. Estampou, sim aspectos pacíficos de colégios eleitorais e postos de propaganda, gente distribuindo cédulas, gente votando. Nenhuma cara amedrontada, preocupada, fechada. Só feições alegres, serenas, amáveis. Uma festa, não uma luta eleitoral.

Dai, o regozijo dos interventores. Ainda que por atos e palavras recentes revelavam o propósito sinistro e errado de desancar o adversário levar a coisa a ferro e fogo, ganhar primeiro com a madeira, depois com o voto.

O exemplo dos calmos acabou, entretanto, por contaminar os truculentos pacificando o ambiente. E agora o próprio major Barata (quem diria?) se congratula com o presidente da República pelo fato da eleição no Pará não haver registrado uma só vítima, uma que fosse de tiro ou paulada. É o fim do mundo.

Toda a gente sabe que é bem mais fácil vencer um adversário forte do que conter um partidário exaltado. E muitas vezes é deste que vem o maior mal. De maneira que a melhor vitória da maioria no dia 11, foi conseguir, como conseguiu, inteiramente, moderar os ímpetos guerreiros de alguns de seus servidores mais estabanados. Prestando-lhes por sua vez o mais assinalado serviço.

Imagine-se em que situação deplorável estaria, hoje, o grupo de interventores que se vinha destacando pela incontinência de linguagem e violência de atitudes na campanha que antecedeu o pleito, se este, em seus Estados, tivesse decorrido como eles pareciam desejar, sob o regime do crê ou morre.

Felizmente para eles, para eles e para nós todos, o bom senso acabou predominando. E a luta eleitoral assim terminou como uma festa, deixando toda a gente contente.

Diário da Noite, RJ, 19 / out / 1934.

MODIFICAÇÃO INDISPENSÁVEL

Os jornais têm noticiado o encontro de votos de brincadeira nas urnas do dia 14. É um cidadão que vota em Jesus Cristo com a declaração que só seu candidato seria capaz de pôr o país nos eixos; é outro que com a cédula de um partido coloca a carta de um político influente solicitando-lhe o sufrágio para o partido adverso; é outro ainda que escreve piadas à margem da chapa. E assim por diante. Com o prosseguimento da apuração mais votos como esses irão surgindo, certamente numerosos, pois que é infinita, como todos sabem, a legião dos que se julgam engraçados.

Mas apesar dessa falsíssima nota humorística, falsíssima e por isso mesmo divertida para o grosso público, é visível que este, aos poucos, se vem desinteressando da marcha dos trabalhos de apuração. É que ela é por demais lenta, gasta a atenção dos próprios votados quanto mais dos míseros votantes.

Não há curiosidade que não desanime diante de tamanha demora. A corrida eleitoral perde seus apaixonados porque os candidatos avançam com a pachorra de preguiças. Hoje, um passo (quer dizer: um voto), amanhã, outro, é um parco que não acaba mais.

Na já abusivamente chamada época da velocidade esse sistema de apuração faz a triste figura do carro de bois. Aliás o mal vem do sistema de votar e, aqui, convém lembrar que, para corrigi-lo, foi apresentado à Câmara um projeto. Mas os senhores deputados que se julgaram indispensáveis à vida nacional no período de transição em que nos achamos e, por, isso, prolongaram o seu mandato, se negaram a votar uma lei que fosse, porque, por sua vez, desejavam ser votados. De forma que o Código Eleitoral, apesar da experiência penosa de 1933, continuou nesse ponto como estava. Nesse ponto como em tudo o mais. Porém, no sistema de votar é que precisava ser modificado. Precisava e precisa. É de se esperar, portanto, que, cessada a labuta eleitoral, se lembrem da parlamentar os eleitos de 3 de maio, reeleitos ou não a 14 de outubro.

A menos que não seria o ideal, adotar desde logo a máquina de votar, já prevista no Código Eleitoral, com a conseqüente adaptação de alguns de seus dispositivos. O que não é possível é conservar um sistema moroso e dispendioso como esse que agora mais uma vez cansa as juntas de apuração e esgota a paciência pública.

Diário da Noite, RJ, 22 / out / 1934.

INDISCIPLINA E DESLEALDADE

Em Minas sobretudo a apuração vem revelando um número bem grande de votos avulsos em candidatos de legenda. Ou em linguagem mais rude e mais compreensível: o fato de ter havido um trabalho forte de candidatos partidários em benefício próprio e prejuízo da corrente a que pertencem. Luta entre nomes da mesma legenda que se concretiza nas chamadas cédulas mistas.

O candidato de um partido entra em combinação com o de outro e troca votos de segundo turno. Ambos quebram as respectivas legendas e em chapas avulsas se sufragam mutuamente. Os interesses partidários sofrem mas os individuais aproveitam.

O que vem demonstrar mais uma vez quanto é incipiente ainda a nossa educação política. Um dos objetivos principais do Código Eleitoral é forçar a constituição de partidos, a arregimentação do eleitorado em torno de programas, dificultando assim o mais possível a eleição de candidatos avulsos. Porém, a malícia ambiciosa dos que disputam o sufrágio popular fraudam a intenção da lei. Seria mesmo ingenuidade acreditar que tomando por assim dizer obrigatória a formação de partidos se criaria em consequência o espírito partidário. Porque este só virá com o tempo, com a melhoria de nossa cultura, política demorará muito ainda.

Pode-se mesmo afirmar, até sem medo de errar, que esse espírito não aparecerá senão quando possuírmos partidos que na verdade o sejam. O estado atual da nossa política a indisciplina é inevitável dentro da mesma legenda a luta assumirá aspectos canibalescos, candidatos do mesmo partido devorando-se uns aos outros. E não hesitando mesmo em entabular conchavos com o adversário comum.

Muito mais decente é sob esse ponto de vista o que acontece na Alemanha (ou acontecia até pouco tempo atrás) onde os próprios partidos indicam, pela ordem de inscrição, os candidatos que devem de preferência ser eleitos. Dirão que isso é restringir demasiado o direito de escolha do eleitor. Mas não resta dúvida que, como expressão de cultura política, o voto na legenda vale incomparavelmente mais do que o avulso. Pelo menos evita o espetáculo deprimente da deslealdade e indisciplina partidárias.

Diário da Noite, RJ, 26 / out / 1934.

BASTA DE VADIAGEM

A Câmara está na obrigação de atender com presteza o apelo que o seu presidente lhe fez no sentido de se entregar à tarefa de elaboração das chamadas leis complementares, solicitadas pelo governo quando se achava ainda reunida a Constituinte, além de outras igualmente indispensáveis. Decorridos quase quatro meses da data de prorrogação do mandato, os deputados só tiveram ânimo para votar até hoje o orçamento. Nada mais. O projeto da reforma eleitoral encalhou. E a lei estabelecendo o processo do mandato de segurança ainda está em estudos na Comissão de Justiça.

A eleição já se foi e cessou assim o motivo que afastava do Rio a grande maioria dos deputados. Agora não há mais pretexto para a falta do número. De acordo com a Constituição, a Câmara atual permanecerá reunida até abril. Mais seis meses, portanto. E o maior dos escândalos será gastar todo esse meio ano inutilmente, com discursaria política, pedidos de informação, votos de pesar e tal. Basta de vadiagem.

Dirão que nada impede que a Câmara encerre as suas sessões antes de abril. Na verdade ela poderá fazê-lo porque a prorrogação do mandato até a organização das duas câmaras do novo Congresso não é empecilho para que se interrompam os trabalhos legislativos em dezembro, por exemplo, conforme acontecia antes de 30. Poderá fazê-lo mas não fará. Quanto a isso não há nenhuma dúvida.

Quando presidente da República, pretendeu Campos Sales conseguir do Congresso que não prorrogasse os seus trabalhos até o último dia do ano, encerrando-os dentro dos quatro meses contados de 3 de maio, conforme dispunha a Constituição de 91, e não usando assim da faculdade que a lei fundamental lhe dava de prorrogá-los à vontade. Com esse propósito convocou a Palácio o deputado Cassiano do Nascimento, "leader" da maioria da Câmara. O representante gaúcho, porém, tratou de desiludir logo o presidente: "Eu posso obter tudo da Câmara. Tudo. Até que o proclame imperador, sr. dr. Campo Sales. Mas não que deixe de prorrogar suas sessões..."

A Câmara de 34 será também inútil solicitar esse sacrifício. Mas o bem mais ameno de trabalhar o país tem o direito de lhe exigir.

Diário da Noite, RJ, 7 / nov / 1934.

PALHAÇADA

Está terminando na desmoralização e no ridículo (como não podia deixar de ser) o escabroso episódio da tentativa de violação das urnas eleitorais de São Paulo pelo major José Levy Sobrinho. Como é sabido, esse cavalheiro, grande cultivador de laranjas em Limeira e membro da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista, afirmou pela imprensa que seria capaz de abrir, sem deixar vestígios, qualquer das urnas de aço utilizadas no pleito de 14 de outubro.

Com tremendo crime, digno de um barão feudal, os juízos eleitorais haviam mandado colocar nas urnas uma sólida e complicada cintura de castidade: fechadura tipo Yale, cobrindo essa fechadura, uma tira de papel fabricada pelo presidente e secretário do Tribunal Eleitoral e ainda três peritos da Comissão dos Técnicos; protegendo essa tira de papel, uma aldraba; impedindo o levantamento dessa aldraba, um selo de chumbo; resguardando um selo de chumbo, uma cinta metálica. Pois não passava tudo isso de precaução inútil. A malícia do major Levy escarnecia de tanto selo e encontrava jeito de violar impunemente as urnas. Pobrezinhas.

Diante da jactância do irresistível sedutor, os responsáveis pelas 1643 inocentes, assim tão acintosamente ameaçadas em sua pureza e reputação, o convocaram para uma prova pública. O major compareceu. E as inocentes tremeram. E a opinião paulista suspendeu a respiração. E os juizes se prepararam para desagravar a honra ultrajada. E os técnicos choraram por antecipação a morte da técnica. Mas não aconteceu nada. Nada. O major Levy se limitou a abrir com uma chave de papelão (copiada de uma legítima que lhe haviam fornecido) uma fechadura defeituosa do tipo das usadas nas urnas. E quando lhe apresentaram uma destas, designada para o sacrifício e convenientemente protegida pela cintura de castidade já descrita, o fogoso chefe do Partido Republicano Paulista declarou textualmente que não se prestava a palhaçadas.

Entretanto a palhaçada já estava feita. E dignamente rematada a grosseiríssima e deselegantíssima campanha de despeito, movida pelos que não souberam ganhar e muito menos perder a 14 de outubro contra a lisura com que se processou o pleito.

Assis Chateaubriand viu no major José Levy Sobrinho um sátiro, o sátiro de Limeira. Mas não há de faltar quem veja nesse sátiro um eunuco e nesse Levy um leviano.

Diário da Noite, RJ, 13 / nov / 1934.

MORRER COM DECÊNCIA

É o verídico Suetônio quem conta que César, ferido de morte, “enrolou sua toga em torno da cabeça, enquanto que com a mão esquerda fazia as dobras descenderem até os pés para cair assim, com mais decência, o corpo coberto de alto a baixo”. Desse modo o homem que pretendia descender de Vênus tratou de morrer com decoro, o decoro digno de um ditador.

Ofereço esse exemplo histórico para meditação dos que vencidos a 14 de outubro não querem morrer com decência. E se obstinam em atribuir sua derrota a razões de gritante e até ridícula improcedência. E diante da impossibilidade ou da inconveniência de culpar o eleitorado que os repeliu, debateram contra o adversário vitorioso, inquinam o pleito dizendo-o fraudulento e arremetem furiosamente contra a Justiça Eleitoral.

No nosso futebol também costuma ser assim. O quadro que perde injuria o que ganha, amaldiçoa a sorte e esborda o juiz. Mas no futebol, quando isso acontece, a assistência assobia. Que é que espera a opinião pública para castigar também com tremenda vaia esses perdedores anti-esportivos?

A Justiça Eleitoral que aí está é a mesma, a mesmíssima que funcionou na apuração dos votos e proclamação dos eleitos de 3 de maio. Contra ela os descontentes de hoje, então interessados também, não articularam uma só acusação que dissesse respeito à lisura com que se houve. Erros foram apontados. Mas todos de interpretação do Código. Erros de boa fé e não atos de parcialidade.

Será que porque em 33 não estava em jogo o governo dos Estados, mas tão unicamente a sua representação à Constituinte? Tudo indica que sim. A 14 de outubro muitos que aspiravam o mando, continuaram aspirando; alguns, que o possuíam, o perderam. Aí está. E a pobre Justiça Eleitoral que pague batavamente o mal que não fez.

Não há dúvida que as delícias do poder aumentam bastante na distância e na saudade. Vistas de longe ou gozadas e perdidas, exercem uma atração irresistível. Mas a glória dos que não sabem ganhar é saber perder. Depois o poder é mulher, detesta os que não lhe conquistando as graças ameaçam derrubar o mundo, armam escândalo, xingam o rival preferido. É de péssima tática perder o controle dos nervos no amor como na política.

Portanto, calma. Muita calma e reflexão. Tratem de morrer com decência os vencidos de 14 de outubro, porque é essa a melhor maneira de poderem um dia ressuscitar com êxito.

Diário da Noite, RJ, 3 / dez / 1934.

CONTRA A FRAUDE

É de gravidade alarmante a notícia de que na apuração que vem sendo feita pelo Tribunal Regional do Estado do Rio existe fraude e fraude grosseira. Alguém andou alterando a votação de dois candidatos e ressuscitando assim o conhecido processo de eleição a bico de pena. Com descaramento ainda maior do que aquele que distinguia os especialistas do sistema abolido pelo Código Eleitoral. Porque estes davam uma aparência de verdade à votação, fazendo com que o número de sufrágios em determinado nome correspondesse ao número de eleitores e cédulas cuja existência faziam constar das atas. E o autor da fraude agora revelada falsifica o resultado já apurado pela Justiça Eleitoral. Processo mais simples, mais expedito e também mais acintoso de fabricar deputados.

O inquérito que se instaurar sobre o fato há de ser rigoroso como rigorosa deverá ser a punição do culpado, sob pena de voltarmos a um regime que aviltava e indignava o país. Destruindo uma obra que é a melhor coisa da Revolução e do que ela se pode valer para se justificar.

Na verdade já não é mais possível tolerar tamanha desfaçatez, sobretudo com a circunstância gravíssima de haver sido cometida dentro do Tribunal Regional. E por um funcionário seu. E a integridade da Justiça Eleitoral está em jogo. Ou ela sem demora apura o crime e sem piedade pune o criminoso, ou se desmoraliza por completo e para sempre.

Há de apurar e punir, não resta dúvida. Há de apurar e punir a fim de desiludir de uma vez os profissionais da chamada química eleitoral, os que ainda julgam não passado o tempo em que escarneciam da opinião pública, à sombra dos poderosos cuja ambição serviam.

A Justiça Eleitoral tem sido vítima em mais de um Estado de acusações infundadas. O caso de Niterói, apesar de nele não se achar envolvido nenhum juiz, nem por isso deixa de atingi-la em cheio.

O juiz que descobriu a fraude deu uma prova de seu zelo. Cabe agora ao Tribunal pleno fazer o resto, para que não paire sombra de dúvida sobre a correção com que vem exercendo o papel que lhe incumbe na obra de moralização do voto, em que tanta gente está empenhada e a tanta gente não agrada. Todos sabemos porquê.

Diário da Noite, RJ, 4 / dez / 1934.

ONDE ESTÁ A DESONRA

O sr. Cunha Vasconcelos se insurgiu na reunião dos líderes contra a proposta do sr. João Simplício no sentido de ser restabelecida a ficha de presença. Esse medo de obrigar os deputados a cumprirem o seu dever comparecendo às sessões da Câmara veio reduzi-los (no entender do representante do Acre e segundo o resumo dos debates feito por um matutino) “à condição de simples operários, de simples diaristas”. Causa de muita indignação para o orgulho burguês e capitalista do sr. Cunha Vasconcelos.

Felizmente uma voz se ergueu, a do sr. Ferreira de Souza, para afirmar que essa equiparação aos operários em nada desonrava os deputados. Devia ia até mais longe, e acentuar sem medo que só os podia honrar. Porque de fato assim é. O vexame, que doeu no sr. Cunha Vasconcelos, não está onde ele julgou. Está, sim, na verificação de que só ameaçando o bolso dos deputados é possível conseguir deles que levem a sério o seu mandato. O operário ganha o bastante (às vezes nem isso) para viver. E só ganha quando trabalha. O deputado ainda quando não trabalha ganha. E para trabalhar recebe um extraordinário. De forma que os seus subsídios são dois: um fixo para lhe sustentar a ociosidade, outro variável para lhe despertar a atividade.

O que não recomenda nada, o que muito desonra, isso sim, os nobres representantes do povo. Inclusive desses operários aos quais o sr. Cunha Vasconcelos não quer ser equiparado. E nem pode, pelas razões já expostas. Aliás a medida adotada não o veio atingir como um castigo pois o deputado do Acre é sabidamente dos mais assíduos. De flor na lapela e piteira nos lábios comparece ele diária e pontualmente às reuniões do Palácio Tiradentes com o calor e o tom de voz de um menor de trinta anos.

Lembro-me bem do ardor juvenil com que ele parafraseando Rui defendeu na Assembléia Constituinte os direitos de Pernambuco, sua terra, na questão de limites com a Bahia. Pois com igual ardor juvenil desejaria eu, desejariamos todos que (mesmo parafraseando Rui) o sr. Cunha Vasconcelos fustigasse da tribuna da Câmara os colegas desidiosos. Sem se esquecer de lhes apontar como exemplo os que ganham o pão com o suor de seu rosto, não conhecem o ócio e muito menos o ócio remunerado.

Diário da Noite, RJ, 18 / dez / 1934.

MÁQUINA DE VOTAR

Falando à imprensa de São Paulo, o professor Sampaio Dória frisou a necessidade urgente de se modificar o Código Eleitoral. E disse entre outras coisas: “Cumpra atender a experiência das últimas eleições. Os trabalhos de apuração devem ser mais rápidos. Mesmo sem uso de máquinas”.

Mas por que motivo não adaptá-las desde logo? Discutir hoje em dia vantagens da máquina de votar é o mesmo que discutir a utilidade da de contar, escrever e assim por diante. Discussão ociosa, senão ridícula. Não há dúvida que a rotina entre nós é soberana, jamais capitula de uma só vez. Vai fazendo pequenas concessões, transigindo aos poucos, entrando quando pode o caminho de qualquer iniciativa inovadora. Daí talvez o receio que têm o sr. Sampaio Dória e outros competentes de adotar uma medida que fatalmente parecerá revolucionária, de insuportável audácia, num país de espírito burocrático, escravo das velhas e ruins praxes como este.

Um dos objetivos da projetada reforma é abolir o voto avulso. E as próprias cédulas de legenda (na opinião do sr. Sampaio Dória) “devem conter um só nome, que é o nome de preferência”.

Mais um motivo portanto para se adaptar a máquina de votar, com a qual o eleitor não pode dar diretamente o seu sufrágio senão a um único candidato, o que importa aliás em sufragar indiretamente toda a legenda. E impede os indecorosos conchavos de que resultam as chamadas chapas mistas sem legenda, conchavos que em mais de um Estado enfeiam e muito o pleito de 14 de outubro.

Se a legislação eleitoral pretende de fato criar entre nós o espírito de partido, a utilização da máquina de votar se impõe como um meio de realizar esse propósito. Depois, a considerar a economia de tempo e dinheiro que dela resultará. O atual sistema de apuração desanima os mais pacientes, onera os cofres públicos e desorganiza a Justiça, desviando grande número de magistrados de suas funções ordinárias. E só a máquina de votar garantirá ao processo de apuração a brevidade e a precisão rigorosa nesse terreno mais do que em qualquer outro imprescindíveis.

De forma que não há hesitar. A rotina que berre à vontade. Não basta estar em 1934. O que importa sobretudo é ser de 1934. Visto que em 1933 não pudemos ser de 1933. E em 32 também, etc. Já estamos bem atrasados. A máquina de votar, sem perda de um minuto.

Diário da Noite, RJ, 22 / dez / 1934.

BALANÇO

Apesar dos pesares o balanço político deste ano acusa saldo. O país o iniciou sob o regime discricionário e o encerra constitucionalizado. Vencendo todas as forças contra elas conjugadas, a Assembléia Nacional Constituinte levou a cabo a sua tarefa. A ameaça de dissolução violenta não deixou de pairar sobre o palácio Tiradentes desde os primeiros dias de trabalho. Uma campanha de desmoralização, sistemática e impiedosa, perseguiu a Constituinte e mais de uma vez esteve a pique de vencer. A política dia sim dia não atrapalhou os debates em torno da lei fundamental. Deputados houve que voluntária ou involuntariamente fizeram o jogo dos adversários da Assembléia. De forma que o parto constitucional foi bastante laborioso. Mas o fato é que a criança nasceu. Pode não ser, não é com certeza uma perfeição. Porém aleijão não é também. O tempo e os homens poderão ir corrigindo aos poucos os defeitos dela.

Por outro lado, se o ambiente não é de calma absoluta (sobretudo nestes últimos dias férteis do boato), já se apresenta bem mais sereno. O pleito de 14 de outubro foi limpo, se processou em boa ordem, pacificamente alterou a situação política de mais de um Estado. Os senões que teve não assumiram o aspecto revoltante e escandaloso de outros tempos. E se de um lado revelou algumas deficiências da legislação eleitoral pela primeira vez experimentada em 8 de maio, por outro pôs em evidência suas inúmeras vantagens. A oposição fez os deputados que pôde. E as urnas falaram não a verdade absoluta, que essa não existe, mas a relativa com a qual devem se contentar os homens morigerados.

Como nos balanços de outra ordem, uma verba de depreciação também deve figurar neste, político, de 1934. Muita coisa se gastou com o uso. Muita coisa e muita gente. Ficaram imprestáveis diminuindo o ativo. Ano novo é vida nova. Convém que o país entre nele e nela com materiais em condições de bem servirem. E melhore a sua produção política para vencer a estrangeira que invade o mercado. Sem que nenhuma barreira alfandegária, por mais alta e sólida, lhe consiga impedir a entrada.

Não faz mal. Para 1935 a situação se apresenta mais desafogada. O que não impede que venha a se complicar e destruir tudo quanto se ganhou em 34. A criança que veio à luz em 16 de julho já sofreu sem morrer mais de um golpe traiçoeiro. Desferido pelos seus próprios pais que são os mesmos da pátria. É preciso mais cuidado com a inocente. Se porventura nasceu sem saúde a culpa não é dela mas dos que a puseram no mundo. E só lhes incumbe, se não são desnaturados, ampará-la em seus primeiros passos. Respeitando-a para que o país a respeite.

Diário da Noite, RJ, 28 / dez / 1934.

DISCIPLINA PARTIDÁRIA

O pleito de 14 de outubro em São Paulo valeu por uma esplêndida demonstração de disciplina partidária. Cabe acentuar que foi apenas de 673 o número das cédulas avulsas na eleição federal, a que compareceram 417.040 votantes. O que quer dizer que as legendas partidárias foram respeitadas, nenhum trabalho de monta houve para prejudicá-las com a substituição de determinados nomes. Não se verificou entre adversários a combinação indecorosa que consiste em, quebrando a legenda, organizar chapas com candidatos de dois ou mais partidos. A luta se processou, assim, no terreno da correção e da legalidade. Legenda contra legenda.

Não resta dúvida que o mesmo espírito de disciplina caracterizou o pleito em outros Estados também. Mas em São Paulo, dado o elevado número de eleitores, o fato assume maior relevo, merece registro especial.

Mesmo porque representa um progresso. Sobre um passado que ainda continua bem vivo em mais de um Estado, onde os votos sem legenda se multiplicaram a 14 de outubro sem que nenhum candidato avulso conseguisse entretanto ser eleito. Revelando portanto o trabalho individual de certos candidatos contra companheiros seus de legenda. Uma ausência alarmante de disciplina, o interesse pessoal mandando o partidário às favas, a ambição de cada um fraudando o compromisso coletivo. Falta de autoridade dos chefes, deslealdade dos candidatos, inconsciência dos eleitores. Tudo isso compondo um quadro capaz de desanimar o mais convencido adepto do sufrágio que é a arma da democracia. O diabo é que ela tem dois gumes, como ninguém ignora.

O espírito de disciplina partidária, revelado pelos eleitores de São Paulo, é um sinal de novos e melhores tempos. Prova de que a opinião pública já se acha organizada. É possível que até certo ponto ela se deixe ainda guiar mais por sentimentos que por idéias, por homens que por programas. É possível. Mas onde tudo era indiferença, quando não desordem, essa arregimentação vale alguma coisa. Ouso até dizer muita. Está provado que os soldados existem e são disciplinados. As idéias já têm a quem se dirigir.

Diário da Noite, RJ, 4 / jan / 1935.

O MAU, O PÉSSIMO CONSELHEIRO

Noticiam de São Paulo que o pleito suplementar de domingo atraiu poucos eleitores. Raros abnegados compareceram às urnas para cumprir o que se convencionou chamar o primeiro dever dos cidadãos. É que a luta entre Carnera e Harris pareceu mais interessante ao público que frequenta as competições esportivas e que é o mesmo que frequenta as eleitorais. Pareceu com razão. Nessas competições o interesse todo está na dúvida: quem vencerá? Ora, só era certa a vitória do italiano sobre o negro, a do P. C. sobre o P. R. P., essa era coisa liquidada. Um segundo round inútil, portanto, o de Domingo. P. C. – Carnera já tinha sua vitória garantida sobre P. R. P. – Harris.

Resta agora que como no esporte bem praticado o vencido se comporte com o mais exemplar cavalheirismo. E não continue (como vem acontecendo desde 14 de outubro) no propósito de diminuir a vitória do adversário diminuindo-se a si próprio. Saiba perder já que não soube ganhar. Não recorra à chicana grosseria dos rabulas levantando suspeitas ridículas, inventando fraudes impossíveis, protelando por meio de recursos sem nenhuma consistência a decisão final do pleito. E dando uma prova pública de cultura política reconheça a própria derrota. Não cumprimente se quiser, mas também não insista no erro deselegante de achincalhar o adversário (cuja culpa única é ser o mais forte) e a justiça eleitoral (cujo único mal é não inverter o resultado que sai das urnas).

Não há espetáculo mais abominável do que o de um derrotado não conformado com a derrota entregue a tarefa grosseira de agredir lealmente quem o venceu depois de terminada a luta. Justifica-se que a ânsia do poder alucine os homens. Mas não que os imbecilize. E maior imbecilidade não pode haver do que essa de atribuir a golpes proibidos uma vitória lisamente conquistada à luz do dia e a vista de todos. Se o vitorioso não tem o direito de tripudiar sobre o vencido, não o tem este de enlamear o triunfo daquele. Sobretudo num país onde a representação das minorias sempre foi uma mentira, é de todo em todo lamentável que quando ela passa a ser uma verdade não se mostrem as oposições dignas dessa conquista. Ao P. R. P. já foi dado em quarenta anos de dominação revelar todos os méritos de que seria capaz como governo. Abre-se agora uma oportunidade para demonstrar as suas qualidades como oposição. Deve aproveitá-la inteligentemente, até da maneira mais própria para fazer desejada a sua volta ao poder. Mostrando-se à altura do exercê-lo e não apenas desejoso de empolgá-lo. O respeito pelo adversário é a primeira obrigação dos homens que governam. De forma que o P. R. P., cuja truculência no governo o perdeu, deve agora ensaiar os seus primeiros passos no caminho da cordialidade. É ele na democracia o que mais rapidamente conduz ao poder. Se o ódio é mau conselheiro, movido pelo despeito, então, vira péssimo.

Diário da Noite, RJ, 16 / jan / 1935.

A FRAUDE

Esse caso das fraudes verificadas na apuração do pleito de 14 de outubro no Distrito Federal ou acaba com a punição rigorosa dos culpados ou dá por terra com o Código Eleitoral. Quando toda a gente julgava passado o tempo dos processos indecorosos de ganhar eleições, o crime que ora se procura esclarecer veio provar quanto é miserável ainda a nossa educação política. Nas barbas inocentes da Justiça Eleitoral cavalheiros se acumpliciaram para fraudar o resultado das urnas, favorecer determinados candidatos em detrimento de outros legitimamente eleitos. Os torpes passes de mágica, a que outrora se sujeitava o Congresso para acintosamente desrespeitar a vontade do eleitorado (e que o Código procurou evitar confiando a magistrados, de princípio a fim, todo o processo de votação, apuração e proclamação dos eleitos), se reproduzem apesar do zelo com que a Justiça nacional vem se desempenhando de mais essa incumbência que a revolução lhe deu. É que a ambição desonesta dos politiqueiros, singularmente atrevida num ambiente que sempre tolerou os seus golpes ainda os mais descarados, encontra sempre jeito (diga a lei o que disser, façam os seus executores o que fizerem) de falsificar o sufrágio, vencer não os adversários mas as urnas.

Qualquer tolerância mínima que seja, neste período que ainda é de experiência da nova legislação eleitoral, acarretará irremediavelmente a integral desmoralização desta. Os profissionais da fraude verificarão com prazer que a coisa não mudou, tudo continua como dantes, podem eles exhibir seus talentos à vontade. É a reintegração dos falsários no regime da impunidade em que tanto prosperavam e de que tão saudosos se mostram. A reabertura entre nós e mais uma vez da por muitos chorada falência da democracia.

Já que alguns políticos de fancaria não souberam cumprir o seu dever, cumpra a magistratura eleitoral o seu castigando com exemplar severidade os que de sua autoridade zombaram. O vício é antigo, resiste à ação do tempo e da lei, ri dos propósitos de renovação, desafia os juizes imbuídos de persegui-lo, só há combatê-lo portanto com implacável violência. A 3 de maio não deu o ar de sua graça, ficou na expectativa, vendo onde paravam as modas. Agora, a 11 de outubro, já começou a agir, experimentando reação enérgica, tomará conta dele, reinará outra vez soberano. A opinião pública deve auxiliar a justiça eleitoral nessa tarefa entre todas necessárias de profilaxia.

Se o sufrágio universal em si mesmo já é uma mentira (como querem muitos), por elementar questão de decência não deve o país tolerar ainda por cima se transforme numa ignominia por obra e graça (também para proveito) de alguns ambiciosos sem escrúpulos. A tolerar a fraude será preferível abolir de uma vez o voto. Doa a quem doer. Inclusive a essa infortunada democracia que vive procurando sarnas para se coçar.

Diário da Noite, RJ, 18 / jan / 1935.

REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL

Da bancada classista saíram alguns dos mais devotados e eficientes colaboradores da obra constitucional. Gente de saber e experiência que levou a sério o seu mandato e (embora constituindo insignificante minoria) impediu que de rodo se malograssem as esperanças que os reformadores da Segunda República depositavam na representação profissional. Provou ela tão bem que em mais de um Estado os partidos políticos trataram logo de atraí-la para as suas fileiras. E conseguiram em parte. Vários foram de fato os constituintes classistas que a 14 de outubro disputaram o sufrágio universal. Assim de momento lembro-me de quatro: o fluminense Levy Carneiro e os paulistas Ranulfo Pinheiro Lima, A. C. Pacheco e Silva e Horácio Lafer.

Esses e poucos mais se entregaram de verdade à empresa de restabelecer a ordem jurídica no país. Alheios aos debates da politiquice, deram demonstrações insofismáveis de sua cultura política. Mas não passaram de dez talvez numa representação de quarenta. Os trinta restantes se deixaram envolver pelas lutas partidárias, serviram não raro a outros interesses que não os de sua classe e muito menos da coletividade. O que não quer dizer nem de leve que esses interesses tenham sido de qualquer forma censuráveis. Nada disso. Mas apenas que não se relacionaram com a tarefa propriamente constitucional. De forma que a colaboração da representação profissional em nada ou quase nada se distinguiu da dos partidos políticos. Poucos representantes de classe resistiram à atração dos debates de natureza exclusivamente política no seu sentido mais restrito. A grande maioria participou gostosamente das combinações e discussões feitas à margem dos trabalhos constitucionais.

Agora, que se processam as eleições dos que deverão constituir a bancada profissional na futura Câmara dos Deputados, convém meditar nessa primeira experiência de mais de um ano de representação sindicalista, para que a segunda a se iniciar em maio possa dar melhores resultados. Cabe aos delegados-eleitores o dever de sufragar homens capazes de justificar a ousadia entre nós de uma instituição que outros países, de organização sindicalista bem mais adiantada, não se abalançaram ainda a adotar. Deputados profissionais que não venham a se revelar políticos profissionais. Seria absurdo exigir deles a não intervenção nos debates partidários. São homens, o homem é um animal político, inútil esperar essa abstenção. Mas ao menos que não intervenham para envenenar, aumentando a confusão e a desordem em que já nos debatemos sem a ajuda deles.

Diário da Noite, RJ, 22 / jan / 1935.

DEVAGAR COM A ANDOR

Atravessamos uma fase de intensa atividade pública. Administradores, legisladores e políticos têm a lhes perturbar o sono uma infinidade de problemas a enfrentar e resolver. Enquanto o sr. Souza Costa nos Estados Unidos trata de ajeitar um acordo certamente provisório com os nossos pacientes credores, nós aqui nos debatemos num mar de questões de incomparável gravidade e extrema complicação no dizer dos entendidos. A lista é de fato impressionante: majoração dos fretes marítimos, reajustamento do funcionalismo, reforma do código eleitoral, lei de segurança nacional, imposto sobre as vendas mercantis, situação cambial, código de águas, diminuição da exportação do café, o diabo. Acrescente-se a articulação das oposições, ajunte-se o escândalo das fraudes eleitorais. E ainda a realização de eleições suplementares em mais de um Estado. E também a série ininterrupta de greves. E igualmente a de boatos como consequência de tudo isso. Um inferno. Os motivos para agitação e inquietação surgem ou inventam todos os santos dias, já não se pode mais dormir em sossego nesta terra.

E é natural que assim seja. Só os ingênuos poderiam pensar que o período de adaptação do país à nova ordem de coisas resultante da Constituição de 16 de julho decorresse mansamente, sem nenhuma dificuldade, sem nenhum sobressalto, sem nenhuma dor de cabeça. Pensem no que já aconteceu aqui depois de 91. Vejam o que está acontecendo agora na Espanha. Iniciar vida nova é se haver com o passado, o presente e o futuro ao mesmo tempo. E a liquidação do primeiro é sempre penosa. O que aumenta a confusão inevitável do segundo e acumula pedras no caminho do terceiro. Os regimes discricionários deixam de lado problemas que os legais não podem deixar de resolver de qualquer forma. Fora da lei é possível adiar ou mesmo não atender. Dentro, a menos que não se queira desmoralizá-la, as soluções têm de ser imediatas. É desgraça sabida dos homens não poderem viver sem lei e não saberem viver com ela. Suprimem-se para ter maior liberdade. Restabelecem-na em nome da mesma liberdade. E então os descontentamentos refeedos, as pretensões adormecidas, as reivindicações adiadas irrompem de uma só vez. Já não falando nos problemas postos à margem que reaparecem diante dos que governam para serem decifrados ou devorados.

Portanto, calma. Calma no Brasil, hoje mais do que nunca. Devagar com o andor que o santo é frágil, o caminho cheio de buracos ladeando o famoso abismo. Vamos tratar primeiro de pôr um pouco de ordem na procissão. Os lugares da frente já estão preenchidos desde 14 de outubro. Nada de querer conquistá-los pela violência. Também não adianta por hora alterar o itinerário. Está traçado bem ou mal desde 16 de julho. Convém respeitá-lo até que não pare dúvida sobre as suas desvantagens. Por enquanto é tocar para a frente.

Nas procissões de Minas há sempre um sujeito incumbido de transmitir aos da vanguarda as ordens de avançar ou de estacar. O “Deo gratias” se transforma na sua boca em “Deu graça”: “Deu graça para andar”, “Deu graça para parar”. O voto de 14 de outubro deu graça para andar. Mas andar devagar que o santo é frágil, o caminho cheio de buracos ladeando o famoso abismo.

Diário da Noite, RJ, 23 / jan / 1935.

A GRANDE QUESTÃO DO MOMENTO

O projeto de lei de segurança nacional, tão largamente anunciado e tão ansiosamente esperado, vai encontrando as primeiras resistências. Lei de repressão não podia mesmo passar em branca nuvem. Havia de sofrer, já está sofrendo, ataques violentos. O regime político que ela visa defender não agrada a toda a gente, pode-se afirmar até que por esse mundo afora agrada cada vez menos. Era fatal portanto a repulsa de seus inimigos, extremistas da direita e da esquerda. Por outro lado, entre seus adeptos, entre os democratas de coração e liberais de convicção, não se chegou até hoje a um acordo quanto ao melhor modo de preservar a forma de organização política e social que é a nossa dos golpes tremendos que todos os dias e em toda a parte vem recebendo. O que não é de espantar porque ainda no entendê-la e praticá-la as opiniões divergem, reina a confusão.

Na Constituinte isso mesmo ficou patente. Composta em sua esmagadora maioria de democratas, ela mais de uma vez, inúmeras vezes, se dividiu e hesitou diante de um dispositivo de ordem política e social a votar. De forma que acabou por fazer concessões de maior ou menor alcance quer à direita quer à esquerda. Reacionária aqui, liberal ali, revolucionária acolá. O regime ficou sendo o mesmo de 91, porém, neste ou naquele ponto adaptado às exigências dos seus dois mais ferozes inimigos de hoje. Acendendo uma vela a Deus e outra ao diabo, a Constituição de 16 de julho tentou um equilíbrio difícil. Para mantê-lo, para não cair do arame, não pode deixar a democracia de recorrer à sombrinha dos equilibristas de circo. Natural que os extremistas neguem a sombrinha e sacudam o arame para derrubar a pobrezinha. Mas não se compreende que os partidários do regime não assistam a artista nesse passo difícil. Podem divergir no peso, na cor, no formato, na sombrinha. Não podem discutir-lhe a utilidade.

Mas discutem. Discutem porque não sabem ao certo o que querem. Nem se sentem suficientemente fortes para assumir atitudes radicais, decididamente pró ou contra. Qualquer coisa que anda no ar. Se anda. Convém portanto fazer prudentemente do regime democrático liberal, cada vez mais, um regime de tolerância. Ninguém sabe o que nos prepara o futuro talvez próximo. Por isso há quem deseje se defenda a democracia passivamente, sem revidar os golpes dos adversários, recuando apenas. Até onde?

O projeto está na Câmara, onde todas as correntes de opinião possuem representantes. A discussão, certamente apaixonada, revelará quais os dispositivos a modificar. Com plena consciência devem debatê-la os nobres pais da pátria. Sejam quais forem as objeções que ela possa levantar, a verdade é que a lei pretendida interessa profundamente a estabilidade do regime que a constituição manteve no seu primeiro artigo e a que se mostrou mais ou menos fiel nos outros. O voto dos deputados tem de ser sincero, há de pairar acima de quaisquer interesses de ordem subalterna, revestir o aspecto de uma profissão de fé, depois de um debate que delimite perfeitamente os campos doutrinários em que a Câmara se divide. Na confusão em que vivemos já será excelente essa definição de atitudes, essa tomada de posições.

Diário da Noite, RJ, 30 / jan / 1935.

A PROCURA DA JUSTA MEDIDA

O sr. Henrique Bayma, falando aos seus colegas da Comissão de Justiça, colocou nos devidos termos a questão suscitada em torno do projeto da lei de segurança nacional. Disse ele com efeito: "Trata-se de dar às instituições os meios necessários à sua defesa. É uma necessidade imprescindível, mas que tem de ser realizada guardando o respeito devido às garantias necessárias aos cidadãos. A procura da justa medida é, e não pode deixar de ser, um terreno comum em que todos hão de se encontrar". Todos, isto é, maioria e minoria, desde que a Câmara esteja sinceramente empenhada em salvaguardar as instituições que ela mesma, enquanto Constituinte, manteve. É difícil acreditar que em seis meses apenas a opinião do Palácio Tiradentes sobre as vantagens do regime democrático entre nós tenha sofrido uma mudança radical. Tudo indica que as convicções políticas dos autores da Constituição, hoje deputados, não se alteraram em tão curto prazo e constituem eles possuídos da certeza de que asseguraram à nação (como diz o Presidente) "a unidade, a liberdade, a justiça e o bem estar social e econômico".

Ora, se é o democrático o regime que melhor convém ao que se convencionou chamar (sem conseguir definir) de realidade brasileira, não há deixar de organizar a sua defesa contra os que tudo fazem por destruí-lo. Os legisladores que aí estão não hão de querer expor a Constituição, que é obra presumivelmente sincera deles, aos golpes dos adversários. Para os constituintes deputados, logicamente, o estatuto de 10 de julho não pode ser alterado ao que diz respeito à "estrutura política do Estado"(art. 178). E quando há quem pense fazer essa alteração por meios violentos, coerentemente não pode deixar a Câmara de estudar medidas tendentes a contrariar tal propósito. Do ponto de vista dos dignos representantes da nação, partidários da democracia (que é o que mal e mal venho tentando definir), a divergência só pode surgir na natureza das medidas a adotar. Aí sim, é natural que as dúvidas apareçam. E com elas a preocupação de não violar as garantias essenciais do cidadão, a que aludiu o sr. Henrique Bayma. Sob o pretexto de salvar o regime, não atentar contra o que é de sua essência.

O debate sobre o projeto será sem dúvida nenhuma duplo. No plenário e no seio da própria Comissão de Justiça, conforme ficou anteontem decidido. De forma que haverá bastante vagar para um estudo consciencioso da matéria, bastante tempo para o exame das críticas, das sugestões, das correções que estão sendo feitas e se farão ainda. Várias restrições já apareceram, partidas de fontes autorizadas e insuspeitadas. Dentre os deputados que assinaram o projeto, muitos já manifestaram o propósito em que acham de acolher com boa vontade e estudar de ânimo desprevenido (como é de seu dever) as emendas que oportunamente forem apresentadas. De forma que nada impede antes de tudo contribuir para que se estabeleça o espírito de tolerância e colaboração sem o qual se torna impossível qualquer trabalho parlamentar útil. Se alguma coisa deseja a opinião pública é sem dúvida que as várias correntes representadas na Câmara se encontrem no "terreno comum" do bom senso e acordem na "justa medida" que aos interesses do Estado e aos direitos do indivíduo satisfaça.

Diário da Noite, RJ, 2/ fev / 1935.

A REFORMA ELEITORAL

Calcula o “Diário da Noite” de São Paulo que só em fins de maio ou princípios de junho possa ser instalada ali a Assembléia Constituinte Estadual. Os trabalhos de apuração dos votos e proclamação dos eleitos gastarão assim nada menos de sete meses aproximadamente. Custa acreditar mas é isso mesmo. Sete meses para que o Supremo Tribunal Eleitoral indique em definitivo os sessenta constituintes mineiros, baianos, gaúchos e outros. Cerca de um ano depois de reconstitucionalizado o país é que será possível iniciar os debates para a reconstitucionalização dos Estados ou ao menos de grande parte deles. E é inútil acentuar os prejuízos de toda a espécie que dessa demora já estão advindo e advirão ainda para a vida nacional.

Entretanto existe na Câmara desde muito um projeto de reforma eleitoral que transformado em lei com a urgência reclamada teria evitado esses prejuízos, abreviando bastante o trabalho da justiça. Nesta altura ainda a sua aprovação traria enormes vantagens, pois (tratando-se de lei política, de lei de interesse público) não poderia deixar de se aplicar aos casos pendentes. Mas a Câmara parece que só trabalha com presteza quando lhe oferecem oportunidade para desorganizar o ensino. Fora daí é inútil lhe pedir pressa. De forma que a reforma eleitoral (como tantas outras leis indispensáveis, exigidas insistentemente pelo país) espera a sua vez de ser votada. Quando chegará essa vez? Tarde ou nunca pelos modos.

O que não impede cumpra a gente o dever de reclamá-la. Impõe-se com efeito a reforma do Código Eleitoral para o fim de se facilitar o mais possível os trabalhos de apuração e esclarecer perfeitamente o que nos dispositivos em vigor existe de duvidoso e confuso, dá motivo para interpretações diferentes, faz com que o Tribunal Superior reforme constantemente os julgados dos Regionais, favorece os recursos protelatórios, impossibilita dentro de curto prazo a proclamação dos eleitos. E com isso vai criando casos, adiando a solução legal das lutas partidárias, prolongando o ambiente de agitação em que o projeto de reforma, elaborado pela comissão de que é presidente o sr. Henrique Bayma, é indiscutivelmente bom, corrige tanto quanto possível os males que a aplicação do Código já por duas vezes evidenciou. A Câmara pouco ou nada terá que modificar para aprová-lo possuída da certeza de estar prestando ao país os serviços que os seus interesses exigem. Facilitar o restabelecimento da ordem jurídica nos Estados é obrigação que a todos incumbe e sobretudo àqueles que os Estados elegeram para que dessem ao país uma Constituição. E que outorgada esta conservaram confessadamente o seu mandato para votar antes de mais nada as medidas necessárias à adaptação do Brasil ao novo regime constitucional.

Diário da Noite, RJ, 18 / mar / 1935.

**PARTE IV: REFLEXÕES DO QUARTO ANIVERSÁRIO – A REVOLUÇÃO
DE 30**

REFLEXÕES DO QUARTO ANIVERSÁRIO

É dos destinos das revoluções nunca serem comemoradas ainda em seus primeiros aniversários, por todos quantos contribuíram para sua vitória. Nem por isso mesmo amaldiçoada por todos quantos a combateram. Pode ser injusto mas é assim, nunca deixou de ser assim, assim há de ser sempre. Porque (como toda a gente sabe e de tanto sabido e dito constitui surradíssimo lugar comum) os acontecimentos costumam sempre sacrificar os homens que por eles mais se sacrificaram. Os extremados dos dias de luta vão sendo postos à margem depois da vitória.

Porque a vitória não pode ser combativa, para se consolidar precisa de homens armados de serenidade que saibam transgredir, acomodar, dar tempo ao tempo. E esses homens necessários ela vai buscar onde eles se acham, ainda que seja no campo inimigo. Ai dos vencedores! - não dos vencidos.

A revolução de 30 como todas as revoluções vem devorando com método seus chefes mais exaltados. O que só pode surpreender os bobos. A conquista do poder se faz pela violência. A conservação do poder (pelo menos nos regimentos que não os de força) por outros meios, muito diversos. Os políticos não são cínicos. A política é que o é e por demais. Os chamados revolucionários puro-sangue quiseram continuar no governo a obra da destruição que lhes deu o poder. Ou mais de acordo com o que aconteceu entre nós: a obra de substituição de homens por eles sonhada. Cada qual tinha a sua idéia salvadora. E para realizá-la cada qual disputou um posto. O passado não prestava, impossível aproveitar dele o que quer que fosse: instituições podres, homens, idem. Mas a realidade é feita de coisas boas e ruins, impregnada do que se foi, como do que é e será, pode mais do que os homens, do que os ingênuos, então, nem se fala.

Assim, os inexperientes de boa e má índole, puros e impuros, que em 30 vieram à tona da vida pública não podiam mesmo escapar da fogueira. Subir no balanço não é assim tão difícil. Difícil, mas muito é se agüentar nele. O poder sabidamente embebida. E a bebedeira sabidamente provoca a falta de equilíbrio. De norte a sul os renovadores invadiram o país. E o país, hoje um, amanhã outro, os foi reformando compulsoriamente.

Cada momento exige os seus homens. E os gasta logo. Nosso inimigo, o tempo (como observava o sr. Antônio Carlos aos oradores da Constituinte que se demoravam na tribuna, esgotados os cinco minutos regimentais), é ligeiro no envelhecer e, portanto, inutilizar os homens de governo. Só respeita mesmo os que não se afobam, não se precipitam, deixam ficar como está para ver como é que fica.

Diário da Noite, RJ, 24 / out / 1934.

QUE VENHAM AS IDÉIAS

A pacificação política do Rio Grande do Sul, como a de vários outros Estados, pode não estar no sentimento dos homens mas está sem dúvida na lógica das coisas. De fato, não se compreende a existência de partidos antagônicos onde as idéias não o sejam. É um sinal de incultura essa luta dos indivíduos em torno do poder, sem que nenhuma divergência doutrinária os separe. Só idéias, de programa, ou é uma [...] o governo pela força ou pelo voto. De forma que a luta dos partidos é uma luta de idéias, de programas, ou força grosseira.

Entre nós as oposições só são oposições porque estão longe do poder. O seu programa é o mesmo, sem tirar nem por, dos que governam. O eleitor não é chamado a decidir entre princípios que repelem, mas entre homens que se odeiam. E se odeiam por razões que de modo nenhum dizem respeito a organização social e política do país. É o interesse particular não o geral que os separa. Ou se preferirem razões de ordem momentânea, não permanente.

Assim as oposições se processam facilmente dentro de grupos que qualquer interesse ocasional formou. Assim os homens que em 30 se coligaram contra o sr. Washington Luís logo se desavieram e o grupo se fracionou em grupinhos. E cada grupinho formou o seu partido de programa vago e absolutamente igual. De forma que se apresentaram mais tarde na Constituinte inteiramente de acordo quanto aos pontos essenciais da lei fundamental a elaborar. Os colaboradores da revolução, que se indispuseram com o governo que dela resultou e passaram para a oposição, não trouxeram uma idéia nova, uma idéia capaz de abalar esse governo. Tão somente puseram em dúvida a capacidade dos detentores do poder para a execução de um programa comum.

Por outro lado, como nenhum postulado doutrinário os afastava, homens da revolução e homens ligados à situação combatida pela revolução, puderam se entender e se aliar. Muito naturalmente e muito logicamente. Porque extraordinário e ilógico é que haja luta quando o programa é o mesmo. E os que passam a cooperar exercem um direito publicamente conquistado e não recebem um favor negociado na sombra.

O parlamento nacional, se mais arejado fosse a nossa mentalidade política se dividiria em três grupos somente: o do centro democrático-liberal, o da direita integralista, o da esquerda comunista. E não, como manda o nosso atraso em tantos sub-grupos quantos são os Estados multiplicados por dois: situação e oposição, ambas furiosamente democráticas, intransigentemente liberais.

Já em 1857 o primeiro Nabuco falava aos seus colegas de legislatura: “Qual o remédio da situação? É que venham as idéias para que possam vir os partidos”.

Diário da Noite, SP, 29 / nov / 1934.

O MILAGRE SEM ERRO

Na entrevista que ontem concedeu aos “Diários Associados”, o sr. Ronald de Carvalho teve ensejo de proclamar o entusiasmo e a confiança que lhe inspira a geração a que pertence, “a geração que Alberto Torres sonhou”. Para dizer logo a seguir: “Ela aí está e sabe que o Brasil reclama o conagração de todos os contingentes humanos, num grande partido, cuja razão de ser não decorra da política vulgar mas do estudo e da resolução dos problemas administrativos, econômicos, financeiros, sociais, partido que reúna todas as forças orgânicas da nação. A revolução abriu ensejo para que lancemos suas bases”.

De fato, a Revolução de 30 foi em toda a nossa história política um dos únicos, talvez mesmo o único movimento realmente nacional. Norte, centro e sul se coligaram para o mesmo objetivo e até ele chegaram confraternizados. De forma que o fortalecimento dessa união milagrosa deveria ter sido o primeiro cuidado dos vitoriosos. A oportunidade era excepcionalmente favorável para um entendimento que em quatro séculos nunca chegou a ser completo. É possível mesmo que nunca mais se ofereça ao país outra, assim magnífica, para o conagração pretendido pelo autor de “Estudos Brasileiros”. Se os homens que o movimento armado pôs nos postos de comando e distribuiu pelos Estados tivessem se conduzido com a inteligente cautela e o refinado tato indispensáveis à obra de recomposição que se impunha, com certeza não estaríamos hoje na mesmíssima situação em que nos encontrou a revolução: divididos em tantas facções quantos os Estados, mais o Distrito Federal, mais o Acre, multiplicado esse número pelo dos grupos partidários locais. Isto é: desorganizadamente divididos, que esse é o mal.

Os delegados da Ditadura, com raríssimas exceções, julgaram fazer obra nacionalista ferindo os sentimentos regionais de pundonor e autonomia. Quando o que lhes competia para realizá-la era justamente respeitar, afagar até esses sentimentos naturais, inextirpáveis. Porque onde o antagonismo resulta de condições geográficas e econômicas diversas, imposto assim por fatores inelutáveis, não há estabelecer o espírito nacional quebrando o regional, mas partir deste para aquele. No país menos individualista do mundo, a contribuição pessoal de cada trabalhador é hoje valorizada, acariciada se assim é possível dizer, a sua fé nas próprias forças insuflada, fomentando o seu orgulho, para o nivelamento na obra comum.

O ensejo de que fala o sr. Ronald de Carvalho já passou. Já passou e não foi aproveitado. Hoje a tarefa se apresenta incomparavelmente mais difícil. Os próprios homens que idealizaram e dirigira a revolução se acham separados por muitas causas e muitos ódios. A “política vulgar” define novamente as posições. E os Estados Unidos do Brasil retornam ao isolamento, não digo colonial, mas federativo, até lhes desperte o ânimo aliancista. Ou então os jogue mais que uma questão presidencial uns contra os outros. A menos que a “geração que Alberto Torres sonhou” não repita o milagre de 30 sem repetir o erro.

Diário da Noite, RJ, 15 / dez / 1934.

FONTE DOS AMORES

Poços de Caldas, 23 - Existe em Poços de Caldas uma Fonte dos Amores e nessa Fonte dos Amores uma cascatinha, duas placas de bronze com versos de Alberto de Oliveira, um trabalho malogrado (dois jovens se acariciando) de certo marmorista de São Paulo e um fotógrafo. Tudo isso é muito pitoresco: a fonte, os versos, o mármore, o retratista. Sobretudo este que é fantasista. Tem uns painéis representando o “Jaú” atravessando o Atlântico, casais em atitudes ridículas, um caçador esfaqueando uma onça, outro dominando uma cobra e assim por diante. Os corpos não têm cabeça. Esperam a dos aquáticos gaiatos. Aos quais se proporcionam desse jeito algumas aventuras pela fotografia. A coisa é conhecida, escusa o trabalho de explicá-la com maiores detalhes.

Mesmo porque o retrato de que eu quero falar não é desse gênero. É de outro muito diverso: é do gênero histórico. O fotógrafo o exhibe aos visitantes com grande orgulho. E tem razão em senti-lo. Porque se trata de uma fotografia dos srs. Góis Monteiro, Juarez Távora e Oswaldo Aranha. Tirada ali na Fonte dos Amores logo após a vitória de 30. Como todos estão lembrados, esses três generais da revolução se reuniram em Poços de Caldas quando o sr. Getúlio Vargas iniciava ainda o seu governo discricionário para um ambiente calmo e salutar, para meditar sobre os destinos do país. Reuniram-se, meditaram e fotografaram-se. Dessa reunião e dessa meditação só resta mesmo a pose fotográfica da Fonte dos Amores. O que aumenta extraordinariamente o seu valor histórico e simbólico. Os três generais (dos quais só um veio a se revelar afinal verdadeiro) não aparecem voando ou matando onça e cobra. Mas salvando o Brasil, façanha não menos heróica.

De forma que o historiador que amanhã se ocupar com a Revolução de 30 poderá afirmar com acerto que no princípio era a Fonte dos Amores. Era. Há prova fotográfica de que era. Os vitoriosos se amavam, juntavam afetuosamente as respectivas cabeças para ler os versos de Alberto de Oliveira que a poética Fonte inspirou. Tudo se passava entre sorrisos, flores, rimas, pássaros cantando, águas cristalinas correndo, brisas perfumadas soprando, uma delícia de lirismo bucólico. Os três chefes outubristas passaram em Poços de Caldas a sua lua de mel com a revolução.

Depois é que foram elas. Salvo em Poços de Caldas, o país continuou mais ou menos perdido em todos os outros lugares pelos quais se estende com incontestável exagero. Cidades e campos. A realidade pode mais que o sonho aquático da Fonte dos Amores. O riacho que ali se despenha em cascata arrasta na sua correnteza (asseguram os versos de Alberto de Oliveira) uma alma de freira. Por isso o poeta se lembrou de pedir às suas águas que rezem. Rezem por ele poeta e por nós todos. A tão justo pedido juntemos os nossos pensando também no país: Rezai por ele, oh águas da Fonte por Amores, rezai, rezai.

Diário da Noite, RJ, 27 / dez / 1934.

**PARTE V: CONTRA O ENSINO E CONTRA O PAÍS – DEBATES SOBRE A
QUESTÃO EDUCACIONAL**

O IMPASSE ORTOGRÁFICO

Três questões tiveram a virtude de exaltar os ânimos dos deputados à Assembléia Nacional Constituinte: a dos limites interestaduais, e das emendas religiosas e a ortografia. Orador que as debatesse tumultuava na certa o recinto. Em frente à tribuna reunia-se logo um magote de exaltados divididos em dois campos irreconciliáveis. E não raro a discussão degenerava para o terreno pessoal dos desaforos, das ameaças, das exibições de valentia. Tenho bem viva na memória a sessão em que se votou (com a incrível redação de todos conhecida) o já famigerado artigo 26 das “Disposições Transitórias”. Os dois membros da Academia Brasileira de Letras que defenderam a ortografia simplificada, falaram num ambiente tempestuoso. De minuto em minuto as campanhas soavam pedindo calma. Porém, a calma não vinha e o debate se acalorava cada vez mais.

Até que chegou o momento da votação. Em quase todas as feições, uma expectativa ansiosa. Parecia que o voto ia decidir os destinos nacionais. De fato a vitória da ortografia mista, incerta e não sabida, foi saudada com demorados, vibrantes, ousos dizer mesmo, patrióticos aplausos.

Estava morto o acordo luso-brasileiro. Morto, porém não enterrado. De fato nenhum dispositivo da nova Constituição encontrou tão forte resistência na sua aplicação quanto esse. Todas as escolas do país e a grande maioria dos editores vinham adotando desde muito o sistema ortográfico oficializado por ato do Governo Provisório. Sistema que, bom ou mau, tinha a vantagem de ser um, isto é, de fixar obrigatoriamente uma forma de escrever, acabar com a indecisão e a discussão, fixar de uma vez por todas o que era incerto. Não resta dúvida que o acordo piorou grandemente a obra magnífica dos filólogos que em Portugal fizeram a reforma ortográfica. Mas o pior do acordo ainda era muito preferível à confusão que no assunto reinava e a Constituição restabeleceu.

Criando um impasse tremendo. Para sair dele, o ministro da Educação acaba de apelar para dois competentes. O que resta, portanto, aos que não o são, é aguardar o pronunciamento de Antenor Nascentes e Sousa da Silveira. Aguardar e se conformar com ele. De que precisamos, urgentemente, é de uma regra ortográfica. Devemos, assim, aceitá-la como um remédio necessário: sem discutir.

Diário da Noite, RJ, 23 / out / 1934.

MAIS UM ASSALTO DA INCULTURA

Deverá figurar hoje na ordem do dia da Câmara dos Deputados o projeto com que o sr. Ribeiro Junqueira houve por bem dar força de lei ao abuso das promoções por média nas escolas do país. Como é de conhecimento público, o projeto teve parecer contrário do sr. Aloísio Filho, que o relatou na Comissão de Educação e Cultura. O deputado baiano honra o ensino jurídico entre nós, como catedrático de Direito Penal na Faculdade de seu Estado. Não podia, pois, deixar de condenar, nos termos incisivos em que o fez mais esse atentado contra a decência de um ensino, que já sabidamente existe menos para cultivar que para diplomar. Não é que o exame oral seja uma prova decisiva, absolutamente indispensável para que o professor possa aquilatar com segurança da capacidade do aluno. Toda a gente sabe que o êxito do exame oral não depende somente do conhecimento da matéria. Muito ignorante audacioso existe capaz de brilhar diante de uma banca examinadora bem mais do que um sabido tímido. A questão entre nós não deve ser colocada nesses termos (maior ou menor utilidade da prova oral) mas encarada dentro da triste realidade do ensino nacional. A promoção exclusivamente por média se justificaria se as nossas escolas fossem dignas desse nome, se nelas os diretores, professores e fiscais do governo se houvessem com o rigor necessário. Escolas que verdadeiramente ensinassem procedendo a uma seleção de valores. No deplorável estado em que elas se acham, a abolição da prova oral é mais uma facilidade onde tudo é fácil, mais uma porteira que se retira (poupando assim o trabalho de abri-la) no caminho bastante suave que conduz ao bacharelato.

Só os partidários do quanto pior melhor podem aplaudir a consagração definitiva de um abuso que há quatro anos se repete. Com a ajuda do tempo, depois de organizado e moralizado o ensino, nada impedirá que se estabeleça a promoção por média. Isto é: quando esta traduzir na verdade o grau de aproveitamento do aluno. Hoje, a medida representará um escândalo. Dos mais escandalosos. Entre o projeto do sr. Ribeiro Junqueira e o parecer do sr. Aloísio Filho a Câmara não pode hesitar. E se ela preferir aquele a este, então diante da incúria ou da covardia do legislativo, ao executivo só restará uma atitude: a de vetar em nome do que ainda nos pode restar de cultura semelhante triunfo da ignorância.

Diário da Noite, RJ, 14 / nov / 1934.

A CAMINHO DA CONSUMAÇÃO

Já não há forças humanas que evitem a consumação do grande escândalo: oitenta e oito deputados impediram fosse ouvida a Comissão de Justiça sobre o projeto estabelecendo a promoção por média. O requerimento nesse sentido chegou a ser dado por aprovado. Mas o sr. Accúrcio Torres, feito na ocasião sentinela da incultura, estava vigilante e requereu verificação de votação. Os oitenta e três partidários da média compareceram firmes. O requerimento caiu, o projeto passou em primeira discussão, passou ontem em segunda, passará hoje em terceira. E assim os bacharéis tipo 1934 não apresentarão nenhum melhoramento sobre os das quatro séries anteriores.

Sabidamente a incultura e a falta de senso é que são intolerantes. A cultura e o bom senso, esses, praticam a virtude da tolerância. Mas é impossível que os homens cultos e sensatos (peço lugar entre os últimos) deste país essencialmente agrícola e ignorante não se revoltam contra mais esse golpe vibrado contra o ensino nacional. A Constituinte estabelece um dispositivo concebido precisamente para coibir o abuso, a que agora se dá força de lei pelo voto dos mesmíssimos cavalheiros que aquele dispositivo aprovaram. É de a gente não compreender mais nada. Ou compreendendo soluçar de raiva.

Lá está no capítulo “Da Educação e da Cultura”, artigo 158: “É vedada a dispensa do concurso de títulos e prova no provimento dos cargos do magistério oficial, bem como, em qualquer curso, a de provas escolares de habilitação, determinadas em lei ou regulamento”. Lá está. Mas é como se não estivesse. À Assembléia que aboliu o imposto de viação e de transporte e o manteve para o exercício financeiro de 1935, não podia mesmo custar anda proibir a dispensa de provas escolares para em seguida suprimir uma delas. Mudando de rótulo, transformando-se de Constituinte em Legislativa, tomou a liberdade de mudar também de doutrina. Tão simplesmente.

Para ser lógica, deve agora a Câmara dispensar também o concurso de títulos e provas para os candidatos do magistério. Não há razão para exigir muito de professores que nada (ou pouco apenas) podem exigir dos alunos.

O doce país, onde os sabiás fazem barulho e os sábios silêncio.

Diário da Noite, RJ, 22 / nov / 1934.

CONTRA O ENSINO E CONTRA O PAÍS

A Câmara está positivamente apostada em liquidar de uma vez o pouco, o muito pouco que ainda nos resta em matéria de ensino. Jurou a si mesma destruir até os alicerces o já abaladíssimo edifício da educação nacional. Jurou. E nessa empresa diabólica não quer perder um minuto, dá tratos à imaginação, multiplica os golpes, joga-se de corpo e alma, pés e mãos, é um vendaval desencadeado.

De fato, não satisfeitos com o escândalo da promoção por média, lembraram-se agora vários deputados de proteger as tristemente famigeradas escolas livres. Oficializando uma, permitindo que os alunos das outras se transfiram para as oficiais. Se não é o fim do mundo, do ensino não há dúvida nenhuma que é.

Toda gente sabe que com raríssima exceções as faculdades e até as universidades livres, que possuímos espalhadas por todo o país, não ministram e sim exploram o ensino. Não raro da maneira mais sórdida, mais deslavada, mais criminosa que é possível imaginar. Toda gente sabe que as autoridades a quem incumbe a fiscalização do ensino mais de uma vez têm fulminado essas fábricas de diplomas, pondo a nu as suas mazelas, os processos inconfessáveis a que recorrem para prosperar, ganhar alunos e dinheiro. Toda gente sabe que a respeito dessa praga do ensino várias campanhas têm sido feitas na imprensa e nos centros de maior cultura do país, para por paradeiro em tamanho descalabro.

De tudo isso toda gente sabe. Menos aqueles, ou melhor, alguns daqueles aos quais a nação confiou a tarefa de legislar, inclusive sobre educação. Sobre o pretexto de disseminar o ensino, o que a Câmara está disposta a fazer (e querem que ela ainda venha a praticar), é revoltar, mais do que as pedras, o próprio lixo das ruas. Onde os argumentos da razão nada conseguem, só há falar a linguagem da indignação, que é rude mas diz bem o que quer.

De algumas congregações de escolas superiores têm chegado à Câmara protestos contra a obra de desmoralização integral do ensino em que ela se acha tão gostosamente empenhada. Pois o escândalo é dos que deviam provocar, não protestos isolados, mas todo um movimento de opinião de norte a sul do país. Porque é contra este, seu presente e seu futuro, que a Câmara está na verdade trabalhando.

Diário da Noite, RJ, 27 / nov / 1934.

A CANETA DE OURO

Os estudantes do Rio Grande do Sul ofereceram uma caneta de ouro ao sr. Getúlio Vargas. Para assinar o quê? O decreto da promoção por média. A magnitude do ato, o grande benefício que dele resultará para o país, a consagração oficial de tão esplêndida conquista da nossa cultura exigiam mesmo esse gasto de ouro, ouro e dezoito quilates, ouro de lei, como um bom quadro exige uma boa moldura. Com pás de ouro ajeita-se a primeira argamassa para a construção dos edifícios públicos de excepcional utilidade. Uma escola por exemplo. É justo pois que com canetas também de ouro se assinem decretos como esse, de tantas e tão assinaladas vantagens para o ensino. Os estudantes gaúchos foram até comedidos no seu justíssimo júbilo. Decreto assim honroso, quer para os que nele colaboraram, quer para os que ele vai beneficiar, merece não somente ser assinado com caneta de ouro, mas ainda esculpido em placas de ouro no salão nobre de todas as escolas do país.

Faz cinquenta anos Rui1 pleiteava a organização de um serviço de “defesa nacional contra a ignorância”. Está organizado graças ao zelo e a clarividência da Câmara de 1934. Agora é devolvê-lo cada vez mais, por supressões sucessivas. Depois do exame oral, o escrito. Não haverá mais provas. Também não haverá mais aulas. Também não haverá mais ensino. Anualmente uma geração espontânea de doutores. Anualmente? Mensalmente. Mensalmente? Diariamente.

A educação (reza o art. 149 da Constituição) é direito de todos. Pois não será mais direito. Será atributo, qualidade intrínseca, presunção legal. Qualquer coisa assim, independente da vontade de cada um. Todos serão iguais perante a cultura. Todos terão direito a um diploma de livre escolha. Confraternização geral na ignorância.

A responsabilidade do descalabro a ser sancionado com pena de ouro tem sido cometida aos estudantes. Quando a verdade é que não têm eles no caso a mínima culpa. Nem há censurar o entusiasmo com que receberam a promoção por média. Porque não lhes incumbe elevar o nível do ensino. Afinal o que a lei faz é prescindir de uma prova de sua capacidade. Seria demasiado exigir que contra isso se revoltassem. Natural que se julguem sabidos. E que recebam alegremente um ato confirmando a opinião que de si mesmos formavam. No fundo tudo não passa de uma lisonja. Coisa sabidamente agradável de receber.

E rendosa de fazer. Sobretudo à custa alheia. À custa do ensino na espécie. Quanto à pena de ouro, seria de desejar que o sr. Getúlio Vargas depois de assinado o decreto (não sendo possível antes) fizesse com ela o que com a sua muitos escritores já têm feito: quebrá-la.

Diário da Noite, RJ, 8 / dez / 1934.

RUMO AO DINHEIRO

Falando de anteontem na Câmara declarou o sr. Henrique Dodsworth que a despesa da União com o ensino em todo o país não vai além de 45 mil e 600 contos. O que foi contestado pelo sr. Teixeira Leite, para quem essa despesa é muito maior. Não tenho elementos para apurar se assim é de fato. Mas que o dispêndio alcance o dobro, o triplo da quantia pretendida pelo deputado carioca. Será suficiente? Não responderão os nossos 30 milhões de analfabetos ou por eles os 10 milhões de alfabetizados.

Não, evidentissimamente. A quota da União para o custeio do ensino e seu aperfeiçoamento crescente deveria ser bem maior. Resta averiguar se pode ser. E com ela a dos Estados e Municípios. Ou muito me engano ou a resposta ainda aqui tem de ser não. O problema da cultura (não é isso novidade para ninguém) depende de outro, com certeza mais angustiante, que é o do dinheiro. Somos um país pobre e como todo país pobre um país de analfabetos. Com a agravante de ser a minoria quase toda de semi-alfabetizados. Apenas.

Claro que não há difundir eficientemente o ensino onde os meios de comunicação não existem. E as noções de higiene, a mais rudimentar, se tornam ainda mais precisas que as outras que a escola primária ministra: ler, escrever, contar. De forma que antes de ser o vasto deserto de homens e idéias do sr. Oswaldo Aranha, o Brasil é o vasto hospital do Miguel Pereira. Sem saúde e sem letras, porque sem dinheiro.

Aí é que a coisa pega. E não há jeito por enquanto de despegar. Rumo ao mar, rumo ao sabão, rumo à cartilha, todos esses destinos não melhorarão os nossos. Rumo ao dinheiro, isso sim. Rumo ao dinheiro, que nos dará o resto. Todos os planos de salvação nacional hão de girar em torno desse objetivo que conduz aos demais.

O secretário da Cruzada Nacional de Educação, em entrevista ontem concedida ao “Diário da Noite”, lembrou que os dez milhões de nacionais que sabem ler e escrever poderiam entrar com uma contribuição anual de dez tostões cada um. Com o cobre assim obtido, “dentro de quarenta anos estariam todas as crianças do Brasil alfabetizadas”. Não estariam. Ainda que a idéia fosse viável, não estariam. Temos muitos exemplos de taxas criadas para determinado fim. Num Estado que eu bem conheço criou-se uma, judiciária, para custear a construção do palácio da Justiça. A quantia assim arrecadada já dava para construir não um, mas dez palácios. E a construção do da Justiça ainda não foi concluída. E quando for, a taxa deixará de ser cobrada. Por quê? Porque é recurso de quem deve pedir dinheiro para isto e aplicá-lo naquilo. Isto é: não no custeio de serviços novos (cuja necessidade foi o pretexto para a criação da taxa) mas no pagamento de dívidas antigas de natureza muito diversa. Assim nesse caso do Estado que eu conheço. Assim em inúmeros casos do país que todos conhecemos.

As vozes que Rui ouviu continuam clamando. Mas não vêm do mar. Vêm da terra. E dizem: Dinheiro, dinheiro, dinheiro.

Diário da Noite, RJ, 14 / dez / 1934.

A CAMINHO DO GRANDE IDEAL

Já não pode restar dúvida nenhuma quanto ao firme propósito em que se acha a Câmara, de desmantelar sempre o ensino nacional. As leis se sucedem com impressionante rapidez, não há conter a sanha destruidora dos nobres representantes do povo. Hoje uma facilidade, amanhã outra, já muito pouco deve faltar para a conclusão da triste empreitada. Ainda duas ou três leis do mesmo gênero das já aprovadas e era uma vez a cultura brasileira. Não haverá mais provas escolares de habilitação a dispensar, as passagens de ano se farão automaticamente e automaticamente as de curso para curso, primário, secundário, superior.

Quando, em novembro do ano passado, foi aprovado o projeto Ribeiro Junqueira, escrevi eu aqui: “Para ser lógica deve agora a Câmara dispensar também o concurso de títulos e provas para os candidatos ao magistério. Não há razão para exigir muito de professores que nada (ou pouco apenas) podem exigir dos alunos”. Pois o sr. Costa Fernandes assim também entendendo resolveu pedir à Câmara o cumprimento desse dever de coerência. E apresentou ontem um projeto que já é meio caminho andado para atingir tão magnífico objetivo: “O Poder Legislativo decreta: Art. 1º - Aos livres-docentes que fizerem concurso para professores catedráticos, e que tiverem prestado quatro anos de serviços ao ensino na Faculdade ou Escola de Odontologia do Rio de Janeiro, fica assegurado o direito a catedrático da referida Faculdade, independente de novos concursos. Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário. Justificação - Os professores já provaram competência não só no concurso de livres docentes, como também no que fizeram para catedráticos. O regulamento exige dos livres-docentes concursos para serem promovidos a catedráticos. Estes concursos têm por fim revelar mais uma vez aptidão para as funções de catedráticos. Ora, não se pode negar aos professores, que já prestaram esse segundo concurso, e que demonstraram durante quatro anos de exercício a competência para tão elevadas funções, o direito a dirigirem as cátedras, independentemente de novos concursos”.

Aí está. E ainda há ingênuos que pensam submeter os catedráticos, depois de alguns anos de exercício, a novo concurso, para forçá-los a continuarem os seus estudos, terem a matéria em dia, não emperrarem no já sabido, não se limitarem a repetir indefinidamente aquilo que aprenderam de seus mestres. Só não se compreende que a medida fique adstrita à Faculdade de Odontologia do Rio de Janeiro. Porque esse privilégio? A dispensa deve alcançar todos os livres-docentes de todas as escolas superiores do país nas mesmas condições. Isso provisoriamente, enquanto se aguardar a lei lógica, a lei fatal que abolirá de uma vez qualquer concurso de provas ou títulos para o exercício do magistério. A passos largos estamos nos aproximando desse grande ideal. Congratulemo-nos.

Diário da Noite, RJ, 14 / mar / 1935.

SAÚVAS

Não há quem desconheça a frase de Saint-Hilaire: “Ou o Brasil mata a saúva ou a saúva mata o Brasil”. O Sr. Odilon Braga resolveu matar a saúva. Para dirigir a grande campanha nomeou uma comissão executiva e essa comissão executiva realiza diariamente prolongadas sessões. Já tem um plano de ataque assentado e dentro em breve o Brasil todo será percorrido pelos cruzados dessa nova e urgente cruzada. Já em 1585 o jesuíta autor da “Informação da Província do Brasil para o Nosso Padre” se queixava da voracidade das formigas “são destruição desta terra porque não há viver com elas”. Entretanto, temos vivido. O que não é de estranhar porque nós mesmos nunca fomos outra coisa senão “destruição desta terra”. E ela aí está, não muito próspera é verdade, não muito saudável é visível, mas em todo o caso viva, resistindo bravamente a todos os males de quatro séculos e pouco.

O da formiga é de nascença. De forma que tarde ou nunca se remediará. O ilustre Sr. Odilon Braga revela uma grande coragem atacando-o de frente. A luta que vai empreender é heróica e se dela sair vitorioso só com essa vitória terá feito mais, muito mais do que quantos ministros da Agricultura já tivemos. Resta saber se será obra para levar o bom termo em três anos e pouco de administração apenas. Mas se ao cabo deles já tiver obtido algumas vitórias parciais, elas bastarão para lhe garantir o título de benemérito, o honroso título de inimigo número 1 da saúva.

Essa destrói as culturas. E a outra, incomparavelmente mais nociva, a que destrói a cultura quando encontrará o seu inimigo número 1? Não se sabe. Pelo jeito em que as coisas vão, a praga do analfabetismo só tendo a prosperar. Contra essa saúva não se inventou ainda nenhum formicida eficaz. Tudo quanto se tem inventado é a seu favor, para seu incentivo e gozo. A Câmara vota leis de proteção aos formigueiros, desanimando os abnegados tamanduás que ainda existem e se dispõem de vez em quando a engolir a saúva da incultura. De forma que esta, sentindo-se garantida, vai destruindo metodicamente as escolas, acabando com os exames, deixando tudo raso no campo da educação nacional. Avança livremente e avançando devasta.

Por tudo isso se impõe também uma cruzada (que não será abuso chamar de santa) contra essa formiga bem menos temível que a atingiu pela declaração de guerra do sr. Odilon Braga, ela, sim, capaz de matar o Brasil.

Diário da Noite, RJ, 16 / mar / 1935.

FELICITAÇÕES À CÂMARA

Mais de uma vez comentei aqui (com o bom humor de sempre, temperado com um pouco de veneno, o veneno que convinha) a febre destruidora da Câmara em matéria de educação, o seu entusiástico apoio a todas as iniciativas tendentes a desmoralizar o ensino até aboli-lo por completo. De forma que deliciado recorro hoje ao estilo prescrito aos namorados pelos manuais de correspondência, isto é, tomo da pena do júbilo e molho-a na tinta da cordialidade par dizer alguma coisa sobre a rejeição, por essa mesmíssima Câmara, do projeto número 156-A assinado em primeiro lugar pelo sr. Negreiros Falcão e em último pelo sr. Ribeiro Junqueira.

Conforme declarou o relator sr. Luiz Sucupira, eram dois os fins do projeto. Primeiro: “considerar habilitados para ingresso nas escolas superiores certos alunos que, em virtude de preceito legal, nelas não podem entrar, visto não terem obtido a nota mínima exigida”. Segundo: dispensar nos casos de transferência o certificado de conclusão de ano cursado na escola até então freqüentada, certificado que “habilita, na escola que vai ser freqüentada, à matrícula no ano imediatamente superior”, substituindo-o “pela simples declaração de que o aluno conseguiu aprovação nos exames parciais”.

Basta essa exposição fiel dos objetivos visados pelo projeto para demonstrar que se tratava simplesmente de desferir mais dois golpes tremendos contra a decência do ensino entre nós. Quer absurdo ou (se preferirem) escândalo maior do que esse, para só citar um, de mandar matricular nas escolas superiores estudantes que não alcançaram no exame vestibular a nota mínima exigida? Seria a Câmara se arrogar a faculdade de aprovar a vontade os examinandos reprovados pelos professores. E se transformar em uma espécie de estância superior sempre pronta a satisfazer a pretensão daqueles que na inferior fracassassem. A gente perguntaria a um estudante: Você foi aprovado por que professor, rapaz? E ele responderia: Não fui aprovado por nenhum professor, fui aprovado pela Câmara dos Deputados.

Cômico e triste. De maneira que não há deixar de festejar a rejeição do projeto do sr. Negreiros Falcão. Festejar e formular ardentes votos para que a votação de anteontem marque o início de uma nova orientação nas deliberações da Câmara em assuntos de ensino, valha como sinal de que a maioria dos deputados está disposta a não permitir mais se transforme o legislativo em protetor da ignorância desvalida. Existe no Palácio Tiradentes uma Comissão de Educação e Cultura que (para honra sua e consolo nosso) tem procurado sempre repelir os golpes contra a educação e cultura tão assustadoramente freqüentes nestes últimos tempos. O plenário porém já teve a incontestável volúpia de derrotá-la mais de uma vez. Ela não desanimou e anteontem conseguiu registrar a sua primeira vitória. É um estímulo para que persista na sua atitude intransigentemente hostil a todas as tentativas no sentido de abaixar ainda mais o nível já sabidamente rasteiro da nossa cultura. O seu é que é o bom combate. A Câmara já está se convencendo disso. Tomo a liberdade de me congratular com ambas.

Diário da Noite, RJ, 22 / mar / 1935.

PARTE VI: O FACETO ALCÂNTARA E SEUS TIPOS POLÍTICOS

O VIGILANTE

Sei de alguém que durante meia hora de palestra ouviu do sr. Artur Bernardes, inúmeras vezes repetida, esta palavra: disciplina. Disciplina na administração, disciplina na justiça, disciplina nas finanças, disciplina no parlamento, disciplina nas classes armadas, disciplina nas escolas, no lar, na rua, em todos os lugares, em todas as atividades, em tudo por parte de todos. Pela boca do ex-presidente da República falava evidentemente o ex-vigilante do Instituto de Ciências e Letras de São Paulo. E não falava mal.

Agora que ele volta do exílio para encontrar o país sujeito a uma nova disciplina, a gente só pode esperar de sua energia (que dizem fria) de fanático da ordem uma contribuição decidida para que a meninada insubordinada deste vasto colégio (mais recreio que colégio) de oito milhões de quilômetros quadrados se submeta quanto antes ao regulamento interno ainda em início de execução. De apito na boca, inflexível desde o físico, melhor oportunidade não poderia se oferecer ao sr. Artur Bernardes para cumprir à risca o papel de místico da disciplina. E que é esse mesmo o seu propósito está patente nas palavras que proferiu logo ao seu primeiro contato com a gente a cujos desatinos já presidiu dentro do estado de sítio. Com tanta dureza que ainda quando veraneava o fazia na ilha do Rijo.

Nem o sr. Artur Bernardes tem motivo para se arrepender de seus métodos de governar já que o mesmo povo que antes o apupava na Avenida enviou ao cais no domingo alguns milhares de representantes para aclamarem o homem severo que voltava do exílio. É verdade que não há nada mais parecido com uma manifestação do que uma vaia. Aproximando-se da multidão o homem público deve estar sempre prevenido para receber com a mesma serenidade uma e outra.

As vaias recebeu-as o sr. Artur Bernardes sem se alterar. Sem se alterar deve receber as manifestações. Que agrado não haja nem desagrado capazes de o perturbar no papel que de direito lhe cabe neste instituto de pouca ciência e minguadas letras inventado por seu Cabral. Continue sendo para o resto da vida e bem nosso aquilo que acima de tudo sabe ser: o vigilante, mantenedor da disciplina.

Diário da Noite, RJ, 15 / ago / 1934.

O RETORNO

Sempre fui partidário em São Paulo da instituição de uma bolsa de viagem para os seus homens públicos. Assim iriam eles em levadas anuais aprender política em Minas Gerais e administração na Europa e na América do Norte com evidente proveito para o Estado. Imagine-se pelo muito que já é o que seria este servido por homens possuidores dos segredos da máquina política mineira e da administração norte-americana. Fazendo política à maneira de um Antônio Carlos e administração de acordo com os melhores ensinamentos da “School of Business Administration” de Harvard.

Não se instituiu a bolsa em questão. Mas os azares da política nacional fizeram as vezes dela estabelecendo não prêmios mas castigos de viagem para muita gente paulista ou não. Castigos: tiveram essa feição. Porém, os castigados no fundo receberam um benefício. Porque foram enriquecer na Europa a noção que tinham da coisa pública, ver lá em grande e adiantado o que aqui viam em pequeno e atrasado (inclusive as misérias), arejar a sua mentalidade de estadistas de província nos países onde ainda se decidem os destinos do mundo.

Como tantos outros o sr. Júlio Prestes foi forçado a seguir um curso de quase quatro anos dado pelos políticos e estadistas da Europa. E como tantos outros volta agora ao ponto de partida mais convencido das vantagens da democracia do que nunca.

A sua inteligência, bem viva como todos sabem, não se impressionou com os governos de autoridade. Pelo que pode observar com prazer o sr. Júlio Prestes, “o retorno à democracia pura é hoje uma das preocupações do velho mundo”.

Não digo que o retorno à terra natal seja para o paulista de Itapetininga um retorno à democracia pura. Mas quero crer que ao sr. Júlio Prestes não tenha escapado um sinal de que as coisas aqui mudaram algum tanto desde 1930. No dia de sua chegada ao Rio o presidente Gabriel Terra em visita à Câmara dos Deputados não ouviu somente a voz da maioria. Na recepção oficial houve uma pausa para que a minoria também se fizesse escutar, a mesma minoria que já tem garantida a eleição de representantes seus para as comissões permanentes. Para um democrata sincero e esclarecido, como é o sr. Júlio Prestes, esse sinal de novos tempos com certeza valeu pela melhor das recepções.

Diário da Noite, RJ, 21 / ago / 1934.

INTERVENTOR IDEAL

Nomeado para substituir no Ceará um interventor que conseguiu em torno de sua administração o milagre do elogio unanime, o coronel Moreira Lima resolveu tornar público o seu ponto de vista doutrinário no terreno falso da política. E falou à imprensa para se confessar descrente da democracia. Mesmo porque sonha com um regime que termine por liquidar de vez o aparelhamento governamental.

Assim as eleições não o interessam em nada. A 3 de Maio votou em branco. Suportou todas as maçadas do processo de alistamento, compareceu patrioticamente à seção eleitoral, com certeza esperou aí longo tempo e sem nenhum conforto a sua vez de votar, demorou-se depois por simples formalidade indevassável e por convicção doutrinaria depôs na urna o envelope contendo um papelucho imaculado, sem nome nenhum escrito.

Tipo do ato gratuito, portanto, inutilmente abnegado.

Com essa fé de ofício me parece que o coronel Moreira Lima estava a calhar para a interventoria do Ceará. Mesmo de encomenda não acharia mais indicado para o posto. Porque não se trata de realizar nenhum programa administrativo já que o tempo é curtíssimo. Trata-se única e exclusivamente de agir de modo a assegurar a decência do pleito de 14 de Outubro. Ora, sendo partidário da abolição do Executivo, o coronel Moreira Lima não pode levar para o governo nenhum plano de realização administrativa. Deixará a máquina governamental trabalhar sozinha. Até parar. Mas não haverá tempo. Acionada até agora por quem não fez outra coisa senão cuidar de seu funcionamento, sem dúvida tem ela ainda fôlego para mais alguns meses. Não fazendo administração perturbadora, também não fará política.

A seu ver a eleição que se prepara será mais uma inutilidade. De forma que no resultado dela nenhum interesse poderá ter. E votará novamente em branco. É positivamente o interventor ideal.

Não sei se o Ceará, além de já sabida seca que o martiriza, tem também sede de paz, não menos cruciante. Mas com certeza tem. Pois que os céus lhe saciem aquela como o governo federal acaba de lhe saciar esta.

Diário da Noite, RJ, 31 / ago / 1934.

O FACETO

O sr. Mozart Lago foi para a Constituinte preencher uma grande vaga: a vaga de Miguel Couto. Mas não o tomou por modelo. O lugar vazio era na primeira linha da Assembléia, na ala dos que tratavam a sério da reorganização política do país. E o sr. Mozart Lago revelou desde logo o seu empenho, não de construir, mas de destruir. Destruir não é o termo: futricar diz melhor. Miguel Couto era bem do tipo do constituinte com a inteligência voltada para os problemas gerais, amenizando com boas maneiras e elevando com boa ciência os debates da Assembléia. E o seu substituto é bem o tipo de deputado preso a interesses partidários, ajustando sua linguagem e suas atitudes ao gosto das galerias, quero acreditar que sem a intenção mas com toda a aparência de quem busca a popularidade a qualquer preço.

No desenvolvimento desse programa de futricagem, o sr. Mozart Lago tem passado o seu tempo apresentando indicações e pedidos de informação. Indaga isto, sugere aquilo, há três dias deu de advogar o restabelecimento das audiências públicas no Catete e nos ministérios. E justificou sua indicação com uma linguagem de duvidoso colorido parlamentar mas indiscutível sabor suburbano. Destaco para amostra este trecho dedicado ao “delírio de popularidade que aturdiu as autoridades investidas do poder pelas armas” logo após a revolução de 30: “O sr. Getúlio Vargas, por exemplo, vinha de táxi quase diariamente ao dentista e reduziu a dez contos de réis os vencimentos do presidente da República. Passeava a pé na praia do Flamengo, quase todas as tardes, vestido de brim “Caçador” nacional legítimo, como os jornais noticiavam em companhia, às vezes, do ilustre senhor Carlos Maximiliano com o seu horroroso cachorro”.

Dando aos seus escritos parlamentares esse tom ameno e pedestre de crônica jornalística, dias antes já havia o sr. Mozart Lago justificado assim uma emenda ao orçamento da Marinha: “Não há dúvida que a esquadra precisa ser renovada. Temos apenas uma frota de calhambeques, sabe-o toda a gente. Mas o Brasil, felizmente, está nas melhores relações com todo o continente sul-americano e continua, pela nova Constituição, a se não poder envolver em guerras de conquista, nem em qualquer outra antes de submeter-se ao arbitramento. E ante o espantoso “déficit” do exercício financeiro presente não é necessário esperar “as tabelas explicativas” para decidir se o corte na verba 27ª “Quem não tem cão, caça com gato”, afirmam os brasileiros; e quem não tem competência, não se estabelece”, costumam advertir os nossos amigos portugueses...”.

Assim, os azares do sufrágio universal fizeram com que a Miguel Couto, o sábio, sucedesse, na Câmara dos Deputados, Mozart Lago, o faceto.

Diário da Noite, RJ, 27 / set / 1934.

PELA CONSERVAÇÃO DO ORÁCULO

Notícia vinda de Porto Alegre em forma de consta, diz que o sr. Borges de Medeiros não poderá ser candidato à deputação federal por não possuir título de eleitor. De fato, o art. 24 da Constituição é taxativo: “São elegíveis para a Câmara dos Deputados os brasileiros natos, alistados eleitores e maiores de 25 anos.” Maior de 25 anos é. Também é brasileiro nato e se ufana de seu país. Mas não se lembrou ou não teve tempo de se alistar eleitor. Antes de 30, a coisa era mais fácil: o candidato não precisava ser eleitor, nem mesmo precisava ter votos, os próprios eleitores não precisavam comparecer, nem mesmo ser vivos. Hoje, tudo mudou e o senhor Borges de Medeiros se vê obrigado a desistir de sua candidatura.

Isso, na hipótese de se confirmar o que consta. Que eu desejo sinceramente que se confirme. Não porque não me inclua entre os admiradores do sr. Borges de Medeiros, mas porque não quero justamente que ele os perca, desiludindo-os. O atual pupilo do sr. Batista Luzardo é desses homens que só têm a lucrar com o silêncio. A sua projeção na história política do país se fez toda sem que lhe fosse preciso sair do Rio Grande do Sul. E se permaneceu intensa ainda depois de findo o seu longo reinado republicano é porque o sr. Borges de Medeiros teve a habilidade de não adotar o hábito itinerante de seus colegas destronados. Deixou-se ficar de Irapuazinho. Por ser escassa e medida, sua palavra se tornou oracular. Todo o país sentia o peso de sua autoridade, tanto maior quanto mais taciturna, mais distante, mais imponderável. O respeito quase religioso dos que o conheciam de perto era quase temeroso nos que de longe o imaginavam ruminando os destinos do país nos vagares de uma existência docemente bucólica. Lá, no Irapuazinho (pensamos todos nós) um homem existe que por nós vela, vigiando nossa felicidade republicana e nosso bem estar federativo. Confiemos nele, onisciente, onipresente, onipotente. Uma lenda se formara em torno do ermitão. E o episódio de Serro Alegre veio lhe dar um tom heróico. Estava completo o varão de Plutarco, pronto para o Phanteon.

O Phanteon, não o parlamento, o deputado sr. Borges de Medeiros perderá o encantamento. Será apartado, o que é deprimente para um oráculo. E mesmo aplaudido, deixará de ser venerado. Seus fiéis o abandonarão. Centenas de cavalheiros o tratarão de colega. E ele não proferirá mais sentenças: proferirá discursos.

Não, não quero ver o sr. Borges de Medeiros pedindo informações ao governo sobre a exoneração de um auxiliar de terceira classe dos Correios de Vacaria.

Diário da Noite, RJ, 28 / set / 1934.

A MISSÃO DO SR. SODRÉ

Aos setenta anos de idade o sr. Lauro Sodré volta à sua terra para tentar na oposição o que aos trinta e cinco e aos cinquenta conseguiu como situacionista: governar. Volta velho e, portanto, com ambição sossegada, despida de ilusões. Os moços é que são sôfregos, querem chegar depressa, apesar do muito tempo que têm à sua frente. Os velhos andam devagar, não se afobam, fazem questão de saborear longamente os dias que lhes restam. Já viram muito, o pouco que ainda têm a ver querem ver com calma, ver bem. Para um homem como o sr. Lauro Sodré, governar será mais recordar do que agir. Elevada à administração de sua terra com certeza ele pensará mais no que podia ter feito quando a ocupou moço e não o fez. Porque é assim que a inércia dos velhos costuma consolar.

Há trinta anos o sr. Lauro Sodré teria na oposição o mesmo ardor guerreiro que o major Barata exibe agora no governo. Mas o tenente de 89 com a experiência que adquiriu dos homens e das coisas prefere, hoje, as armas civis da brandura e da persuasão. Por isso segue para o Pará empunhando uma bandeirinha branca.

“Vou lançar pessoalmente o meu apelo em prol da pacificação dos espíritos (declarou ele) e confio no êxito de minha missão”. Candidato oposicionista numa terra em que a luta política vem se desenvolvendo entre tiros, empastelamentos, bordoadas e palavras feias, o sr. Lauro Sodré embarca disposto a apagar a fogueira. Depois de refrear o ímpeto agressivo dos amigos, enfrentará os inimigos com as mãos vazias, sorrindo. O interventor belicoso encontrará um adversário cheio de suavidade, armado apenas de boas intenções.

Como se portará diante deles? Os precedentes não autorizam qualquer otimismo. O major vem sendo truculento até nos trocadilhos. É mais que provável, portanto, que persista no mau gosto de investir violentamente contra os adversários, arrancando das mãos do sr. Lauro Sodré a bandeirinha branca da paz. Contra mais esse erro devem preveni-lo os seus soldados. Repitam eles ao major o que disse há poucos dias o sr. Gustavo Capanema citando Napoleão (“Raramente desembainhei a minha espada. Venci as batalhas com os olhos e não com armas”) a propósito do no assunto exímio sr. Antônio Carlos: “Ora, se na guerra o espírito é assim relevante, no jogo político ele é essencial, é arma precípua e decisiva”.

Será que o major Barata não a possui no seu arsenal?

Diário da Noite, RJ, 29 / set / 1934.

A FILOSOFIA DO SALTIMBANCO

Respondendo ao sr. Artur Bernardes, o sr. Raul Fernandes citou o falecido Sarrasani. E citou muito bem. De seu leito no Hospital Alemão de São Paulo o dono do circo famoso determinou que se realizasse o espetáculo de costume no dia de sua morte. A temporada que prosseguisse sem nenhuma interrupção. Como se dissesse aos seus artistas (na interpretação do sr. Raul Fernandes): “A minha morte não altera a harmonia das esferas. Divirtam o público e ganhem a sua vida”.

Aplicada à política essa “filosofia de um saltimbanco”, temos que a queda de um homem público não deve alterar a harmonia dos negócios também públicos. Ao caído só resta consolar-se com a caída, dar tempo ao tempo, esperar melhores dias.

Ninguém é insubstituível. Por maior que seja, o estadista deve pensar que sua desgraça desgraça o Estado. Olhem o que aconteceu há pouco na Áustria. Dollfuss parecia encarnar a própria independência do país, a sua existência como nação. Nem de outro modo pensavam que consertaram o seu assassinio. Morto o pequeno chanceler, força humana nenhuma poderia obstar a Anschluss. Mas o palácio federal estava ainda em poder dos capangas de Holzwarth e já um homem surgira para substituir o morto. Um desconhecido fora da Áustria, Kurt von Schuschnigg. De forma que Dollfuss se foi, mas a independência austríaca ficou.

Porque o sr. Raul Fernandes comunga na mesma filosofia de Sarrasani e que hoje pode responder com superioridade ao sr. Artur Bernardes. Perdendo o governo fluminense, em virtude de um ato violento do governo federal, não esperneou, não julgou por isso seu Estado, o país inteiro, definitivamente desgraçados.

Ficou tranqüilo e houve mesmo quem interpretasse mal essa sua tranqüilidade. Porém os anos se passaram e agora o sr. Artur Bernardes faz o contrário do homem que tirou do palácio do Ingá: esperneia, não se conforma com a situação de oposicionista, julga o país irremediavelmente perdido com o seu afastamento do poder. Falta-lhe a filosofia do saltimbanco.

E é pena. Saber perder é sabidissimamente mais difícil do que saber ganhar. Porém, eu imaginava o sr. Artur Bernardes bastante mineiro para apanhar sorrindo. Não é. Vem se revelando truculento na derrota como o foi na vitória. Julgo-o demasiadamente orgulhoso para seguir a lição de um saltimbanco. Por isso lhe indico outro mestre no assunto, esse fidalgo: matricule-se o sr. Artur Bernardes no curso do sr. Antônio Carlos.

Diário da Noite, RJ, 4 / out / 1934.

O MAIOR ELOGIO

Com esse homem de pouco falar que acaba de morrer em Piraju, desaparece uma das mais decididas vocações de caudilho que São Paulo já possuiu. Tivesse nascido em outra época de menos gente e maior sertão, e figuraria com certeza entre os senhores de tipo feudal, como tivemos tantos, que mandavam o sol e a chuva em seus domínios, e bastando-se a si mesmos desafiavam os poderes terrenos.

Caboclo, com todo o feitio de homem do mato, taciturno e matreiro, suave no falar e áspero no agir, cauteloso e destemido, paciente e objetivo, calmo e tenaz, Ataliba Leonel tinha muito mais de chefe eleitoral do que de político. Sua mentalidade de homem público se formou num meio que ainda conservava da Monarquia a tradição dos senhores de escravos e de eleitores. Isto é: dos fazendeiros tangendo a cavalo os rebanhos dos apaniguados até as igrejas paroquiais onde liberais e conservadores se batiam a votos e também a pão para maior bem do país.

Poucos sabiam de seu diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais. E desconfio que ele próprio, realista avesso às especulações de caráter menos imediato, aprendendo mais com os homens do que com os livros, não tinha em muita conta o seu título profissional. Nasceu para a política, tal como a praticamos ou praticávamos, e à política sacrificou tudo e mais. Inclusive sossego e saúde.

Como ficou de certo modo lendário em vida e desde logo se impôs como chefe, até símbolo de um determinado processo de fazer política, diziam-no bem mais velho do que era. Voltado confessadamente para o passado, a ele parecia pertencer, dele vir. Ficou sendo para todos os efeitos o “velho” chefe de Piraju.

Combativo como poucos, Ataliba Leonel não se limitou a exibir sua combatividade nos tempos de paz. São Paulo mais de uma vez o viu no campo da luta armada. Aí ganhou a espada de general honorário do Exército. Mas não será assim, militarmente falando, que a memória dos contemporâneos o guardará. E sim com o pala dos guerreiros que a política improvisa ou conduz para o terreno de sua verdadeira vocação. Com ele nunca se iludiram nem seus amigos, nem seus adversários. É o seu maior elogio.

Diário da Noite, RJ, 31 / out / 1934.

O PECADO DE EVA

A doutora Berta Lutz no que consta está prestes a ser expulsa do paraíso autonomista. Não a querem mais lá, a essa Eva feminista. Os marmanjos cerraram fileiras em torno do Conde Pereira Carneiro cuja cadeira na Câmara dos Deputados a doutora vem namorando gulosamente. De forma que o vale de lágrimas espera a indesejável. Há de conquistar o pão do subsídio com o suor do seu rosto.

É verdade que a expulsão talvez venha tarde. Caso fracasse o golpe contra o conde restará ainda à doutora Berta Lutz a possibilidade de fazer parte da futura Câmara. Com os votos que o Partido lhe arranhou. O castigo portanto não doerá nada. Durante toda a sua legislatura, a concorrente do Conde Pereira Carneiro rirá da cólera autonomista.

Sei de um velho eleitor paulista que a 3 de Maio votou, em primeiro turno, na doutora Carlota Pereira de Queiroz, dizendo: “No meu tempo de menino, os pais costumavam ensinar que se deve dar o primeiro lugar às mulheres. Se o povo paulista é bem educado a doutora Carlota será o candidato mais votado”. A doutora Berta Lutz não teve essa fortuna e alcançou apenas o lugar de primeira suplente.

O que não impediu que comparecesse diariamente ao Palácio Tiradentes enquanto durou a Constituinte. A gente podia não encontrar lá o sr. Antônio Carlos ou o sr. Medeiros Neto ou qualquer outro deputado de presença imprescindível. Mas nunca deixava de topa com a doutora Berta Lutz sobraçando uma pasta, seguida de numeroso estado maior feminista. Claro que não a atraía tão somente o interesse de defender nos corredores as pretensões constitucionais de seu sexo, mesmo porque no recinto tinham elas uma advogada em tudo e por tudo digna. A assiduidade não era da feminista mas da aspirante a deputado. Rondando o recinto, ansiosa por entrar.

A manobra contra o conde Pereira Carneiro, de que a acusam agora, é perfeitamente justificável. Quem é que resiste à serpente política? Quem é que não quer morder com todos os dentes a maçã do mandato legislativo? Quantos já não fizeram coisa parecida para subir na árvore desse mal tão bom? O pecado da doutora Berta Lutz não tem nada de original.

Diário da Noite, RJ, 1 / nov / 1934.

UM NOVO ULISSES

Há quatro anos, tomada a Tróia do Catete o novo Ulisses se fez ao largo a caminho da Itaca dos ideais revolucionários. Nas ondas da política nacional vem ele navegando à procura do rumo certo. De quando em quando diante de seus olhos se apresenta a ilha desejada. Mas no momento da abordagem ela se desvanece para surgir mais longe. O Netuno do nosso mar político diverte-se pregando-lhe peças.

Há quatro anos o novo Ulisses afronta a fúria das águas. E os ideais revolucionários continuam inatingíveis. É muito já o caminho andado. Mas quando será dado pisar terra firme? O astuto navegante obteve um prazo de mais de quatro anos.

A equipagem não é a mesma do momento de partida. Muita carga humana tem sido atirada ao mar das horas da tempestade. Para preencher as vagas o capitão envia um bote ao porto de embarque (que é o mesmo que dizer ao passado) e entre os substitutos dos de primeira viagem que fracassaram.

Atravessado o mar discricionário, desliza agora o navio com maior segurança no oceano constitucional. A equipagem foi quase toda mais uma vez remodelada. Mas em torno do navio ainda há gente que braceja na ânsia de alcançá-lo. O novo Ulisses as contempla serenamente de bordo e às vezes atira um salva-vidas.

Arranjou-se uma bússola, encomendada a nada menos de duzentos e cinquenta e quatro artífices eleitos por sufrágio universal e secreto. Assim o Norte dos destinos nacionais está indicado com maior ou menor certeza. Fica nessa direção a Itaca dos ideais revolucionários? O problema tem sido muito discutido. De proa à popa, de bombordo a estibordo, em todas as partes, as opiniões divergem. A discordância é tão profunda que já tem causado mais de um conflito. Com mais de um homem ao mar.

Só o novo Ulisses não se afoba no comando. Por ordem sua o navio já tem dado muitas voltas, passado muitas vezes pelo mesmo lugar. Sob o signo da astúcia a navegação prossegue.

Diário da Noite, RJ, 4 / nov / 1934.

A “NEP” DO GENERAL

Em entrevista de ontem ao “O Jornal”, declarou o ilustre general Góis Monteiro textualmente o seguinte: “Já conversei com o presidente Getúlio Vargas sobre a necessidade de instituição da “NEP” do Exército Nacional, “NEP” quer dizer “Nova Política do Exército”. Ela já foi criada e a idéia já está sendo realizada. Consiste na remodelação material, moral e espiritual do Exército, fazendo dele um organismo vigoroso, sadio, forte, útil e produtivo. Integrá-lo na sua alta missão, tornando seus componentes capazes e dedicados no desempenho do seu sacerdócio”.

O digno ministro da Guerra mais de uma vez tem exposto ao público os resultados de suas leituras (talvez apressadas, pois para elas não lhe deve restar muito tempo) sobre os homens e as coisas da U. R. S. S. De forma que não pode causar surpresa a ninguém essa sua adaptação bastante forçada na forma e no fundo da Nova Economia Política bolchevista ao Exército Nacional. A “NEP” do general não é “NEP” mas “NPE”. Uma inversão de iniciais e provavelmente também (o que é pior) do bom senso.

Porque se a alusão à “NEP” russa é um fruto de leitura, a Nova Política do Exército (com a devida vênia) bem pode ser de perigosa fantasia. O general Góis Monteiro dá a impressão de tirar diversão de suas contradições: é inimigo da política, prega nesse ponto o absoluto alheamento das forças armadas, e orienta em Alagoas o partido que detém o poder: é inimigo do comunismo e vive buscando no comunismo exemplo e orientação; é inimigo da democracia liberal e chefia uma instituição sobre a qual repousa em boa parte a estabilidade de um Estado liberal e democrático.

O nobre ministro da Guerra é um homem inteligente, é sim um homem bastante inteligente. E como militar tem dado mais de uma prova de sua alta competência. Mas é positivamente um espírito influenciado pela novidade, pelo que é novidade para ele ainda que não seja para outros, aprendida num livro que pode ser velho, num acontecimento que pode não ser inédito. Depois voltado bem mais para a crítica do que para a ação construtiva, pelo menos no terreno da política. Não passa aí da teoria para a prática. Ou melhor: nega com a prática a teoria.

Façamos votos para que a “NEP” do general não venha a significar Novo Exército Político.

Diário da Noite, RJ, 9 /nov / 1934.

UM HESITANTE

Sempre tive pelo sr. Wenceslau Braz uma secreta e talvez por isso mesmo profunda simpatia. Não pelos seus possíveis méritos de estadista. Mas pela grande virtude que lhe emprestam, a virtude da hesitação. Grande virtude dos sábios, dos moderados, dos que pensam. Ao “cogito ergo sum”, ao penso logo existo, a gente bem que podia acrescentar outra verdade fundamental: penso, logo hesito. Porque só não hesitam os primários, os impulsivos, os ingênuos que se julgam infalíveis. Por outro lado lastimo sinceramente os que desconhecem a volúpia da hesitação. O pensar sutil, a gostosa tortura de pensar os prós e os contras, se achar bom isto mas também bom aquilo, equilibrar-se o mais prolongadamente possível entre duas atitudes, duas palavras, dois juízos que se repelem.

O sr. Wenceslau Braz goza intensamente todas essas vantagens e delícias da hesitação. Não hesito em admirá-lo. Ao que consta, o seu famoso retiro em Itajubá, vara de pesca na mão, esse mineiro (quem puxa aos seus não degenera) todos os dias materialmente hesita. Na sua cabeça os modos de decidir se aglomeram como os peixes no rio. E eu imagino que quando um peixe morde a isca, o sr. Wenceslau Braz fisa a decisão que no mesmo instante lhe passa pela mente. O que é uma maneira de acertar como outra qualquer. Também de errar. Mas o ilustre pescador não tem evidentemente nenhuma pretensão a sobre-humano.

Pois esse varão tão estimável esteve a pique de sucumbir às mãos dos comunistas de Itajubá, segundo notícia ontem divulgada. Como capitalista, tinha que morrer. Assim decretaram os seus conterrâneos marxistas. Sem levar em conta que o capitalismo do senhor Wenceslau Braz seja talvez fruto da sua muito louvável hesitação. Como tanta gente é possível que o ex-presidente da República entre o comunismo dos outros e o capitalismo próprio esteja ainda por decidir. A execução do plano sinistro viria suspender bruscamente mais essa sua refletida pesca.

Felizmente para o sr. Wencelsau Braz e para nós seus simpatizantes, ele pode prosseguir agora com a necessária pachorra, sob a vigilância burguesa da polícia. A sorte é amiga dos que hesitam. A polícia também, deve refletir com a sua vara de pescar o capitalista de Itajubá.

Diário da Noite, SP, 24 / nov / 1934.

A MODÉSTIA DE UM CHEFE

Antes de morrer o integralista Caetano Spinelli, natural da Itália e pai de onze filhos menores manifestou o desejo de possuir um retrato autografado do sr. Plínio Salgado. Como um crente que pedisse uma imagem religiosa para beijar. O desejo foi satisfeito. E o soldado que ia morrer pode contemplar o rosto magro, os bigodes cheios do seu chefe e ainda ler a seguinte dedicatória: “Ao bravo Spinelli, camisa-verde heróico, esta humilde lembrança do menor miliciano. Anaué. - Plínio Salgado.

Se o desejo era digno do soldado devotado à causa que abraçou, a dedicatória positivamente não correspondeu ao que seria de esperar de um chefe em momento sob certo aspecto tão culminante da vida do seu partido. Eu imagino que coisa bombástica, escrita para a história, não poria um Mussolini em idêntica circunstância, por baixo de seu busto marcial, fuzilando retórica pelos olhos. O sr. Plínio Salgado, esse, inverteu os papéis, ficou humilde, se confessou com tocante modéstia o “menor miliciano”. Como se fosse um autor estreante ofertando seu livro a um crítico temido. Um inferior homenageando o superior.

Não. O sr. Plínio Salgado não tem o direito de ser humilde e modesto. Sua primeira obrigação é ostentar muita prosápia, muita arrogância, muita confiança em si mesmo, assumir atitudes e proferir frases de super-homem. O que não quer dizer que sejam sempre bonitas ou profundas e não exclui uma certa dose de ridículo. Ao contrário.

O desventurado Caetano Spinelli, como bom italiano, esperava com certeza uma frase no estilo da enviada pelo Duce ao brutamontes Carnera nas vésperas da luta com Max Baer. Qualquer coisa de teatral, escandalosamente teatral, supinamente italiano. Nunca um preito modesto de modesta homenagem de um homem modesto.

Melhor do que eu, sabe o sr. Plínio Salgado que o fascismo e com ele o nazismo vivem em boa parte da eloquência e das bravatas dos respectivos chefes. Para condutor de homens, o antigo redator verdeamarelo do “Correio Paulistano” e deputado do P.R.P. tem o ar messiânico e o estilo apocalíptico que convém. Falta-lhe agora a petulância cabotina, faltam-lhe as tiradas e os gestos espetaculosos, falta-lhe a ausência de respeito humano, o despudor da publicidade.

Ou será que transplantado para aqui o fascismo precisou se adaptar ao ambiente caipira para melhor conquistá-lo? E quem tem razão portanto é o sr. Plínio Salgado, “menor miliciano”?

Diário da Noite, RJ, 29 / nov / 1934.

UM ESCRITOR DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Com esse caboclo imaginoso, que ontem desceu ao túmulo, desaparece, mais do que um escritor, um estilo literário. Pode-se dizer mesmo: toda uma fase da acesa prosa de ficção. Pertencente a uma geração de parnasianos, trabalhou a frase que nem os seus contemporâneos poetas trabalharam o verso. Tão distante do desalinho dos românticos, como da singeleza atraente de um Machado de Assis, o autor do “Sertão” cultivou a palavra rara e difícil e na mais vulgar descrição por eloquência. Ninguém misturou tanto Portugal e Brasil, ousou até dizer Grécia, Portugal e Brasil escrevendo do que ele. Através de sua pena mais de uma cunhatã virou Vênus para colher papoulas nos trigais. Bem brasileiro na imaginação, bem da Hélade sagrada nas imagens, bem lusitano arcaico ao reduzi-los à palavra escrita.

A gente não pode deixar de render sua homenagem a tanto labor literário onde não existem escritores, mas advogados, engenheiros, farmacêuticos, médicos, sobretudo médicos que escrevem. Durante meio século, Coelho Neto não fez outra coisa senão literatura. Ainda quando ensinava, ainda quando fazia política. E porque assim era fracassou nesta última. Não soube ser outra coisa senão literato. Literato que tentou quase todas as especialidades de sua profissão. E em mais de uma venceu bonito. Foi contista, foi romancista, foi cronista, poeta, orador, dramaturgo, tradutor, conferencista, humorista, autor didático, autor fescenino. Só não foi crítico, só não foi biógrafo. Porque o seu campo era o da imaginação.

Eu o vi, uma noite, no salão do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, movendo-se nervosamente no palco estreito. Às voltas com um novo gênero de romance que então lançava: o romance falado. Era uma história complicada, se não me engano medieval, se bem me lembro cheia de castelãs, pagens, cavaleiros heróicos. Malograda tentativa de renovação de um escritor que, dentro da literatura em que se formou e se conservou fiel, não encontrava mais jeito de ser original. Nem ao menos parecer. E lastimei então que o maranhense ilustre não dedicasse os seus últimos anos de vida ao relato dela, a publicação de suas memórias. É fácil imaginar até que ponto seriam preciosas as lembranças de um escritor que intensamente viveu todos os acontecimentos literários destes últimos cinquenta anos. Seriam a história literária da Primeira República, escrita por quem publicou o seu primeiro trabalho em 1889 e o derradeiro em 1930.

Diário da Noite, RJ, 1 / dez / 1934.

UM PENITENTE

Não sei se o sr. José Américo tem os inimigos que alega. Mas quero acreditar que sim porque ninguém dá maior importância aos seus desafetos do que esse paraibano todo espinhos. Ser adversário do sr. José Américo é contar com uma publicidade ruidosa e persistente. O ex-Ministro da Viação é um homem que se defende, que vive se defendendo contra tudo e contra todos. Com uma braveza sem par que faz questão de retribuir com dez a pedra que lhe atiram. O mais leve reparo seja de que natureza for o atinge em sua honestidade e honra. De forma que a resposta vem imediata e violenta. Sempre sob o aspecto de autobiografia, na qual o sr. José Américo desce a detalhes de ordem doméstica, se desnuda em público, diz o que tem a dizer, sem nenhum respeito humano.

Sua extrema suscetibilidade tem antenas poderosíssimas. Nada lhe escapa. Daí a gente se surpreendendo muitas vezes com o revide do sr. José Américo a um ataque de que nunca se teve notícia. O romancista da “Bagaceira” se faz eco das acusações anônimas contra ele formuladas. Transformando uma ligeira alusão, ainda inocente, ainda indireta, ainda sem indicação do destinatário, em aleive insuportável, que ele voluptuosamente esmaga pelas colunas dos jornais. É natural portanto que com esse temperamento provoque o pendor agressivo dos outros. Dá prazer atacar um homem que não abafa o ataque com o seu silêncio. Mas lhe dá enorme repercussão, o exagera, o engrandece para que seja maior a glória de rebatê-lo com vantagem.

Nas “Notas do meu retiro” que “O Jornal” publicou ontem, o sr. José Américo surge mais uma vez em público para castigar o corpo com os últimos cilícios oferecidos pelos seus adversários. É um penitente impenitente. Que utiliza os cilícios não para arrancar fatias de sua carne mas para mostrar a fragilidade deles. Acabada a penitência, a carne permanece intacta, sem um arranhão, porque os cilícios foram impotentes contra ela. Esfrangalharam-se contra a carnadura esplêndida, toda músculos, incorruptível.

Numa terra em que tudo se perdoa, esse homem que não perdoa haveria de se destacar por força, ainda que lhe faltassem as qualidades que honrosamente costumam notabilizar os homens e que ele sabidamente possui. Mas possui sob uma forma agreste, pode-se dizer mesmo intratável. Fala o sr. José Américo no seu “temperamento retrátil”. E eu acredito que de fato o seja. Retrátil e por isso mesmo espinhento.

Acredito e confesso que me agrada ver esse sertanejo sem cordialidade, esse bárbaro cioso de seu eu, permanentemente assanhado contra os que ousam lhe pisar os calos ou mesmo se limitam a encará-lo sem o devido respeito e a necessária admiração. E sem querer ser de nenhum modo seu inimigo, desejo-lhe um número cada vez maior de desafetos. O sr. José Américo é desses homens cujo melhor alimento é a irritação de cada dia.

Diário da Noite, RJ, 5/12/1934.

ANO AZIAGO

Depois de Coelho Neto, Humberto de Campos. Antes de Coelho Neto, João Ribeiro, Miguel Couto, Carlos Chagas, Medeiros e Albuquerque, Augusto de Lima, tantos outros notáveis. A ordem não é bem essa. Mas pouco importa. Ora este, ora aquele, a morte nos levou todos neste ano aziago de 1934. É um déficit impressionante na nossa balança de valores. Também sob esse aspecto entraremos combalidos no exercício de 1935. Desequilíbrio material e espiritual.

Ano funesto para o que ainda nos sobra de cultura. Ano da promoção por média, ano do desaparecimento de boa parte do reduzido grupo de homens realmente capazes de elevar um pouco o nosso nível intelectual. Assim a morte e a ignorância trabalham de mãos dadas contra o nosso já diminuto patrimônio mental.

Humberto de Campos morreu como escritor. Porque fez de sua doença um tema literário. Tema que ele desenvolvia minuciosamente em artigos que constituem um verdadeiro diário de sua agonia lenta. De cama de condenado à morte é que ele se dirigia aos leitores. Como num boletim de hospital, o público pôde acompanhar, dia a dia, fase a fase, o progresso da moléstia horrível. Num misto de admiração e pena, admiração pelo escritor, pena do homem, que assim desce ao túmulo ao cabo de um martírio que ele aliviava narrando. Seu temperamento bem brasileiro de sentimental expansivo não lhe permitiu guardar a discrição de um Remy de Gourmont, por exemplo, às voltas com um mal físico pavoroso e transpirando saúde no que escrevia. Para Humberto de Campos, a doença valeu por uma depuração do espírito, um aperfeiçoamento moral. Quem passara boa parte de sua vida rindo dos defeitos alheios e com eles divertindo os leitores, recebeu com o sofrimento, como sempre acontece, o dom da tolerância, a faculdade de perdoar, julgar com serenidade, aconselhar com prudência. De pérfido virou paternal. E por isso mesmo talvez viveu seus últimos dias conformado com o mal que se lhe atormentava o corpo, lhe aclamava o espírito, lhe ditava seus últimos, suaves escritos.

Registrando o falecimento de Coelho Neto, um grande jornal argentino se limitou a dizer que o ilustre maranhense era membro da Academia Brasileira de Letras e havia sido há tempos deputado federal. O maranhense agora desaparecido também foi uma e outra coisa. E também soube melhor escrever que legislar. As assembleias, ainda as literárias, são nocivas aos literatos. Porque onde os homens se reúnem a política intervém. E quando intervém nas letras ou envolve literatos é sempre para estragar aquelas, engolir estes.

Humberto de Campos morreu eleito deputado e também (a julgar pelos votos já apurados pelo “Diário da Noite”) príncipe dos prosadores brasileiros. A morte o privou do gozo desse nova deputança e desse fingido principado. Para recompensar com o sossego da eternidade a perda dessas glórias efêmeras e desprezíveis. Mesmo porque a que podia valer para ele como homem público sua obra lhe deu.

Diário da Noite, RJ, 6 / dez / 1934.

SOBRE UM FUTURO GENERAL

Silenciosamente, quase despercebido, embarcou na manhã de anteontem para Curitiba o major Juarez Távora. Lá se foi ele, sem que a imprensa se comovesse e sua comoção exprimisse em títulos berrantes. Sem conceder nenhuma entrevista oracular, como é de seu feitio. Sem posar de cara fechada para os fotógrafos de todos os vespertinos, todos os matutinos, todas as revistas. Lá se foi calado, o destronado vice, rei do Norte, pensando com os botões de sua farda quanto é fugaz a glória do mundo em geral e do Brasil em particular.

Pensamento que não sei se o pôs triste, mas sem dúvida o deveria pôr alegre. Pouca gente nesta vida e sobretudo na vida política tem a felicidade de desempenhar até o fim o seu papel. O major Juarez Távora a teve. No programa da revolução ele fez (bem ou mal, não importa aqui investigar) um dos números de maior sensação. Sem que a assistência o interrompesse com apupos ou remoques. Foi discreta, foi às vezes até gentil. Só deixou de pedir bis. Dando assim o número por terminado.

De forma que o sr. Juarez Távora teve quatro anos para em sossego realizar o seu sonho outubrista. Realizar discricionariamente, fazendo e desfazendo a vontade. Quatro anos ditatoriais para corrigir os males de quarenta constitucionais, os males gritantes contra os quais pegou em armas. Revolucionário típico, no entusiasmo e na inocência, o ex-ministro da Agricultura lutou quando pode, agiu e discursou, principalmente discursou com inesperada eloquência e surpreendente abundância. Os erros que cometeu foram erros de boa fé, seus propósitos sempre bons, só bons contra a dura realidade e também às vezes o incômodo senso comum. Não houve sombra de intenção dolosa, está absolvido.

No 5º batalhão de engenharia, o sr. Juarez Távora terá oportunidade de construir estradas, pontes e outras utilidades. Bem mais úteis do que os planos de salvação nacional que lhe escaldavam a imaginação de estadista aprendiz. A política é ingrata, merece o desprezo do major. Suas qualidades de homem de comando serão entre os pinheirais do Paraná bem melhor aproveitadas do que o forma nas esferas da alta administração. A burocracia é ranzinza e indisciplinada. Habituada a não obedecer. À frente de seus soldados o major vai se sentir realmente com a autoridade de um vice-rei. Quem não o invejará?

O generalato com que a revolução, na sua lua de mel com o país, pretendeu brindá-lo, ele irá agora conquistar, posto por posto, legitimamente. Fora da política, essa pérfida. Não sinta saudades dela, major. Ela castigou de modo cruel a sua ingenuidade. Deixe-a entregue aos cuidados do sr. Getúlio Vargas, do sr. Antônio Carlos e outros calejados. Mude de amores que esses não lhe convêm.

Diário da Noite, RJ, 7 / dez / 1934.

UM SOCIALISTA FOLGAZÃO

Comentando faz pouco tempo uma entrevista com o general Góis Monteiro ao “O Jornal”, em que o ministro da Guerra anunciava a criação de uma “NEP” militar, escrevi eu: “Façamos votos para que a “NEP” do general não venha a significar “Novo Exército Político”.

Pois honrando anteontem o “Diário da Noite” com mais uma doutrinação da longa série que iniciou há quatro anos para ensinamento e também aprazimento de todos nós, o ilustre cabo de guerra afirmou que o Exército “caminha para a socialização intensiva”. Com este lema: “dever de trabalhar, direito de viver para todos”. De forma que tinha eu razão de suspeitar que a “NEP” do general não ocultava uma reforma de caráter militar e sim de caráter eminentemente político.

Resta saber a que espécie de socialismo (são tantas) o ministro da Guerra alude com o rótulo a todas comum e certamente abstrato do nivelamento geral. O bravo militar e arguto sociólogo mais de uma vez tem dado provas de apaixonado interesse com que vem acompanhando a imensa experiência que na U. R. S. S. se processa há dezessete anos. Há de conhecer portanto a distinção feita pelo camarada Staline perante o 17º Congresso do Partido Comunista a propósito da noção marxista de igualdade: “obrigação igual para todos de trabalhar segundo sua capacidade e direito de retribuição segundo seu trabalho (sociedade “socialista”); obrigação igual para todos de trabalhar segundo sua capacidade e direito igual para todos os trabalhadores de retribuição segundo suas necessidades (sociedade “comunista”). Para qual dessas sociedades deseja o general Góis Monteiro encaminhar o Exército? Como pretende resolver o tremendo problema: a cada um conforme o seu trabalho ou a cada um conforme suas necessidades? Ambas as soluções cabem no seu lema “dever de trabalhar, direito de viver para todos”.

Mas caminhe para a sociedade socialista ou para a comunista, a verdade é que o Exército do general Góis Monteiro se coloca ostensivamente contra a Constituição para subverter o regime político pelo estabelecido. Pela palavra entre todas autorizada do seu chefe, declara-se socialista meses depois de haver a nação solenemente reafirmado por seus representantes as suas convicções democráticas e liberais. Assim, de acordo com o pensamento do general, a função das forças armadas é servir a nacionalidade e não as instituições políticas que ela por sua imensa maioria livremente adotou e para cuja garantia (além da externa) mantém a Exército e a Marinha. Há aí no mínimo uma contradição que é uma ameaça permanente, uma fonte inextinguível de inquietação, um fator contínuo de instabilidade, desordem, confusão e assim por diante. Por exército (os discricionários atestam) sempre se entendeu o conjunto das tropas regulares do Estado. No nosso caso (erradamente ou não, inútil aqui investigar), do Estado democrático e liberal. E o próprio sr. Góis Monteiro declara na sua entrevista que as forças armadas estão “na dependência da economia geral”. Estão.

Porém “ognor frementi”, como os cativos no verso de Leopardi.

O eminente general Góis Monteiro (segundo dizem) é dono de um temperamento brincalhão. E por isso o felicito. Mas é um brincalhão (digo eu) que gosta de brincar com coisas sérias. A começar pela lógica. É verdade que existe uma incoerência que é o melhor disfarce da mais firme intenção.

Diário da Noite, RJ, 10 / dez / 1934.

O SORRIDENTE

Cansado de quatro anos de governo, a cabeça dolorida de tantos casos políticos a resolver e a mão também de tantos decretos a assinar, o sr. Getúlio Vargas foi para S. Borja em gozo de merecidas férias. Voltou assim ao ninho antigo para se refazer dos incômodos cá fora sofridos, vendavais, tempestades, explosões revolucionárias. Tão mais duros de sofrer quanto é verdade que o foram esportivamente, de perene sorriso nos lábios, como convinha. Um lago, manso lago, que engolissem de tempos em tempos um nadador inexperiente, sem nunca denunciar na superfície o trabalho da digestão. E até às vezes deixando voltar à tona como se nada tivesse ocorrido.

Não conhecendo a cólera e portanto sem válvula por onde possa escapar o veneno das coisas desagradáveis que são para os governados o pão de cada dia e para os governantes o de cada hora, o sr. Getúlio Vargas deve ter armazenado em quatro anos muita contrariedade, muitos motivos para irritação. Discretamente foi degluti-los em São Borja. Num país de impulsivos e descontrolados, tamanha discrição surpreende. Surpreende e explica todo o êxito de uma carreira política.

Por essa sua inelutável serenidade, sobretudo pelo que ela esconde de malícia e de astúcia, o sr. Getúlio Vargas se revela um digno continuador dos estadistas que o Império legou à República, formou para ela. Homens de pouca fala e poucos gestos, matreiramente inteligentes, ditando aos adversários a hora, o lugar e as condições de combate, sabendo fazer do tempo o melhor aliado, senhores de seus nervos, utilizando a tolerância como uma arma, homens que souberam consolidar a República através de mil e uma dificuldades. Souberam se equilibrar em meio do desequilíbrio geral.

Assim, depois de tantos anos de nervosismo governamental, bocas desabusadas e braços fortes, temperamentos irritadiços, etc., a lição dos que suavemente, como quem não quer, mandaram nos primeiros tempos republicanos é recolhida por um gaúcho sob esse aspecto nada gaúcho.

Gozadas as férias, volta ele agora à roda-viva da política e da administração. E chega como partiu: sorrindo. Contra a amurada do Guanabara irá bater de novo a ressaca do descontentamento político, da intriga, da ambição. Cada Estado enviará a sua vagazinha para o galope final. E debruçado na amurada, o sorridente assistirá divertido à luta das ondas. Sem se molhar.

Diário da Noite, RJ, 19 / dez / 1934.

UM HOMEM CORDATO

O deputado Genaro Ponte Sousa concedeu de coco raspado uma entrevista aos “Diários Associados”, por ocasião de sua passagem por Pernambuco. Explicando o caso político de que resultou o seu seqüestro e contando as peripécias deste. O caso foi de pouca monta: contrariando o major Barata, o sr. Ponte Sousa não quis renunciar em favor de outro candidato. Quanto às peripécias, também não se revestiram de grande interesse: o raptado teve apenas a cabeça e as sobrancelhas raspadas. O resto foi um passeio por vários pontos, casas e florestas. Com um único episódio digno de ser registrado: “Durante o rapto (relata o sr. Ponte Sousa), quando passei muitas horas escoltado na floresta, um dos capangas que me guardavam teve um gesto de generosidade para comigo, impedindo que uma cobra surucucu me mordesse”.

Esse gesto de generosidade acalmou o deputado paraense, quebrou-lhe o ímpeto do recém oposicionista. Sua entrevista (contra toda a expectativa) é um modelo de serenidade, não há uma palavra de queixa e muito menos de revolta. Parece até que o sr. Ponte Sousa lá no seu íntimo julga merecido o castigo que recebeu. Além disso, sem cabelos e sem sobrancelhas, relíquias que o major Barata conserva certamente com grande carinho, o representante do Pará há de pensar que valeu o sacrifício: perdeu parte de seu sistema piloso mas conservou bem conservadinha a sua preciosa cadeira de deputado. E agora, longe das garras do discricionário chefe do Partido Liberal (oh, ironia!), se sente disposto ao perdão, timbra mesmo em ressaltar a generosidade tocante de um de seus algozes. Está livre do major, livre da surucucu, vai esperar tranquilamente a volta da cabeleira e das sobrancelhas.

Quando o interventor Barata aqui esteve declarou a um jornal que havia de fato mandado seqüestrar e raspar o seu correligionário desobediente. E acrescentou logo a seguir que tudo era paz e liberdade no Pará. Seqüestro: paz. Cabeça raspada: liberdade. Pois o sr. Genaro Ponte Sousa não se mostra rebelado contra essa concepção de paz e liberdade. Em absoluto. De forma que o major conseguiu o milagre de punir sem magoar. Mussolini, Hitler e outros truculentos freqüentadores do mesmo dicionário político do sr. Magalhães Barata não têm conhecido essa felicidade. Com eles vítimas costumam espernear, pôr a boca no mundo, ficam inimigos ferozes.

O sr. Ponte Sousa é cordato e guarda a mais grata lembrança do caso da surucucu. E com razão, pois desde Adão que as cobras têm sido funestas para com os homens. Que bom seria se cada um de nós tivesse sempre ao seu lado quem o livrasse dos botes dessas venenosas.

Diário da Noite, RJ, 17 / jan / 1935.

Positivamente não há por enquanto deixar de falar no Pará. Graças ao major Magalhães Barata, raro o dia que não chega de lá uma novidade e essa novidade é sempre pitoresca. O major discursa, o major manda fechar jornais, o major dá duro nos adversários, seqüestra e manda rapar o coco de um correligionário rebelde, deita manifestações, passa telegramas, concede entrevistas e com tudo isso espanta o público mas o espanto é divertido. No fundo a gente acha graça. E por isso não fica querendo mal ao major.

A última novidade, novidade de ontem, é a “A. R. P”. Trata-se de uma sociedade secreta cujo objetivo deve ser certamente a defesa do interventor paraense, sua pessoa, sua política, suas idéias. Já foi publicada mais uma vez a declaração a que é obrigado quem dessa sociedade faz parte: “Declaro, sob minha palavra de honra, nunca revelar a existência desta associação nem os nomes dos seus associados, nem as suas resoluções e ações, sujeitando-me a todas as penas impostas nos seus estatutos, mesmo a pena de morte, e também cumprir fielmente e sem discutir as missões que me forem atribuídas, de acordo com os seus estatutos”.

Da Ku Klux Klan norte-americana escreveu André Siegfried que, mais do que uma sociedade secreta, é ela um estado de espírito, fruto do “exclusivismo nacionalista”. A A. R. P. (Associação Revolucionaria Paraense?) deve também ser considerada um estado de espírito, fruto do exclusivismo outubrista. Organizada para combater os pretos, católicos, judeus e estrangeiros da República Velha. O major é inimigo pessoal dessa coitada, não admite que dela reste qualquer vestígio no seu Pará. Como tantos outros companheiros de revolução, no passado, só via e vê o que ele teve de ruim. E assumiu o governo candidamente disposto a pôr a coisa no eixos. Moralizar, começar vida nova e limpa, acertar em tudo. Desse outubrismo exaltado é natural que nascesse uma Ku Klux Klan truculenta. Para o que desse e viesse. Secreta e implacável. Impondo a mais rígida disciplina aos seus associados. Ameaçando-os até no caso de falta grave com a pena de morte.

Fazendo parte da A. R. P. e tendo se revelado contra uma ordem do major Barata, o deputado Genaro Ponte de Sousa sofreu o que se sabe. O que não se sabia mas se ficou sabendo agora é que a raspagem dos cabelos e sobrancelhas desse pai da pátria resultou de uma pena estatutária. Prometeu, não cumpriu: foi castigado. E deve se dar ainda por feliz pois estava sujeito a uma execução capital. Tem desses espinhos a rosa revolucionária que no Pará desabrochou sob os cuidados do major Barata.

O chefe supremo da Ku Klux Klan tem o título de “imperial feiticeiro”. Proponho para o interventor paraense, se ele o é da A. R. P. (Associação Rapa Pelos?), o de “Imperial barbeiro”.

Diário da Noite, RJ, 19 / jan / 1935.

A DESILUSÃO DA DOUTORA

Chegou afinal para a doutora Berta Lutz a hora amarga da desilusão. Tão insuportável quanto a amorosa: a desilusão política. Segundo declarou a um redator dos “Diários Associados”, de hoje em diante só cogitará de feminismo. E acrescentou com razão: “Aliás, eu nunca deveria ter feito outra coisa”. Não deveria mesmo. Quis desesperadamente uma cadeira de deputado. Seu sonho de mulher parecia se resumir nisso. E para realizá-lo se houve com extraordinária tenacidade. Trabalhou até mais não poder, usou de todos os recursos (alguns até proibidos, há quem afirme), não parava, não cansava, era uma vontade em marcha acelerada para o Palácio Tiradentes. Quis, quis de verdade ser mãe da pátria.

E nesse muito querer, muito insistir, a ilustre feminista (quem diz feminista diz masculinista) se revelou bem feminina. A teima era de mulher. Mas infelizmente para a doutora Berta Lutz os meios por ela usados não o foram. Para uma representante do não conformado sexo fraco a obtenção de uma cadeira de deputado deve ser uma conquista como outra qualquer. Mera questão de vampirismo. E não de muque, como julgou a doutora. No muque não podia levar vantagem, evidentemente. O bravo comandante Amaral Peixoto, o próprio pacato conde Pereira Carneiro, em dois tempos, brincando, seriam capazes de lhe osfregar as delicadas espáduas no tapete. A senhora Berta Lutz errou lamentavelmente confundindo política, esse jogo de salão, com luta livre.

Foi esse o seu mal. Falou demais, se expôs demais, agiu demais. Mostrou-se irritadiça e zangada. Quis mas não soube querer porque deu a todo momento a impressão clara de que queria. Tática errada. Para bem conquistar é preciso primeiro desprezar. Ou fingir desprezo. A doutora deveria ter feito assim: conquistar com ares de conquistada. E não como fez, descobrir seu jogo, arremeter contra a cadeira de deputado com unhas e dentes, gritando a seu propósito de arrebatá-la, possuí-la, custasse o que custasse, desse no que desse.

Sua manobra contra o conde Pereira Carneiro foi desastrosa. Os chefes do Partido Autonomista descobriram logo na doutora não um enfeite, o enfeite que ela deveria se contentar em ser, a flor do Partido, mas uma concorrente perigosa. Com certeza estavam dispostos a homenagear a mulher, a mulher que a senhora Berta Lutz não soube ser. Desejavam um sorriso bem gracioso e ela exibiu um braço forte, começando por experimentá-lo nos próprios companheiros. Tinha que acabar mal. Isto é: na para ela certamente angustiada situação de suplente e (o que é pior) suplente denunciada perante a Justiça Eleitoral pelo feio crime de fraude. Aliás eu creio firmemente na sua inocência.

Porque a doutora Berta Lutz afinal de contas é de uma ingenuidade tocante. Estou me lembrando de uma declaração sua, por ocasião do pleito suplementar de dezembro. Indignada com a atitude hostil do Partido Autonomista, resolveu ela fazer uma intriga vendo nessa hostilidade “uma oposição ao presidente da República, que é um ardente incentivador do movimento de emancipação feminina”. Ardente, doutora? O sr. Getúlio Vargas ardente? Pois se ele é tudo quanto a senhora não é. Não arde, sorri. Não se atira, deixa-se levar. Peça a ele, doutora, algumas lições de vampirismo político.

Diário da Noite, RJ, 2 / mar / 1935.

GABRIEL BERNARDES

Esse homem franzino de maneiras delicadas, que pouco gesticulava e nunca alterava a voz, Sábado último levado ao túmulo, possuía com suavidade o destemor, a energia, o espírito combativo de um forte. Nele o caráter de boa têmpera e a inteligência agudíssima se completavam para servir vitoriosamente as causas que o advogado ou o jornalista abraçava. Não se iludisse ninguém com aquela aparência frágil, toda delicadeza e cordura, revelando o fidalgo que ele era mas escondendo o lutador que ele sabia ser quando preciso. Sutil como poucos, armado de um espírito crítico que acertava sempre no julgar os homens e as coisas, Gabriel Loureiro Bernardes não perdia ainda nos momentos de maior perturbação, de maior angústia e gravidade, a tranqüila confiança com que enfrentava o ruim da vida, a repousada fé com que aguardava o bom. Não se exaltava: raciocinava. Friamente, objetivamente, sem pressa e também sem medo, pesando com cuidado os prós e os contras, não pecando por ingenuidade nem de outro lado por excesso de malícia. Era um realista, em suma. Controlava e sabia controlar os adversários. Com o senso agudo da oportunidade, não desferia golpes em vão. E possuía no mais alto grau o poder de análise e a força de lógica que são a melhor arma do advogado.

Esse antagonista temível era um amigo admirável. Cultivava a virtude de servir, tinha a dedicação pronta, comparecia na hora justa com aquela solidariedade rara que não se resume em palavras mas se concretiza sempre em atos. Ninguém apelava inutilmente para a sua solicitude. E no prestá-la ele não economizava tempo nem muitas vezes saúde. Severo cumpridor dos deveres, rigorosamente cumpria esse da fraternidade, com a simplicidade e bom humor, desinteressadamente. Depois, a lealdade. Com ele não se iludia ninguém, amigo ou inimigo. De público, ostensivamente, tomava partido a favor ou no campo oposto não havia deixar de levá-lo em conta, a sua ação se fazia sentir, vigilante e eficiente.

Imbuído do espírito jurídico, honrou no foro o nome paterno entre todos ilustre, orgulho e riqueza da ciência do direito entre nós. Impregnado de espírito público, não participou no jornalismo senão dos bons combates e conquistou na classe o título de benemérito. Tomado do mais nobre espírito humano, sempre falou, escreveu e agiu como perfeito homem de bem, foi muito o que de justo fez e o que de injusto não permitiu que se fizesse.

Assim, pois que bem mais que a alegria a desgraça irmana, os seus companheiros e comandados dos “Diários Associados”, reunidos em derredor do túmulo de Gabriel Bernardes, na consternação da imensa perda, recolhem, com a lição de humildade que a sua morte encerra, de fé e dignidade que a sua vida foi.

Diário da Noite, RJ, 6 / mar / 1935.

MATEMÁTICA E HUMORISMO

O sr. Pedro Rache é um dos raros deputados que não se afobam, não se exaltam, jamais perdem a serenidade e o equilíbrio de julgamento. Em meio dos debates mais acalorados na desordem dos apartes, na confusão dos argumentos expostos aos gritos e aos rebatidos, o representante dos empregadores, sobraçando a sua pasta não se perturba nem perturba os outros. É calmo e tem o sadio bom humor dos calmos. O segredo dessa impassibilidade sorridente está na sua condição de matemático. Matemático impertinente que não raciocina por palavras que podem levar a conclusões incertas, mas por fórmulas algébricas, leis mecânicas, processos geométricos e assim por diante. Que esses, fórmulas, leis e processos, conduzem sempre a um resultado positivo, preciso, não há sofismá-lo. Mentalmente, enquanto outros voam e se perdem nas asas da retórica, o sr. Pedro Rache, professor de mecânica, sem abandonar o solo firme das deduções matemáticas, vai aplicando aos problemas mais complexos as regras da ciência que é sua paixão. E a sua força também.

Assim surpreendeu uma vez a Constituinte recorrendo à mecânica para colocar em seus devidos termos o delicado problema de equilíbrio do Estado. E assim acaba de provar à luz da geometria, que mais clara não pode ser, quanto é na realidade insignificante a divergência entre a maioria e a minoria no tocante à Lei de Segurança Nacional. Vale a pena reproduzir aqui a sua demonstração: “Representemos o Estado por um círculo. Para defender o Estado, isto é, o círculo que o representa, é necessário o domínio da circunferência limite. Uma lei com esse objetivo deve, teoricamente, ocupar a posição da circunferência. Praticamente, aproximar-se dela. Tanto mais perfeita a lei, tanto mais próxima da circunferência a linha que a deve representar. A lei é, portanto, figurada por um polígono inscrito na circunferência, com grande número de lados. Duas leis que tenham esse mesmo fim serão dois polígonos de grande número de lados, inscritos na mesma circunferência. O que representam os lados desse polígono? Evidentemente os artigos da lei. Qual a significação do perímetro? O conjunto da lei. Como medir a eficiência comparada de duas ou mais leis assim definidas? Pelo número que exprime a área desses polígonos. E assim por diante. Mas qual a diferença substancial entre dois polígonos desses, com grande número de lados e inscritos na mesma circunferência, e que representam duas leis com o mesmo objetivo? Não há. Raio, apótema, perímetro, área são expressos por números praticamente iguais. Os dois projetos de lei, portanto, visando ambos a segurança do Estado, são também praticamente iguais”.

Aí está, matematicamente (quer dizer: precisa, iniludível, irrespondivelmente) demonstrada a sem razão das longas e bem mais que veementes discussões havidas em torno de uma lei, que a maioria apresentou e cuja necessidade, afirma o sr. Pedro Rache, a minoria “reconheceu expressamente” já que ofereceu e pleiteou a aprovação de um substitutivo visando os mesmíssimos fins. E aí está por que a presença na Câmara do eminente professor de mecânica me parece sobremodo útil. Seguissem todos o exemplo do sr. Pedro Rache e os debates parlamentares se simplificariam extraordinariamente. Para que brigas de palavras, para não dizer tempestades de eloquência, na defesa de pontos de vista que um simples “processo geométrico de representação figurada” revela não serem antagônicos? E não só a Câmara, mas o país todo lucraria muito se, matriculando-se na escola desse humorista irônico (pois no fundo outra coisa não é o sr. Pedro Rache), se entregasse também à matemática, “ciência eminentemente positiva”, que “não cultiva boatos”, é mesmo “a negação do boato”.

Diário da Noite, RJ, 25 / mar / 1935.

Índice Onomástico

A

Alexandre I	246
Américo de Almeida, José	323
Andrada e Silva, José Bonifácio de	220
Andrade, Carlos de Moraes	213
Anschluss ?	315
Aranha, Oswaldo Euclides de Souza	233, 238, 294, 302

B

Baer, Max	321
Barata, Joaquim de Magalhães Cardoso	250, 258, 270, 314, 328, 329
Barros Filho, Teotônio Monteiro de	217
Barros, Teotônio Monteiro de	217, 236
Barthou 8	246
Barymore, irmãos	226
Bayma, Henrique	286, 287
Bernardes, Artur da Silva	211, 212, 309, 315
Bernardes, Gabriel Loureiro	331
Braga, Cincinato César da Silva	228
Braga, Odilon Duarte	304
Braz, Wenceslau	320
Brito, Gratuliano de	267

C

Campos, Humberto de	324
Campos, Milton	239
Cantor, Eddie	226
Capanema Filho, Gustavo	314
Carneiro, conde Pereira*	317, 330
Carneiro, Levy	283
Carnera *	281, 321
Carpenter, George	218
Carvalho, Ronald de	293
Cavalcanti, Carlos de Lima	212
César	275
Chagas, Carlos	324
Chateaubriand, Francisco de Assis	274
Chermont, Mário	258
Collor, Lindolfo Leopoldo Boekel	248
Costa, Artur de Souza	233, 284
Couto, Miguel	312, 324
Cunha, Flores da	233, 253

D

Dantas, Marcos de Souza	238
Dodsworth Filho, Henrique de Toledo	302
Dória, Antônio de Sampaio	278

F

Falcão, Negreiros *	305
Fernandes, Raul	315

Figueiredo, Francisco de Paula Assis	249
Fontoura, João Neves da	257

G

Gable, Clark	226
Garbo, Greta	226
Gasset, Ortega y	221
Gomes, Augusto Maynard	245
Gourmont, Remy de	324
Grammont, marechal de	223
Grim, Georges	234
Guimarães, Protógenes Pereira	235
Guitry, Sacha	268

H

Harris *	281
Hitler, Adolf	226, 328

J

Junqueira, José Monteiro Ribeiro	298, 303, 305
--	---------------

K

Karloff, Boris	226
----------------------	-----

L

Lafer, Horácio	283
Lago, Mozart	312
Laval, Pierre	246
Leão, Múcio	234
Leite, Aureliano	256
Leite, Teixeira *	302
Lenine *	244
Leonel, Ataliba	316
Leopardi, Giacomo	326
Lessa, Pedro	268
Levy Sobrinho, José	274
Lima, Antônio Augusto de	324
Lima, Filipe Moreira	247, 250, 311
Lima, Ranulfo Pinheiro	283
Loureiro, Osman	255
Lourenço, José	251
Luís, Washington	211, 292
Luiz XIV	223
Lutz, Berta *	317, 330
Luzardo, João Batista	313

M

Mac-Donald	250
Machado de Assis, Joaquim Maria	322
Magalhães, Rafael	239
Malraux *	224
Mamede, João	222, 223
Mangabeira, Otávio	211

Medeiros e Albuquerque *	324
Medeiros Neto, Antônio Garcia de	317
Medeiros, Antônio Augusto Borges de	212, 313
Monse, Antônio Carlos de	249, 291, 310, 314, 315, 317, 325
Monteiro, Silvestre Péricles de Góis	212, 219, 225, 232, 235, 237, 252, 253, 255, 294, 319, 326
Motta, Candido *	227
Mussolini *	226, 321, 328

N

Nabuco	292
Nascentes, Antenor	297
Nascimento, João Garcez do	249
Neto, Coelho	322, 324

O

Oliveira, Alberto de	294
Oliveira, Armando de Salles	256
Orleans e Bragança, D. Pedro de	215

P

Pedro I	214
Peixoto, Ernâni do Amaral	330
Pereira, Miguel	302
Pilla, Raul	216
Pinheiro, João	222, 223
Prado, Eduardo	219
Prestes de Albuquerque, Júlio	211, 310

Q

Queiroz, Carlota Pereira de	317
-----------------------------	-----

R

Rabello Mendes, Manoel	232
Rache, Pedro Demóstenes	332
Ribas, Manuel	212
Ribeiro, João	234, 324
Rodrigues, César Augusto Parga	253

S

Saint-Hilaire	304
Sales, Campos	273
Salgado, Plínio	238, 321
Sarrasani *	315
Schuschnigg, Hurt von	315
Sieffried, André	329
Silva, Antônio Carlos Pacheco e	283
Silveira, Sousa da *	297
Simplicio Alves de Carvalho, João	277
Sodré e Silva, Lauro Nina	314
Sousa, Genaro Ponte de	258, 328, 329
Souza, Bernardino José de	214
Souza, Ferreira de *	277
Spinelli, Caetano	321
Sucupira, Luiz	305
Suetônio *	275

T

Távora, Juarez do Nascimento Fernandes	250, 294, 325
Terra, Gabriel	310
Torres, Accúrcio	299
Torres, Alberto	293

V

Valladares Ribeiro, Benedito	256
Vargas, Getúlio Dornelles	229, 232, 249, 294, 301, 312, 319, 325, 327, 330
Vasconcelos, Cunha *	277
Vianna, Oliveira	236

W

Wilson, Presidente *	227
----------------------	-----

X

Xavier, João Teodoro	223
----------------------	-----

Z

Zawachsky, Alfonso	248
--------------------	-----